



SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO:

requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos
e de resistências dos movimentos sociais

Joana Valente Santana - Rosangela Dias Oliveira da Paz - Rovaine Ribeiro
Anna Carolina Gomes Holanda - Olga Myrla Tabaranã Silva
Organizadoras



**SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO:
requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de
direitos e de resistências dos movimentos sociais**

Joana Valente Santana
Rosangela Dias Oliveira da Paz
Rovaine Ribeiro
Anna Carolina Gomes Holanda
Olga Myrla Tabaranã Silva
Organizadoras

**SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO:
requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de
direitos e de resistências dos movimentos sociais**

1^a Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará/UFPA
2023

Direção Editorial: Navegando

Revisão: Lurdes Lucena

Diagramação: Lurdes Lucena

Projeto gráfico: Alberto Ponte Preta

Imagens Capa: Margareth Padinha das Chagas, Abaetetuba-PA
Cleonice Dias dos Santos Hein, - Jardim Angela - SP.

Copyright © by autor, 2023.

S492 – SANTANA J. V.; PAZ, R. D. O. da; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G.; SILVA, O. M. T. (Orgs.).
Serviço social e habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de
resistências dos movimentos sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-007-9



10.29388/978-65-6070-007-9-0

Vários Autores

1. Serviço Social 2. Movimentos Sociais 3. Habitação. Joana Valente Santana; Rosangela Dias Oliveira da Paz;
Rovaine Ribeiro; Anna Carolina Gomes Holanda; Olga Myrla Tabaranã Silva. II. Navegando Publicações.
Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFTM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cíelson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmoro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMG – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martinha Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPa – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguisardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucilia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vida Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colombia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Haussler – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colombia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colombia
Johanna von Graffenreid, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colombia
José Jesús Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernández – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Ecuador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colombia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemania
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raúl Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colombia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colombia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macías – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba y Cuba - Cuba

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo apoio ao evento do GEP-CIHAB e financiamento desta obra, através do Edital 01/2021 – PROPESP- Programa de Apoio à Realização de Eventos – PAEV.

Aos/às convidados/as e autores/as que contribuíram com a elaboração dos textos que compõem esta obra.

À Profa. Yolanda Guerra, por aceitar prefaciar este livro.

Aos docentes, discentes, egressos e pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA).

Sumário

PREFÁCIO AO LIVRO: SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO: REQUISIÇÕES E RESPOSTAS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE DESMONTE DE DIREITOS E DE RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	8
Yolanda Guerra	
APRESENTAÇÃO.....	13
Joana Valente Santana - Rosangela Dias Oliveira da Paz - Rovaine Ribeiro - Anna Carolina Gomes Holanda - Olga Myrla Tabaranã Silva	
CRISE, PANDEMIA E DESIGUALDADES: IMPACTOS NA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL	21
Edmilson Brito Rodrigues	
QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: O DEBATE REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DE SEU PROJETO ÉTICO POLÍTICO.	30
Raquel Santos Sant'Ana	
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ACÚMULO NO GTP DA ABEPSS SOBRE QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL.....	43
Suanya Santos	
PROPOSIÇÕES PARA UMA AGENDA DE AÇÃO-REFLEXÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: DESAFIOS E TAREFAS.....	59
Isabel Cristina da Costa Cardoso	
RELAÇÃO CAMPO/CIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE (INS)URGENTE	77
Maria Elvira Rocha de Sá - Jane Andréia Cabral e Silva - Nádia Socorro Fialho Nascimento	
POLÍTICA HABITACIONAL e SERVIÇO SOCIAL: INQUIETAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM UMA DIREÇÃO ANTIRRACISTA	91
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz - Thaís Helena Modesto Villar de Carvalho	
A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE SÃO PAULO	105
Rosangela Dias Oliveira da Paz - Núria Pardillos Vieira	
APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO: ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO TRABALHO SOCIAL.....	111
Joana Valente Santana - Leonardo Costa Miranda	
TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO: DILEMAS E DESAFIOS AO TRABALHO PROFISSIONAL	122
Raquel Paiva Gomes - Joana Valente Santana - Joicy Helena da Costa Pantoja	
TRABALHOS APRESENTADOS NO II SEMINÁRIO HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA / SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO	134
EIXO 1 - SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL	135
O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA URBANA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	136
Anailza Perini de Carvalho - Adriana Belo da Cruz Silva - Juliana Soares e Soares Fernandes	

O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NA HABITAÇÃO DE SÃO PAULO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO (1989-2004).....	143
Clenivalda França dos Santos	
 TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ/RJ: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO PERÍODO DE 2005 A 2021.....	155
Ronilda Maria Rodrigues da Costa - Adriana Feliciano - Raquel de Lima Silva - Sara Barroso de Castro	
 EIXO 2 - CIDADE E HABITAÇÃO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA_A DIMENSÃO SOCIOTERRITORIAL DA COVID-19 NA AMAZÔNIA PARAENSE E AS NECESSIDADES HABITACIONAIS.....	167
Isabella Santos Corrêa - Leonardo Costa Miranda - Mônica de Melo Medeiros - Rovaine Ribeiro	
 HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O REASSENTAMENTO CDP (BELÉM-PA)	180
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 EIXO 3 - LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE	192
 TRABALHO SOCIAL E MOVIMENTOS DE MORADIA: RESGATE E REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	193
Ivaloo Giorge Gusmão	
 “ONDE QUERES FUZIL, SOMOS FEIJÃO”: A COZINHA SOLIDÁRIA DA AZENHA EM PORTO ALEGRE/RS COMO EXPRESSÃO DE LUTA E RESISTÊNCIA SOCIAL.....	204
Juanita Natasha Garcia de Oliveira - Marcos Pereira Diligenti - Eduardo Cidade - Tiago de Campos - Ricardo Souza Araújo	
 DIREITO À CIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A LUTA DA FAZENDINHA-SAPÊ PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA	214
Francine Helfreich - Julia Silva Peres dos Santos Carvalho - Thamiris Catão Raylbolt	
 EIXO 4 - QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL	223
 O PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE BELÉM E CASTANHAL: A EXECUÇÃO DO PROJETO PARA VIABILIZAÇÃO DA TITULAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.....	224
Welson de Sousa Cardoso - Roselene de Souza Portela - Lidiane Maria Siqueira David - Luã Gustavo das Neves Oliveira - Thalita Monteiro Amaral	
 SOBRE AS AUTORAS E AUTORES DOS CAPÍTULOS.....	232
 SOBRE AS AUTORAS E AUTORES DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NO SEMINÁRIO.....	235

PREFÁCIO AO LIVRO: SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO: REQUISIÇÕES E RESPOSTAS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE DESMONTE DE DIREITOS E DE RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A questão não é “se haverá ruptura ou não”, mas “através de que meios [...] A resposta dependerá de nosso sucesso ou fracasso na criação dos necessários movimentos estratégicos, e instrumentos capazes de assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista, na qual a “humanidade possa encontrar a unidade que necessita para a sua simples sobrevivência”¹.

Tem se socializado cada vez mais uma produção de conhecimento oriunda de núcleos e grupos de pesquisas e de eventos sobre temas significativos à profissão e à sociedade, como a coletânea que o leitor tem em mãos. Resultado do “II Seminário Habitação na Amazônia e Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais”, realizado em dezembro de 2021, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB)/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais/Nemos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP e com o Conselho Regional de Serviço Social 1^a. Região (CRESS-PA), a coletânea retrata o árduo trabalho coletivo (sempre mais difícil de se conduzir, mas, também, o mais prazeroso), e, especialmente, atesta os fecundos resultados deste processo.

Aliando dois temas dos mais importantes e instigantes: a questão da habitação e as demandas e respostas da profissão diante delas, a coletânea que ora se apresenta vem adensar o debate e a produção de conhecimento da área e mostrar o grau de amadurecimento que a pesquisa no Serviço Social alcançou, o que lhe possibilita oferecer aportes a áreas do conhecimento que lhe sejam afins.

Há que se reconhecer no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, (espaço em que também fui formada quando realizei minha especialização em Metodologia do Serviço Social em meados dos anos de 1980 e no qual, atualmente, insiro-me na condição de professora colaboradora), um reduto do pensamento crítico sobre o tema. Podemos lembrar aqui de pesquisadoras que inauguraram o debate no Serviço Social brasileiro, tais como as profas. Dras. Maria Elvira Rocha de Sá (UFPA), Maria de Fátima Cabral Gomes e Maria Helena Rauta Ramos (ambas da UFRJ) e outras que podemos considerar da segunda geração de pesquisadoras/es sobre o tema: o Prof. Dr. Perci Coelho de Souza (UNB), as profas. Dras. Joana Valente, Nadia Fialho (da UFPA), Rosangela Paz, a nossa inesquecível Dirce Koga (ambas da PUC-SP), dentre outras intelectuais, algumas das quais abrillantam esta coletânea. É nessa direção que a obra mostra o legado de ambas as gerações, vez que não contempla apenas os principais conteúdos das conferências centrais e mesas temáticas, o que já seria uma enorme contribuição, mas, com grande acerto, brinda-nos com as comunicações apresentadas por novos/as protagonistas, o que podemos considerar como futuras gerações e, aqui, temos como resultado uma pequena amostra do “estado da arte” e do potencial de desenvolvimento do tema na produção do Serviço Social

¹ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 984).

brasileiro. Com isso, a obra em questão traz o mérito de articular uma constelação de autores/as com distintos níveis de contribuição ao debate, o que atesta que os núcleos de estudos, enquanto espaços de produção e socialização do conhecimento, constituem-se em fecundos ambientes de formação de pesquisadores/as sobre o tema. Assim, a coletânea cumpre o objetivo de promover a difusão de uma rica produção que vem adensando o debate crítico sobre o tema nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

Mas para além de nos apresentar profundas e profícias reflexões sobre temas necessários, de estabelecer as imprescindíveis relações com o trabalho e a formação profissional, brindando-nos com discussões originais sobre o tema, a coletânea tem, ainda, a meu ver, outro aspecto a ser destacado: é a sua fundamentação calcada na teoria social de Marx e no seu método crítico-dialético, bem como na tradição marxista, fundamentando-se em autores clássicos como K. Marx e F. Engels, G. Lukács, H. Lefebvre, D. Harvey, F. Fernandes, O. Ianni, dentre outros.

Desde o início, observa-se a determinação do método de Marx no que se refere à análise na perspectiva de totalidade, vez que aponta as mediações entre a questão urbana e habitacional, questão social e questão agrária, a intrínseca relação campo-cidade e a produção de conhecimentos do Serviço Social em relação a questões agrária, urbana, ambiental tratadas como unidade do diverso. É a perspectiva de totalidade o fio que costura toda arquitetura do texto dando unidade ao mesmo. Com esta perspectiva, o debate do Serviço Social se destaca e se fortalece, pois, como bem observa Sant'Ana em artigo da coletânea:

O grande desafio posto ao serviço social, portanto, é garantir que na produção do conhecimento e na formação em âmbito de graduação e da pós-graduação a perspectiva de totalidade de maneira a apreender as particularidades que compõem o urbano, o rural e ambiental como componentes da questão social e, que são decorrentes dos embates do capital com os sujeitos coletivos e movimentos sociais que disputam não só o direito a terra, mas também o direito à vida (Sant'Ana, 2023).

Como se pode constatar na primeira parte da obra, composta pelas conferências que atestam a expertise de seus autores, a abordagem numa perspectiva de totalidade vem agregada à explicitação das contradições. Não casualmente os textos desvelam os fundamentos que constituem a lógica explicativa (ou o modo de ser) da “questão habitacional” como parte da “questão social”, com suas particularidades como campo nos quais residem as mediações que estabelecem articulações para acima e para baixo, ou seja, com determinações universais e singulares. Sem dúvida que a perspectiva de totalidade na abordagem do tema permite interpretar a crise estrutural do capital e sua incontrolável tendência autodestrutiva do humano e do meio ambiente; as consequências das formas que o capitalismo adota para controlar a tendência de queda da taxa de lucro, tais como o processo de financeirização; a inserção subordinada do Brasil no processo de mundialização, as políticas ultraneoliberais, como determinações estruturais explicativas da conjuntura agravada por um (des)governo que tudo fez para criar ou aproveitar as oportunidades de “passar a boiada” com o fito de garantir interesses do grande capital nacional e internacional do agronegócio, das indústrias de mineração, do garimpo ilegal, da

extração predatória de biomas, dentre tantos outros interesses em voga. A mercantilização da terra urbana e rural, a privatização dos espaços públicos, são vícios históricos que caracterizam a nossa sociedade: é comum no Brasil que “os donos do poder” sejam também “donos dos espaços geopolíticos”, (lembremo-nos das capitâncias hereditárias), com suas diferenças territoriais abissais, o que forja na questão habitacional indeléveis marcas das nossas históricas formas de desigualdade.

Mas a abordagem de totalidade dos processos sociais macroscópicos não basta se não houver a intencionalidade e o esforço de buscar as mediações com o trabalho profissional, procedimento ainda pouco usual nas produções da profissão, ainda que se trate de profissão de inegável dimensão intervintiva, muito bem contemplada nos artigos que compõem a segunda parte da coletânea.

É o que considero ser seu especial mérito: a coletânea traz subjacente o debate dos fundamentos no Serviço Social e, por meio de mediações e sistemas de mediações, conecta a temática mais geral com os principais dilemas da profissão, trazendo aportes significativos às dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do trabalho profissional, aliadas às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional. Nesta direção, a coletânea se fundamenta na unidade diversa entre trabalho e formação, como disposto nas nossas Diretrizes Curriculares, enquanto um veio analítico indispensável à construção de respostas profissionais individuais e coletivas às requisições na área da habitação, que como complexo de complexos é abordada na sua inteireza.

Com isso, os/as leitores/as irão notar a intrínseca articulação entre a primeira e a segunda parte, expressando aí, também, a perspectiva de totalidade que estrutura o livro.

À modo de relatos de experiências, profissionais dão visibilidade aos seus cotidianos como espaços contraditórios e reafirmam a necessária unidade entre a formulação, o monitoramento e a execução da política social habitacional, as lutas sociais e as experiências organizativas dos movimentos sociais que, nos diferentes territórios no Brasil, produzem resistências. A tais experiências, frutos de aproximações inéditas e parciais de inequívoca importância que indicam os aspectos que necessitam de aprofundamentos, agregam-se as pautas da profissão na defesa dos direitos de trabalhadores/as, mulheres, negros/as, povos originários, da juventude, da diversidade sexual.

A coletânea é publicada em momento mais do que oportuno. No Brasil, a crise sanitária da covid-19 não gerou, mas aprofundou as desigualdades sociais, escancarou as contradições viscerais do capitalismo, aprofundou e complexificou a crise do capital expressa nos números do desemprego e, consequentemente, no aumento da população famélica e sem moradia.

De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro, no ano base de 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil estava em 5,8 milhões de moradias. É inegável que a questão habitacional no Brasil não se caracteriza apenas pelo seu déficit, mas tem inúmeras determinações. O país tem quase 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada, 100 milhões sem coleta de esgotos (representando 47,6% da população) e somente 46% dos esgotos produzidos no país são tratados. Isso significa que, para além da conjuntura pandêmica, as precárias condições de moradia favorecem todo tipo de doenças e impedem sua prevenção.

Nota-se, pois, que pandemia escancarou a verdadeira situação do saneamento básico no Brasil, onde quase metade da população continua sem acesso a sistemas de

esgotamento sanitário, com destaque para a população mais vulnerável: indígenas, quilombolas, migrantes e refugiados, pessoas em situação de rua, moradores de favelas, comunidades ribeirinhas e periféricas.

Também nessa questão, registram-se as assimetrias territoriais: a população atendida com coleta de esgoto em melhores condições é de 95,5%, enquanto nas piores é de 31,8%, conforme a pesquisa do Instituto Trata Brasil, apresentada por sua presidente-executiva, Luana Pretto². As assimetrias entre as regiões geográficas colocam a região Norte em último lugar e a região Sudeste em primeiro. Somente para ilustrar, a cidade de Belém está em 5º lugar entre as 20 cidades com pior índice de saneamento básico e a 96ª posição no ranking que indica saneamento básico em 100 cidades brasileiras.

Um relatório preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a população em situação de rua no Brasil aumentou 38% no período de 2019 a 2022. A estimativa calcula que 281.472 pessoas em todo o país vivem atualmente nessas condições e, desde o ano de 2012, o número cresceu 212%. Assim, esses dados brutos, que não poderão ser refinados aqui e só podem ser explicados à luz das tendências da formação socioeconômica, cultural e política do Brasil, leia-se: à luz do nosso capitalismo dependente, do escravismo, do patriarcalismo, do caráter autocrático, antidemocrático da burguesia e do Estado, da ausência de uma revolução burguesa clássica, das decisões pelo alto, enfim, das particularidades trazidas em vários dos artigos da coletânea, sinalizam a necessidade de, ao desvelar os fundamentos explicativos da chamada “questão social”, vislumbrarmos um campo de possibilidade de atuação para a profissão a partir de uma agenda de políticas públicas que demanda sua intervenção, na direção de realizar seus compromissos sociais, éticos, políticos, civilizatórios.

A obra também convoca as pós-graduações para que assumam a preocupação por gerar produções em que temas e abordagens possam dar centralidade à profissão na articulação entre seus eixos: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Pela relevância e complexidade das questões apresentadas, fica evidenciada a incontornável necessidade de a profissão, ao priorizar o tema, induzir a pesquisa e a produção de conhecimento que visem responder suas particularidades, vez que somente a investigação pode nos demonstrar o tamanho dos nossos desafios. Fica explicitada, também, a necessidade de espaços, a exemplo do referido Seminário, que permitam dar centralidade a um tema de tamanha envergadura para a profissão.

Pela amplitude de temas e maneiras de abordá-los, também fica evidente que a coletânea interessa a pesquisadores, docentes e estudantes de áreas afins, intelectuais militantes e profissionais que atuam em diversas políticas sociais que fazem interseção com as temáticas, pois, apesar de se constituir em indiscutível contribuição no/do campo do Serviço Social, a obra coletiva expressa a massa crítica de que as Ciências Sociais Aplicadas dispõe, indicando o estado da pesquisa na graduação e na pós-graduação, e, por isso, constitui-se em antídoto ao isolacionismo, ao negacionismo, ao anti-intelectualismo, ao irracionalismo das pós-verdades e das *fake news*. Sem dúvida, trata-se de inquestionável

²<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/22/ranking-do-saneamento-basico-veja-quais-sao-as-grandes-cidades-com-os-melhores-e-os-piores-servicos-do-pais.ghtml>

³ Ver matéria completa em: <https://www.poder360.com.br/brasil/populacao-de-rua-cresceu-38-de-2019-a-2022-diz-ipea/>. Acessado em 02/02/2023.

contribuição para subsidiar, teórica e operativamente, o debate e o trabalho profissional crítico e as lutas anticapitalistas e antiopressivas.

Parabéns as/aos autoras/es e organizadoras, por mostrarem nas linhas e entrelinhas que só a radicalidade crítica do pensamento e ação serão capazes de, como nos orienta Mészáros, “assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista, na qual a humanidade possa encontrar a unidade que necessita para a sua *simples sobrevivência*”⁴.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2023.

Yolanda Guerra.

⁴ MÉSZÁROS, István, op. cit.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea é resultado do *II Seminário habitação na Amazônia/Seminário nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*, realizado em formato remoto nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2021. O evento teve por objetivo a socialização de estudos e pesquisas realizadas em nível regional e nacional sobre a questão urbana e habitacional; a troca de conhecimentos e experiências entre pesquisadores, profissionais que trabalham no âmbito das políticas urbanas e habitacionais (particularmente os assistentes sociais, geógrafos e arquitetos e urbanistas), técnicos governamentais, movimentos sociais e estudantes de graduação e pós-graduação, como subsídio para o trabalho profissional e para as lutas pelo direito à moradia e à cidade.

O seminário foi organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB)/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais/Nemos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP e com o Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região (CRESS-PA).

Participaram da Mesa de Conferência de Abertura “Crise, Pandemia e Desigualdades: impactos na questão urbana e habitacional” a Profª. Dra. Ermínia Maricato (USP) e o Prof. Dr. Edmilson Brito Rodrigues – Prefeito de Belém-Pará. As mesas de apresentação do evento foram constituídas da seguinte forma: Mesa “Pesquisa e produção do conhecimento: Serviço Social e questão agrária, urbana e ambiental”, Profª. Dra. Raquel Santos Sant’ana (Unesp/Franca) e Profª. Dra. Suenya Santos da Cruz (UFF); Mesa “A luta pela terra e moradia: resistências, estratégias e desafios para o Serviço Social”, Profª. Dra. Isabel Cristina da Costa Cardoso (UERJ), Profª. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá (Docente aposentada UFPA) e Ms. Jane Cabral – Liderança MST; Mesa “Serviço Social e questão habitacional: requisições e respostas profissionais em tempos de desconstrução de direitos”, Profª. Dra. Joana Valente Santana (UFPA) e Profª. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP); Mesa “Experiências de Fóruns do Trabalho profissional do/a Assistente Social na política urbana e habitacional: fortalecendo o trabalho social na habitação”, Profª. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz (PUC/SP) e Leonardo Costa Miranda – mestrandando em Serviço Social no PPGSS/UFPA.

O evento contou, ainda, com a participação das professoras Katia Vallina (UFAM); Gleny Guimarães (PUC-RS) e Tania Diniz (UNIFESP) na coordenação ampliada. E contou com a colaboração de 26 pareceristas dos trabalhos enviados ao evento, que são docentes de várias universidades brasileiras.

O Seminário foi financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) da Universidade Federal do Pará (EDITAL 01/2021 – PROPESP PROGRAMA DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS – PAEV), o qual foi importante para a contratação da empresa Even3, a qual permitiu a divulgação da página do evento, contando com a inscrição de 644 participantes (assistentes sociais, docentes, discentes de graduação e pós, profissionais de outras áreas, representantes de movimentos sociais ou ONGS, gestores de políticas públicas), sendo 427 inscritos do Estado do Pará e 217 de outros estados brasileiros. Com exceção dos estados do Acre e Piauí, o evento contou com

participantes inscritos de todos os estados do Brasil. Além disso, os trabalhos aprovados nas modalidades comunicação científica e relatos de experiência são provenientes do Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. A abrangência é importante pela possibilidade de efetivar as trocas de conhecimentos e estratégias de intervenção profissional e lutas pelo direito à cidade.

Para a transmissão do evento, foi da maior importância a colaboração da Rede BrCidades, que permitiu a transmissão do evento pelo canal do Youtube. Também o Seminário foi transmitido pela página do Facebook do CRESS 1^a Região.

Ressalte-se que foram feitas chamadas de trabalhos nas modalidades Comunicação Científica e Relato de Experiência, nos eixos: a) Serviço Social e política urbana e habitacional; b) Cidade e Habitação no Brasil e na Amazônia; c) Lutas sociais pelo direito à moradia e à cidade; d) Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social. No eixo 1 “Serviço Social e política urbana e habitacional” foram apresentados trabalhos relativos à intervenção profissional do assistente social em equipes de Trabalho Social em programas habitacionais em municípios paraenses, municípios do estado de São Paulo (São Paulo, Bauru), Vitoria/ ES, Manaus/AM; Vargem Alegre e Macaé/ RJ; formação profissional em Serviço Social na área urbana; discussão do território; questão racial e cidade; gênero e cidade. No eixo 2 “Cidade e Habitação no Brasil e na Amazônia” foram apresentados trabalhos sobre déficit e inadequações habitacionais e programas habitacionais em municípios do estado do Pará. No eixo 3 “Lutas sociais pelo direito à moradia e à cidade”, as discussões giraram em torno das lutas pelo acesso à moradia em municípios do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, com enfoque na luta de mulheres, negros, cozinha solidária e resistência, regularização fundiária, organização coletiva, extensão universitária, assessoria técnica e educação popular. No eixo 4 “Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social”, os trabalhos trataram sobre concentração fundiária, regularização fundiária urbana de interesse social; produção de conhecimento e resistência; povos tradicionais e projetos de infraestrutura; impactos socioambientais; gestão consorciada de resíduos sólidos urbanos; mobilidade urbana e transporte no Brasil; comunidades ribeirinhas.

A questão da habitação, que é bastante complexa por ser uma expressão da questão social, assume, na conjuntura de agravamento da crise econômica do capital e da crise sanitária global decorrentes da pandemia do novo coronavírus, uma maior complexidade: trabalhadores/as desempregados/as ou com baixíssimos salários têm dificuldades de pagamento dos aluguéis; a restrição do auxílio emergencial, comprometendo a qualidade de vida da classe trabalhadora, especialmente quanto à alimentação e remédios, esse último com demanda intensificada pela contaminação do vírus; os programas federais de habitação foram redimensionados com prejuízo de oferta de habitação para as faixas salariais mais baixas.

No contexto do agravamento das condições de vida e de trabalho em áreas urbanas e rurais ocorreram diversas formas de resistência e solidariedade nos territórios populares com organizações dos próprios moradores para compra de alimentos, remédios e materiais de limpeza para evitar a contaminação pelo coronavírus. Os movimentos sociais de moradia se destacaram na organização política em favor dos/as trabalhadores/as desalojados, bem como na doação de alimentos, kits de higiene, máscaras para evitar a contaminação pelo vírus.

Embora a habitação seja um direito, para a maioria dos/as brasileiros/as, morar é um ato de resistência histórica e cotidiana. Na cidade capitalista não tem lugar para os pobres que produzem sua moradia nos lugares possíveis e, na maioria das vezes, em lugares inadequados. O GEP-CIHAB volta seus estudos e pesquisas para a questão urbana e habitacional, a política habitacional e o trabalho dos profissionais das equipes que, no cotidiano da execução da política, estão na luta pela defesa do direito à moradia, dentre eles, os e as assistentes sociais. Sendo um grupo que desenvolve as pesquisas na Região Norte, busca estudar as particularidades da moradia na Amazônia. Se no Brasil, os domicílios onde residem as pessoas de menor rendimento possuem inadequações por carência de infraestrutura, com ausência de esgotamento sanitário em 56,2% desses domicílios, na Região Norte esse mesmo indicador sobe para 79,3% de domicílios (IBGE, 2019). Somada aos estudos sobre a inadequação da moradia, as pesquisas buscam identificar as particularidades da moradia ribeirinha, das cidades distantes da capital, como é o caso das pequenas cidades que têm dimensões urbano-rurais pouco conhecidas do poder público.

Além da discussão da questão da habitação no Brasil e na Amazônia, o seminário, de abrangência nacional, buscou dar ênfase à questão da habitação e o Serviço Social, debatendo as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas do trabalho profissional, sendo importante a apresentação de relatos de experiências dos profissionais responsáveis pela execução (e em alguns casos, pelo planejamento) da política habitacional, como um espaço de trocas entre a academia, a execução das políticas públicas e a organização política dos movimentos sociais pelo direito à cidade. No âmbito das políticas habitacionais, os/as profissionais, por sua condição de trabalhadores/as assalariados/as, movimentam-se entre as requisições do Estado de controle da vida social dos moradores atendidos em projetos habitacionais e as respostas profissionais, na maioria das vezes, muito limitadas pela própria configuração da política de habitação. Entretanto, o limite da política pode ser – e muitas das vezes é – tensionado, disputado por concepções e práticas teórico-metodológicas que se orientam à defesa dos direitos sociais e à emancipação humana. A perspectiva do direito à cidade tem orientado muitos profissionais em seu exercício profissional, dentre eles, os/as Assistentes Sociais.

Para o Serviço Social brasileiro – e áreas afins – a complexidade da questão da habitação, da política urbana e habitacional e as formas de resistência nos territórios populares são da maior importância, considerando tanto os estudos e as pesquisas realizados nos Programas de Pós-Graduação da área, vinculados aos Grupos de Estudos e Pesquisas, quanto a inserção profissional de assistentes sociais em equipes de Trabalho Social em projetos urbanos e habitacionais desenvolvidos, especialmente em prefeituras municipais.

Assim, esta coletânea *Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais* pretende, a partir de uma perspectivaria de totalidade, dar visibilidade à discussão dos fundamentos sócio-históricos da (complexa) questão da habitação na ordem burguesa e a particularidade que assume em diferentes regiões do país, o que exige a interpretação mediada da questão social às questões agrária, urbana, ambiental, racial, étnica e de gênero. Além disso, pretende abordar os fundamentos do trabalho profissional na área habitacional, o que exige a apreensão das respostas (contraditórias) do Estado capitalista à questão urbana e habitacional, através das políticas habitacionais e nesse particular, a apreensão do

Trabalho Social, que é um componente da política habitacional, em que os profissionais, dentre eles os/as assistentes sociais, desenvolvem seu trabalho profissional. É objetivo desta Coletânea dar também visibilidade aos movimentos sociais que, nos diferentes territórios no Brasil, produzem resistências (trabalhadores/as urbanos e rurais, mulheres, pretos/as, jovens, ribeirinhos/as, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+) pelo direito à terra e ao trabalho, à vida, resistências pelo direito à cidade.

A coletânea é composta por nove capítulos resultantes das reflexões das conferências e palestras e por nove trabalhos apresentados no evento, os quais foram selecionados para publicação.

O capítulo de autoria de Edmílson Brito Rodrigues, intitulado “**Crise, Pandemia e Desigualdades: impactos na questão urbana e habitacional**”, apresenta dados sobre a desigualdade no acesso aos serviços urbanos no Brasil e no estado do Pará, referente ao saneamento básico, moradia e saúde. O autor tece críticas ao desmonte dos direitos sociais e afirma que o conceito de “urbicídio”, discutido pela Organizações das Nações Unidas, que se refere à destruição de cidades, pode servir como metáfora para explicar o aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas ou, como afirma o autor: “Não seria “urbicídio” essa destruição do equilíbrio social, ecológico e da democracia do nosso território, e particularmente das cidades brasileiras, tendo em vista que as decisões são de caráter político, que elas cumprem interesses que vão para além dos interesses sociais, e praticamente significam o uso do estado brasileiro em função exclusivamente do enriquecimento de uns muito ricos às custas da destruição de direitos, inclusive direitos de moradia de milhões e milhões de brasileiros?”. O autor demonstra que a agenda urbana deve considerar a defesa de direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, da comunidade LGBTQIAP+ e destaca a importância da defesa das instâncias democráticas, da retomada de um Plano Nacional de Desenvolvimento e Gestão que seja baseado na participação popular, assim como defende a necessidade do financiamento para as políticas públicas voltadas aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

O capítulo “**Questão social e questão agrária: o debate realizado pelo Serviço Social a partir de seu projeto ético político**”, de Raquel Santos Sant’Ana, busca evidenciar os nexos entre a questão agrária e a questão social. A autora defende que as questões urbana, agrária e ambiental devem ser vistas e estudadas como componentes da questão social, devendo perpassar os três Núcleos de Fundamentação postas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional), não devendo ser trabalhadas apenas em disciplinas específicas (e em geral, eletivas). Demonstra que a lógica do capital de busca de lucro, atravessa as relações sociais desiguais no campo e na cidade e, a interpretação dessa lógica em uma perspectiva de totalidade, permite a apreensão da questão étnico-racial e de gênero, como particularidades da produção da desigualdade social no capitalismo. Conforme assinala a autora: “Nas diretrizes curriculares da ABEPSS, embora esteja prevista essa busca pela perspectiva de totalidade, nem sempre foi possível aos sujeitos do processo formativo adensar as análises de maneira que as relações de trabalho e exploração no capitalismo pudessem considerar outros elementos que compõem a classe trabalhadora e os diferentes territórios, os quais trazem particularidades diferenciadas daquelas centradas nas relações urbano/industriais.”

Suenya Santos, no capítulo intitulado “**Produção de conhecimentos em Serviço Social: contribuições a partir do acúmulo no GTP da ABEPSS sobre questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social**” analisa a produção de conhecimentos na área do Serviço Social acerca das temáticas relacionadas às questões agrária, urbana e ambiental e debatidas nos encontros da categoria profissional e sistematizadas pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Discute que um dos desafios postos ao Serviço Social tem sido a busca da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental em uma dimensão de totalidade. Afirma a autora: “Reivindica-se, portanto, uma abordagem metodológica inspirada no método marxiano, e afirmada nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social, que compreende as expressões da questão social nos territórios rurais, urbanos, ambientais em sua (bio)diversidade, ou seja, considerando sujeitos, biomas, fauna, flora e o conjunto de bens naturais, como uma totalidade dialética.”. A produção de conhecimento na área de Serviço Social tem avançado nos estudos que evidenciam a particularidade da questão social no Brasil, onde a concentração fundiária está imbricada à questão étnico-racial, patriarcal e ambiental. A autora avalia que há a necessidade de avançar no diálogo com o pensamento decolonial crítico produzido na América Latina, pois “os estudos sobre patriarcado, feminismos, povos originários e questões étnico-raciais têm colaborado para a compreensão de que a questão social se estrutura a partir de domínios e conflitos não apenas de classe, mas de gênero e divisão sexual do trabalho, de raça e etnia”.

O texto de Isabel Cristina da Costa Cardoso, “**Proposições para uma agenda de ação-reflexão do Serviço Social sobre a produção social do espaço: desafios e tarefas**”, pretende contribuir com a interpretação teórico-metodológica de perspectiva crítica e ação política quanto à identificação e compreensão das contradições acerca do espaço e da vida cotidiana. A partir do pensamento de Lefebvre, a autora afirma que é “necessário, assim, reconhecer nossos campos cegos e cegantes no interior dos debates da chamada ‘questão urbana’, profundamente fragmentados (e fragmentadores do real) pelos diferentes objetos e saberes disciplinares e científicos que invisibilizam, escanteiam, hierarquizam ou mesmo negam outros sujeitos, saberes, práticas, espaços e perspectivas analíticas e políticas de adentrar o debate, notadamente latino-americanos. Igualmente urgente é reconhecer e romper criticamente com parâmetros de pensamento sobre a formação histórica e espacial do Brasil que partem de hierarquias igualmente cegantes, como pensar a diversidade tempo-espacial do desenvolvimento dessa formação social e cultural concreta a partir da dinâmica intra e inter-regional do eixo Sul-Sudeste”. O texto aponta uma agenda propositiva do Serviço Social acerca da produção social do espaço e aponta a necessidade de os estudos darem visibilidade a outras centralidades históricas, espaciais e étnico-raciais, a exemplo da realidade amazônica, como forma de “deslocar criticamente a tendência hierarquizante de pensar o Brasil, as suas dinâmicas e seus processos históricos e espaciais de desenvolvimento, as relações sociais, os sujeitos sociais e políticos, suas determinações étnico-raciais, suas culturas, saberes e práticas populares e tradicionais, as expressões da questão social e da profissão a partir da escala regional Sul-Sudeste como epicentro do Brasil, com primazia dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo” e avalia como importante o “fortalecimento e a difusão de um projeto político-pedagógico antirracista para a formação do Serviço Social, fundado sobre a reflexão crítica

ao colonialismo, à colonialidade e à práxis reiterante do racismo de nossa formação histórica e espacial e que se reproduz nos espaços institucionais universitários em geral e da formação profissional do Serviço Social.”

O texto “**Relação campo/cidade e Serviço Social: um debate (ins)urgente**”, de Maria Elvira Rocha de Sá, Jane Andréia Cabral e Silva e Nádia Socorro Fialho Nascimento, busca analisar a relação campo/cidade e problematizar a dicotomia campo/cidade, urbano/rural, a partir de aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social. Demonstram que em uma perspectiva de totalidade, é possível interpretar os rebatimentos da lógica mercadológica do capital na produção da vida social tanto no campo, como na cidade, a exemplo das condições de moradia, cuja moradia adequada implica no acesso aos equipamentos de infraestrutura básica (saneamento, mobilidade, regularização fundiária). Nos dizeres das autoras: “Essas condições dizem respeito ao direito inalienável à vida plena e são impossíveis sob a lógica do capital, uma vez que nela a natureza e o trabalho humano são tornados mercadorias. Desconsiderar a relação entre esses dois elementos – natureza e trabalho humano –, inclusive colocando-os como polos opostos de uma mesma realidade, leva não só à manutenção da exploração capitalista, como também ao próprio risco de extinção da vida, sob todas as suas formas, no planeta Terra (...).”. O texto demonstra a validade da resistência na Amazônia, dos povos do campo, da cidade, da floresta e das águas em uma perspectiva revolucionária e insurgente dos povos que historicamente foram (e continuam a ser) saqueados, oprimidos e despossuídos.

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e Thaís Helena Modesto Villar de Carvalho, no texto “**Política habitacional e Serviço Social: inquietações para o exercício profissional em uma direção antirracista**”, discutem o trabalho profissional de assistentes sociais no contexto das contradições que atravessam a política habitacional e urbana e do desmonte dos direitos sociais, em que se inclui a habitação, bem como os impactos desse contexto sobre a população negra, no que se refere ao acesso à moradia digna. Voltam suas análises ao trabalho profissional inserido na “diversidade cotidiana expressa nos espaços da cidade, mercantilizados e alicerçados nas relações de propriedade, construídas a partir das prioridades do capital e da burguesia que as gerenciam sob a lógica de políticas e programas sociais privatizados, cujas consequências são dramáticas para homens e mulheres, negros e negras, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e ciganos, que vivenciam racismos, sexismos, segregacionismos e xenofobismos, sob tensões e sofrimentos”. As autoras argumentam que no exercício profissional, particularmente na política habitacional, os/as assistentes sociais devem garantir uma intervenção profissional antirracista como forma de contribuir com a superação do racismo estrutural e permitir a reparação de danos históricos, sociais e econômicos causados à população negra. E, nesse sentido, contribuir com as articulações das lutas da população negra com as lutas gerais do conjunto dos/as trabalhadores/as e contra todas as formas de opressão. Defendem as autoras que, apesar dos avanços, há a necessidade de aprofundamento do debate da questão étnico-racial no Serviço Social em nível da formação e do exercício profissional para embasar a atuação profissional sob uma perspectiva antirracista.

No texto “**A experiência do Fórum de Trabalho Social em habitação de São Paulo**”, Rosangela Dias Oliveira da Paz e Núria Pardillos Vieira apresentam a trajetória do

Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, ressaltando a importância do Trabalho Social como componente da política e da atuação profissional na área urbana e habitacional. Destacam também a importância das articulações políticas e intervenções coletivas que reafirmem a direção social da intervenção profissional voltada à efetivação do direito à moradia e à cidade. As autoras apontam as principais proposições do fórum, os quais se vinculam às pautas da luta pela reforma urbana e afirmam que “o trabalho social em habitação de interesse social deve ser entendido como processo, e, como tal, possui elementos passíveis de mensuração (produtos especificamente desenvolvidos – atividades) e outros que apresentam particularidades de acordo com a realidade local e perfil do grupo de população, que nem sempre podem ser padronizados em normatizações”.

O texto “**Aproximação entre Universidade e profissionais de Serviço Social na área da habitação: estratégia de fortalecimento do Trabalho Social**”, de Joana Valente Santana e Leonardo Costa Miranda, apresenta as ações de aproximação do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) da Universidade Federal do Pará, com os/as profissionais de Serviço Social, no sentido de contribuir com a formação continuada desses profissionais. Os autores apresentam uma síntese dos relatos de experiência dos/das profissionais que participaram dos seminários desenvolvidos pelo grupo em 2019 e 2021 e demonstram que “Os/as assistentes sociais apontam a necessidade de construção de estratégias aos trabalhos executados nas políticas urbanas e habitacionais para resistir nos seus espaços sócio ocupacionais pois o trabalho profissional de assistentes sociais, em grande parte destes, inseridos em equipes de trabalho social, é atravessado por inúmeros interesses, geralmente, antagônicos, e que estão diretamente ligados à luta de classes constituintes da ordem burguesa. Algumas dessas estratégias citadas nos relatos de experiência pelos/as Assistentes Sociais são as seguintes: a) orientar suas intervenções com base em uma teoria crítica; b) dialogar com instituições de outras políticas sociais para alcançar as demandas das famílias; c) atendimentos humanizados às famílias, coletivos e individuais; d) assessoria aos movimentos sociais urbanos e entidades urbanas. [...] Os relatos de experiência são reveladores do lugar que o Trabalho Social ocupa no campo das disputas e resistências por melhores condições de trabalho e luta por direitos sociais, particularmente, mediante o estímulo à participação social dos moradores”.

O texto “**Trabalho Social na habitação: dilemas e desafios ao trabalho profissional**”, de Raquel Paiva Gomes, Joana Valente Santana e Joicy Helena da Costa Pantoja, apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa *Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil: requisições e respostas profissionais*, o qual busca evidenciar os principais avanços, entraves e desafios dos assistentes sociais, estes que são responsáveis, na maioria das vezes, pelo planejamento e execução dos projetos técnicos sociais inseridos nos programas federais na área habitacional. As autoras discutem a concepção de Trabalho Social produzida em nível nacional e internacional. Além disso, a partir de debates realizados pelos movimentos sociais e universidades, da literatura produzida sobre o Trabalho Social e da análise dos Projetos Técnicos Sociais desenvolvidos em cinco municípios brasileiros, o texto problematiza questões sobre os dilemas e os desafios postos aos profissionais que trabalham em equipes de Trabalho Social no Brasil. Sintetizam as autoras que: “[...] há um abismo entre o discurso e as pretensões do Trabalho Social e suas efetivas intervenções. [...]. Enquanto mediadores entre o poder

público e os representantes da população usuária dos serviços, os trabalhadores sociais, pela sua condição de trabalhadores assalariados, cumprem objetivos que lhe são atribuídos socialmente, que ultrapassam sua vontade e intencionalidade [...]. Ao mesmo tempo, e de forma contraditória, existem as concepções e práticas do Trabalho Social de natureza progressista que se voltam à defesa da democracia e dos direitos sociais e à ampliação do acesso aos serviços públicos à classe trabalhadora, ainda que os espaços públicos sejam limitados pela própria configuração da política social na ordem burguesa. Nesse sentido, os espaços contraditórios de intervenção profissional devem ser considerados espaços de disputa e orientados por princípios éticos e políticos que fomentem processos participativos nos territórios junto àqueles que sofrem todas as formas de exploração e opressão.”

Por fim, selecionamos um conjunto de trabalhos que foram apresentados no *II Seminário Habitação na Amazônia/Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*, que expressam a diversidade regional, a pluralidade dos eixos temáticos e, também, as modalidades de Comunicação Científica e Relato de Experiência.

Assim, a Coletânea representa a socialização da produção de conhecimento dessa iniciativa coletiva, em um momento de esperanças, lutas e defesa da democracia brasileira, após um longo período de resistências ao golpe de 2016, a quatro anos de governo Bolsonaro (2019-2022), a pandemia da covid-19. Que esta publicação contribua com estudos, pesquisas e intervenções na direção da efetivação do direito à cidade, à moradia, ao meio ambiente e a reconstrução da democracia brasileira.

Belém-Pará / São Paulo/SP, fevereiro de 2023.

Joana Valente Santana
Rosangela Dias Oliveira da Paz
Rovaine Ribeiro
Anna Carolina Gomes Holanda
Olga Myrla Tabaranã Silva
(Organizadoras)

CRISE, PANDEMIA E DESIGUALDADES: IMPACTOS NA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL

Edmilson Brito Rodrigues

Em primeiro lugar, agradeço à professora Joana Valente, exemplo de uma práxis científica voltada à produção do mundo justo, pela honra de ter sido convidado a participar deste importante evento. Mais honrado, ainda, por compartilhar a mesa com a sabedoria da professora Ermínia Maricato, uma das maiores referências do urbanismo crítico.

Eventos como este ajudam-nos a tornar ainda mais fértil o chão da revolução urbana tão imprescindível à humanização do território brasileiro e do mundo.

Belém, como muitas cidades brasileiras, tem muitas coisas bonitas a serem mostradas, mas necessário se faz refletir sobre seus problemas, a fim de contribuir na busca de saídas para a crise urbana do Brasil. Belém é uma cidade pobre e desigual, a terceira com maior índice de desigualdade entre as capitais do Brasil. Nela não há morros, ao contrário, há baixadas (áreas alagadas ou alagáveis por estarem abaixo da cota 4m). Quase metade de seu território constitui-se de baixadas, que são áreas pertencentes à União – *terras de marinha*, conforme Decreto-Lei 9.760/46 com base na linha da preamar média das marés altas de 1831, ocupando uma faixa de terra de 33 metros ao longo de toda a costa brasileira –, criando, assim, uma dificuldade enorme para o planejamento urbano e para a regularização fundiária.

Fui apresentado aqui como professor, o que é uma honra, e como prefeito de Belém pela terceira vez, o que é um privilégio, mas também me traz preocupações. A pensadora brasileira Maria da Conceição Tavares, em um evento do PT, em 1996, antes da minha posse no primeiro mandato de prefeito, disse-me: “Moleque, o que é que tu vais fazer no governo de uma cidade tão pobre como Belém, onde, 20 anos atrás, pela primeira vez na minha vida, eu vi uma criança de nove anos ou menos prostituída?”. Aquilo me provocou um frio na barriga. A mesa era formada por Cristóvão Buarque, do Distrito Federal (DF), Raul Pont (Porto Alegre) e outros governantes locais deste país pobre, cujas desigualdades intraurbanas e inter-regionais são tão fortes que fizeram Florestan Fernandes alertar sobre os riscos para os socialistas que governam as cidades; os governos subnacionais seriam armadilhas, haja vista não disporem do poder de determinação sobre questões estruturais como política macroeconômica, dívida pública, política fiscal, e outras coisas importantes para se pensar o território brasileiro como uma totalidade integrada a um sistema-mundo que exige ser revolucionada.

Mas é necessário correr riscos quando se pretende mudar o mundo para melhor, apesar de ser muito difícil, mesmo, governar uma cidade pobre e desigual, porque se sabe que sem recursos financeiros não se faz muita coisa, ainda mais quando se administra uma cidade literalmente destruída após 16 anos de governos liberais limitados a manter a ordem perversa.

Programas premiados foram extintos. Por exemplo, em breve teremos um moderno sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos, mas o sistema de limpeza da metrópole, que em 2004 mereceu o prêmio Dubai da ONU (Habitat) como uma das dez melhores práticas do mundo (Programa de Desenvolvimento Humano na Comunidade do Aurá) foi

desestruturado. Hoje vivemos uma nova “crise do lixo”, um inferno metropolitano intencionalmente instalado, desde que uma empresa transnacional, sem o prévio processo licitatório, mas com o aval de membros do sistema da justiça (promotores públicos, juízes etc.) assumiu a gestão do sistema. Quando o intuito exclusivo de enriquecimento ilícito, ainda que institucionalmente acobertado, estabelece-se, o resultado é o aprofundamento da crise e a produção de heranças malditas que aumentam os riscos de sermos apreendidos pela armadilha do limitado poder de determinação dos governos locais.

A pergunta que se faz é: Pode-se admitir a destruição de programas tão fundamentais à cidade? Por que o estado é incapaz de impedir e, muitas vezes, até legitima a negação de direitos da cidadania? Por que a sociedade tem dificuldade para reagir e impedir retrocessos no exercício dos direitos à cidadania que ainda são tão insuficientes?

Assiste alguma razão aos socialistas que têm medo de ocupar espaços de poder local. Ainda mais porque há uma intencional criminalização da política perpetrada pelos agentes hegemônicos do uso do território. Contudo, há de se ter coragem para assumir o desafio de contribuir com mudanças no modo de governar a fim de viabilizar reformas urbanas que nutram o projeto de mudanças estruturais necessários à superação da profunda crise urbana brasileira. No meu caso, como arquiteto e urbanista devo acreditar no futuro urbano socialmente justo, ecologicamente equilibrado e democrático como possibilidade. Aliás, Ermínia Maricato, Joana Valente, demais participantes, a razão deste seminário é nossa condição de sonhadores, dos que nunca se negam a assumir a complexa tarefa de ampliar as possibilidades e reduzir os limites impostos pelas circunstâncias e, mais do que isso, pelo sistema do capital que só pode se reproduzir produzindo escassez – condição para a mercantilização de tudo e para a acumulação da massa de lucro –, ou seja, a sistêmica e intencional negação de bens e serviços necessários à cidadania plena, em que o direito de morar se destaca. Então, se a experiência de reconstrução é difícil, mais ainda em tempo de uma assustadora pandemia (Covid-19), ela é também imprescindível e poderá ser virtuosa.

Um seminário de Serviço Social, área técnico-científica e profissional tão engajada na defesa do direito ao exercício pleno da cidadania a uma cidade urbanizada e humana, ganha importância no necessário esforço de pensarmos uma saída para a crise socioespacial. A discussão sobre habitação, no período da pandemia da covid-19, torna-se mais importante porque a gestão da máquina pública municipal ficou mais difícil. Nesse aspecto é uma honra falar que Belém alcançou as mais elevadas taxas de imunização em todas as faixas etárias, superando os índices de vacinação ocorridos nas maiores e mais ricas metrópoles. Isso é uma vitória também ideológica, haja vista que aqui o fascismo tem força expressiva, tanto que o candidato da extrema direita quase ganha a eleição na qual fui eleito prefeito em 2020. O candidato, apoiado pelo presidente da república Jair Bolsonaro, chegou perto da vitória. Como explicar essa contradição? Como um candidato representante de uma experiência de administração premiada quase sofre uma derrota para alguém que meses antes era totalmente desconhecido? A Ermínia Maricato nos evocou à importância de um esforço sistemático de recuperação da memória. Certamente, um certo descompromisso com a comunicação e com a memória das diversas experiências de esquerda de administração de cidades explica o porquê do sucesso de candidaturas oportunistas e descompromissadas com a verdade histórica. A capacidade ofensiva dos agentes hegemônicos tem conseguido, via de regra, eficácia em destruir experiências belas,

porque comprometidas com a justiça social, o equilíbrio ecológico e a democracia verdadeiramente consubstanciada na soberania popular.

Recentemente escrevi um capítulo do livro *Reflexões Geográficas em Tempos de Pandemia*, organizado por Ayala Colares e Luís Augusto Soares, geógrafos. Entre outras coisas, eu advoguei que a pandemia é um evento geográfico, quando se analisam os sistemas de ações articulados e indissociáveis dos sistemas de objetos, como pensa Milton Santos. Os sistemas de ações e seus eventos têm um conteúdo de intencionalidade. É arriscado dizer que uma pandemia é intencional, porque os fascistas sempre distorcerão as ideias na perspectiva anticientífica, na afirmação de que a China fez um novo vírus pra provocar a pandemia e, com isso, ganhar dinheiro. Mas, do ponto de vista de uma abordagem histórica, o processo de desenvolvimento da sociedade sob um padrão voltado à submissão do espaço mundial e dos territórios nacionais à racionalidade capitalista, a lógica do lucro, como objetivo absoluto, tem gerado, como regra, situações de desequilíbrio (miséria, fome, falta de moradia e de saneamento básico, desflorestamento etc.) que, em grande medida, estão vinculadas ao surgimento de pandemias e outros eventos de caráter biológico, sanitário e socioespacial.

Então, refletir na perspectiva de espaço como um sistema de sistemas, uma hibridez entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite-nos pensar criticamente a ação dos sujeitos hegemônicos que buscam o uso do território baseado no desmatamento, na exploração mineral a qualquer custo, dizimando comunidades tradicionais, comunidades indígenas, e nas áreas urbanas tendo como vetor o capital talvez mais sanguinário, que é o capital especulativo, imobiliário. Aliás, refletindo sobre capitalismo e a questão da moradia, em um livro organizado por Ermínia Maricato com participação de Paul Singer, esse tema é tratado de modo profundo. Como foi pensado por Marx, a partir da teoria de David Ricardo sobre a renda da terra o professor Paul Singer e Ermínia refletem sobre o poder que a especulação imobiliária tem de destruir projetos e estruturas institucionais lindos.

Com a intenção de mudar o país, de transformar o território brasileiro em um abrigo para todos e não só pra uma minoria, as instituições e as normas, que foram conquistas sociais, podem cumprir papel importante para viabilizar este futuro possível, justo, feliz e em que o direito à habitação seja mais um dos direitos garantidos a todos os cidadãos; que o direito de morar dignamente seja tratado como inalienável à condição de cidadania. A criação do Ministério das Cidades, o Estatuto da Cidade, entre outros, são exemplos de conquistas históricas inviabilizadas pela lógica hegemônica.

Infelizmente, as desigualdades, como observou a Ermínia Maricato, só têm crescido no país ao longo dos últimos anos. Quando se busca dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se, no máximo, dados projetados até 2019, porque há intencionalidade na desinformação das forças autoritárias instaladas no Brasil a partir do golpe de 2016 que cassou criminosamente o mandato da presidente Dilma Rousseff. A violência institucional e o ódio não eram só contra a Dilma, mas contra a possibilidade do Brasil afirmar-se cada vez mais como país soberano, exercendo a possibilidade de uma verdadeira modernização, que buscasse equilíbrio ecológico e justiça social, e não a modernização conservadora ou incompleta, que se faz como discurso, como fábula de desenvolvimento, já que esse padrão de acumulação provoca mais desigualdades, busca eliminar as diferenças que enriquecem o território em termos étnicos e paisagísticos e ampliar as desigualdades e vai, efetivamente,

em nome do lucro fácil, destruindo instituições e direitos nos mais variados aspectos. Eu coletei alguns dados que talvez corroborem com aqueles oferecidos pela professora Ermínia Maricato, que mostram que, além da habitação, a cidadania plena com inspiração nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi contemplada na Nova Agenda Urbana resultante da 3^a Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre habitação e desenvolvimento urbano realizada em Quito, em dezembro de 2016. A nova agenda urbana confirma, assim, objetivos que configuram a busca de uma cidade que ofereça, em plenitude, a cidadania. Então, ela não esquece, por exemplo, da violência contra mulheres, negros, indígenas, a comunidade LGBTQIAP+, que passam a ser temas necessários e indissociáveis da visão de desenvolvimento urbano. Naturalmente, a moradia é direito de todos, mas nós sabemos que em um país desigual, onde milhões de mulheres em situação de pobreza são chefes de família, quão é importante que uma política nacional considere a questão de gênero e outras questões que vão para além do estrito direito ao teto.

Mas vejamos dados do Sistema Nacional de Informação sobre o Saneamento (SNIS): 35 milhões de brasileiros não tem água potável; 100 milhões não tem acesso à rede de esgoto (e não estou falando do seu tratamento). No Pará, 53% não tem acesso a sistemas de água potável. Vale observar que o Pará é parte da Amazônia, que tem o maior acervo de água doce do planeta. O aquífero Alter do Chão é, hoje, considerado o maior do Brasil. Nesse estado nós temos uma capital com um déficit de cerca de 400 mil habitantes sem acesso à rede pública e a Companhia Estadual de Saneamento (Cosanpa) não consegue dar conta de suprir a população desse direito básico. E já foram décadas desde que a ditadura, em 1972 (quando foi criado o SERFHAU – Sistema Federal de Habitação e Urbanismo), concedeu às empresas estaduais a gestão dos sistemas de água e esgoto das nove regiões metropolitanas então instituídas, inclusive a de Belém. E o déficit é alto com regra geral, sendo menores no sul e no sudeste. Contudo, chega a ser paradoxal que um estado como o Pará tenha 4,5 milhões dos seus 8,7 milhões de habitantes sem acesso à água potável, as pessoas tomam água, mas adoecem porque usam poços com possibilidade de contaminação e, por isso, os índices de morbidade são elevados e a mortalidade infantil acima da média nacional. Além disso há um déficit de 88% de rede de esgoto, ou seja, a 8 milhões de paraenses é negado esse direito, no campo e nas cidades.

James Zomighani Junior, em uma pesquisa sobre a população médica em relação à população geral do Brasil durante a pandemia em 2020, mostra que em Brasília há 5,54 médicos por mil habitantes. A capital, então, é a cidade mais bem aquinhoadas nessa relação; Rio de Janeiro 4,4 por mil habitantes; São Paulo, a metrópole mais rica do Brasil, tem apenas 3,31. O Pará tem 0,98 médicos por mil habitantes e, apesar de o então governador Flávio Dino do Maranhão ter feito um trabalho voltado realmente a diminuir as desigualdades socioespaciais, nesse estado há apenas 0,93 médicos por mil habitantes. Então esses dados assustam, mas eles são parte da nossa realidade desigualmente estruturada.

Se olharmos o aspecto do déficit habitacional, constatamos que as desigualdades intraurbanas e inter-regionais são abismais. Vale lembrar que a Ermínia Maricato, idealizadora do Ministério das Cidades, comandou um importante estudo que serviu como programa de governo que elegeu o Lula presidente em 2002. Esse foi o mais profundo e rico estudo sobre financiamento e prova de que é possível zerar o déficit habitacional no

Brasil. Infelizmente, injunções políticas levaram o Ministério das Cidades a ser controlado pelo Partido Progressista (PP), partido do Maluf, e isso alterou negativamente os rumos da política urbana tão bem elaborada. Apoio a eleição do Lula¹ à presidência em 2022. É claro que julgo fundamental um projeto claro para Amazônia, por sua importância estratégica à soberania territorial e à contenção da crise climática que se aprofunda devido ao desmatamento e os incêndios criminosos da floresta. Além disso, uma nova política nacional de desenvolvimento urbano obediente à Nova Agenda Urbana da ONU é aspecto fundamental a ser defendido. Essa perspectiva progressista evoca-nos a defender a ideia de que se é lícito ter diferentes partidos colaborando em várias pastas, uma, contudo, deve ser “do presidente” e, por isso, estará fora das partições político-partidárias: a política de desenvolvimento urbano com a reinstalação do Ministério das Cidades. Confesso ter sentido tristeza ao ver Olívio Dutra exonerado do Ministério das Cidades e substituído por forças descomprometidas com a reforma urbana tão imprescindível ao país.

Esse fato político merece ser lembrado para que não cometamos erros de consequências irreversíveis. Sabemos, que com todas as contradições, o Governo Lula foi uma revolução no país em que o pobre nunca tinha tido vez, e onde o “nós” sempre aterrorizou aqueles que ocupam a estrutura do estado, porque o “nós” é perigoso, e quando se ouve a Ermínia Maricato falar em conferências municipais, estaduais e nacionais, organizadas na perspectiva da reforma urbana, nós podemos afirmar que isso se reproduziu em diversas áreas (saúde, povos indígenas, educação, cultura etc.). Importa lembrar os avanços consequentes da superação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Sim, porque o Fundef criado por Fernando Henrique Cardoso foi um crime contra as crianças com menos de 7 anos, contra todas as crianças com deficiência, além dos jovens com mais de 14 anos que não tinham concluído o ensino fundamental, que não eram contabilizados nas estatísticas, porque eram desconsiderados fins de pagamento do *per capita* às prefeituras e estados. O Fundef criou uma geração de jovens com deficiências profundas em sua formação escolar. A explicação é simples: prefeitos e governadores fecharam creches, programas de educação de jovens e adultos, programas de educação inclusiva para crianças com deficiência, haja vista que esses serviços essenciais deixaram de ser remunerados. Então, a implantação do Fundeb foi uma conquista revolucionária para nosso país, que passou a incluir crianças de todas as faixas etárias nos investimentos do fundo. Como advogam educadores, a faixa etária entre 0 e 7 anos é a que mais permite potencializar o desenvolvimento integral de uma criança, com vistas a sua formação como cidadã plena, na medida em que é o período em que as conexões cerebrais, as sinapses, são construídas e, depois, vão ser desenvolvidas de modo que crianças violentadas na primeira infância pela negação do direito à educação são hoje adultos carentes de uma formação que garanta o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e a sociabilidade. Claro, a dinâmica urbana sofreu as consequências dessas irresponsabilidades.

São muitas as conquistas desse curto período histórico e nós, que fizemos parte dessa realização de sonhos, temos que recuperar essa memória, mesmo porque os fascistas tentam a apagar ou a enlamear.

¹ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil no período de 2003 a 2010.

Retomemos à questão habitacional propriamente dita. Segundo a Fundação João Pinheiro, com base em dados do IBGE, em 2016 tínhamos 5.657 milhões de pessoas sem casa no Brasil. O déficit quantitativo em 2019 já alcançara quase 5,9 milhões. No Pará o déficit alcançou em 2019, 354.296 famílias sem teto, o que é muito significativo para uma população de 8,7 milhões de habitantes. E Belém, que em 2016 tinha um déficit de 62.816 unidades, em 3 anos alcançou 79.490, período em que a cidade ficou mais pobre. Vê-se, portanto, que os desafios são enormes.

Há um abismo entre a realidade e a nossa Constituição da República (1988). No capítulo que compõe o livro “Reflexões Geográficas em tempos de pandemia” busquei na Constituição de 1988, entre outras referências, o Art. 3º, §3 que diz: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, no §4 diz: “promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Infelizmente, o que vimos recentemente, após o golpe de 2016, foi o fim do Ministério das Cidades, de um programa fundamental para o desenvolvimento econômico para garantia do direito à moradia (Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV), que precisava certamente de ajustes como defende a Ermínia Maricato, mas que foi extinto e, o que é pior, substituído por uma ficção, o *Programa Casa Verde e Amarela*, logo, o resultado tem sido: obras paradas, empresas falidas, operários desempregados e mais alguns milhões de brasileiros sem teto. E, paradoxalmente, empresários que se capitalizaram através de programas como PMCMV e PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) ajudaram a dar o golpe em 2016, muitos dos quais mantêm apoio à política de destruição de direitos e à destruição institucional do país, comandada pelo presidente fascista Jair Bolsonaro.

Pode ser exagero meu afirmar que vivemos uma espécie de “urbicídio” no Brasil, devido ao intencional processo de aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas. O conceito de “urbicídio” vem sendo discutido pela ONU através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O debate surgiu em 2013, devido aos bombardeios na Iugoslávia, Sarajevo e outras cidades históricas importantes, onde a destruição do patrimônio histórico, cultural e natural foi assustadora. Então, passou-se a debater a possibilidade de tipificação de novo crime internacional, qual seja, o crime de destruição de cidades, ou “urbicídio”. Pode ser exagerado, mas serve aqui como metáfora. Não seria “urbicídio” essa destruição do equilíbrio social, ecológico e da democracia do nosso território e, particularmente, das cidades brasileiras, tendo em vista que as decisões são de caráter político, que elas cumprem interesses que vão para além dos interesses sociais e praticamente significam o uso do Estado Brasileiro em função exclusivamente do enriquecimento de uns muito ricos, às custas da destruição de direitos, inclusive direitos de moradia, de milhões e milhões de brasileiros? Então, quiçá nós possamos dizer que vivemos uma situação de “urbicídio”, de crime contra as nossas cidades, mesmo que a guerra não seja feita com mísseis como os Estados Unidos fizeram, destruindo museus e hospitais do Iraque; no Afeganistão, em nome de combate aos Talibãs, que agora voltam a governar o país com a aquiescência do império estadunidense, ou mesmo no apoio à luta fratricida na região dos Balcãs na Europa, além da conivência com a política destrutiva de cidades palestinas perpetradas pelo governo sionista de Israel. Cabe aqui uma reflexão sobre os direitos à cidade, a importância de pensar a sociedade, os que são excluídos do exercício da cidadania, entender aquilo que o geógrafo Rogério

Haesbaert ao referir-se a “território mínimo” conceitua como sendo o “corpo território”, a importância disso, porque na hora da pandemia o território corpo (humano) não tem nada além do que o próprio corpo tem como território. Ele não tem quase como sobreviver, como resistir a uma pandemia ou, quando mora em algum abrigo, não tem água, não tem condições de usar sabão, um sabonete. Como resistir a uma pandemia que exige cuidados, higiene para quem não tem o que comer, muito menos como pagar por água, em um país onde o direito a água potável é negado e onde muitas autoridades boicotam o sistema de imunização?

No Pará há um município em que o prefeito, que é um grande produtor bovino e um entusiasta da vacinação dos seus milhares de bois contra a febre aftosa, a fim de garantir a exportação de seu rebanho e uma significativa massa de lucros, é o mesmo prefeito que se nega a vacinar sua população humana por ser apoiador do negacionismo científico defendido pelo presidente da república e sua milícia anticientífica. Com isso, enquanto Belém alcança níveis exemplares de imunização seu município permanece em níveis africanos, com a diferença de que os países pobres da África não podem comprar vacinas e os países ricos lhes viram as costas. Enquanto certos prefeitos, mesmo recebendo-as em quantidade suficiente, simplesmente se negam a salvar as vidas de seus cidadãos. São autoridades criminosas, mas legitimadas pelo voto popular, o que mostra que o que estamos debatendo aqui é o que a Ermínia Maricato também destacou: a necessidade de recuperar a democracia. Com todas as limitações da nossa democracia, foram as conquistas democráticas que possibilitaram muitos avanços para a cidadania, principalmente quando se compara ao período de autoritarismo, corrupção, sofrimento, torturas, mortes e destruição da soberania nos 21 anos da ditadura iniciada em 1964.

A perspectiva agora é entender os problemas da habitação como um dos problemas urbanos vitais, centrais, e pensar nos problemas urbanos como indissociáveis, mesmo havendo uma hierarquia entre eles, e habitação realmente é algo fundamental. Então, quando se pensa nessa perspectiva de totalidade, há de se pensar nos problemas municipais de habitação, nos problemas inter e trans municipais, porque há municípios autônomos, mas as regiões metropolitanas são formadas por municípios conturbados e problemas transregionais, bem como os de dimensões nacionais.

Também é importante retomar e enriquecer as experiências de Participação Popular, de Democracia Participativa para a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento e do plano nacional de desenvolvimento urbano a ele conexo. Por enquanto, cabe elaborar o projeto que em 2023 poderá se transformar em política de governo. Sim, porque podemos ter um governo comprometido com o país, com a soberania nacional, com a cidadania e o que formos capazes de produzir de forma coletiva e ampla possa se transformar nas bases de um grande projeto voltado a superar a catástrofe urbana que nos tem sido imposta. E que se recupere a beleza de letra expressa no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole, que não podem ser sepultadas como letras belas, mas mortas.

A gestão metropolitana não alcançará a melhor eficácia sem que tenhamos instrumentos de planejamento territorial metropolitano. As desigualdades inter-regionais não serão diminuídas sem um projeto urbano para o território. Alguns países têm, na própria estrutura do Estado, espaços subnacionais de planejamento e gestão metropolitana. Na Itália dos ancestrais da Ermínia Maricato, existem as províncias que representam as

regiões ou os aglomerados urbanos. No Brasil há regiões metropolitanas, mas não há órgãos de gestão metropolitana que, contudo, estão previstos no Estatuto da Metrópole. Por isso, será um desafio a ser enfrentado, pensar uma política de desenvolvimento urbano que seja democrática e que respeite o princípio da autonomia dos entes federativos.

A crítica ao sistema, à crise urbana e à crise habitacional, no período da pandemia, não nos autoriza a positivar a covid-19. Ouvi de pensadores críticos que agora é o momento de avançar, porque a crise econômica iria parar, em grande medida, a economia e isso faria diminuir o ímpeto destrutivo da floresta e de outros níveis destrutivos da lógica capitalista. Não é isso que constatamos. Realmente, o desmatamento na Amazônia, bem como o número de incêndios aumentaram de forma drástica. Somente de agosto a julho de 2021 o desmatamento na Amazônia foi de 10.426 km², Belém tem pouco mais de 1.000 km², a área devastada equivale a dez metrópoles como Belém, que hoje tem 1,5 milhão de habitantes. Logo, na área desmatada da Amazônia caberiam dez vezes a população atual de Belém, ou seja, mais de 15 milhões de habitantes.

É um dado assustador que, em 12 meses, no meio de uma pandemia também assustadora, tenha-se destruído tanto esse bioma. Então, realmente, não dá para se positivar a pandemia. Ainda que, como bem falou a Ermínia Maricato, “toda situação de crise de qualquer dimensão econômica, social ou sanitária oferece-nos a possibilidade de sua superação qualitativa”. Esse é o desafio de nossa reflexão: pensar alternativas ao sistema desigualmente estruturado. A jornalista Cristina Serra, em artigo que escreveu para a Folha de São Paulo, dizia: “hoje, a peste se alimenta do sangue da periferia”. Isso dialoga com a ideia de “corpo território”. Realmente, onde os pobres moram, é exatamente onde o vírus tem incidência mais drástica, mesmo que para alguns epidemiologistas seja um vírus democrático, haja vista que atinge ricos e pobres, pretos e brancos, os que andam de helicópteros e os que andam a pé por falta de condições de pagar a tarifa do ônibus etc. Mas as estatísticas mostram que, entre os que são infectados pelo novo coronavírus, os níveis de óbitos da população trabalhadora, negra, periférica, favelada, os sem teto, são muito mais elevados. Então, as desigualdades socioespaciais também gritam na pandemia. Cristina Serra e outros pensadores chegam a falar em Projeto de Eugenia, porque há quem queira deixar morrer para que os que sobrevivam se constituam numa espécie de “raça superior”. Percebemos, realmente, sinais de fascismo.

Pode-se, também, afirmar que o otimismo é positivo, porque nos evoca perceber que o futuro pode ser virtuoso. Mas não há razão para a afirmação de que o coronavírus é uma boa notícia. Ermínia Maricato nos questionou: “o futuro da humanidade como será?” Alguns dirão que talvez a barbárie seja uma possibilidade; outros dirão que nem mesmo a barbárie nos espera, mas o próprio fim da humanidade. E essa é uma possibilidade real, ainda que não tão próxima. Mas devemos pensar para o longo prazo. Para Leonardo Boff: “ou obedecemos a nossa natureza essencial de respeito à casa comum ou o caminho será sem retorno”. Em se mantendo os padrões da racionalidade capitalista, é sem retorno mesmo.

Chomsky chegou a afirmar que se não tivermos um “*Green New Deal*”, uma espécie de novo acordo verde, viveremos a desgraça irreversível. Mas, também, evoca-nos a ter esperança, aquela do arquiteto norte americano Frank Lloyd Wright: “no presente repousa a esperança, haja vista que este é a sombra movendo-se entre o ontem e o amanhã”. Daí a

importância de recuperarmos o ontem como possibilidade de ancorar o futuro possível no presente, que é um conjunto de temporalidades sintetizadas.

Referências

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FJP. **Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil:** principais resultados para o período de 2016 a 2019. Colhido de http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Cartilha_DH_compressed.pdf. Acesso em: 5 dez. 2021.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

ROBICHEZ, J. O que é Urbicídio? Uma leitura crítica. **Outras Palavras**, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/>. Acesso em:

RODRIGUES, E. B. Pandemia da covid-19 e território usado no contexto da crise da globalização neoliberal. *In:* COUTO, A.; MENDES, L. (Orgs.) **Reflexões Geográficas em Tempos de pandemia.** Ananindeua: Itacaiúnas, 2020, p. 31-41.

ZOMIGHANI J. H. J. **Distribuição dos médicos – Pesquisa Covid19 no Brasil.** Colhido de www.facebook.com/mariaadelia.souza. Acesso em: 4 mai. 2020.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrópoles.** Porto Alegre, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA¹: O DEBATE REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DE SEU PROJETO ÉTICO POLÍTICO.

Raquel Santos Sant'Ana

Introdução

O Serviço Social Brasileiro, há mais de 40 anos, constrói um acúmulo teórico metodológico numa dada direção ético política que se expressa num conjunto de componentes teórico/práticos que dão ao trabalho e à formação uma perspectiva crítica e alinhada com a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da democracia, do combate à exploração e opressão e, comprometidos com a construção de uma sociedade para além do capital.

Esses componentes expressam acúmulo teórico metodológico e ideopolítico da profissão e estão materializados nas legislações que regulamentam a profissão, nos trabalhos profissionais, nas pesquisas e nas investigações, realizados em sintonia com os princípios éticos da profissão; nas orientações do conjunto CFESS/CRESS², ABEPSS³ e ENESSO⁴; no projeto de formação desenvolvido pelas unidades de ensino que seguem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS – e no direcionamento crítico no âmbito da pós graduação.

Essa profissão, que surgiu para cumprir as demandas do capital, em 40 anos fez um giro político ideológico que redirecionou o trabalho e a formação; para isso, um conjunto de ações e mobilizações feitas na década de 1970/80 foram fundamentais e permitiram que os/as profissionais, com uma perspectiva crítica e libertária, assumissem a direção das entidades representativas do serviço social brasileiro⁵ e fossem construindo, em conjunto com a categoria, esse acúmulo teórico que, hoje, é um verdadeiro patrimônio do Serviço Social brasileiro.

A ação política, a proximidade com as lutas e movimentos sociais e o avanço na produção do conhecimento foram fundamentais para esse giro da profissão. Tendo como referência a matriz teórica de base marxiana (em sua diversidade de correntes), o serviço social, ao longo de muitos debates, reflexões e produções teóricas, conseguiu definir o que é o objeto fundamental do trabalho profissional; aquilo que fez com que essa profissão fosse demandada no âmbito da sociedade capitalista: a questão social.

Pensada como o embate da relação capital/trabalho e, portanto, ineliminável da sociedade capitalista, a questão social traz para o cotidiano profissional as suas retrações mais cruéis como a violência, a fome, o adoecimento, o desemprego; por adentrar o

¹ Este texto é parte da exposição feita no II Seminário Habitação na Amazônia e Seminário Nacional Serviço Social e Habitação, mas foi revisado e adensado para esta publicação.

² Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social.

³ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁴ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

⁵ Em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) as correntes críticas da profissão assumiram a direção política do evento colocando uma nova perspectiva para o serviço social brasileiro; daí este congresso ter ficado conhecido como “Congresso da Virada”. A Este respeito conferir: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS- (Org) 30 anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009.

cotidiano profissional de forma mediada, nem sempre ela evidencia a sua profunda conexão com o processo de exploração/dominação e as resistências e lutas construídas no movimento de lutas de classes.

Ao longo da construção dos aportes teóricos para o entendimento da questão social, nem sempre algumas mediações foram explicitadas na sua complexidade e densidade. O acúmulo construído pela profissão foi processual e evidentemente marcado pelos limites históricos e concretos; um exemplo disso foi a apreensão da classe social como múltipla, racializada, com diferentes sexos e sexualidades, como tem ocorrido nos últimos anos.

Ainda assim, é preciso destacar que o Serviço Social fez uma trajetória teórico metodológica e ético política que permitiu que ele conseguisse manter um posicionamento crítico à sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como uma profissão de cunho eminentemente intervencional, seguisse ao lado dos trabalhadores e dos demais segmentos oprimidos pela sociabilidade atual. Para isso, diversos elementos foram fundamentais, mas destaco em especial o avanço dos programas de pós-graduação na área, o que permitiu a sistematização e a produção do conhecimento não só a respeito da profissão, mas das políticas sociais, do Estado capitalista e da realidade sociopolítica na qual a profissão se insere.

A apreensão das particularidades que compõem o embate do capital/trabalho, em diferentes territórios e com rebatimentos ambientais profundos, também é um adensamento que ficou melhor explicitado nas produções teóricas das últimas décadas e, para isso, dois elementos foram fundamentais: a ampliação dos programas de pós-graduação⁶ e a criação, por parte ABEPSS, dos grupos temáticos de pesquisa (GTPs) e, em especial, do GTP de questões agrária, urbana e ambiental que em muito contribuiu para que as pesquisadores e pesquisadores dessa área pudessesem avançar no debate, nas pesquisas e nas reflexões a respeito.

Este texto traz alguns aportes para pensar a relação entre questão agrária e sua conexão com a questão social. Para isso, será discutido aquilo que entendemos como questão social e a particularidade da questão agrária na proposta de formação profissional e, na sequência, ainda que brevemente, serão apresentados alguns elementos constitutivos da questão agrária brasileira.

Questão agrária como particularidade da questão social e o processo formativo.

No Brasil desta segunda década do século XXI, uma série de violações de direitos e violências praticadas, em especial junto aos segmentos mais vulnerabilizados, explicitam o quanto o Estado de direitos está cada vez mais sucateado e, segue como fez historicamente: sem sequer atender minimamente aos requisitos da cidadania burguesa.

O termo cidadania, neste país, vai se tornando um discurso esvaziado à medida que seus princípios básicos não são efetivados e um direito humano fundamental, como o

⁶ O primeiro programa de pós graduação em serviço social surge em 1971, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desde então foram criados diversos programas que em 2019 somavam 36, sendo que todos oferecem mestrado *stricto sensu* e 20 ofereciam também o doutorado (CAPES 2019). Hoje o serviço social brasileiro é reconhecido como área de conhecimento pela CAPES e CNPq.

acesso ao alimento, é negado a milhões de brasileiros: mais da metade da população brasileira está em situação de insegurança alimentar, ou seja, ou com fome, ou com medo de passar fome. É o que indica a recente pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Pessan):

41,3% dos domicílios estavam em situação de SA [Segurança Alimentar], enquanto em 28,0% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (IA leve) [Insegurança Alimentar]. Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IA grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave). A desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta com maior força em domicílios rurais, 18,6% dos quais enfrentando a fome em seu cotidiano. Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste. A IA está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda. (REDE PENSSAN, 2022, p. 18)

Esta segunda década do século XXI, tem sido marcada pelo agravamento da questão social no Brasil e uma série de elementos concorrem para isso, mas todos estão profundamente vinculados a uma longa e profunda crise do capital que vem se arrastando desde 2008 e que promove, sistematicamente, junto aos países da América Latina, o que David Harvey (2013) chama de “acumulação por expropriação”. Contribui, ainda, para esse agravamento do quadro social, a condução do Estado numa perspectiva ultra neoliberal, um governo de ultradireita e, a partir de 2020, uma pandemia que assolou o mundo e, no Brasil, fez mais de 600 mil vítimas fatais.

Com isso, as retrações da questão social, resultantes de uma sociabilidade marcada pela exploração extrema do trabalho, promoveu ainda maior expropriação da classe trabalhadora do acesso mínimo aos bens produzidos e pauperizou, sobretudo, mulheres e negros.

Daí a importância do acúmulo teórico produzido pelo serviço social brasileiro, que permite, num cenário de desmonte das políticas públicas, aos profissionais, distinguir projeto institucional e projeto profissional e, com isto, pensar alternativas de ação, mesmo que a partir das condições objetivas adversas postas ao trabalho profissional. A condução das políticas, os direcionamentos estatais e institucionais não se confundem com a direção ideopolítica dos e das profissionais. O fato de a atuação profissional estar diante de limites históricos institucionais concretos não elimina as possibilidades a serem construídas para o fortalecimento da luta dos trabalhadores. Como afirma Iamamoto (2006):

O exercício profissional participa de um mesmo movimento que tanto permite a continuidade da sociedade de classe quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade na qual se inscreve o exercício profissional é atravessada por projetos sociais

distintos – projetos de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É na presença de forças sociais e políticas reais – que não são mera ilusão –, que permite à categoria reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2006, p. 170-1)

Este discernimento político fundamental foi construído desde a década de 90 do século passado (XX), mas permanece atual e é importante destacá-lo para perceber que, nos ombros da geração anterior, é possível ampliar olhares e adensar as categorias de modo a alargar o nosso entendimento da questão social. Aconteceu com a questão de gênero e diversidade e está acontecendo também com a questão racial e, isto é fundamental para dar, cada vez mais, maior coerência ao nosso projeto profissional.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁷, documento que orienta a formação na área de serviço social, desafia-nos a buscar a perspectiva de totalidade⁸. Nelas está previsto discutir as diversas particularidades que compõem a questão social, inclusive as mediações que expressam este embate capital/trabalho em nível agrário e as consequências desse modelo predatório sobre a natureza, porém nem sempre isto aparece de maneira mais explícita. É o que aponta Sant'Ana (2019).

A tese que nos orienta é que as diretrizes curriculares da ABEPSS permitem a discussão da questão agrária como uma particularidade da questão social, fundamento do trabalho profissional. A razão de tal assertiva é que os embates da relação capital/trabalho, constituintes da questão social, se expressam no campo e na cidade, por processos que envolvem o desenvolvimento produtivo agrário e urbano; portanto, a questão social é permeada pelas contradições desse processo que quando são decorrentes do agrário, constituem-se como particularidades que dão a ela uma dada conformação com elementos específicos e problemáticas diferenciadas. Porém, como nem sempre o debate sobre a particularidade do rural se faz presente na literatura profissional, a discussão sobre o tema, quando acontece, fica restrita a algumas disciplinas, principalmente aquelas que analisam a realidade brasileira ou os fundamentos da questão social. [...] Ou seja: a questão agrária já compõe o conteúdo previsto para as matérias, porém, para que de fato, ela possa estar sendo discutida e trabalhada nos temas da formação profissional, é preciso que o docente tenha uma perspectiva de totalidade e que perceba a transversalidade do debate sobre o rural/urbano nos elementos que compõem a realidade social. (SANT'ANA, 2019, p. 178-9).

⁷ Este texto segue na perspectiva desenvolvida pela autora num artigo publicado na Temporalis (2019) intitulado DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E A QUESTÃO AGRÁRIA. A perspectiva de análise trazida se estende também à questão ambiental e urbana.

⁸ Na perspectiva marxiana, totalidade e mediação são categorias ontológicas e analíticas e expressam algo distinto do significado atribuído a estas palavras no sentido comum. Não vem ao caso discutir aqui a questão do método, mas é importante destacar que no arsenal teórico marxiano, a mediação é uma particularidade e como tal ela é fundamental ao entendimento da totalidade pois é parte de sua composição intrínseca e seu movimento; porém se uso com o significado do sentido comum que é de intermediação, estou definido a particularidade como se fosse um detalhe dentre tantos outros. Isto provoca erro de análise em coisas básicas e fundamentais como, por exemplo, a interlocução entre raça/classe e gênero; mas também entre capitalismo e a relação ambiental, agrária e urbana.

Nas diretrizes curriculares da ABEPSS, embora esteja prevista esta busca pela perspectiva de totalidade, nem sempre foi possível aos sujeitos do processo formativo adensar as análises de maneira que as relações de trabalho e exploração no capitalismo pudessem considerar outros elementos que compõem a classe trabalhadora e os diferentes territórios, os quais trazem particularidades diferenciadas daquelas centradas nas relações urbano/industriais.

Com isto, conforme mencionado, nem sempre o debate sobre a particularidade do rural e o ambiental se faz presente na literatura profissional; na formação profissional, a discussão sobre estes temas, quando acontece, fica restrita a algumas disciplinas, principalmente aquelas que analisam a realidade brasileira ou os fundamentos da questão social. Mesmo o debate sobre a questão urbana, ainda que esteja mais presente nos conteúdos, muitas vezes não traz problemáticas mais amplas envolvendo o território, restringindo-se a temas como violência urbana e acesso à cidade. Muito pouco se discute, em trabalho profissional, por exemplo, a atuação do serviço social junto às políticas urbanas e rurais, junto aos movimentos sociais urbanos ou rurais que promovem a luta pelo acesso à terra e à moradia.

É importante apreender que os embates constituintes da questão social são decorrentes da forma de organização do capitalismo, cujas atividades produtivas ocorrem no campo e na cidade e com um tipo de lógica constitutiva: a busca do lucro. Aos trabalhadores a exploração é inevitável nas atividades laborais, independentemente de onde ela se estabeleça, mas será mais profunda junto aos segmentos da classe trabalhadora como negros e mulheres e, afetará os diferentes territórios onde a reprodução social acontece, porém será mais grave em áreas rurais e periféricas.

As particularidades que evidenciam o agrário são fundamentais para pensar a questão social, a composição da classe trabalhadora e até sua configuração étnico racial. Um exemplo dessa evidência pode ser dado quando se analisa a formação do Estado brasileiro: no Brasil precedeu à abolição do sistema escravista, o cativeiro da terra, que a partir de 1850 com a Lei de Terras (Lei n. 601/1850) passou a ser acessada mediante a compra e venda. Isto inviabilizou a regularização dos quilombos e de pequenas propriedades, de maneira a já ir formatando uma determinada configuração para a estrutura fundiária que permaneceu, desde sempre, concentrada. Este fato marcou um lugar para os negros que, sem política reparatória, foram expulsos da terra e, depois, em sua maioria impedidos de acessar os postos de trabalhos urbanos melhor remunerados.

A lógica do capital e sua forma de espraiar-se pela realidade passou a compor todos os interstícios da vida e estruturou uma forma de produzir baseada na exploração e no lucro; isto instituiu processos cujas configurações são extremamente nocivas para a vida em sociedade e para a preservação da vida sob o planeta. Esta assertiva é fundamental de ser compreendida no trabalho profissional, na pesquisa e na produção do conhecimento pelos profissionais de serviço social.

A defesa deste texto é que as questões referentes ao urbano, ao agrário e ambiental devem ser trabalhadas como componentes da questão social e, portanto, perpassar os três Núcleos de Fundamentação⁹ e ser objeto de análise de todas as disciplinas que tratem do tema, ou seja, deve estar nos conteúdos das disciplinas de Trabalho Profissional, Fundamentos Sociológicos, Estágio, Supervisão Acadêmica, Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, enfim, todas as que permeiem o tema da questão social, e não apenas que sejam trabalhadas em disciplinas específicas, principalmente se estas forem eletivas.

Daí a necessidade de adensar esta reflexão, pois é preciso que o docente perceba a transversalidade do debate sobre o rural/urbano nos elementos que compõem a realidade social. Para isso ele terá que apreender os complexos sociais e suas mediações numa perspectiva dialética e de totalidade. No próximo item, apresento alguns elementos para contribuir no adensamento o debate da questão agrária brasileira no âmbito do serviço social.

Questão agrária: alguns aportes fundamentais para o entendimento da questão social no cotidiano do serviço social.

Apresento algumas interlocuções da questão agrária, mas que estão diretamente imbricadas com o urbano e o ambiental.

No Brasil, assim como se optou politicamente por construir um Estado racista desde a sua origem, também se manteve intacto o poder da classe dominante oligárquica e a associação com o capital se deu sem fraturas importantes entre os grupos dominantes.

A terra permaneceu concentrada e, ainda hoje, temos quase que concentração absoluta: o índice de Gini nunca foi menos do que 0.8, ou seja, quase concentração absoluta. Segundo o último Censo Agropecuário, em 2017 o índice de Gini foi de 0.867.

A modernização da agricultura que ficou conhecida como “revolução verde”, na década de 1960, foi implantada para fazer com que a agricultura brasileira passasse a incorporar os avanços da modernização capitalista; foi financiada pelo Estado e com créditos voltados prioritariamente para os grandes produtores. Esta opção por grandes monoculturas e maquinários pesados, expulsou e ainda expulsa milhares de trabalhadores do campo pois é um modelo que economiza força de trabalho e incompatibiliza a presença da pequena propriedade no mesmo espaço pelo uso intensivo do veneno, conforme será demonstrado a seguir.

Toda uma gama de sujeitos são direta ou indiretamente afetados por esta forma de produzir no campo. O processo de modernização capitalista do campo permitiu a simbiose entre capitalistas e latifundiários que, em busca da renda da terra ou do lucro, seguiram avançando sobre grandes vastidões de terras, muitas das quais públicas, de territórios indígenas e quilombolas, de posseiros e camponeses, e com o aval direto ou indireto do

⁹ As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Estado¹⁰. O resultado desse processo se expressa na extrema concentração fundiária que persiste historicamente, mas, também, nos níveis de conflito existente na luta pela terra¹¹.

O capitalismo reuniu diversos segmentos de maneira a integrar diferentes cadeias produtivas nos chamados Complexos Agroindustriais; a agricultura passou a demandar todo um aporte industrial e financeiro e integrar, via de regra, de forma subordinada grande parte dos pequenos produtores rurais. Este forma de produzir inclui grandes redes de distribuição a partir de hipermercados e com crescentes padronizações de produtos e alimentos ultraprocessados, o que traz implicações diretas para a saúde da população.

Outro elemento fundamental dessa agricultura capitalista é a produção de *commodities* agrícolas, voltadas para o mercado externo. A produção em larga escala de um único produto, utilizando sementes transgênicas e grande volume de agrotóxicos, tem trazido rebatimentos diretos não só para os povos do campo, mas também para aqueles que vivem em área urbana; na realidade este modelo de agricultura tem comprometido a vida sobre o planeta ao envenenar as águas e o solo e invadir biomas fundamentais e reprodução da vida.

O agronegócio, como descrito anteriormente, contribui diretamente para a crise ecológica e sanitária globalizada, posto que a produção de *commodities* tem mantido uma iníqua distribuição e processos violentos de expropriação da terra, exploração de recursos naturais e da força de trabalho humana, acesso desigual à água e fortes pressões sobre populações tradicionais e originárias, desrespeito às tradições e culturas, como de indígenas, quilombolas, agricultores familiares, camponeses, assentados, trabalhadores imigrantes, entre outros. (PIGNATTI, SOARES, LEÃO, 2021, p. 96)

No Brasil, essa agricultura, que tem como nome fantasia o termo agronegócio, assume características extremas de destrutividade pois conta com financiamento público e permissividade das legislações. No governo Bolsonaro, de 2018 a 2022 já foram liberados mais 1.000 agrotóxicos¹² e se, em 2015, o brasileiro já tomava 7,5 litros de veneno por ano, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca)¹³, hoje esta quantia deve estar ainda maior.

Pesquisadores(as) do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (Neast) da Universidade Federal de Mato Grosso, (UFMT), docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da UFMT e entidades, pesquisadores e comunidade de fora da universidade lançaram uma publicação em que reúnem diversos estudos sobre as consequências das culturas do agronegócio em territórios

¹⁰ Os exemplos são muitos e permeiam os diferentes períodos históricos e governos, mas ilusto aqui com a recente aprovação da PL 277/2022, pela assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que aprovou, em 29 de junho, a destinação de mais de um milhão de hectares de terras públicas aos grileiros só na região do Pontal do Paranapanema. A esse respeito conferir: MAFORT, K, "PL da Grilagem": o maior repasse de terras públicas desde a lei de 1850 em São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/29/artigo-pl-da-grilagem-o-maior-repassa-de-terras-publicas-desde-a-lei-de-1850-em-sao-paulo>.

¹¹ Segundo o relatório do DATALUTA, entre 2000 e 2019 houve 14.611 manifestações no campo, envolvendo 7.619.286 pessoas. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

¹² O Governo de Jair Bolsonaro liberou, ao todo, 1.560 agrotóxicos e criou amparo legal pra a redução de mais de 90% dos agrotóxicos existentes, muitos dos quais banidos da comunidade europeia. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasilia/brasil-tem-quase-5-mil-agrotoxicos-liberados-18042022>. Acesso em: 10 jun. 2022

¹³ AGUIAR, 2022. Disponível em: <http://redesans.com.br/brasileiro-consume-em-media-75-litros-de-veneno-por-ano-devido-ao-uso-de-agrotoxicos/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

rurais e urbanos. Oliveira, Beserra e Pignati (2021) falam em exposição impostiva¹⁴ da população ao veneno ou seja, a pulverização aérea e o uso intensivo de venenos poluem o ar, as terras e as águas. Ainda nesta publicação, reúnem diversas pesquisas trazendo dados sobre a situação do estado de Mato Grosso e evidenciam a presença de agrotóxicos nas chuvas, águas e peixes (BESERRA, OLIVEIRA E PIGNATI, 2021); nos alimentos hortifrutícolas, e, também, nas culturas das *commodities* (CORRÊA, PIGNATI E BARBOSA, 2021); problematizam o uso de sementes transgênicas (MELGAREJO, 2021); e seguem evidenciando a precarização do trabalho, o adoecimento dos trabalhadores da cadeia produtiva do agronegócio e trazendo as consequências sócio ambientais dessas culturas (RIBEIRO, BRINGHENTI E LEAO, 2021; COSTA *et al.*, 2021; LARA *et al.*, 2021); mostram os abortos espontâneos devido ao contato com o agrotóxico (SOARES *et al.*, 2022b), os cânceres infanto juvenis (SOARES *et al.*, 2021a) e as doenças hematológicas decorrentes do contato com o agrotóxico (BEZERRA *et al.*, 2021).

Como fenômeno complexo e contraditório, no entanto, esta realidade não se dá de maneira harmoniosa e tranquila. As resistências criadas pelos diversos povos e trabalhadores do campo evidenciam a luta permanente desencadeada por este modelo hegemônico de produção rural. Povos da floresta, quilombolas, povos tradicionais, ribeirinhos, pescadores, camponeses se organizam em mais de 130 movimentos sociais que tem como foco a conquista ou a permanência na terra.

Ainda que as lutas e embates sejam constantes, as consequências desse modelo agrícola hegemônico sobre as condições de vida das populações diretamente afetadas são graves, aliás, afetam a sociedade como um todo. Em municípios de pequeno porte, onde os produtos de *commodities* são a principal atividade econômica, o agravamento da questão social é muito evidente. Sant'Ana (2014), a partir de dados quantitativos, constatou que em município de pequenos porte 1 (de até 20 mil habitantes) da região de Franca e Ribeirão Preto, os trabalhadores rurais eram 50% dos usuários da política de assistência social; nesta mesma pesquisa quando havia cruzamento com dados qualitativos, chegavam a ser 70% dos usuários¹⁵. Ou seja, os rebatimentos desse modelo de agricultura têm impacto direto sobre o trabalho profissional do serviço social em diversos espaços socio-ocupacional. Na área da saúde vão estar os aumentos dos cânceres e outras doenças, a invalidez, a intoxicação. Muitas destas doenças estão sendo tratadas sem nenhuma vinculação ou constatação de nexos causais com o trabalho ou com a exposição ao veneno. A área da assistência social está presente nas demandas daqueles que são expulsos do trabalho ou adoecem e ficam na dependência dos benefícios socioassistenciais, no agravamento do quadro de fome que, inclusive, tem levado os profissionais e se envolver com o debate e a política de segurança alimentar.

A questão agrária possui uma profunda conexão com a questão urbana. A interlocução sobre o acesso ao solo urbano, a criminalização das lutas sociais e dos

¹⁴ Os autores fazem crítica aos termos “risco” e “exposição”, utilizados pelas ciências da saúde e, principalmente, pela epidemiologia, mostrando que são insuficientes para se referir à situação das populações que ficam expostas ao veneno não como algo ocasional ou esporádico, mas cotidianamente e de forma arbitrária.

¹⁵ É interessante observar que os profissionais de serviço social não tinham essa quantificação feita, mas estimavam que 70% dos usuários da política de assistência social eram trabalhadores rurais. Quando foi feita a pesquisa quantitativa a falta de registro da ocupação fez com que fosse necessário cruzar diversas fontes, mas ainda assim os dados ficaram incompletos. Para complementar em alguns municípios foram feitas abordagens qualitativas com os usuários dos equipamentos sociais e, nestas realmente se constatou a presença do trabalhador rural ou ex trabalhador em 70% das famílias. A este respeito conferir Sant'Ana, (2014).

segmentos mais pauperizados da população nos colocam frente às políticas higienistas, violadoras de direitos. É necessário identificar que a população mais empobrecida e periférica é a população negra, devido ao racismo que aprofunda o fosso social existente na sociedade brasileira; mas é fundamental, também, apreender as bases econômicas e sociais que dão materialidade a estes processos decorrentes da lógica do capital e sua investida sobre o uso do solo, tanto urbano quanto rural.

O grande desafio posto ao serviço social, portanto, é garantir que, na produção do conhecimento e na formação em âmbito de graduação e da pós-graduação, a perspectiva de totalidade de maneira a apreender as particularidades que compõem o urbano, o rural e o ambiental como componentes da questão social e que são decorrentes dos embates do capital com os sujeitos coletivos e os movimentos sociais que disputam não só o direito à terra mas, também, o direito à vida.

Se o serviço social apreende estas mediações que compõem a questão agrária, terá mais elementos para a leitura da realidade, produção do conhecimento e intervenção junto à questão social, inclusive apreendendo para além de suas manifestações fenomênicas; com isto, poderá contribuir para o acúmulo do conhecimento necessário para o desvendar dos malefícios do agronegócio e, também, fortalecer a luta pela terra. Por meio de práticas pedagógicas é possível abordar esta temática junto à população e estabelecer a relação entre modelo de produção e a fome, o envenenamento de nossa comida, ou seja, tratar de temas que envolvem o cotidiano da população e ao mesmo tempo apresentar alternativas como a agroecologia e a soberania alimentar. O profissional também poderá contribuir na construção de políticas públicas voltadas para a área de segurança alimentar, tanto diretamente nesta política, quanto na intersetorialidade que este tema traz com a educação, o desenvolvimento social, a saúde e a assistência social.

Considerações finais

Conforme discutido neste texto, os conflitos decorrentes da questão agrária compõem a luta de classes no campo e evidenciam o resultado de um capitalismo selvagem, especialmente em países dependentes.

Este debate tem que estar na formação dos assistentes sociais pois, em vários espaços, as reparações das questões agrária e ambiental estão direta ou indiretamente colocadas como parte do cotidiano profissional.

Os desastres sócio ambientais do agronegócio, para parafrasear Pignati *et al.* (2021), são amplos e perversos; perpassam as devastações da rica biodiversidade do país, a privatização da água e da terra, e com consequências muito graves também para o ser humano, em especial para os trabalhadores diretamente envolvidos nas cadeias produtivas dos diversos ramos do agronegócio.

Especificamente do ponto de vista ambiental, as consequências deste processo são nefastas, a monocultura contraria a regra mais básica da natureza: a biodiversidade. A produção intensiva de *commodities* agrárias mantém a fome nos diversos locais do planeta, o aquecimento global, a poluição das águas; este é o resultado desta forma de utilização do solo, das florestas, dos recursos humanos e naturais.

A produção do conhecimento e pesquisa na área de Serviço Social no que diz respeito às temáticas agrárias, urbanas e ambientais pressupõem a apreensão desses

elementos acima mencionados. E para isto, inicialmente, é necessário identificar o sentido e a direção construídos pela profissão como um todo. O debate do serviço social sobre a questão social e seus delineamentos teórico metodológicos e ético políticos são fundamentais para pensar as diversas áreas sobre as quais a profissão tem construído conhecimento.

A matriz marxiana como principal corrente teórica que subsidia as análises traz uma perspectiva teórica que faz uma crítica radical à sociedade capitalista e, na abordagem da questões agrária, ambiental e urbana, isto fica ainda mais nítido, pois envolve o debate sobre o uso e a propriedade da terra, elemento fundamental para a produção e reprodução da vida.

O acúmulo da profissão no debate da questão social como objeto do trabalho profissional, permitiu à profissão identificar a necessidade de requerer do trabalho profissional uma perspectiva para além do capital, mesmo que atuando em espaços socioinstitucionais com muitos limites e que inviabilizam até mesmo o acesso básico aos direitos humanos mais fundamentais. Daí a necessidade do caráter pedagógico do trabalho profissional a ser destinado para uma perspectiva crítica e emancipatória, para além do projetos institucionais.

No que diz respeito à questão agrária (mas que, em parte, compõe também a questão ambiental e a urbana) as disputas e conflitos pelo uso e acesso à terra seja para o trabalho ou moradia, evidenciam que o embate de classes ocorre no campo e na cidade. As particularidades que envolvem o rural devem compor o acervo cultural e político da profissão como condição para assegurar conhecimento crítico e intervenções qualificadas e alinhadas à atual direção do projeto profissional do serviço social.

Referências

- ABEPSS. **Diretrizes curriculares da ABEPSS**. 1996. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- AGUIAR, P. Brasil tem quase 5 mil agrotóxicos liberados. **R7 Brasília**, Brasília, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasilia/brasil-tem-quase-5-mil-agrotoxicos-liberados-18042022>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- BESERRA, R.C.G. [et al.] Doença hematológica grave e possível impacto da exposição aos agrotóxicos: mortalidade por anemia aplástica em Mato Grosso – Brasil. In: PIGNATI, W.A, Et al. (ORGs). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1^a edição. OUTRAS EXPRESSÕES, São Paulo – 2021. p 263-76.
- CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SANTANA, Joana Valente. STAMPA. Inez. **Documento de Área**. Área 32: Serviço social. Brasília: Ministério da Educação, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS- (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009.

CORRÊA, M. L. M.; PIGNATI, W. A.; BARBOSA, J. R. Agrotóxicos em alimentos e *commodities*: exposição impositiva em territórios do agronegócio no Mato Grosso, Brasil. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 131-146.

COSTA, V., et al. Aspectos socioeconômicos, culturais,e ambientais dos suicídios de trabalhadores (as) no agronegócio na Bacia do Rio Jurema, Mato Grosso. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. T1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 195-208.

DATALUTA (Brasil). **Relatório DALUTA**. n. 21. Presidente Prudente, 2020. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9>
Acesso em: 30 jun. 2022.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A. E., et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Brasil: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

LARA, S. S., et al. Intoxicações agudas por agrotóxicos relacionadas ao trabalho: nas regiões que mais produzem, maior é a incidência no Mato Grosso. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 209-218.

MAFORT, K. "PL da Grilagem": o maior repasse de terras públicas desde a lei de 1850 em São Paulo. **Brasil de fato**, 29 jun. 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/29/artigo-pl-da-grilagem-o-maior-repassa-de-terras-publicas-desde-a-lei-de-1850-em-sao-paulo>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MALUF, R. S. (Coord.) **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

MELGAREJO, L. As lavouras transgênicas e uma ciência cidadã para mostrar os riscos à vida e os mitos do agronegócio. In: PIGNATI, W. A.; CORRÊA, M. L. M.; LEÃO, L. H.

C., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** T1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 163-178.

OLIVEIRA, L. K.; BESERRA, L.; PIGNATI, W. A. Processo de poluição química rural e exposição impositiva por agrotóxicos. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 53-60.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H., et al. Da vigilância das doenças à vigilância do desenvolvimento. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 351-362.

PIGNATI, W.; SOARES, M. R.; LEÃO, L. H. C. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 95-114.

PIGNATI, W.A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões. 2021.

RIBEIRO, T. A. N.; BRINGHENTI, M. V.; LEÃO, L. H. C. Trabalho escravo, conflitos socioambientais e a epidemiologia popular no contexto do agronegócio mato-grossense. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 179-194.

SANT'ANA, R. S. Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Questão Agrária. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 37, p. 172-188, jan./jun. 2019.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial:** questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R. S. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014.

SANT'ANA, R. S. Trabalho e Modelo de Desenvolvimento: a realidade rural e as expressões da questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/08.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2016.

SOARES, M. R., et al. Abortos espontâneos em municípios de uso agrícola de agrotóxicos no Mato Grosso. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-**

ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021b.

SOARES, M. R., et al. Câncer infanto juvenil: nas regiões mais produtoras e que mais usam agrotóxicos, maior é a morbidade e mortalidade no Mato Grosso. In: PIGNATI, W. A., et al. (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021a, p. 249-263.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ACÚMULO NO GTP DA ABEPSS SOBRE QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

Suenya Santos

Introdução

O presente capítulo apresenta uma análise da produção de conhecimentos na área do Serviço Social, sobre as temáticas que versam sobre questões agrária, urbana e ambiental, divulgada nos encontros da categoria profissional e mapeada pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Faz-se importante recuperar que os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)¹ compõem uma estratégia criada há 12 anos no âmbito da nossa entidade acadêmico-científica com o objetivo de promover a articulação entre pesquisadores/as, capilarizando debates fundamentais para a formação e o trabalho profissional, buscando aprofundar e atualizar reflexões sobre a realidade social marcada pela sociabilidade capitalista, a particularidade da nossa formação sócio-histórica e o trabalho profissional imerso na dinâmica contraditória da sociabilidade vigente.

Um dos grandes desafios ao longo dessa trajetória do GTP tem sido o exercício da construção de reflexões e análises que rompam com a fragmentação entre as ênfases agrária, urbana e ambiental no trato da *questão social*. Reivindica-se, portanto, uma abordagem metodológica inspirada no método marxiano, e afirmada nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social, que comprehende as expressões da questão social nos territórios rurais, urbanos e ambientais em sua (bio)diversidade, ou seja, considerando sujeitos, biomas, fauna, flora e o conjunto de bens naturais, como uma totalidade dialética. Indubitavelmente, a organização partilhada entre instituições de ensino e conselho profissional para a realização desse II Seminário Habitação na Amazônia e Seminário Nacional Serviço Social na Habitação, ocorrido em 2021 e sediado na Universidade Federal do Pará/UFPA, expressa, por meio da sua programação, um avanço significativo na interação dialética supramencionada.

A análise aqui apresentada percorrerá um caminho com uma divisão pedagógica que suscita algumas reflexões a partir do que vem sendo produzido nessas áreas temáticas, problematizando os seguintes eixos: o debate sobre *questão social*; projeto de ciência e educação na atualidade; balanço crítico da produção em Serviço Social, considerando a

¹ São espaços dinâmicos para o estímulo à elaboração, produção e circulação de conhecimentos na área de Serviço Social, sendo articulações autônomas de pesquisadores a partir de grupos, núcleos e redes de pesquisa, que se vinculam organicamente com a ABEPSS. Ao longo dos 12 anos de história dessa estratégia institucional, ocorreram alguns rearranjos e atualmente são oito grupos vinculados à entidade, sendo eles: Trabalho, questão social e serviço social; Política social e serviço social; Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional; Movimentos sociais e serviço social; Questões agrária, urbana, ambiental e serviço social; Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades; Ética, direitos humanos e serviço social; Serviço social, geração e classes sociais (<https://www.abepss.org.br/gtps.html>). Acesso em: 15 fev. 2022).

construção da dialética entre as ênfases a partir de mapeamento do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Questão social em sua processualidade histórica e na particularidade brasileira

Indicamos como um ponto de partida inescapável para a fundamentação da formação e do trabalho profissional de assistentes sociais a compreensão sobre a tríade dialética das questões agrária, urbana e ambiental enquanto uma totalidade, categoria do método em Marx (CARDOSO *et al.*, 2021). O debate sobre a centralidade da *questão social* como objeto do Serviço Social tem valorosas contribuições, dentre as quais destaco a de Marilda Iamamoto, que vem se dedicando a sua compreensão e a sua relação com a profissão há mais de 40 anos. Segundo a autora, a *questão social* é intrínseca às relações sociais capitalistas correspondendo à expressão ampliada das desigualdades sociais, fruto da riqueza socialmente produzida pelo trabalho coletivo e sua apropriação privada por setores da burguesia. Faz-se importante compreender a dinâmica da produção e da reprodução social da *questão social* que envolve a centralidade do trabalho e projetos societários que expressam diferentes interesses de classes na condução das políticas econômicas e sociais, especialmente a partir da fase monopólica da acumulação capitalista. Em suas palavras:

Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a *prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.* (IAMAMOTO, 2021, p. 184, grifos originais).

Destaca-se que, apesar de a *questão social* ser considerada a partir de uma perspectiva crítica à economia política do capital, como instituída nos marcos do capitalismo monopolista, é preciso compreender sua processualidade histórica e sua particularidade em cada formação socioeconômica. Ao abordar sobre a, assim chamada, acumulação primitiva, Marx (1984) indicava que um rastro de violência foi cunhado no surgimento do capitalismo, ou seja, a monetarização como mediação central das relações sociais teve a marca de sangue de muitos segmentos populacionais. Federici (2017) complementa que, na transição do capitalismo comercial para o industrial, há que se resgatar a misoginia como um pilar da acumulação primitiva através da dominação dos corpos das mulheres nos processos de cercamentos de terras na Europa, tendo como um símbolo marcante o movimento, promovido pelo próprio Estado, de caça às bruxas e da colonização de outros continentes, por meio da escravização de povos e não remuneração do trabalho reprodutivo.

Dessa forma, a acumulação capitalista tem essa marca originária indelével, passando pela industrialização marcada pela lógica concorrencial dos mercados, avançando pelo período monopólico marcado pela conciliação da acumulação de capital com direitos para os trabalhadores, a partir da sua organização política, até chegarmos a sua fase mais recente de recrudescimento dos direitos na era neoliberal, com a retomada ofensiva de formas de

acumulação por espoliação (HARVEY, 2014) ou por expropriação (FONTES, 2010). Ou seja, na contemporaneidade, sob a égide do capital financeiro, bens naturais, direitos e serviços também se tornam ativos desse mercado, que se soma à extração de mais valor de um número menor de trabalhadores pela via do assalariamento, avançando sobre territórios, ampliando a superexploração da força de trabalho e a degradação ambiental para a produção de *commodities*, como forma de manutenção das taxas de lucratividade. Destaca-se que, em cada fase da acumulação capitalista, o Estado assumiu uma funcionalidade a partir da correlação de forças própria da luta de classes em cada formação socio histórica.

Ao longo da processualidade histórica do capital, a relação entre sociedade civil e Estado vem ganhando novas configurações. Na fase concorrencial do capitalismo industrial, a ideologia liberal conduzia a resposta do Estado ao pauperismo, que negava as políticas sociais para afirmar o livre mercado, cabendo-lhe o zelo pela propriedade privada, pela liberdade de vender a força de trabalho. Contudo, a partir de crises recorrentes, a saída foi a concentração de capitais por meio de criação de monopólios, e um Estado que passa a intervir nos conflitos sociais através de políticas públicas, sofrendo pressão pelo crescimento e pela ampliação da organização de trabalhadores via sindicatos e partidos políticos, com forte protagonismo na Europa. Distante de uma perspectiva revolucionária, há uma pactuação entre capital e trabalho, naturalizando as relações produtivas e sociais, por meio do reconhecimento e ampliação de direitos de cidadania, configurando uma perspectiva Keynesiana.

Não obstante, as lutas e resistências que demandaram intervenção estatal na promoção e garantia de direitos aos trabalhadores e segmentos subalternos não foram e não são suficientes para a inclusão de todos na dinâmica do desenvolvimento econômico e social e as crises próprias dos circuitos de acumulação de capital se renovam para reajustar a acumulação e concentração de capitais à custa da vida e dos direitos de trabalhadores/as em suas múltiplas formas de produção e de vida. A expressiva experiência do Welfare State, de implementação de políticas keynesianas, entre o final da II Guerra Mundial e os anos 1960 em parte da Europa, denota esta análise, tendo em vista seu limite histórico e geográfico². Dito isso, interessa-nos abordar a fase mais recente de desenvolvimento capitalista que, após a crise do capital que se instaura a partir da década de 70 do século XX, indica como saída o ajuste neoliberal que, sob a hegemonia do capital financeiro, pauta-se na reestruturação produtiva, reorganizando os processos de trabalho por meio de alto investimento em tecnologia em determinadas áreas, flexibilizando leis trabalhistas, desregulamentando mercados, abrindo processos de privatização de empresas e serviços públicos, reduzindo brutalmente o investimento público em políticas sociais.

Na particularidade brasileira, a questão fundiária é central no desenvolvimento do capitalismo pois a concentração fundiária não foi empecilho à industrialização e urbanização. Ao contrário, houve uma integração dialética, nos termos de Oliveira (2011), entre o arcaico e o moderno, com grande liberação de mão-de-obra no campo, barateando o valor da força de trabalho nas cidades, já que o mercado de trabalho não absorveu todos os migrantes, favorecendo à acumulação de capital por meio da superexploração da força de trabalho e degradação ambiental. Iamamoto recorda que “a revolução burguesa no País

² Para aprofundamento, conferir BEHRING, E e BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 6^a ed. São Paulo: Cortez editora, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas” (2008, p. 136). Dessa forma, enquanto na Europa se avançava nos direitos de cidadania, aqui prevaleciam relações de dependência, configurando particularidades no desenvolvimento do capitalismo e das lutas de classes em cada formação sócio-histórica.

Essa compreensão é fundamental para que possamos avançar nas análises sobre a realidade social, particularmente no Brasil e na América Latina, não apenas no passado, mas igualmente na contemporaneidade. Iamamoto (2008) já anuncia que o assistente social precisa identificar as formas concretas de manifestação na *questão social* na América Latina, que é diferente do processo europeu. Por aqui, indígenas, negros, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, entre outros segmentos, “se constroem e se diferenciam nas histórias nacionais” (p. 146). O chão que dá materialidade às lutas desses sujeitos na América Latina tem como fundamento a apropriação privada e excludente da terra, com características peculiares. No Brasil, a concentração fundiária estrutura a questão social, pois o poder sobre a terra, e que avança cada vez mais na mercantilização do conjunto dos bens naturais, traduz-se na concentração do poder político, decidindo quem tem acesso aos territórios e aos direitos humanos e sociais. Assim, a forma como a propriedade e o uso da terra se estruturou no Brasil, a partir da Lei de Terras em 1850, tornou-se um instrumento de controle sobre a força de trabalho. Ou seja, trata-se de um poder que incide direta ou indiretamente sobre a vida e a morte dos segmentos subalternos, no campo e na cidade, imersos em biomas cada vez mais espoliados pela lógica predatória do capital.

Nos marcos do neoliberalismo, o recurso ideológico à retórica da cultura da crise é ativado para justificar que as respostas às expressões da questão social sejam compartilhadas entre o Estado e a iniciativa privada e organismos reguladores do mercado para combater a pobreza. Esse contexto incide diretamente no trabalho do assistente social que é convocado a implementar e viabilizar direitos com orçamentos insuficientes para a operação de políticas e serviços sociais públicos. Portanto, tal contexto renova e radicaliza a *questão social*, tornando ainda mais relevante a identificação dos sujeitos que lutam, seja pela redução das desigualdades, seja pela superação do sistema que a cria e retroalimenta as desigualdades. Nesse sentido, a privatização das terras no país cria uma legião de sem terras e sem direitos, sem autonomia, de maioria negra que, desde então, estão em processos de luta e resistência. Mas precisamos atentar que associado à questão fundiária, as questões étnico-racial, patriarcal e ambiental estruturam a questão social brasileira. Esse entendimento é importante para o assistente social, contribuindo com ferramentas analíticas que favorecem ao enfrentamento da cultura de despolitização forjada em décadas de neoliberalismo, quando as desigualdades oriundas do desemprego, das espoliações, das desigualdades, das perdas de direitos se aprofundam. Mesmo diante de um cenário de precarização do trabalho, que atinge o assistente social, essa leitura da realidade social é fundamental para que o profissional não se limite às políticas institucionais, burocratizadas e busque fortalecer as lutas sociais. Nos termos de Iamamoto:

Assim é fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Essa proposta requer ações voltadas ao fortalecimento de sujeitos coletivos, dos direitos sociais, e a necessidade de

organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. (2008, p. 199-200, grifos originais).

Na atualidade, o resgate do trabalho de base, ancorado na metodologia da educação e da comunicação popular, ou seja, em que haja de fato troca e diálogo e não transmissão de conhecimento sob uma lógica hierárquica, faz-se essencial na construção de uma perspectiva democrática que contribua para aumentar as fissuras na sustentação da sociabilidade vigente. No que se refere à questão urbana, os assistentes sociais, a partir do entendimento da *questão social* como objeto da profissão, têm tido uma contribuição histórica e elementar no fomento às lutas pelo direito à cidade, sendo fundamental entendê-la não como um átomo, mas dialeticamente relacionada com as questões agrária e ambiental.

Projeto de ciência e educação em disputa na atualidade

No Brasil, a graduação em Serviço Social existe desde 1936 e a pós-graduação, apesar de iniciativas autônomas desde os anos de 1930, institucionaliza-se na década de 1970, tendo como marco a criação da primeira pós-graduação em Serviço Social em 1971, na PUC/SP (GARCIA e NOGUEIRA, 2017). Destaca-se que a pós-graduação em Serviço Social no Brasil contribuiu no processo de superação da hegemonia do conservadorismo presente na formação profissional de assistentes sociais e na luta por um projeto de educação referenciado socialmente pela luta das classes trabalhadora e subalterna.

Segundo o artigo 207 da Constituição Federal do Brasil de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A inclusão da extensão como uma dimensão da educação superior é fruto da luta por reforma educacional, com forte protagonismo estudantil desde os anos de 1960 e inspiração na educação popular de Paulo Freire. Contudo, nos marcos no neoliberalismo a distribuição orçamentária é desigual entre ensino, pesquisa e extensão e, na atualidade, os desafios para um projeto de universidade ancorado na educação popular se avolumam diante dos cortes sistemáticos ao financiamento das políticas públicas, o que inclui a política de educação no país.

Retomar o princípio constitucional e as disputas em torno do projeto de educação para o país é importante pois penso não ser possível falar de pesquisa e produção de conhecimentos descolado de um projeto societário que defende a autonomia e soberania dos povos, o que inclui a autonomia no âmbito da produção de conhecimento. Autonomia que vem sendo profundamente ameaçada na atual conjuntura, mas que, na verdade, é um braço ideológico do capital de longa data. Cabe resgatar que o projeto da expansão comercial, pela via da escravização e colonização, veio acompanhado de uma perspectiva eurocêntrica de trabalho, de produção de conhecimento, como bem nos lembra Anibal Quijano, inventando a categoria raça que hierarquiza os povos, classificando raças superiores e inferiores, modernas e primitivas.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou

mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 126).

Dessa forma, a colonização não foi apenas de territórios, mas de corpos, de culturas, de práticas e de conhecimentos servindo de linha condutora do desenvolvimento do capitalismo. Refiro-me a nossa conhecida trajetória rumo ao “progresso” cujo rastro de violência, de apagamentos e invisibilização, de extermínios e de sangue não é passível de esquecimento. Ao contrário, esse rastro alimenta a permanência das lutas rumo à construção de uma nova sociabilidade que se contrapõe à lógica de que determinados segmentos sociais, assim como determinados biomas, são um empecilho, um obstáculo a esse modelo de desenvolvimento. A partir, portanto, desse processo de violência, o que permanece posto é a luta em defesa da vida, dos bens comuns e toda a sua biodiversidade, contra a lógica colonial, estruturada a partir da dominação de classes, do racismo e do patriarcado, sustentada pelo capital e seu domínio sobre o Estado, como a instância da política institucional cujas decisões interferem direta ou indiretamente na vida cotidiana, abrindo caminhos para a realização dos interesses econômicos do capital e suas frações da burguesia, a despeito dos limites éticos, políticos, ecológicos que a própria realidade impõe em seu movimento dialético. A despeito, portanto, da vida, humana e ambiental.

O binômio *banalização da morte e barbarização da vida* vem aprimorando suas formas de perversidade ao ponto de as formas de violência cercarem os sujeitos e as coletividades, seja de forma direta, pelo extermínio, cujas determinações étnico-raciais, de gênero, de classe, são consideradas ameaça social, seja pela retirada ou subfinanciamento de direitos básicos, afetando o acesso à saúde, a exemplo do atual escândalo de como o Governo Federal vem lidando com a pandemia da covid-19, à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho e renda, à segurança social, à assistência social, ao meio ambiente. Para trazer a questão específica da educação e da ciência, é importante lembrar da aprovação pelo congresso nacional em 2016 da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que congela o gasto com políticas sociais por 20 anos, que somado à Lei de responsabilidade fiscal, resulta no entendimento e na naturalização de que os direitos constitucionais não cabem no orçamento da União. Contudo, o mesmo perfil político conservador e neoliberal da bancada congressista, que condenou a presidente Dilma Rousseff, em 2016, ao *impeachment* pelas chamadas “pedaladas fiscais”, aprovou a PEC dos precatórios no final de 2021 visando o ano eleitoral de 2022 e o reforço político do governo de Jair Bolsonaro para driblar a lei de responsabilidade fiscal, garantindo recurso para o Auxílio Brasil. A medida aprovada tem um claro apelo eleitoral, tendo em vista que na prática o que vem ocorrendo nos últimos anos é a redução de gastos públicos para um conjunto de políticas como saúde, educação, meio ambiente, dentre outras. Em se tratando das áreas de ciência e tecnologia e educação:

Na Educação, os investimentos públicos caíram em termos reais de R\$ 109 bilhões em 2018 para R\$ 106 bilhões em 2019 – queda que poderia ter sido evitada caso o valor total autorizado, de R\$ 123 bilhões, tivesse sido executado integralmente. O fomento à pesquisa, por exemplo, registrou perda de metade

dos recursos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O orçamento da Capes caiu de R\$ 9 bilhões em 2015 para R\$ 4,5 bilhões em 2019. (GERBASE, 2021, não paginado).

Em 2021, a queda livre dos recursos para políticas públicas permaneceu. Segundo portal do ANDES-SN: “o orçamento destinado à Educação sofreu corte de 27% em relação ao ano passado, ficando em R\$74,56 bilhões. A área de Ciência e Tecnologia sofreu corte ainda maior, com diminuição de 28,7% em relação aos recursos executados em 2020, ficando com apenas R\$8,36 bilhões”. Na prática, além de afetar diretamente as condições de trabalho nas dimensões do ensino/pesquisa/extensão e a autonomia intelectual, o que envolve a própria produção de conhecimentos, também afeta a vida de estudantes com cortes de bolsas de pós-graduação e de assistência estudantil.

Dar visibilidade a este panorama é fundamental pois a produção de conhecimentos tem uma determinação histórica e material, necessitando do fundo público para a sua viabilidade conforme os preceitos constitucionais supracitados. E o tempo presente em que nosso conhecimento vem sendo produzido é marcado pelo aviltamento da vida, dos direitos humanos e sociais, para garantir lucratividade para setores da burguesia cada vez mais capitaneados pelos ditames da lógica financeira e rentista, como as próprias escolhas do Governo Federal de corte orçamentário em áreas estratégicas em plena pandemia da covid-19. A crise do capital, caracterizada pelo saque permanente, seja da terra, seja de renda, seja do fundo público, é um fenômeno mundial, que na conjuntura atual apela ao ultraconservadorismo na política para fazer valer tais interesses. Na periferia do mundo globalizado a realidade é ainda mais dolorosa, sobretudo se considerarmos a herança recente de governos ditatoriais. Na atualidade, mediante o contexto do domínio do binômio da banalização da morte e barbarização da vida, que marcam a *questão social* é aviltante que a resposta governamental seja a moralização (com forte sustentação em determinados grupos religiosos) e militarização da política. Cabe ainda registrar que, além de alterações legais que vêm modificando políticas e programas sociais e ambientais, a gestão dos ministérios que sobraram, tendo em vista a extinção, como o das Cidades, o do Ministério do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e outros, está nas mãos justamente de militares e religiosos. O quadro se torna ainda mais grave, pois houve esvaziamento das instâncias participativas de controle social, sendo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que tem um importante histórico de contribuição no combate à fome no país, o primeiro alvo desse desmonte.

Ouso afirmar que a expressão máxima da *questão social*, por meio da violência e do extermínio paulatino, progressivo e permanente é a FOME, sobretudo se considerarmos que se trata de um país com amplas terras cultiváveis e que ocupa o primeiro lugar na produção de carne bovina e o segundo na produção de grãos. É o país onde, diferente da propaganda midiática, o Agro não é Pop, o Agro é Fome. Penso que qualquer reflexão hoje que tenha como horizonte uma práxis para além do capital e das próprias políticas públicas (ainda que a luta por elas, nos marcos dessa sociabilidade, seja fundamental, pois são frutos da riqueza produzida socialmente), passa por compreender os fundamentos das múltiplas fomes que nos cercam, seja do alimento, da água, do território, da moradia, do

conhecimento, do lazer, da segurança, do afeto, dentre outras tantas. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels trouxeram uma importante reflexão ao indicar que é a base material da existência que possibilita a formação de consciência. Nesse sentido afirmam:

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2012, p.32-33).

Destaca-se que a sociabilidade capitalista cria uma contradição em que há produção suficiente para alimentar a população mundial, mas em função dos processos de espoliação de terras e do conjunto dos bens naturais, do desemprego estrutural, da crise climática e seus efeitos sobre a produção agropecuária e, consequentemente, sobre as *commodities* e a inflação, parte importante da população humana não tem acesso à renda para adquirir alimentos e tão pouco acesso à terra e à água para produzi-los. Essa é uma realidade presente nos países na periferia do capitalismo globalizado, que ficam à mercê de políticas paliativas, ditadas pelos interesses dos organismos financeiros internacionais. Em nome do lucro, a fome nos marcos do capitalismo é um fenômeno econômico, político, social que vem se renovando, e gerando outras fomes, inclusive de luta. Nesse sentido, marca a vida de muitas pessoas não apenas em função da classe social, mas da cor da pele, do gênero, da sexualidade.

Dessa forma, além dos cortes na educação e ciência e tecnologia, que são fundamentais para o desenvolvimento do país com autonomia intelectual, com uma produção de conhecimentos socialmente referenciada pelas demandas da classe trabalhadora, buscando responder às expressões particulares da *questão social*, temos cortes em políticas sociais que incidem diretamente sobre a vida dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social. Então, pensar o direito à cidade, na atualidade, passa pela compreensão sobre a diminuição da renda familiar da classe trabalhadora e segmentos populares, considerando que 21% da população vive sem renda do trabalho, 19 milhões se encontram em situação de fome, a taxa de desemprego está na casa dos 12%, com inflação por volta de 10% no final de 2021. Esses números e taxas se traduzem no aumento de conflitos fundiários e socioambientais que revelam o crescimento dos sem trabalho, dos sem renda, dos sem-teto, dos sem-terra. Por outro lado, esse cenário é vivenciado não apenas por opressão e dominação, mas também por lutas e resistências. A exemplo, a campanha Despejo Zero, lançada em junho de 2020, é fruto de uma articulação mais de 175 organizações, movimentos, entidades, da cidade e do campo como reação à política de despejo em pleno contexto da pandemia. Em função dessa articulação em rede nacional, 106 casos de despejos foram suspensos e, portanto, mais de 22.868 famílias estão, por enquanto, fora das ruas. Por outro lado, ocorreram mais de 27.600 remoções e mais de 132.290 famílias estão sob ameaça de despejo. Esses dados se referem ao período de março de 2020 a fevereiro de 2022 e mostram que o próprio Estado é agente da violação de

direitos, contribuindo decisivamente para a manutenção do binômio banalização da morte e barbarização da vida.

Mediante uma realidade tão complexa, é temerário que o país reduza o orçamento de institutos de pesquisa, das agências de fomento à pesquisa, e da educação em sua totalidade. Tais instituições devem estar a serviço de observar, mapear, sistematizar, analisar e propor políticas para o conjunto das demandas sociais, com autonomia.

Recuperando a primeira parte deste artigo, abordamos sobre a concentração fundiária como um pilar estruturante da *questão social* que gera uma série de desigualdades em diversos biomas nas cidades e nos campos, com profundos efeitos socioambientais. Aos assistentes sociais cabe uma contribuição fundamental não apenas na reflexão, mas no desenvolvimento de metodologias pedagógicas de base popular junto aos serviços socioassistenciais e aos movimentos sociais e organizações populares que transcendam a lógica burocrática do direito, que tenham como base a compreensão sobre a concentração fundiária, e suas opressões étnico-raciais, patriarcas e ambientais.

É nesse chão que a formação e o trabalho profissional em Serviço Social vêm se construindo e que a produção de conhecimento é convocada a entender e desvelar as contradições presentes no desenvolvimento do capitalismo de maneira a fortalecer as lutas sociais. Contudo, esse cenário de ultraneoliberalismo, de privatizações e de cortes no orçamento para as políticas públicas, as condições de trabalho dos assistentes sociais e de docentes não tem colaborado para as pausas necessárias para estudos, reflexões, debates, sistematizações, trocas e sínteses de toda a potência que a nossa profissão porta. Ainda assim, nossas entidades constroem há mais de quatro décadas o projeto ético-político profissional, que tem como um de seus princípios a superação da exploração e opressão de classe, etnia e gênero. Portanto, ao longo das trajetórias das nossas entidades, vêm se ampliando os debates e as ações estratégicas para o fortalecimento desse projeto profissional nos âmbitos da formação e do trabalho profissional. Na ABEPSS uma das estratégias tem sido a articulação de pesquisadoras e debates por meio dos Grupo Temáticos de Pesquisa.

Balanço crítico da produção de conhecimentos em Serviço Social – contribuição do GTP questões agrária, urbana, ambiental e serviço social da ABEPSS.

O Grupo Temático de Pesquisa sobre questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social existe desde 2010, quando essa estratégia de articulação entre pesquisadores/as e de fortalecimento das temáticas foi criada. O levantamento das produções sobre essas ênfases temáticas nos eventos da categoria e em outros espaços é uma das atribuições da coordenação do GTP como forma de identificarmos os avanços, mas, também, lacunas nos debates pertinentes à formação e ao trabalhado profissional. Consideramos como os principais eventos de apresentação de trabalhos científicos no âmbito do Serviço Social, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), além de revistas científicas e banco de trabalhos de pós-graduação (Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes). O número de apresentações de trabalhos,

considerando todas as temáticas, seja na modalidade de comunicação oral, pôster ou mesa coordenada, vem aumentando nos CBAS. Em 2019, o CBAS realizado em Brasília reuniu mais de 4,7 mil assistentes sociais e mais de 1.800 trabalhos. Dessa forma, faz-se importante um esclarecimento metodológico acerca dos levantamentos. Ao longo da nossa história fizemos levantamento do que foi publicado nos Anais dos Enpess nos anos 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018 (devemos lembrar que, em função da pandemia, não houve o encontro em 2020), nos anais dos CBAS nos anos 2004, 2007, 2010 e 2013, e em revistas acadêmicas de níveis A1 a B2 entre 2005 e 2016 e trabalhos de conclusão de pós-graduação entre 2013 e 2017. Os trabalhos dos Enpess (até 2016) e dos CBAS foram identificados pelos títulos dos trabalhos, eixo temático, resumo e autoria. Contudo, a partir do Enpess de 2016, incluímos as principais referências bibliográficas e as tendências dentro de cada ênfase temática³.

Nota-se que esse levantamento da produção de conhecimentos nos espaços supracitados constitui um material precioso, que será objeto de análises futuras mais aprofundadas e adensadas, apresentando indicadores potentes que são reveladores dos avanços e das lacunas teórico-metodológicas na formação profissional de assistentes sociais. Por ora, apresento a processualidade dos levantamentos realizados em cada gestão⁴, considerando que, a depender da fonte do material, utilizou-se uma metodologia específica.

No caso dos CBAs e Enpess, tomamos como base os respectivos anais de publicações, identificando, inicialmente, entre os anos 2004 e 2014 a quantidade de trabalhos por ênfase temática, conforme os quadros abaixo apresentam:

Quadro 1 – CBAS 2004/2013

CBAS	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Total/ano
2004	14	14	12	40
2007	17	31	16	64
2010	29*	27	17	73
2013	19	12	23	54
Total por ênfase	79	84	68	231

*5 trabalhos dialogam com questão ambiental

Fonte: ABEPSS. *Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênios 2015-2016 e 2017-2018.

³ Registra-se que tiveram participação ativa nesse processo de levantamento seu aprimoramento por meio da inclusão de novos elementos para a sistematização e análise das produções, as docentes Joana Valente (UFPA), Cristina Bezerra (UFJF) Tatiana Dahmer (UFF/Niterói), Tania Diniz (Unifesp/Baixada Santista/BS) e Suenya Santos (UFF/Rio das Ostras).

⁴ Importante registrar as contribuições dos sujeitos na condução do GTP: 2010/2012: Maria das Graças e Silva (UFPE), Perci Coelho (UnB), Raquel Sant'ana (Unesp-Franca) e Maristela Dalmoro (UFRJ); 2013/2014: Cristina Bezerra (UFJF), Débora Nascimento (UFAM), Joana Valente (UFPA), Tânia Godoi Diniz (Unifesp – BS) e Tatiana Dahmer (UFF); 2015/2016: Cristina Bezerra (UFJF), Maria das Graças e Silva (UFPE), Joana Valente (UFPA), Tânia Diniz (Unifesp – BS), Tatiana Dahmer (UFF); 2017/2018: Cristina Bezerra, Joana Valente e Suenya Santos (UFF) e formação de coordenação ampliada; 2019/2020: Isabel Cardoso (UERJ), Raquel Sant'Ana e Suenya Santos; 2021/2022: Isabel Cardoso, Mailiz Garibotti, Socorro Chaves (UFAM), Matheus Thomaz (UFF). Se num primeiro momento os trabalhos ainda ficavam concentrados na coordenação colegiada, a coordenação ampliada passa a contribuir na condução do GTP por meio de representações regionais. Recomenda-se fortemente o acesso ao material do GTP na página da ABEPSS, como os relatórios, ementas. Recomenda-se também a leitura dos artigos nas revistas Temporalis e produções mais recentes em editoras da área, além do material audiovisual das *lives*, que ganham destaque sobretudo no contexto do trabalho remoto.

Quadro 2 – Enpess 2004/2014

ENPESS	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Total/ano
2004	11	16	7	34
2006	8	20	8	36
2008	11	21	14	46
2010	13	36	24	73
2012	26	48	35	109
2014	12	52	34	98
Total/ênfase	81	193	122	396

Fonte: ABEPSS. *Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênios 2015-2016 e 2017-2018.

Após 2016, passamos a identificar, também, por tipo de apresentação: mesa coordenada, comunicação oral ou pôster, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Enpess 2016

ENPESS 2016	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Agrário e urbano
Mesa coordenada	2	3	-	1
Comunicação oral	16	31	16	-
Pôster	3	3	1	-
Total	21	37	17	1

Fonte: ABEPSS. *Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênios 2015-2016 e 2017-2018.

Ademais, neste ano iniciamos o trabalho de mapear essas temáticas apresentadas em outros GTPs. Com isso, identificamos nos seguintes eixos temáticos: *Movimentos sociais e serviço social*: 8 trabalhos, sendo 4 na ênfase agrária e 4 na ênfase urbana; *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos raça/etnia e sexualidade*: 5 trabalhos, sendo 1 sobre gênero, 2 sobre indígenas, 1 sobre quilombolas, 1 sobre questão ambiental. Mais um pôster sobre mulher indígena; *Ética, direitos humanos e Serviço Social*: 1 trabalho sobre segurança alimentar e nutricional; *Trabalho, questão social e Serviço Social*: 1 trabalho sobre saúde do trabalhador rural.

Quadro 4 – Enpess 2018

ENPESS 2018	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Ênfase agrária e urbana
Mesas coordenadas	-	3	-	-
Comunicação oral	13	26	19	9
Total	13	29	19	9

Fonte: ABEPSS. *Relatório de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênio 2017-2018.

No ENPESS de 2018 tivemos ainda uma mesa coordenada no eixo temático *Trabalho, questão social e Serviço Social*. Sobre as comunicações orais tivemos: 2 no eixo *políticas sociais*, 6 no eixo *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidade*; 1 no eixo *fundamentos e*; 2 no eixo *movimentos sociais*. Sobre os pôsteres tivemos 6 no eixo *questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*, 1 em *fundamentos e* 1 em *política social*.

Neste ano, além de darmos continuidade a identificar a incidência dessas ênfases nos outros eixos temáticos, passamos a mapear as principais referências teóricas como mostra o quadro abaixo:

Quadro 5 – principais referências teóricas Enpess 2018

Principais referências teóricas	
Ênfase agrária	David Harvey, Heleith Safioti, José de Sousa Martins, José Paulo Netto, Karl Marx, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Rui Mauro Marini, João Pedro Stédile, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Octavio Ianni, Raquel Sant'Ana, Bernardo Fernandes, Ariovaldo Umbelino, Maria das Graças Lustosa, Paulo Alentejano, Caio Prado Jr.
Ênfase urbana	David Harvey, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Karl Marx, Marilda Iamamoto, Octavio Ianni, Mauro Iasi, Jean Lojkine, José Paulo Netto, Rui Mauro Marini, Raquel Rolnik, Antônio Gramsci, Rosângela Paz, Loïq Wacquant, Robert Castell, Michel Foucault, José de Souza Martins, Ana Elizabeth Mota, Maria Lucia Duriguetto, Potyara Pereira, Lucio Kowarick, Mike Davis.
Ênfase ambiental	David Harvey, Henri Acselrad, José Paulo Netto, Karl Marx, Enrique Leff, José, Graziano da Silva, Maria das Graças e Silva, Milton Santos, Michael Löwy, Istvan Mészáros, Guilhermo Foladori, Ignacy Sachs, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marilda Iamamoto, Rui Mauro Marini, Sergio Sauer, Pierre Bourdieu.

Fonte: Levantamento realizado por Suenya Santos em 2020.

Destacamos que Anibal Quijano apareceu uma vez na ênfase urbana e uma vez na ênfase ambiental. Esse registro é importante em função dos possíveis diálogos entre o marxismo e o pensamento decolonial. Ademais, agregamos ainda sobre a produção apresentada no Enpess de 2018 temáticas específicas dentro de cada ênfase e o foco do debate, indicando as seguintes *tendências* presentes nas diferentes modalidades de apresentação e eixos temáticos: sujeitos – 32 trabalhos; sujeitos e políticas – 23 trabalhos; política – 22 trabalhos; formação e exercício profissional – 21 trabalhos; integração entre as ênfases – 2 trabalhos; violação de direitos – 1 trabalho.

De uma maneira geral, as produções na ênfase urbana constituem maioria nos eventos da categoria profissional. E, no último Enpess, percebe-se um movimento importante ao trazer à tona não apenas as políticas, mas os sujeitos que enfrentam cotidianamente a *questão social*. Os relatórios das primeiras gestões do GTP informavam sobre a forte presença das produções com foco no Estado e políticas públicas, com um acréscimo significativo na ocasião do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida. Outro elemento identificado desde as primeiras gestões foi sobre a importância da interlocução com os demais GTPs, em especial da temática trabalho e questão social, movimentos sociais, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidade, ética e direitos humanos. Por isso, desde 2016, passamos a buscar as ênfases sobre questão agrária, urbana e ambiental nos demais eixos temáticos.

Já nas pós-graduações, entre os anos 2013 e 2017, foram produzidos 2.545 trabalhos de conclusão de curso dentre os quais, 88 abordaram a ênfase agrária, 91 a ênfase urbana e 40 a ênfase ambiental. Com destaque para as principais referências bibliográficas conforme consta no quadro abaixo:

Quadro 6 – Principais referências teóricas TCCs e Pós-graduações em Serviço Social (2013-2017)

Principais referências teóricas	
Ênfase agrária	David Harvey, José Paulo Netto, Karl Marx, João Pedro Stédile, Ariovaldo Umbelino, Milton Santos, Maria de Fátima Gomes, Maria Helena Rauta Ramos.
Ênfase urbana	Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Friedrich Engels, Maria de Fátima Gomes, Luiz César Ribeiro, Jean Lojkine, Raquel Rolnik, Ana Clara Torres Ribeiro, Nabil Bonduki, Otília Arantes, Carlos Vainer.
Ênfase ambiental	Enrique Leff, Guillermo Foladori, Carlos Frederico B. Loureiro, Istvan Mészáros, Alfredo Wagner de Almeida, Maria das Graças e Silva.

Fonte: ABEPSS. *Relatório de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênio 2017-2018.

Por fim, realizamos, ainda, um levantamento das revistas online na área de Serviço Social e conhecimento multidisciplinar utilizando como procedimento metodológico as revistas qualificadas em A1, A2, B1 e B2 no repositório de periódicos das Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em língua portuguesa, no período entre os anos 2005 e 2016. As revistas pesquisadas foram: Revista Katályses; Revista Serviço Social & Sociedade, qualificadas como A1; Revista Argumentum; Revista Em Pauta; Revista de Políticas Públicas; Revista Ser Social; Revista Textos e Contextos; Revista Sociologias, qualificadas como A2; Revista Temporalis; Revista Estudos Avançados B1; Revista Libertas; Revista O Social em Questão, qualificadas como B2.

Para a escolha dos trabalhos, foram pesquisados os sumários dessas revistas, selecionando artigos nas ênfases temáticas do GTP. Na sequência os resumos foram lidos, totalizando 201 artigos, dentre os quais 103 correspondem à ênfase urbana; 72 à ênfase ambiental e 26 à ênfase agrária/rural. Ainda que a temática urbana prevaleça, diferentemente dos anais dos eventos da categoria e das pós-graduações no período supracitado, a ênfase ambiental é bem superior que a agrária/rural, merecendo um olhar investigativo futuro.

Por fim, cabe ainda destacar que as referências teóricas identificadas se situam no campo do pensamento crítico, contribuindo significativamente para a compreensão sobre a concentração fundiária nos marcos da financeirização da economia. Contudo, temos avançado no debate sobre a particularidade da *questão social* brasileira, cuja concentração fundiária se funde com a questão étnico-racial, patriarcal e ambiental. Dessa forma, parecemos ainda tímido o movimento de buscar chaves analíticas em diálogo com o pensamento decolonial crítico que, na América Latina, origina-se com José Carlos Mariátegui. Ou seja, faz-se importante indicar que os estudos sobre patriarcado, feminismos, povos originários e questões étnico-raciais têm colaborado para a compreensão de que a questão social se estrutura a partir de domínios e conflitos, não apenas de classe, mas de gênero e divisão sexual do trabalho, de raça e etnia. Uma abordagem decolonial que tem tido incidência na produção de conhecimentos em Serviço Social nos permite esse adendo importante em diálogo com o acúmulo marxista na própria América Latina, com destaque para a teoria da dependência. A ampliação plural, sob hegemonia de uma perspectiva emancipatória, anticapitalista, dessas investigações, reflexões, debates, formulações é fundamental para o fortalecimento do campo progressista no interior da profissão, enfrentando de forma qualificada, aportada na realidade e seus movimentos de lutas e resistências, as forças conservadoras que, igualmente, resvalam na profissão.

Considerações finais

Nota-se a importância da atualização permanente do balanço crítico sobre a produção de conhecimentos em Serviço Social, incorporando novos elementos que colaborem na identificação não apenas quantitativa, mas qualitativa dos avanços na formação profissional, mas também de suas lacunas. A luta pela qualificação profissional passa pela defesa da democracia, do pluralismo, da autonomia intelectual, que devem nortear as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão na produção e divulgação de conhecimentos. Dessa forma, a construção do projeto ético-político profissional envolve a luta pela construção de uma educação autônoma e popular que favoreça a emancipação humana e, portanto, a superação da sociabilidade que funda a *questão social*. Nesse movimento, devemos nos dedicar a compreender a realidade brasileira e latino-americana, buscando nossa particularidade, com chaves analíticas forjadas pelo pensamento crítico latino-americano, fortalecendo os sujeitos que estão na luta cotidiana, sofrendo ameaças constantes.

O GTP questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social tem contribuído na construção dessa tríade dialética como método de análise da realidade social. Ademais, busca interlocução com os demais eixos temáticos para que a formação profissional seja, cada vez mais, um espaço profícuo de trocas e de produção de conhecimento, referenciado pelas demandas sociais e pelas lutas dos segmentos populares que se colocam no enfrentamento à mercantilização da vida, na defesa dos territórios, dos bens naturais, das políticas públicas, ameaçados permanentemente pelo modelo econômico vigente. Na América Latina esse se anora no agronegócio, na mineração e na produção de petróleo e gás, produzindo *commodities* em detrimento da vida humana e do conjunto da biodiversidade.

Referências

ABEPSS. Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-5/apresentacao-26>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ABEPSS. Relatório GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio_gtp_questao_urbana_20142016_final_comanexos-201810301533490247190.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

ABEPSS. Relatório GTP ABEPPS Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/questao-agraria_relatorio-final-da-coordenacao-do-gtp-qaua_20172018-201912021625300884390.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

ANDES. **Congresso aprova orçamento de 2021 com cortes para Ciência, Tecnologia, Saúde e Educação.** 26 mar. 2021. Disponível em:
<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/congresso-aprova-orcamento-de-2021-com-cortes-para-ciencia-tecnologia-saude-e-educacao>. Acesso em: 8 mar. 2022.

BEHRIG, E.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em:

CARDOSO, I. C., et al. Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental. **Temporalis**, Brasília, n. 42, p. 277-292, jul./dez. 2021.

DESPEJO ZERO. **Campanha Despejo Zero. Balanço dos dados até fevereiro de 2022.** Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/ebb1e782-bb8b-47f9-82d2-1e747cb2bfdf/S%C3%ADntese%20Despejo%20Zero%20fevereiro%202022%20-%20final.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FACHIN, P. 43 milhões de brasileiros, ou seja, 21%, vivem sem renda do trabalho. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, 24 nov. 2021. Disponível em:
<http://www.ihu.unisinos.br/614709-43-milhoes-de-brasileiros-ou-seja-21-vivem-sem-renda-do-trabalho-entrevista-especial-com-waldir-quadros>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV Ed. UFRJ, 2010.

GARCIA, M. L. T.; RIBEIRO, V. M. R. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **Katál**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, mai./ago. 2017.

GERBASE, L. O que o orçamento público diz sobre o governo Bolsonaro até agora? **BR BOELL**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/26/o-que-o-orcamento-publico-diz-sobre-o-governo-bolsonaro-ate-agora>. Acesso em: 17 mar. 2022.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). **Serviço social:** questão social, território e política social. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital fetiche** – capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista** – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023

SANTANA, J. V. Questão urbana e habitacional e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. **Serviço Social**, Londrina, v. 21, n.1, p. 217-238, jul./dez. 2018.

PROPOSIÇÕES PARA UMA AGENDA DE AÇÃO-REFLEXÃO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: DESAFIOS E TAREFAS

Isabel Cristina da Costa Cardoso

Introdução

O texto sistematiza minha participação no II Seminário Habitação na Amazônia e no Seminário Nacional Serviço Social e Habitação, em dezembro de 2021. Na ocasião, integrei a mesa sobre o tema “A luta pela terra e moradia: resistências, estratégias e desafios para o Serviço Social” e tive a grata alegria de compartilhar esse lugar com Maria Elvira Rocha de Sá e Jane Cabral. Da mesma forma, os conteúdos problematizados partem da trajetória como professora pesquisadora e extensionista, que materializa uma práxis de ação-reflexão sobre a problemática espacial, nos termos de Henri Lefebvre, e a chamada “questão urbana” e do trabalho do Serviço Social nas expressões cotidianas das contradições urbanas da vida social a partir dos seus lugares concretos onde a vida se processa na sua complexidade, com destaque para os territórios da moradia e de seus sujeitos¹.

O texto visa contribuir para o campo teórico-metodológico crítico e político de identificação e compreensão das contradições, tanto do e no espaço quanto da vida cotidiana mas, também, de estudo e o fortalecimento sobre aquilo que Lefebvre nos ensina como o residual da práxis (os resíduos), seu momento poiético², criador, que resiste às pretensões dominantes e opressoras tanto dos poderes homogeneizantes do produtivismo e do crescimento ilimitado (LEFEBVRE, 1975) quanto de fechamento e controle sistêmico sobre os diferentes saberes, as práticas, os comportamentos, os desejos e os corpos (LEFEBVRE, 1968).

Não há como ir ao encontro dos resíduos, no sentido como nos ensina Lefebvre, sem uma certa deriva do pensamento e dos sentidos para deixar se surpreender pelo que estava no campo cego (LEFEBVRE, 2002) do (e produzido pelo) conhecimento científico e das formas normativas e disciplinadoras da cotidianidade (LEFEBVRE, 1991). É

¹ O presente texto incorpora de forma resumida, parte de outra produção teórica elaborada como capítulo, intitulado “A Produção Social do Espaço e Seus Campos Cegos: o desafio de seguir com e além de Lefebvre”, que compõe o livro “Produção do espaço, vida cotidiana, e Serviço Social: diálogos com e além de Henri Lefebvre” (CARDOSO e BRANDT, 2022). O livro é uma obra coletiva do grupo de estudos que coordenamos na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o UrbanoSS (Grupo de Estudos Sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social) e reúne a produção dos integrantes do UrbanoSS, entre eles meus ex-orientandos de pós-graduação (mestrado e doutorado).

² Como Lefebvre afirma, a poiésis, como parte criadora da práxis, reúne os resíduos, os irredutíveis (1967), parte do residual. Contudo, para Lefebvre a práxis é triádica, composta dialeticamente pelos momentos contraditórios do repetitivo, do mimético e da criação. Assim, tanto os resíduos como a passagem dos resíduos à práxis revolucionária, na dimensão da práxis poiética, ocorrem historicamente como luta contra a dimensão mimética da práxis que, na sociedade capitalista, persegue o fechamento da história na temporalidade do capital e busca transformar o ser humano em autômato subordinado à mercadoria, à técnica, ao Estado e à tecnocracia, ao espaço dominado em detrimento do espaço apropriado, além de submeter a vida cotidiana à cotidianidade do consumo dirigido e do consequente “terrorismo” (LEFEBVRE, 1991) estruturador de um cotidiano programado, normalizado, naturalizado.

necessário, assim, reconhecer nossos campos cegos e cegantes no interior dos debates da chamada “questão urbana”, profundamente fragmentados (e fragmentadores do real) pelos diferentes objetos e saberes disciplinares e científicos que invisibilizam, escanteiam, hierarquizam ou mesmo negam outros sujeitos, saberes, práticas, espaços e perspectivas analíticas e políticas de adentrar o debate, notadamente latino-americanos. Igualmente urgente é reconhecer e romper criticamente com parâmetros de pensamento sobre a formação histórica e espacial do Brasil, que partem de hierarquias igualmente cegantes, como pensar a diversidade tempo-espacial do desenvolvimento dessa formação social e cultural concreta a partir da dinâmica intra e inter-regional do eixo Sul-Sudeste. Essa última advertência é particularmente importante para os objetivos do II Seminário Habitação na Amazônia e do Seminário Nacional Serviço Social e Habitação. Deve-se, então, perguntar: o que há de universal e de particular na dialética da diacronia e da sincronia dos tempos históricos anteriores às relações sociais capitalistas e iniciadores do desenvolvimento dessas relações sociais, plasmados empiricamente na produção social do espaço amazônico e que explica o Brasil e vice-versa?

Tal reconhecimento pressupõe interrogar nossas “zonas estáveis” dos saberes acadêmico e profissional, fundadas sobre relações de poder que também definem hierarquias e desigualdades entre sujeitos racializados, generificados, a partir dos seus lugares de classe e dos territórios que ocupam e reproduzem em nossa sociedade. Nesse sentido, nosso desafio é não só reconhecer o exercício de nosso poder cegante, mas de desejar transformá-lo.

A centralidade da problemática espacial

“É preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar”. Essa frase expõe uma provocativa afirmação de Walter-Porto (2006). A partir dessa provocação o texto visa refletir sobre o tema “A luta pela terra e moradia: resistências, estratégias e desafios para o Serviço Social”. Porém, mais do que falar de terra e de moradia, as ideias aqui escritas propõem refletir sobre como esses elementos guardam relação e expressam a produção do espaço. Portanto, o espaço importa para a reflexão e a intervenção sobre a realidade e, nesse sentido, interessa também refletir sobre a particularidade do que aqui se pode delimitar como a produção social do espaço da Amazônia Legal³, e como tal dinâmica se articula de forma diacrônica e síncrona à construção histórica e territorial da formação social brasileira.

De forma próxima à provocativa afirmação de Walter-Porto, mas através de outras palavras e a partir da tradição marxista, Lefebvre (2002) também reivindica ser necessária

³ A chamada Amazônia Legal inclui todo o bioma Amazônia, mas também parte de outros dois biomas: o Cerrado e o Pantanal. Outra definição geopolítica é a da Pan-Amazônica, com 7,8 milhões de km quadrados, integrada não apenas pelo Brasil, que detém 64% do território, mas também pelos seguintes países: Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Segundo o IBGE, “A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro.” (Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>)

uma estratégia do conhecimento e da ação revolucionária que expanda a perspectiva epistemológica marxista e da sua práxis para dar centralidade à problemática urbana enquanto problemática espacial, tanto para a compreensão das condições de re-produção das relações sociais quanto da capacidade criadora de uma nova práxis societária emancipadora.

Também Milton Santos constata, e adverte, ao refletir sobre a consideração do “espaço como uma categoria analítica particular da sociedade” (2004, p. 75), que

[...] dentre os que teorizam sobre a mudança da ordem social, muitos não admitem a necessidade de dar ao espaço um lugar filosófico e político privilegiado na ótica de transição. Trata-se, principalmente, daqueles que prezam a hipóteses de um espaço ‘reflexo’, ou mesmo, de um simples ‘suporte’ da vida social. [...] apenas Lefebvre (1975) propôs, claramente a constituição de uma ciência particular do espaço, que dentre outras coisas, seria uma disciplina particularmente voltada para a hipótese da transição. (SANTOS, 2004, pp.74-75)

Seguindo os passos de Lefebvre, é importante que a análise sobre a reprodução das relações sociais da sociedade capitalista contemporânea incida sobre **dois níveis fundamentais:** 1) **o espaço**, a partir do fenômeno urbano, ou da problemática urbana como marcador de um novo momento crítico, no sentido de ser portador de uma nova temporalidade histórica do capitalismo e na formulação de perspectivas – o que não significa o desaparecimento da questão agrária ou dos espaços rurais mas, antes, a superação da fragmentação capitalista do espaço e suas proposições binárias, como rural e urbano, que reproduzem a alienação da divisão social e territorial do trabalho, o poder normalizador e normatizador das leis de zoneamento, e as lógicas da mercadoria e da propriedade privada. No lugar da fragmentação e da redução, a problematização da produção social do espaço permite compreender, por exemplo, o fenômeno urbano nos interstícios de diferentes territórios e suas correspondentes territorialidades rurais e periurbanas, suas formas e conteúdos materializadas nas águas, nas florestas e nas terras de trabalho e de moradia (WITKOSKI, 2010) de diferentes populações e grupos sociais que produzem e reproduzem esses territórios como territórios de vida ou espaços vividos (SANTOS, 2004; 2007); 2) **a vida cotidiana** e a crítica à sua redução à cotidianidade. A partir desses dois níveis da análise Lefebvre desenvolve a perspectiva emancipadora da práxis na forma da abertura histórica revolucionária do direito à cidade e da defesa do direito à diferença.

As características espaciais de simultaneidade, de apropriação, de reunião, de centralidade e da diferença definem, conceitualmente, as potencialidades emancipadoras do fenômeno urbano na dinâmica da produção do espaço e da formação do projeto do direito à cidade. Assim, Lefebvre destaca as qualidades do espaço, nascidas do urbano, como virtualidades possíveis-impossíveis e que dependem, para seu desenvolvimento, de serem sustentadas em uma nova práxis urbana “suplantando, com sua racionalidade própria, a práxis industrial atualmente realizada” (LEFEBVRE, 2002, p. 128). Ou seja, para Lefebvre é necessária uma estratégia do conhecimento que inverta a perspectiva epistemológica para dar centralidade à problemática urbana, reconhecendo o momento histórico da transição (transição como momento crítico) entre sociedade industrial e sociedade urbana e, nesse sentido, da virtualidade do urbano sob a forma do possível-impossível.

Vivemos essa transição e, portanto, é no movimento dialético das contradições capitalistas que devemos analisar a relação conflituosa entre sociedade industrial e sociedade urbana, entre o espaço fragmentado e a dimensão criadora da práxis contida, por exemplo, na convocação da práxis transformadora do direito à cidade. E esses diversos lugares de contradição não são apenas ocupados, exercidos pelos representantes do capital e/ou do Estado na produção de sínteses que impulsionem a reprodução do próprio capital. Esses lugares de contradição são também ocupados por diferentes segmentos da classe trabalhadora, do campesinato, por movimentos sociais e experiências coletivas, grupos sociais étnico-raciais que constituem as populações tradicionais, como a população indígena originária de nossa formação social, territorial e histórica milenar, para muito além das fronteiras geopolíticas da modernidade-colonialidade, e que se enraíza, em grande parte, na região regulada e nomeada pelo Estado como Amazônia Legal. As cosmogonias e mitos das populações indígenas expressam, por exemplo, formas de saber, de narrativas e de práticas da relação sociedade-natureza que não são capitalistas porque não almejam ser tal e, qual “o povo da mercadoria”, como sintetizou Davi Kopenawa (KOPENAWA e ALBERT, 2020, p. 407), no livro *A queda do céu*, através do que Bruce Albert descreveu como uma “crítica xamânica da economia política da natureza” (KOPENAWA e ALBERT, 2020). Ainda nesses lugares de contradição, também estão inseridos outros tantos grupos e segmentos das chamadas populações tradicionais e seus modos de vida, de existência e suas visões de mundo ancestrais, não capitalistas, praticantes de sistemas alimentares, de economias, de conhecimentos, de relações natureza-sociedade mediadas por outras formas de trabalho também não capitalistas. E isso não quer dizer que se defenda, aqui, uma visão edilícia, harmoniosa de comunidade ou de tradição como realidades homogêneas, isentas de contradições e conflitos decorrentes da reprodução das relações capitalistas e sua práxis historicamente violenta de domínio, extermínio e/ou integração subordinada.

Se o espaço abriu o diálogo aqui pretendido com uma chave interpretativa provocadora, trazendo-o para o centro da análise da realidade social e da própria história e seu devir, há que se reconhecer que são muitos os desafios para o desenvolvimento dessa perspectiva nos processos formativos e intervencionistas, com destaque para o campo da profissão do Serviço Social. Um dos principais desafios teórico-metodológicos e políticos para a compreensão histórica e espacial das relações sociais é a adoção de perspectivas analíticas não fragmentadoras e não reducionistas da vida social e do ser social.

Como diria Lefebvre “Não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações” (LEFEBVRE, 1973, p. 11) e a produção de relações sociais capitalistas, a partir do século XX, ocorre em um novo “front”, cada vez mais central para a re-produção (LEFEBVRE, 1973, p. 1) a produção social do espaço de forma fragmentada, vendendo-o, explorando-o intensivamente e acumulando-o através da propriedade privada e a consequente subordinação do sentido do valor de uso ao valor de troca da terra mas, também, dos ecossistemas sustentadores dos seres vivos e seus ambientes, com destaque, por exemplo, para a transformação da água, do subsolo e da biodiversidade em mercadoria. A natureza passa, assim, à condição alienada das relações sociais, tornando-a uma externalidade, sinônimo de tudo o que não é humano e que está disponível de forma utilitária, como recurso a ser explorado para o desenvolvimento da própria vida humana e, em particular, da sociabilidade do modo de vida capitalista; 2) a transformação da vida cotidiana em cotidianidade programada para o consumo e a

reprodução material e simbólica da mercadoria como lógica organizadora das relações sociais, em toda a sua complexidade e variação, como o trabalho, os gostos, os desejos, os valores e as referências de comportamento, o lazer e o tempo livre, os estilos de vida, a forma de produção, de distribuição e de consumo do alimento, as necessidades individuais e sociais, notadamente as necessidades desnecessárias que alimentam o ciclo de aceleração do tempo de rotação da mercadoria e da realização do valor e da sua expressão como capital-fetiche. O conjunto dessas dinâmicas societárias, sustentador da reprodução das relações capitalistas, nos transforma no “povo da mercadoria”, como descrito por Kopenawa através da cosmogonia Yanomami.

Proposições para uma agenda de ação-reflexão do serviço social sobre a produção social do espaço.

Agora, passo a destacar um conjunto diverso e complexo de considerações, relações e experiências que compõem a agenda histórica e socioespacial de nosso tempo, que também deve compor nossa agenda de desafios e tarefas no âmbito da formação e do exercício profissionais do Serviço Social, iluminando alguns “campos cegos” dos estudos da produção social do espaço e da problemática urbana no contexto da sociedade brasileira como formação latino-americana e, também, enquanto formação Amazônica.

Primeira consideração: o tratamento teórico-metodológico das relações sociais, da chamada “questão social” e da produção social do espaço deve orientar-se pela articulação dialética entre as diferentes temporalidades da universalidade das relações sociais capitalistas, a partir da dialética modernidade-colonialidade, e das particularidades históricas e espaciais da formação brasileira. Assim, ao seguirmos, por exemplo, as veredas abertas pela ação-reflexão de Rosa Luxemburgo, pode-se observar a direção a que nos leva seus escritos sobre a luta do capital contra as barreiras oferecidas pela economia natural das sociedades não capitalistas e a violência como método permanente e estrutural da acumulação do capital (LUXEMBURGO, 2021). Seguir essa contribuição permite pensar a violência estruturadora original e contínua como particularidade importante da formação brasileira, e de sua dinâmica histórica de produção capitalista do espaço através das formas de pilhagem, expropriação e destruição, subordinação da natureza, da vida humana e da diversidade de sua cultura e da escravização/desumanização do “outro/a” (indígena e negro/a), que não se expressa e não se auto reflete na figura humana do homem branco colonizador – a outra face histórica do homem branco burguês “civilizador” – e nas suas relações de mando, poder e dominação. A reflexão de Luxemburgo, permite, assim, conectar dialeticamente as contradições das nossas particularidades às contradições dos processos globais da reprodução e expansão do capital.

Convergente com essa primeira consideração, destaca-se a contribuição de Césaire (2020) ao nos ensinar que o racismo estrutura as condições históricas e espaciais de possibilidade, desenvolvimento e reprodução da dialética colonialismo/capitalismo até os dias de hoje, produzindo a equação histórica da “colonização=coisificação” (p. 24), parteira do fascismo também como experiência histórica do racismo burguês.

A compreensão acerca da dialética universalidade/particularidade, acumulação capitalista e expansão territorial internacional das relações sociais capitalistas, possibilita

corroborar e acolher, também, a contribuição de Fraser, inspirada em Marx, – e nos avanços reflexivos de Luxemburgo e Harvey – que afirma e define que “a exploração repousa sobre o terreno mais oculto da expropriação”, mas também sobre a racialização desse processo. (FRASER, 2020, p. 60). Seguindo pelo “terreno mais oculto”, iluminado por Fraser, destacam-se dois marcos de compreensão que a autora define como avanços e diferenciações do seu pensamento em relação à contribuição de Marx sobre a acumulação primitiva (MARX, 1987, p. 2.017), e que revelam a centralidade do racismo para a compreensão da reprodução da dinâmica exploração/expropriação, além de demarcarem implicações teóricas e metodológicas importantes para a dialética universalidade-particularidade da reprodução ampliada do capital e suas formas históricas e concretas.

Eu já disse que minha visão – a de que a exploração repousa sobre o terreno mais oculto da expropriação – é inspirada na concepção de Marx de ‘acumulação original’ ou ‘primitiva’, com a qual tem afinidades claras. O que defendo aqui, no entanto, é diferente em dois aspectos. Em primeiro lugar, a acumulação primitiva denota o processo ‘sangrento’ por meio do qual o capital foi estocado no início do sistema. A expropriação, em contraposição, designa um processo confiscatório contínuo essencial à manutenção da acumulação num sistema propenso à crise. Estou mais próxima nesse aspecto de Rosa Luxemburgo e Harvey, que também enfatizam o caráter contínuo da assim chamada acumulação primitiva. Há, todavia, um segundo aspecto em que me diferencio de Marx, que introduziu a acumulação primitiva para explicar a gênese histórica da divisão de classe entre trabalhadores sem propriedade e proprietários capitalistas dos meios de produção. A expropriação explica esse ponto, mas também traz à tona outra divisão social, igualmente profunda e plena de consequências, mas que não é sistematicamente teorizada por Marx – ou, no que diz respeito a isso, por Luxemburgo ou Harvey. Refiro-me à divisão social entre ‘trabalhadores livres’, explorados pelo capital no trabalho assalariado, e sujeitos não livres ou dependentes, os quais ele canibaliza por outros meios. Historicamente, a segunda divisão se correlaciona, de maneira aproximada, mas inequívoca, com a linha de cor. A meu ver, a expropriação de ‘outros’ racializados constitui uma condição necessária de fundo à exploração de ‘trabalhadores’. De fato, eu diria que ‘raça’ é justamente a marca que distingue os sujeitos livres da exploração daqueles dependentes da expropriação. (FRASER, 2020, pp. 60-61)

A partir dessa primeira consideração, coloca-se o desafio e a urgência da formação e do trabalho profissional em Serviço Social problematizarem tais processos desiguais, violentos e racistas de produção social do espaço como condição do reconhecimento do que Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) destacam como o entrelaçamento necessário entre crítica ao capitalismo e crítica à colonialidade. Assim, é da problematização de espaços e de povos concretos historicamente, como, por exemplo, os espaços e territórios da Amazônia Legal e sua população, que se deve partir e voltar como síntese, reconhecendo “que toda expansão, para o capital, é invasão de territórios para os grupos/classes sociais que ali vivem. [...]. Mas, indo além, pensar criticamente a expansão/invasão capitalista na Amazônia exige também pensar as invenções alternativas a ela pela experiência de seus povos.” (2021, p. 15). Essa é uma consideração essencial para a compreensão e a intervenção do Serviço Social sobre as expressões históricas e espaciais da questão social nos lugares e territórios das zonas urbanas, rurais, periurbanas, de áreas de

proteção onde a vida cotidiana se processa através de sujeitos concretos, diversos e que sofrem processos de desigualdade, vivem seus conflitos, mas também desenvolvem saberes e práticas sustentadores da reprodução social, não só como experiência de dominação.

Segunda consideração: a produção social do espaço produz, também, a natureza como parte de um complexo de relações metabólicas e de crise metabólica que movimenta, de forma dialética, as contradições das relações ambiente-sociedade; sociedade-natureza-cultura; vida humana e vida não-humana. Assim, trata-se de uma perspectiva que interdita a separação de qualquer análise ambiental apartada da forma como a sociedade produz e reproduz historicamente as suas práticas espaciais, a partir de dinâmicas materiais e subjetivas de reprodução das formas de vida em diferentes escalas, inclusive a planetária, e que tornam híbridas as fronteiras natureza-cultura, natureza-sociedade, espaço natural/espaço social. Há que se ultrapassar, criticamente, o paradigma biocêntrico e suas políticas conservacionistas mas, também, a redução da natureza a uma visão de estoque e fonte de recursos a serem explorados, o que legitima e produz práticas seculares de espoliação e destruição socioambiental no campo, na cidade e na floresta.

A partir da dialética sociedade-natureza-cultura, destaca-se a importância histórica e espacial da reprodução da matriz extrativista e neoextrativista, dos processos de colonização e desenvolvimento do capitalismo na América Latina e, particularmente, no Brasil, fundada sobre o uso intensivo, extensivo e predatório da natureza, principalmente da terra, do subsolo e da água, crescentemente destruidora da vida e intensificadora dos conflitos fundiários e ambientais para acesso à terra e para o direito de permanência nela.

Os impactos mais regulares e destruidores sobre as condições do clima do planeta e também a propagação, em escala mundial, de vetores endêmicos e epidêmicos cada vez mais cotidianos, como a pandemia do covid-19, causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), ocorrem reproduzindo e aprofundando exponencialmente as desigualdades socioambientais e de saúde existentes e criando novas desigualdades. Tais processos impactam, também, social e espacialmente a produção de condições urbanas segregadoras e espoliadoras da vida nos territórios populares. Contudo, tal dinâmica deve ser analisada e compreendida, interseccionando-se a produção do espaço com as dimensões étnico-racial, de classe e de gênero dos que habitam os territórios das favelas, cortiços, vilas e mocambos, conjuntos habitacionais, ocupações, os espaços públicos das ruas das cidades como lugares de permanência e desalento da população adulta e infanto-juvenil sem moradia. Aqui, somam-se à análise os territórios das águas onde vivem e moram populações tradicionais, como a ribeirinha, as terras das florestas habitadas por diversos grupos tradicionais extrativistas, além das populações indígenas, que também vivem e moram nas cidades da Amazônia Legal.

Assim, pode-se, por exemplo, compreender que a situação da pandemia, desde março de 2020 nos territórios populares referidos acima, revela a face cotidiana da necropolítica territorializada (MBEMBE, 2018) da desumanização de “corpos matáveis” de negros e negras pobres, que se somam aos tantos outros corpos negros já mortos pela necropolítica de segurança. Tal fato é particularmente importante quando se considera o perfil da distribuição demográfica regional da população preta e parda, de acordo com o informativo do IBGE “características gerais dos domicílios e dos moradores – 2019”, produzido a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Ao se considerar, por exemplo, a região Norte, integralmente inserida na

Amazônia Legal, e a região Centro-Oeste, parcialmente inserida através do estado do Mato Grosso, verifica-se que os percentuais de pretos e pardos na primeira região é de 79,3% da população, enquanto na segunda representa 62,6%. Cabe aqui registrar que a significativa participação da autodeclaração de pardos também deve ser analisada a partir da participação indígena nos processos históricos e culturais étnico-raciais de miscigenação da população.

A população declarada de cor branca, em 2019, representava 42,7% da população residente, ao passo que a de cor preta era de 9,4% e de pardos correspondiam a 46,8%. Em 2012, essas estimativas eram respectivamente, 46,6% (branca), 7,4% (preta) e 45,3% (parda). A Região Nordeste (11,9%) tinha a maior proporção de pessoas declaradas da cor preta, seguida da Sudeste (9,9%), Centro-Oeste (9,2%) e Norte (7,3%). A população de cor parda apresentava os maiores valores nas Regiões Norte (72,2%) e Nordeste (62,5%). A Região Sul tinha o predomínio de população de cor branca (73,2%), enquanto na Norte (19,1%) havia a menor estimativa dessa população. (IBGE, 2020, p. 8)

A partir da perspectiva espacial, por exemplo, pode-se identificar dinâmicas demográficas extremamente desiguais na formação brasileira, como a que se evidencia na concentração espacial de 21,9% da população total (46.400.712 milhões/habitantes) do país em apenas 17 municípios do Brasil, sendo que somente as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro representam 41% desse total (19.073.047 milhões/habitantes). Ainda sobre as dinâmicas regionais, ao analisar a distribuição espacial dos chamados aglomerados subnormais, indicador importante para a consideração das desigualdades socioespaciais do país, que operam como condições estruturais de maior ou menor exposição aos riscos epidêmicos, como da pandemia do covid-19, segundo o IBGE (2020), há maior participação das regiões Sudeste e Norte no conjunto das regiões do Brasil, como evidencia a publicação “Aglomerados Subnormais: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19” (IBGE, 2020).

Assim, a partir do referido estudo do IBGE, é possível identificar que o crescimento projetado dos aglomerados subnormais é nacional, mas com particularidades regionais importantes, como a maior concentração absoluta de domicílios desses territórios nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, em termos relativos, a região Norte se destaca, com o estado do Amazonas concentrando o maior percentual estimado de domicílios em aglomerados subnormais, seguido do estado do Rio de Janeiro, na região Sudeste. Contudo, é a região Norte que se destaca frente à região Sudeste, ocupando três posições, dentre os cinco estados de maior participação relativa. Temos, assim,

[...] três estados da Região Norte – Amazonas (34,59%), Amapá (21,58%) e Pará (19,68%) entre os cinco estados com maiores valores relativos de domicílios em Aglomerados Subnormais. Espírito Santo e Rio de Janeiro, na Região Sudeste, completam este grupo com respectivamente 26,1% e 12,63% de domicílios nessa classificação. (IBGE, 2020, p. 7)

Ao se aprofundar um pouco sobre o desenvolvimento regional da Amazônia, chama a atenção o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para o período 2020-2023. Há inúmeros elementos que poderiam ser descritos e problematizados. Destaco a

omissão da contextualização qualitativa e quantitativa da questão da moradia e das necessidades habitacionais da região da Amazônia Legal, não obstante, os dados acima destacados sobre a participação dos “aglomerados subnormais” na região Norte. A questão habitacional não compõe nem o item “caracterização e diagnóstico da região amazônica” nem integra os eixos do item “diretrizes estratégicas” (eixos econômico, institucional, de infraestrutura, ambiental e social). Frente ao perfil demográfico da região da Amazônia Legal, que ratifica o processo nacional de intensa concentração urbana de domicílios e população, não obstante a região detenha um percentual menor que a média brasileira, a questão da moradia está diretamente vinculada à produção social historicamente desigual do espaço urbano regional e suas dinâmicas intrarregional e nacional.

Do ponto de vista demográfico, a população total da região em 2018 chegou a pouco mais de 27 milhões de habitantes. Internamente, os estados amazônicos mais populosos, por ordem decrescente, são: Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. Em termos absolutos, os estados que, em 2018, apresentaram menores contingentes populacionais, em ordem decrescente, foram: Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima. (...) Com relação à distribuição da população entre zonas urbana e rural, a proporção de pessoas vivendo nas cidades amazônicas chega a 72%, percentual menor que a média brasileira que é de 85% (SUDAM, 2018). Mesmo assim, na Amazônia, 19,9 milhões de pessoas vivem nas cidades, o que reforça o adjetivo de floresta urbanizada aplicado à Região (BECKER, 2009). (SUDAM, 2020, pp.12-13)

Os indicadores destacados tornam-se, ainda, mais complexos quando se evidencia, no PRDA (2020, p. 150), que a variação de domicílios particulares na Região Amazônica, entre 2014 e 2015, cresceu 2.75% (218.581 novos domicílios), percentual acima da variação brasileira para igual período (1.5% ou 68 milhões de novos domicílios particulares permanentes). Tal crescimento, frente ao aprofundamento do padrão capitalista desigual e degradador de produção social do espaço, pressiona ainda mais as desigualdades territoriais já existentes e criam outras novas, reposicionando a problemática habitacional constantemente como expressão das contradições socioespaciais capitalistas e dos seus conflitos urbanos.

O perfil de omissão do PRDA, referido anteriormente no tocante à problemática da moradia e sua caracterização enquanto questão urbana, torna-se ainda mais grave quando se considera, por exemplo, o saneamento como uma política formadora do campo da política urbana e definidora das condições sanitárias e de urbanidade da moradia e dos territórios como territórios da vida cotidiana. O saneamento na Amazônia Legal é praticado mais como violação do que garantia de direito social e humano. É sabido que este indicador expressa a dinâmica de produção capitalista do espaço e, nesse sentido, sintetiza relações sociedade-natureza subordinadas à lógica da mercadoria frente às necessidades humanas e ambientais. Da mesma forma, não pode ser analisado e tampouco enfrentado pelo Estado sem articulação e planejamento de ações e de políticas públicas voltadas para as condições habitacionais e de infraestrutura social e urbana que intervenham no âmbito do déficit habitacional e da inadequação de moradias na região da Amazônia Legal, notadamente no seu atual perfil de saneamento, que também repercute sobre os indicadores de saúde.

[...] no quesito abastecimento de água por rede ocorreu diminuição de percentuais de atendimento do ano de 2014 para 2015 nos estados do Amapá, Maranhão e Roraima, embora este último possua o maior índice de cobertura entre todos os estados da região. Os estados do Acre, Amapá, Pará e Rondônia possuem menos de 60% dos domicílios com atendimento de abastecimento de água por rede. Com exceção do Estado de Roraima o percentual de atendimento de coleta de lixo aumentou no ano de 2015 em todos os estados da região. Destacando-se o estado do Maranhão por ser o único a possuir percentual de cobertura menor que 60%. Com relação ao índice de esgoto conectado à rede coletora, os estados do Amapá, Amazonas e Rondônia apresentaram índices negativos de atendimento no comparativo entre os anos de 2014 e 2015. Sendo que o Estado do Amapá é o que possui o menor percentual entre os estados amazônicos, apenas 4,6%. Além disso, observa-se o elevado percentual de domicílios não conectados à rede de esgoto ou sem esgotamento sanitário na região. Destaca-se que apenas os estados do Acre e Roraima possuem percentuais acima de 40% de atendimento de esgoto conectado à rede. Ainda no que tange ao serviço de esgotamento sanitário, observa-se que o tratamento adequado dos esgotos é essencial para a saúde da população, com reflexo na economia. O diagnóstico dos serviços de água e esgotos divulgado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), lançado em 2017, que contou com a participação de 3.865 municípios brasileiros, apontou que do total de esgoto gerado no Brasil, apenas 46% é tratado. A Região Norte apresenta o mais baixo índice, com 22,6% de tratamento de esgoto. (SUDAM/PRDA, 2020, p. 153).

Ao aprofundar a leitura do PRDA, identifica-se o Anexo III, “Metas, eixos setoriais de intervenção e seus programas”. Particularmente, interessa observar que, nos eixos “infraestrutura econômica e urbana” (eixo 3.4) e “desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais” (eixo 3.5), não há um programa específico sobre “habitação” ou mesmo o tratamento político da habitação como questão pertinente e necessária ao planejamento e desenvolvimento de alguns dos programas previstos, tais como: Programa Logística/Transporte (eixo 3.4), Programa Saúde e Programa Saneamento Básico (eixo 3.5).

Se, por um lado, a forma e o conteúdo do PRDA reforçam a concepção de saneamento como “obra” e não um direito social humano integrador das políticas urbanas, logo, necessário de ser planejado e financiado de forma pública e intersetorial com as demais políticas urbanas, como a de moradia de interesse social, há, ainda, o desmantelamento nacional dos marcos regulatórios, financeiros e político-institucionais das próprias políticas urbanas, com destaque para a política nacional de habitação social. O conteúdo abaixo expressa tal desmonte:

O programa habitacional Casa Verde e Amarela (CVA) terá um orçamento de cerca de R\$ 1,17 bilhão no próximo ano, segundo o relatório do Orçamento de 2022 [...]. O CVA é substituto do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que em seu melhor momento chegou a receber R\$ 20,8 bilhões em verbas do Orçamento da União. O montante reservado para o CVA no relatório do Orçamento de 2022 é ligeiramente menor que o previsto originalmente pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de R\$ 1,21 bilhão, e um pouco maior que a dotação atualizada do programa em 2021 (cerca de R\$ 1 bilhão). O dinheiro destinado pela União ao programa habitacional despencou nos últimos anos. Caiu de R\$ 4,8 bilhões em 2019 – quando ainda se chamava Minha Casa, Minha Vida – para R\$ 2,7 bilhões em 2020, o menor valor desde

2012. Para 2021, a dotação atualizada do Casa Verde e Amarela é de cerca de R\$ 1 bilhão. O montante aprovado pelo Congresso era maior, mas o presidente Jair Bolsonaro vetou uma total de R\$ 1,37 bilhão destinado ao programa. Além do Orçamento da União, o programa também é abastecido com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). (GAZETA DO POVO, 2022).

Segundo o relatório *Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019*, da Fundação João Pinheiro (2021) – não obstante as omissões (reveladoras de concepções) do PRDA sobre a produção social do espaço regional amazônico –, quando se consideram os elementos que caracterizam a inadequação da moradia urbana no Brasil (falta ou provisão deficiente de infraestrutura urbana; carência edilícia; inadequação fundiária), a região Norte – que possui participação significativa dentre os estados que integram a Região da Amazônia Legal – destaca-se no Brasil exatamente por ser a terceira região do país, atrás apenas do Nordeste e do Sudeste, com maior presença de domicílios com inadequação habitacional (2.164 milhões de domicílios permanentes urbanos) por falta ou provisão deficiente de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo). Da mesma forma, ao se cotejar as variáveis de composição do déficit habitacional (habitação precária, coabitacão e ônus excessivo do aluguel), a região Norte se destaca do restante do Brasil por ser a única região do país onde prevalecem habitações precárias como principal componente do déficit habitacional da região (43%) e não o ônus excessivo do aluguel, como nas demais regiões brasileiras.

Terceira consideração: o aprofundamento do modelo agroquímico, monocultor e latifundiário da revolução verde, para a produção, distribuição e consumo de alimentos, subordina a centralidade da soberania e da segurança alimentar do país e aprofunda a alienação subjacente à divisão territorial do trabalho, que opõe campo-cidade-floresta como realidades territoriais, populacionais e ambientais autônomas que pouco se comunicam. Assim, a questão da produção de alimentos aparece como uma “problemática” do campo, passível de ser resolvida por políticas agrícolas que incentivem e viabilizem o avanço da mecanização industrial agrícola e do emprego de tecnologias bioquímicas e genéticas de manejo agropecuário, mantendo-se a estrutura agrária e fundiária de concentração e centralização da terra no Brasil. A produção de alimentos como questão técnica e neutra, símbolo virtuoso do progresso e da “comoditização” da economia, tem como correlato o esvaziamento das relações sociais e dos seus conflitos, especialmente os conflitos fundiários decorrentes da transformação da terra em mercadoria e propriedade privada, que tornam a terra cativa do processo de acumulação e valorização do capital, mas, em especial, da lógica do “rentismo à brasileira”, como analisada nos termos de Prieto (2017).

Sob tais práticas e lógicas de dominação, o sistema produtivo alimentar capitalista e seu uso e ocupação da terra, baseado na propriedade privada e na violência do latifúndio, invisibiliza a existência de diferentes sistemas produtivos e culturais alimentares e de manejo da natureza, distintos da lógica do capital, baseados em modos tradicionais e comunitários de vida e de usos da terra e dos territórios, não redutíveis à lógica da mercadoria e da propriedade privada.

Como informa material produzido pela Articulação Nacional de Agroecologia e Terra de Direitos (SILVA, SOLDATI e DALLAGNOL, 2020, p. 7) se, por um lado o “Brasil possui, em seu território, cerca de 25% (vinte e cinco por cento) da diversidade

biológica (biodiversidade) do planeta, bem como 20% (vinte por cento) de toda a água potável existente”, por outro “A ciência ainda não conhece - ou desconhece a totalidade da biodiversidade brasileira, mas as populações que vivem na floresta, no campo, nas águas conhecem bem, e ainda conservam esse conhecimento.”

Ainda sobre a gramática da violência, mas ampliando o foco da relação com a produção social do espaço, há que se considerar os processos de destruição e de expropriação, de injustiça ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2009 e 2014) e de racismo ambiental (HERCULANO e PACHECO, 2006) causados por cadeias produtivas extrativistas, como as cadeias produtivas da mineração e madeireira, de alto impacto ambiental sobre territórios e suas formas de vida humana e não humana, além de produtoras de inúmeras ilegalidades e conflitos fundiários e ambientais violentos. Se, por um lado, essa é a marca da longa história do extrativismo e do neoextrativismo na América Latina e, particularmente, no Brasil (SVAMPA, 2019), desde o golpe civil-parlamentar e midiático de 2016, essa marcha histórica violenta se intensifica sob a proteção do Estado brasileiro que patrocina o desmonte das instituições e legislações de proteção ambiental, pois o Estado é, também, formado pelos representantes dos diferentes capitais extrativistas ou monocultores, particularmente como integrantes do parlamento e do Poder Executivo brasileiro ou seu financiador.

Quarta consideração: o debate aberto pela perspectiva crítica à colonialidade epistemológica e cultural das formas de conhecimento e dos modos de vida capitalista, sobre as sociedades periféricas latino-americanas, fundadas sobre a práxis violenta e racista do colonialismo, contribui para a identificação e a crítica à produção de pedagogias da subalternização e da invisibilização das formas de conhecimento, das práticas e culturas de resistência de negros e negras e populações originárias indígenas no Brasil, como ensina Arroyo (2014). Assim, o racismo que é também epistêmico, invisibiliza ou desconsidera, por exemplo, o quilombismo urbano e rural de populações tradicionais (MOURA, 2020), como ocorrido na história urbana das favelas, das vilas e dos mocambos das cidades, na contramão do que pensadores/as e militantes negros/as vêm problematizando e revelando, à exemplo dos estudos de Nascimento (2019) sobre o “quilombismo” e dos estudos urbanos de Campos (2005) sobre as favelas no Rio de Janeiro. Ainda sobre a pedagogia da subalternidade e da invisibilização produzida pelo racismo estrutural, pode-se acrescentar as reflexões de Lélia Gonzales (2020) acerca da ideologia do branqueamento e seus efeitos sobre populações indígenas e negras, no Brasil e na América Latina.

Assim, os povos originários ameríndios e as demais populações e modos de vida não capitalistas, como as populações tradicionais não indígenas, à exemplo dos caboclos ribeirinhos dos estados da Amazônia Legal, também foram e permanecem sendo subalternizados, invisibilizados, desterritorializados e, também, extintos. Por isso, é importante o conhecimento, a investigação e a aprendizagem das experiências de (r)existência dessas populações – dos resíduos, diria Lefebvre – como a práxis andina e ameríndia do “bem viver”.

Nessa mesma direção, situam-se as inúmeras práticas e os diversos saberes que Catherine Walsh designa como “pedagogias decoloniais” (WALSH, 2017), sob inspiração profunda do campo da educação popular de Paulo Freire, com quem trabalhou, e a práxis que reivindica a lógica dos comuns ou do comum como princípio político organizador de projetos societários emancipadores, nos termos propostos por Dardot e Laval (2017).

Quinta consideração: a adoção da perspectiva analítica e política interseccional, notadamente através das contribuições de pensadoras feministas negras (GONZALEZ, 2020; COLLINS e BILGE, 2021; DAVIS, 1997 e 2016;) sobre as relações sociais de classe, de raça e de gênero, constitui referência crítica importante para a problematização das condições e os modos de vida da classe trabalhadora, dos povos originários indígenas e das populações tradicionais, seus sujeitos concretos e históricos e a consideração territorial das relações sociais e das lutas produzidas, assim como o tratamento das diversidades regionais e locais.

A perspectiva histórica interseccional territorializada é particularmente importante para a consideração da produção social do espaço e da crítica da vida cotidiana, considerando-se que a América Latina é majoritariamente índia, negra e mestiça e que a constituição do trabalho, do campesinato e da classe trabalhadora no campo e na cidade, nas formações latino-americanas, foi (e permanece a ser) um processo histórico violento, expropriador, desumanizador, desterritorializador e diaspórico de dominação, opressão e acumulação. Logo, quando intervimos sobre as expressões da questão social é preciso reconhecer a dimensão étnico-racial como estruturante das relações sociais de exploração e de opressão que constituem os cotidianos do trabalho do Assistente Social e da vida das populações com as quais atuamos.

O referido processo é marcado por uma tríade dialética dos seguintes eixos: 1) eixo **fundiário e territorial**, através dos processos de dominação colonizadora do território, da terra, da natureza e dos modos de vida e das sociedades a eles associados. Tais processos fundaram a matriz de exploração predatória extrativista, renovada pelo desenvolvimento das relações sociais capitalistas sob a forma-conteúdo do neoextrativismo; 2) eixo **étnico-racial**, representado pelo povos indígenas escravizados, subjugados, muitos dizimados, que tiveram suas terras usurpadas pelo Estado e os diferentes projetos de ocupação econômica e territorial do Brasil, sob as formas colonial, monárquica e republicana do Estado, e que resistem culturalmente como povos originários, através de um processo que Ribeiro denomina de “transfiguração étnica” (2004), até os dias de hoje na luta pelo direito à autodeterminação, à terra e aos modos de vida materiais e imateriais indígenas. Sob esse mesmo fundamento étnico-racial, mas particularizando-se nas práticas da escravização de negros e negras africanas/as pelo imperialismo colonial europeu, destaca-se a formação de uma diáspora africana, no Brasil, erguida sobre processos de desterritorialização e reterritorialização dos corpos e das vidas de negros e negras nas senzalas, nos quilombos, nas pequenas propriedades rurais, nas florestas, nas favelas e nas periferias. Subjacente a esse longo processo histórico e territorial da formação brasileira e, também, das sociedades latino-americana, encontram-se estruturalmente firmados os pilares do racismo e da ideologia da democracia racial (GONZALES, 2020) que sustentam estruturalmente as relações sociais, até os dias de hoje, reproduzindo e metamorfoseando a colonização como colonialidade; 3) eixo **patriarcal e sexista** que produz socialmente e ideologicamente (e naturaliza) a separação entre a exploração dos trabalhos produtivo e improdutivo de homens e mulheres para e pelo capital e a esfera do trabalho reprodutivo não pago, exercido no âmbito doméstico pelas mulheres, como se a exploração do trabalho e a acumulação capitalista não dependessem das inúmeras atividades e redes de cuidado da reprodução social.

Sexta consideração: a centralidade da dimensão pedagógica da práxis, o que inclui a práxis profissional e a práxis das lutas sociais, a partir da relação entre pedagogias da subalternização e pedagogia emancipadora da produção do viver.

As chamadas pedagogias da subalternização, segundo Arroyo (2014), caracterizam a história das formas de dominação na formação brasileira, desde as origens da colonização aos dias de hoje, e pressupõe a elaboração e o exercício de uma práxis da violência e da desumanização. As referidas pedagogias da subalternização e sua práxis de violência e desumanização operam sobre a produção desigual do uso e da ocupação do espaço, reproduzindo e não desatando o chamado “nó da terra”, que se vê cativa da lógica da mercadoria, dos processos desiguais e violentos de valorização e acumulação capitalista e de seus discursos e projetos de desenvolvimento em nome do progresso. Como afirma Arroyo, “só nos tornamos visíveis, existentes em espaços, territórios, terra. Desterritorializar esses coletivos sociais para torná-los inexistentes, invisíveis foi e continua a ser a empreitada político-pedagógica mais perversa em nossa sociedade. Mais antipedagógica” (2014, p. 76).

Contudo, como observa o autor, os sujeitos que sofrem os processos de subalternização também elaboram suas pedagogias de resistência de luta contra a destruição material e simbólica do viver, e questionam o lugar da subalternidade e da desumanização a partir de seus territórios, identidades e lugares da vida cotidiana, mediados por processos culturais e políticos de formação humana mais ampla. Reivindicam serem agentes de formação dos seus próprios processos, inventores também de pedagogias populares enraizadas em coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero e camponeses que, ao questionarem o lugar da subalternidade, ressignificam os princípios de direito, igualdade, cidadania, humanidade a partir de horizontes de lutas e de libertação/emancipação (ARROYO, 2014). Segundo o ensinamento de Paulo Freire (2011), inspirador do pensamento de Arroyo, pode-se dizer que a reivindicação do lugar de criação e invenção de pedagogias populares expressa um “saber de experiência feito” que se põe a caminho para o superar e não ficar nele. (2011, p. 98), assim como aponta para a relação entre “situações-limite” e o “inédito-viável”, enquanto dimensão utópica, criadora da práxis. As situações-limite são históricas e só ocorrem a partir da relação homem-mundo, através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que ocorrem situações limites. Como ensina Freire, situações-limite exigem atos-limite que somente o homem pode exercer através da práxis como dimensão histórica de transformação humana da realidade, de transformação de si e, simultaneamente, de criação da história e da cultura.

Costurando sínteses

As reflexões realizadas sobre a centralidade da problemática espacial para a compreensão do tema sobre “a luta pela terra e a moradia: resistências, estratégias e desafios para o Serviço Social”, debatido no âmbito do *II Seminário Habitação na Amazônia e no Seminário Nacional Serviço Social e Habitação*, conduziram os leitores e as leitoras a percorrerem um caminho de proposições sintetizadas em seis considerações para uma agenda de ação-reflexão do Serviço Social sobre a produção social do espaço. Esse é um caminho que já venho construindo ao longo de minha trajetória acadêmica e política. Mas há uma costura a alinhavar o conjunto das ideias compartilhadas para problematização e

que destaco como principal síntese, não diria tanto conclusiva mas, sim, de abertura para contínuas e novas travessias nos estudos urbanos do Serviço Social. Trata-se do esforço realizado para buscar interlocuções teóricas críticas capazes de abrirem veredas para o reconhecimento e a superação dos “campos cegos” no estudo das (e na intervenção sobre as) problemáticas espacial e urbana. Por exemplo: 1) a necessária capacidade de pensar o Brasil a partir da visibilização e articulação de outras centralidades históricas, espaciais e étnico-raciais, como a realidade amazônica, capazes de deslocar criticamente a tendência hierarquizante de pensar o Brasil, as suas dinâmicas e seus processos históricos e espaciais de desenvolvimento, as relações sociais, os sujeitos sociais e políticos, suas determinações étnico-raciais, suas culturas, saberes e práticas populares e tradicionais, as expressões da questão social e da profissão a partir da escala regional Sul-Sudeste como epicentro do Brasil, com primazia dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo; 2) o fortalecimento e a difusão de um projeto político-pedagógico antirracista para a formação do Serviço Social, fundado sobre a reflexão crítica ao colonialismo, à colonialidade e à práxis reiterante do racismo de nossa formação histórica e espacial e que se reproduz nos espaços institucionais universitários em geral e da formação profissional do Serviço Social. Esse, com certeza, é um dos principais “campos cegos” da educação, da profissão e dos estudos da produção social do espaço, notadamente dos estudos urbanos.

Como ensinam as palavras de Guimarães Rosa, “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (2019, p. 53). Espera-se que a leitura do texto propicie boas e inquietantes travessias!

Referências

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2014.
- ARROYO, M. G. Pedagogias da produção do viver. In: ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARONE, I. Casa Verde e Amarela terá pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2022, segundo relatório. **Gazeta do Povo**, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/casa-verde-e-amarela-1-bilhao-2022-orcamento/>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**. A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARDOSO, I. C. da C.; BRANDT, D. B. (Orgs.) **Produção do espaço, vida cotidiana, e Serviço Social: diálogos com e além de Henri Lefebvre**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo. 2017.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Conferência. **I^a Jornada Cultural Lélia Gonzales** (Centro de Cultura Negra do Maranhão), São Luiz/MA. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> . Acesso em: 27 fev. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, N. Conceitualizando o capitalismo. In: FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Metodologia-do-Deficit-Habitacional-e-da-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0_compressed.pdf . Acesso em: 8 dez. 2021.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. **Racismo ambiental**. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

IBGE. **Aglomerados Subnormais**: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19 – Notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf . Acesso em: 26 mar. 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **El manifesto diferencialista**. Cerro del Agua: Siglo Veintiuno Editores, 1975.

LEFEBVRE, H. **Contra os tecnocratas**. Lisboa: Moraes Editores, 1968.

LEFEBVRE, H. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LUXEMBURGO, R. **Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MALHEIROS, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos**: Para pensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Editora Bertrand, 1987.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: Edições N-1, 2018.

MOURA, C. **Quilombos**. Resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Documentos de uma militância Pan-africanista. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2019.

PRIETO, G. F. T. Sob o império da grilagem. Os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis**, n. 8, p. 1-18, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Isabel/Downloads/terrabrasilis-2137%20(2).pdf. Acesso em: 24 ago. 2017.

ROSA, G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, M. T., SOLDATI, G. T.; DALLAGNOL, A. H. (Orgs.). **Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade**: salvaguardando uma herança ancestral. Articulação Nacional de Agroecologia e Terra de Direitos. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Cartilha-Sociobiodiversidade-web-1.pdf> . Acesso em: 22 ago. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - 2020-2023**. Belém/PA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/prda/publicacoes-institucionais/prda-2020-2023.pdf/view> . Acesso em: 15 mar. 2022.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina.** Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

WALSH, C. ¿Interculturalidad y (de)colonialidad? gritos, grietas y siembras desde abya yala. In: GARCIA DINIZ, A., et al. (Orgs.). **Poéticas e políticas da Linguagem em vias de descolonização.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. Disponível em: <https://redivep.com/sitio/wp-content/uploads/2018/04/CATHERIN-WALSH.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

WALTER-PORTO, C. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **Revista GeoGraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, 2006.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho.** Os camponeses amazônicos e formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

RELAÇÃO CAMPO/CIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE (INS)URGENTE¹

Maria Elvira Rocha de Sá
Jane Andréia Cabral e Silva
Nádia Socorro Fialho Nascimento

“Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente, trata-se, porém de modificá-lo” Karl Marx (1977).

Introdução

Aquilo que nomeamos, enquanto assistentes sociais, de expressões da “questão social” revela-se, a cada momento, ainda mais dantescas, em todos os seus níveis, colocando a nu o que atravessa os séculos da sociedade de classes, isto é, a exploração do homem pelo capital. Esta exploração, da qual resultam múltiplas fraturas na sociedade, revela-se, também, na cisão entre a compreensão de processos que se desenvolvem no que conhecemos por campo e cidade, urbano e rural. Dessa cisão derivam uma série de análises e práticas interventivas que reforçam a fragmentação do real e negam o método crítico, tão caro e desafiador ao Serviço Social brasileiro.

É justamente nessa condição de profissionais que se alimentam da teoria marxiana e marxista, que objetivamos, neste texto, refletir sobre a relação campo/cidade e, no limite, sobre a urgência da superação da dicotomia campo/cidade, urbano/rural, a partir de aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos. Como bem refletido no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, a relação dialética entre as dimensões da formação e do exercício profissional não podem sair do horizonte de nossas reflexões e práticas, sob o risco de fragmentação da análise e intervenção profissional desqualificada nas expressões da “questão social”.

Uma dessas expressões diz respeito exatamente à ausência do direito de morar com dignidade, no campo e na cidade, o que implica o acesso, entre outros, às mesmas condições e equipamentos de infraestrutura básica, como saneamento (esgoto sanitário coletado e tratado; água tratada e de qualidade; coleta e tratamento de resíduos sólidos), mobilidade (direito de ir e vir), regularização fundiária (direito reconhecido e garantido, juridicamente, à permanência na terra para trabalhar e/ou viver) etc. Estas condições dizem respeito ao direito inalienável à vida plena e são impossíveis sob a lógica do capital, uma vez que nela a natureza e o trabalho humano são tornados mercadorias. Desconsiderar a relação entre estes dois elementos – natureza e trabalho humano –, inclusive colocando-os como polos opostos de uma mesma realidade, leva não só à manutenção da exploração capitalista como, também, ao próprio risco de extinção da vida, sob todas as suas formas,

¹ Texto coletivo elaborado a partir das exposições da Profª Maria Elvira Rocha de Sá e de Jane Andréia Cabral e Silva na Mesa “A LUTA PELA TERRA E MORADIA: resistências, estratégias e desafios para o Serviço Social”, constante da Programação do IIº Seminário Habitação na Amazônia & Seminário Nacional Serviço Social e Habitação, realizado em Belém/PA (formato remoto) no período de 8 a 10 de dezembro de 2021 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade e Habitação (GEP-CIHAB), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O texto contou, ainda, com a colaboração da Profª Nádia Socorro Fialho Nascimento.

no planeta Terra, que é redondo e um só. Mais recentemente, a pandemia do novo coronavírus e os níveis críticos dos riscos climáticos, são expressões desse segundo risco!

Com base nestas reflexões, propomos abordar o tema nesta importante e necessária Coletânea sobre Serviço Social e Habitação, a partir de três tópicos, começando por problematizar a “questão social” como base de constituição da questão agrária e urbana, com ênfase na relação campo/cidade. Na sequência, o texto registra experiências e reflexões de lutas sociais acumuladas pelo Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra (MST) e, ao final, registramos contribuições para o debate pelo Serviço Social considerado (ins)urgente, acerca da relação campo/cidade na perspectiva da construção coletiva de superação da imanente dicotomia produzida pelo modo de produção capitalista.

Questão social como fundamento da relação contraditória campo/cidade

Transformações nas cidades e no campo começaram a partir da Revolução Industrial que, na transição do feudalismo para um novo modo de produção, já indicava a hegemonia do capital, ao ser denominado capitalismo. A transição para novos processos ocorre entre 1760 e 1840 e é radical nos métodos de produção que, de artesanais, passam a contar com máquinas-ferramentas, com a fabricação de novos produtos, novas fontes de energia como da energia a vapor, novas matérias primas etc. Às inovações tecnológicas, surgidas na Inglaterra e ao consequente incremento da produção industrial, somaram-se as ideias do liberalismo clássico que haviam conquistado ampla aceitação no período mercantilista e dominaram – desde o final do século XVIII –, o pensamento político e social da Inglaterra (HUNT e SHERMAN, 1987).

Segundo Polanyi (2000), a Revolução Industrial foi o último passo na transformação da força de trabalho em mercadoria e os imperativos do mercado capitalista – competição, acumulação e maximização dos lucros – são resultado de aperfeiçoamentos tecnológicos inevitáveis, próprios da Revolução Industrial. Para este autor, as mudanças na passagem ao novo modo de produção foram tão profundas que alteraram não apenas os processos produtivos, como também o próprio modo de vida, isto é, a mentalidade de milhões seres humanos. O mundo novo do mercado capitalista e das transformações incessantes no campo e nas cidades triunfou, levando o historiador a refletir sobre a ideologia do mercado autocontrolado e dos riscos para a própria civilização diante da “grande transformação” da sociedade.

A força de trabalho “liberta” das condições de dependência servil se encontrava em abundância nas cidades inglesas desde o século XVI, não por processos naturais, mas a partir da dissociação do trabalhador – camponês ou artesão – de seus meios de produção. Como destacado por Fialho Nascimento (2006), “essa expropriação aconteceu sem que, em substituição aos meios de que dispunham antes, aqueles segmentos contassem com outra forma de garantir a sua sobrevivência, que não fosse a venda de sua força de trabalho” (p. 49). Essa expropriação foi produto das Leis de Cercamentos de Terras (*Enclosure Acts*), iniciadas ainda naquele século e levadas adiante por sucessivos monarcas ingleses. A política dos “cercamentos de terras” consistia na transformação das terras comuns aos senhores e servos, em pastos para as ovelhas, tornando as terras de uso coletivo na Grã-

Bretanha em terras de uso individual. Esses cercamentos eram frequentemente realizados unilateralmente pelos proprietários das terras e podiam resultar na destruição de aldeias inteiras. Já no século XVIII, os cercamentos passaram a ser realizados parlamento inglês, atestando o “progresso” na expropriação

[...] economicamente instruída, resolveu, ao assumir a direção de seus domínios, empreender uma cura radical, transformando em pastagem de ovelhas todo o condado cuja população já fora reduzida antes, por processos semelhantes, [...], cerca de 3.000 famílias, foram sistematicamente enxotadas e expulsas. Todas as suas aldeias foram destruídas e reduzidas a cinzas, todas as suas lavouras convertidas em pastagens. Soldados britânicos entrevieram para executar a expulsão e entraram em choque com os nativos. Uma velha morreu no meio das chamas de sua cabana, que se recusara a abandonar. Assim, apossou-se essa fidalga de 749.000 acres de terra que pertencia ao clã, desde tempos imemoriais (MARX, 1989, p. 847).

A incapacidade de produção dos camponeses, em seus pequenos lotes de terras, obrigou-os a abandoná-las e tentar melhores condições de vida nas cidades. A expropriação dos meios de produção, vivenciada pela população camponesa que utilizava as terras de forma comunal e dela extraíam madeira, caça e outros produtos, reproduz-se na contemporaneidade, a exemplo dos “cercamentos das terras” na Ilha do Capim, no município paraense de Abaetetuba, onde a empresa Cargill², como em inúmeras áreas da Amazônia e do Brasil, apropria-se da terra, levando as/os camponesas/es à incapacidade de produção em seus lotes de terra, obrigando-os/as a abandoná-las e a tentar melhores condições de vida nas cidades. Na Inglaterra vitoriana³ os/as camponeses/as passavam a ser assalariados, contribuindo para a formação da classe operária em cidades inglesas como *Bristol, Birmingham, Manchester, Liverpool* (celeiro do trabalho precarizado), *Londres* e *Glasgow*, que contavam com inúmeras fábricas. Estas eram incapazes de absorver a força de trabalho que se concentrava nas cidades, gerando imensa massa de desempregados, o chamado “exército industrial de reserva” que, para os donos das fábricas, servia para manter baixos os salários. Parte dos desempregados passava a mendigar e a viver de pequenos crimes que foram combatidos com a instituição de leis contra a “vagabundagem”, resultando em prisões, açoites e enforcamentos.

Nesse primeiro momento, as cidades, como relatado em 1845 por Engels (2010), compunham um cenário de degradação humana provocada, em grande medida, por doenças decorrentes da inalação da fumaça originária das fábricas (movidas com a queima do carvão), dos cursos d’água transformados em meros esgotos a céu aberto, do consumo da água sem qualquer tratamento e a incidência do vírus da cólera, comum naquele período, sem mencionar outros aspectos sociais. A cidade industrial é voraz em termos de

² A Cargill é uma multinacional estadunidense, que foi fundada em 1865 nos Estados Unidos da América do Norte, para comercializar, processar e distribuir produtos agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais, atuando, ainda hoje, em 70 países com 155 mil funcionários, sendo 11 mil deles no Brasil, onde atua desde 1965. A empresa é uma das maiores do ramo de alimentos no país e está presente em 17 estados brasileiros, além do Distrito Federal, atuando com unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios em 147 municípios brasileiros, alcançando, em 2020, segundo dados do seu Relatório Anual de Atividades, uma receita líquida de R\$ 68,6 bilhões. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 9 dez. 2020.

³ Período de expansão do capitalismo, caracterizado por um desenvolvimento industrial, cultural e científico, que coincide com o governo da monarca inglesa Vitória I (entre 1837 e 1901). Nesse período, marcado por uma política colonial sobre a África, Ásia e Oceania, a Inglaterra foi o centro do capitalismo liberal, contexto histórico de constituição da “questão social”.

apropriação de novos espaços e de produção de “aglomerados insalubres”, o que contribuiu para a agudização de fenômenos, tais como o avanço nos transportes (para escoamento de mercadorias e trânsito de pessoas), a superpopulação (aumento da força de trabalho barata), as doenças, o desemprego e a total ausência de condições de habitabilidade.

Na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* escrita em sua primeira versão em 1845, Friedrich Engels, então com apenas 24 anos de idade, insere-se no debate social mais significativo daqueles anos. E nós dizemos: a obra é significativa também para os tempos atuais (2022, século XXI, há exatos 177 anos atrás). Sobre este período da história, Netto (2010) destaca que,

[...] entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social europeia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – ocuparam-se do que então era designado por todos como ‘questão social’ (p. 30).

Ainda para Netto, a inovação da obra de Engels funda-se na constatação de que nela, pela primeira vez, aparecem os seguintes “achados”: a) a Revolução Industrial ganha centralidade acerca da compreensão de como o capital passa a controlar a produção de mercadorias; b) a solução da “questão social” deixa de estar hipotecada à filantropia, à moralização da sociedade ou à realização de receitas utópicas; porque compreendida como implicação necessária do padrão societário embasado na propriedade privada dos meios de produção fundamentais e sua resolubilidade é posta como função da supressão desse mesmo padrão societário; c) o proletariado não comparece como massa indiferenciada, sofredora e passiva, tal como visualizavam os socialistas contemporâneos do jovem Engels (NETTO, 2010).

É a partir desses fundamentos acerca da gênese e do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista que assentamos nossas reflexões sobre a relação dialética e contraditória entre campo e cidade. Quando Lefebvre (1999) escreveu *La pensée marxiste et la ville*⁴, apoiou-se na obra emblemática *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, em que os autores constatam que “a mais importante divisão do trabalho físico e intelectual é a separação entre cidade e campo” (MARX; ENGELS, 1974, p. 55). Lefebvre (1999) busca extraír categorias analíticas explicativas da gênese da cidade capitalista, ao mesmo tempo em que propõe um novo projeto político de sociedade e uma nova lógica para produzir mercadorias. Ao analisar, no capítulo II de sua obra, a relação entre “a cidade e a divisão do trabalho” esse pensador militante constata que:

[...] a separação da cidade e do campo pode e deve se superar. (...) a superação da oposição entre a cidade e o campo 'é uma das primeiras condições da comunidade', entendamos: da comunidade retomada depois do desenvolvimento histórico, com todas as suas conquistas, na sociedade dita

⁴ “*La pensée marxiste et la ville*” (O pensamento marxista e a cidade) foi publicada no ano de 1972 para trabalhadores/as e militantes do Partido Comunista Francês (PCF) interessados na fundamentação teórica de suas estratégias de lutas. A obra foi traduzida por Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur e publicada com o título *A cidade do capital* pela DP&A, Rio de Janeiro, em 1999.

'comunista'. Esta superação resulta de uma 'massa de pré-condições materiais, que a simples vontade não é suficiente para realizar', e, mais particularmente, de um crescimento das forças produtivas assim como de novas relações de produção (e em consequência: de outro modo de produção, de outra sociedade). A superação não resulta, portanto, de um decreto, de uma intenção da consciência. A tendência nesse sentido, é tendência histórica, a da prática e da sociedade inteira, que vêm assim se explicitar (LEFEBVRE, 1999, p. 50-51).

A dicotomia rural/urbano na sociedade capitalista está fundada na divisão/oposição presente nas relações em seu conjunto pela divisão social do trabalho, assim como nas empresas, as relações sociais de produção são marcadas pela divisão técnica do trabalho e pela divisão entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Os trabalhos divididos/parcelares passam a se completar, da mesma forma que as atividades divididas se confrontam e geram desigualdades e conflitos.

As explicações para os processos que cimentam a organização social capitalista podem ser encontradas na relação orgânica entre a complementaridade dos trabalhos e o caráter conflituoso das relações entre classes sociais. A relação entre a divisão do trabalho e as formas de propriedade não engendram somente a unidade social capitalista, mas, contraditoriamente, rivalidades, lutas e antagonismos entre classes e frações de classes sociais.

Neste processo de constituição da sociedade capitalista, tanto na cidade como no campo, são constatadas carências e necessidades agudas no processo de (re)produção da força de trabalho. Na cidade, a questão fundiária se expressa na luta pela terra para morar e, no campo, a luta pela reforma agrária se dá pela busca da democratização no acesso à terra, substrato material imprescindível ao trabalho, à moradia e à (re)produção da vida no campo. A luta pelo acesso aos serviços/equipamentos para o atendimento de necessidades básicas como habitação, educação, trabalho/renda, saúde, saneamento, transporte, cultura e lazer é assumida por trabalhadores/as organizados/as, tanto no campo como na cidade, em áreas onde ocorrem ofertas insuficientes, precarizadas ou, no limite, inexistentes.

Para a compreensão da relação entre o rural e o urbano, torna-se imprescindível buscar o domínio de ferramentas conceituais capazes de explicar esta dialética imanente ao processo produtivo como uma totalidade, superando equívocos como o de admitir que já não haja mais problema agrário e de que agora, tratar-se-ia do problema urbano, em escala nacional e/ou planetarizada. Ainda em 1978, Francisco de Oliveira⁵ constatava que a questão central para as classes trabalhadoras brasileiras, a partir de 1950, era a conjunção das forças populares urbanas e rurais, diante da tendência que o processo de acumulação havia levado às últimas consequências após o Golpe Militar de 1964, revelada pelas práticas dirigidas no sentido de

[...] erosionar por completo as diferenças no processo de reprodução do capital entre a cidade e o campo; 'o bóia-fria, acumulação e miséria' é essa erosão. Já não há mais *problema agrário* [grifo do autor], agora se trata do *problema urbano* [grifo do autor] em escala nacional. Essa dialética do processo produtivo confere nova qualidade aos atores econômicos, políticos e sociais" E é essa dialética que forjará nas lutas um 'agente social único e singular' que são as classes populares, sejam rurais ou urbanas. (OLIVEIRA, 1978, p. 74).

⁵ A essas reflexões de Francisco de Oliveira (1978), sugerimos que acrescentem o texto de Veiga (2004).

Desde meados do século XX, o meio rural vem assumindo papel importante no desenvolvimento capitalista contemporâneo, no qual as funções convencionais de fornecimento de força de trabalho e matérias primas para o processo produtivo foram sendo ampliadas, com a organização do território pelo “investimento direto”, do que resultou a presença de grupos multinacionais, produto da etapa monopolista do capital. A transferência das unidades produtivas para os países de capitalismo periférico, uma das características do imperialismo, está ligada, assim, à formação dos grupos multinacionais que se beneficiam de novas vantagens para auferir fontes extras de lucro. Nas palavras de Harvey (2005), é desenvolvida uma nova ordenação espacial ou, mais precisamente, uma ordenação espaço-temporal, que se constitui no substrato essencial para a acumulação capitalista na fase atual do capitalismo, que é basilar para a dominação de outros territórios para fazer frente às crises de sobreacumulação.

Nesse processo, os países do capitalismo central lançam mão de múltiplas estratégias para se apropriar, dominar e explorar outras regiões do mundo, em especial nos países periféricos, obrigados a abrir seus territórios para investimentos capitalistas. Neles se dá, agora, não apenas a apropriação de matérias primas e exploração da força de trabalho a preços baixos, mas, também, a instalação de empreendimentos logísticos que, diminuindo o tempo de circulação do capital e de mercadorias, com o apoio fundamental dos Estados Nacionais, criam condições para a acumulação capitalista. Esse apoio se materializa, por exemplo, mas não só, na privatização de ativos – terra, florestas, água, ar –, transferidos para empresas privadas, no que Harvey (2005) denomina de acumulação por espoliação. Para o referido autor, a busca dessas localizações estratégicas, que criam vantagens possibilitadas pelos deslocamentos espaciais e temporais integrados – à exemplo de complexos portuários como aquele mencionado no município de Abaetetuba, sob o controle da Cargill –, constituem diferenciais competitivos. Aliada a outras vantagens, a redução das distâncias entre os mercados diminui, embora nunca elimine os riscos do processo de acumulação, ao mesmo tempo em que, como no caso de Abaetetuba, produza condições para a degradação socioambiental em larga escala.

Numa outra linha de análise, o espaço rural ganha centralidade distinta daquela locacional, pelos atributos territoriais que definem a ruralidade: a relação com a natureza, a relação com a cidade e a relação dos habitantes entre si.

Uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem natural aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento) uma certa relação com as cidades (de onde vem a parte crescente das rendas das populações rurais) e uma certa relação dos habitantes entre si (que podem ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento) (ABRAMOVAY, 2001, p. 13).

Compreendida dessa forma, a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, da mesma forma que o urbano não pode ser definido a partir da existência de setores especializados, a exemplo da presença da indústria. Ainda sobre este aspecto, Abramovay (2001) constata que

[...] a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* (grifo do autor) para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor - e

não somente de suas atividades econômicas setoriais - que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural, relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas" (Idem, p. 51).

É neste sentido que se coloca a dimensão espaço-territorial do desenvolvimento para além dos limites da setorização das atividades produtivas, tipicamente urbanas e rurais, uma vez que a caracterização do que é rural implica, organicamente, a relação com "dinâmicas urbanas". Assim, pode-se encontrar uma definição territorial do desenvolvimento, que dê conta da formulação de políticas públicas – o Estado em movimento –, capazes de superar conflitos e desafios colocados pelos agentes produtivos, seja na área urbana, seja na área rural, fundamentadas no pressuposto lefebvreviano (1999) de que a relação campo/cidade está organicamente vinculada à garantia do princípio teórico-metodológico da totalidade social e que, por sua vez, depende da divisão do trabalho material e intelectual projetada sobre o território.

Lutas sociais no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)

No Brasil, durante os últimos 25 anos, as formas de luta pela reforma agrária – cuja maior expressão é o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra (MST) – e pela reforma urbana – através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e do Fórum Nacional de Reforma Urbana – , estão sendo diversificadas e, pouco a pouco, ampliadas e disseminadas pelo território nacional. Estas (velhas!) lutas apontam que, postergar a democratização no acesso à terra e ao trabalho, no campo e na cidade, é não encaminhar soluções para os problemas econômicos, sociais e políticos de caráter estrutural e agudo da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva de superação, o MST propõe dar a esse processo um potencial revolucionário capaz de fortalecer a conjunção das forças populares urbanas e rurais, ao propor o *Programa de Reforma Agrária Popular* (MST, 2021). Trata-se, portanto, de um velho problema que precisa ser reinterpretado, a partir da sua expressão mais concreta, ou seja, das particularidades do processo de concentração espacial dos meios de produção social (capital e trabalho) e na forma particular em que o território assume a dimensão de suporte material do conjunto de práticas relacionadas à geração e distribuição das riquezas produzidas e às condições de vida das diversas frações das classes sociais, no campo e na cidade. E na Amazônia, qual a importância política, econômica e social de estudos sobre este fenômeno? Quais são as fronteiras entre cidade e campo? Quais as particularidades regionais das lutas e da relação urbano-rural? Na configuração e modificação de novos territórios na Amazônia, poderemos encontrar respostas sobre as modificações que irão impactar o sistema político-administrativo em sua relação com o sistema produtivo.

As respostas a estas e outras questões requerem uma análise dos dados da violência no campo, porque a luta pela terra não se dá de forma pacífica, é uma luta entre aqueles que querem a terra para trabalhar e viver com dignidade e aqueles que querem a terra para o lucro, como é o caso do agronegócio. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2021, informaram que o número de conflitos por terra no Brasil em 2020 foi o maior desde

1985, isto é, em 35 anos de registro⁶, chegando a 1.576 , o que representa um aumento de 25% em relação a 2019 e 57% em relação a 2018. Esses conflitos pela terra atingiram 171.625 famílias, sendo que destas, 961 foram famílias de indígenas. A progressão no crescimento do número de conflitos por dia é assustador, com uma média de 2,74% em 2018, 3,45% em 2019 e 4,31% em 2020. Neste último ano (2022), foram 81 mil famílias que tiveram suas terras invadidas sendo, deste total, 71% de famílias indígenas. Somente no estado do Pará foram registrados 245 conflitos em 2020, contra 143 no ano de 2019. O número de famílias vítimas de grilagem de terras também é altíssimo, chegando a 5.218 famílias, o que representou um aumento de 175% em relação a 2019.

É gravíssimo, também, o quadro de assassinatos no Brasil por terra, com 20 casos em 2020, sendo que, destes, 15 concentraram-se na Amazônia Legal⁷. A estes dados somam-se outros, como apresentados na Tabela abaixo, que confirmam a intensidade da violação de direitos na chamada Amazônia Legal.

Quadro 01 - Conflitos pela terra no Brasil e na Amazônia Legal no período de 2020 a 2021

MODALIDADES DE VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS POR TERRA	BRASIL	AMAZÔNIA LEGAL
Ameaças de morte	159	102
Torturas	9	6
Prisões	69	50
Agressões	54	39

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022), com base nos Mapas de Conflitos da CPT de 2020 e 2021.

Aliado ao número casos de violências físicas tem-se, ainda, o crescimento da violência institucional pela criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças com o registro de 83 casos, em todo o Brasil, que atuam em áreas de conflitos no campo brasileiro. Há um Projeto de Lei do Senado (PLS), de nº 272, datado de 2016, que possibilita a criminalização dos movimentos sociais, estudantis e de trabalhadores/as, caracterizando as lideranças desses movimentos como terroristas e que, se ainda não foi aprovada, pode vir a sê-lo, colocando em risco a atuação desses movimentos no campo e na cidade.

⁶ A Comissão pastoral da Terra (CPT) foi criada em junho de 1975, em plena ditadura militar, num contexto de grave violação de direitos humanos dos/as trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Como indicado em seus documentos, nasceu ligada à Igreja Católica, mas adquiriu “caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB”. Em 1985, começou a sistematizar dados sobre a violência no campo através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, passando a publicar todos os anos o livro *Conflitos no Campo Brasil*. “Em 2002, a CPT incluiu em sua documentação os conflitos gerados pelo uso da água. Ainda neste mesmo ano, a obra *Conflitos no Campo* foi reconhecida como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT)”. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁷ Criada em 1953, como consequência da Constituição de 1946, a figura da Amazônia Legal ampliou os limites geográficos da Amazônia brasileira. Sua área é de 5.015.067,86 km², correspondendo a cerca de 58,93% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Dos municípios maranhenses, 21 deles, situados ao oeste do Meridiano 44°, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 nov. 2022.

Todos estes dados confirmam as análises de que a Amazônia, e em particular o estado do Pará, é o mais violento dos estados brasileiros, o que caracteriza não apenas o campo como, também, a periferia das cidades da região e do estado. Quando perguntam como prosseguir na luta pela terra em meio a um cenário de tanta violência, respondemos que é justamente pela terra ser fonte de vida. Tanto é assim que quem se soma à luta são aqueles/as que não têm condições de viver nas periferias das cidades, onde vivem sem dignidade tendo que decidir entre pagar um aluguel e comer ou, ainda, sem condições de nenhum dos dois.

Importante também destacar que não se trata de uma luta apenas por terra pois ela é apenas o início, já que a Reforma Agrária envolve a luta por políticas públicas – moradia, educação, saúde, crédito, etc. – no campo e na cidade. Há especificidades nestas políticas porque, como no caso da educação na área rural, esta precisa respeitar a identidade camponesa sendo, portanto, uma Educação do Campo. Isso remete à questão cultural, uma vez que a ideia repassada sobre o campo brasileiro é de um local de atraso, onde vive um trabalhador/a de sandália, barrigudo, ignorante, o que pode ser bem exemplificado na imagem do Jeca Tatu⁸. A leitura do MST é bem diferente dessa imagem enraizada no imaginário brasileiro pois o campo, para nós, é também lugar de viver com dignidade, com direito às políticas públicas demandadas na área urbana e outras, específicas da área rural, como é o caso daquelas que permitem vida em plenitude para homens e mulheres que nelas habitam.

Assim, a luta pela Reforma Agrária envolve a sociedade como um todo, porque, inclusive o alimento que vai à mesa, na cidade ou no campo, é um direito que atende uma necessidade humana básica. No Brasil, a terra tem sido cada vez mais utilizada para o agronegócio e este tem expandido a monocultura, especialmente na Amazônia, que não produz alimentos e, quando o faz, não é para a nossa mesa, e sim para atender demandas do mercado externo.

A gestão de Jair Bolsonaro como Presidente da República Brasileira (2019-2022) desnudou um projeto elitista que, no atual contexto do imperialismo, objetiva, como já destacado, criminalizar movimentos sociais, em especial o MST. Exemplo da materialização desse objetivo ocorreu na implantação, no ano de 2020, do Programa Titula Brasil⁹, por meio do qual são tituladas terras para famílias assentadas. Estas não se dão conta de que, a partir desse título definitivo, não serão mais abrangidas pela Reforma Agrária passando a arcar, daquele momento em diante, com todos os custos de sua propriedade. Além dessa condição, agora de clientes, estas famílias, justamente por não terem como arcar com investimentos necessários para a produção, tenderão a perder suas terras, seja pelo endividamento, seja, simultaneamente, pela oferta de compra por outros proprietários. Ações como essa, deste Governo Federal, reforçam a lógica da propriedade privada, ao mesmo tempo em que buscam enfraquecer os movimentos sociais do campo e a produção coletiva, contribuindo para acabar com a possibilidade do alcance da soberania alimentar no país.

⁸ “Uma das mais importantes referências culturais sobre o caipira no Brasil. Como se sabe, o personagem de Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato é talvez a representação mais paradigmática sobre o homem rural no século XX” (BALISTA, 2018, p. 30).

⁹ Portaria conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020, institui o Programa Titula Brasil. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-dezembro-de-2020-291801586>. Acesso em: 1 nov. 2022.

Mesmo diante destes determinantes econômicos, políticos e sociais, especialmente nessa conjuntura marcada pelo retrocesso em todos os níveis da sociedade, não se pode deixar de registrar múltiplas experiências que vêm sendo adotadas no Brasil e, também, na Amazônia, de associações, consórcios, cooperativas, dentre outras. Elas podem, de um lado, agregar unidades político-administrativas municipais em que os atores principais são autoridades executivas, outras em que os grupos são constituídos como tal a partir de questões situacionais como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) ou, ainda, pelos grandes projetos. De outro lado, elas podem agregar grupos cujos critérios que agregam os atores são elementos de identidade dos movimentos sociais, voltados aos elementos geográficos, agora com ramificações voltadas à inclusão de questões de gênero e ocupação; fator étnico redefinido, não que a homogeneidade seja em função de fatores primordiais (como língua, raça, tribos) e sim como critério de uma representação diferenciada; ocupação enquanto atividade econômica, grupos que querem ser reconhecidos como tal.

Diante destas e de outras questões, a Reforma Agrária, soberana e popular, é um desafio não apenas para os movimentos sociais como o MST, mas para todas/os que, como o Serviço Social brasileiro, constituído por trabalhadores/as, que enfrentam, contraditoriamente, lutas sociais pela emancipação daqueles/as que vivem da venda de sua força de trabalho (ANTUNES, 2005).

À guisa de contribuição para esse debate (ins)urgente pelo Serviço Social!

Os desafios que são colocados em 2022, para nós amazônidas, brasileiros(as), latino-americanos/as, são tão (in)tensos como aqueles que nossos antepassados foram também provocados a enfrentar, quando ocorreu o saque institucionalizado de nossas riquezas pelas nações colonizadoras ao longo da nossa formação econômica, política e social (SÁ et al., 2014). As formas e estratégias utilizadas nos processos de saque foram atualizadas e as consequências para nossos povos originários foram, e ainda são, cruelmente devastadoras, o que nos leva a reiterar a questão “*como os países ricos enriqueceram de fato?*” que introduz a obra de Chang (2004) intitulada *Chutando a escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*.

A partir do Golpe e da Ditadura Militar (1964 a 1985), tentaram nos convencer, por 21 anos seguidos (e ainda continuam!) de que a “Amazônia era uma terra sem homens”, um vazio de almas, para justificar a “marcha dos homens sem-terra”, num primeiro momento especialmente do Norte, em direção à região. A partir desse processo de ocupação voraz e implacável – que contou com a ação do Estado –, as expressões da “questão social” foram agravadas e visibilizadas pela deterioração das condições de vida de homens e mulheres que vivem no campo e nas cidades amazônicas (NETTO, 2001). Ao abordar sobre o saque realizado pelas nações capitalistas sobre a Amazônia na contemporaneidade, Leal (1996) destaca que “trata-se de uma mudança de método, não de objetivo. O saque colonial permanece íntegro como o era sob o colonialismo tradicional, acrescido, porém, de uma capacidade técnica superior, que devora e exaure em muito menor tempo os recursos explorados” (p. 9).

A esta pergunta está associada, de forma orgânica, uma outra indagação: qual a nossa capacidade de resistência popular na Amazônia (dos povos do campo, da cidade, da floresta e das águas) e de (re)construção do poder e da soberania popular com a marca da radicalidade revolucionária e insurgente dos povos saqueados, oprimidos e “despossuídos”? Este não é um momento qualquer, é o momento de firmarmos e celebrarmos um pacto solidário de (re)construção coletiva da relação orgânica – dizemos também “metabólica” –, entre homem e natureza, que se desfez a partir do momento em que relações capitalistas penetraram no espaço amazônico, o que se fez presente desde o período colonial até o neocolonialismo contemporâneo, ambos centrados na transformação de recursos naturais em *commodities*, isto é, produtos especiais de grande valor no mercado mundial capitalista. Mais recentemente, como expressão das novas tecnologias de ponta, têm-se novas formas de apropriação privada da natureza por meio de propostas de desenvolvimento sustentável, capitalismo verde, neoextrativismo etc., todas elas constituindo-se em palavras suaves – chamadas eufemismos –, usadas para ocultar ou justificar a continuidade da exploração ampliada do capital na Amazônia (MALHEIROS *et al.*, 2021).

O que está em jogo, hoje como ontem, é a luta pelo uso da terra como bem comum, como fonte de trabalho, de vida, de conhecimentos, enfim, de existência humana. A terra, como fundamento dessa existência, encontra-se hoje, na Amazônia, num processo voraz de apropriação privada, seja diretamente pelo grande capital, seja em relação simbiótica deste com o Estado brasileiro e seus poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário.

E, ainda, diante desses múltiplos fundamentos adversos, o engajamento na luta pela construção do “Poder e da Soberania Popular” e pela superação da oposição entre rural e urbano e do trabalho intelectual e manual é urgente, acrescido pelo conhecimento sobre como são produzidas estas oposições. A busca de conhecimento de outras referências, na produção de tecnologias, é estratégica no sentido de enfrentar determinismos tecnológicos que, de diferentes maneiras, vai incorporando mais e mais pessoas, processos e relações na lógica das tecnologias proprietárias e corporativas.

A disputa tecnológica tem a ver com sujeitos coletivos, com a capacidade de dizer “NÃO”, questionando as estruturas do referido modelo e não apenas seus impactos. Questionar as dependências criadas pela digitalização e reivindicar direitos de comunidades não estarem conectadas a essas infraestruturas de vigilância e controle, na perspectiva da autodeterminação. Conhecer e disseminar experiências de movimentos sociais (populares, feministas, anticapitalistas em aliança), que dizem esse “não”, abre possibilidades de construção de novos caminhos e novas alternativas.

Um exemplo dessa socialização de experiências de movimentos sociais é a hospedagem da plataforma de formação virtual “em tempo de feminismo”, que realiza importante trabalho de difusão e formação para o uso do *software* livre, do qual companheiras da Marcha Mundial das Mulheres da América Latina participam. Estratégias de desnaturalizar o uso dos *softwares* proprietários e corporativos e demonstrar, na prática, que há excelentes alternativas ao *Windows* da *Microsoft*. O *software* livre combate os algoritmos proprietários, reivindicando algoritmos com código aberto, que precisam ser integrados como princípios e estratégias de nossas lutas contra o [ultra]neoliberalismo e pela democratização dos meios tecnológicos de comunicação e informação.

Propor e tecer alianças, em busca de pontos comuns entre diferentes sujeitos coletivos que resistem ao capitalismo digital, pode ser uma alternativa para seguir nessa construção. Neste sentido, o acúmulo nas lutas por soberania popular pode contribuir para dar maior potência às lutas por soberania tecnológica e algorítmica, como aposta política que precisa avançar para que todos e todas sejamos livres das formas de opressão produzidas pelo capitalismo. O estágio atual da Indústria 4.0 foi antecedido por diferentes estágios da chamada Revolução Industrial e por diferentes modelos políticos de desenvolvimento, como o que está sendo vivenciado, no Brasil, a partir de 1989, sob a ingerência do Decálogo do Consenso de Washington (BATISTA, 1994), marco histórico da adesão ao neoliberalismo e das formas mais radicais, na atualidade, do ultra neoliberalismo.

Está na gênese do processo de consolidação do modo de produção capitalista a imbricação de interesses e estratégias formuladas pelos representantes da burguesia industrial, comercial e de serviços com os representantes dos poderes constituídos – o Estado – (Executivo, Legislativo e Judiciário) em suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal). Assim, temos, conforme nos foi revelado por Prestes (2019) no livro *Corrupção Urbanística – da ausência de diferenciação entre Direito e Política no Brasil*, que a “corrupção urbanística” é prática que se expande para todas (sem medo de errar!) as esferas da vida social brasileira, como por exemplo, os efeitos devastadores nos processos de corrupção agrária, ambiental, sanitária, entre outras.

O processo de segregação social e as desigualdades econômicas, sociais e políticas no acesso aos bens socialmente produzidos, característicos da sociedade inglesa de 1845, vem sendo reproduzido na sociedade brasileira do século XXI, com a exacerbção da divisão nos territórios rurais e urbanos. Conhecer o passado histórico da humanidade e seus diferentes modos de organização econômica, social e política – modos de produção – é o caminho necessário para entendermos o nosso presente e projetarmos o futuro que queremos.

Após esse breve voo histórico-reflexivo, clamamos sua continuidade em forma coletiva e demarcamos a (in)urgência do debate acerca do atual estágio do modo de produção capitalista e, nele, as estratégias para (re)produção do capital assentadas na oposição/dicotomia entre campo e cidade, na Amazônia e no Brasil. E, finalizamos com o questionamento proposto pela professora Joana Valente Santana, registrado no *chat* do referido evento (2021): “Como articular as resistências e estratégias de luta para o acesso à terra no Brasil [acrescentamos, no campo e na cidade], considerando os elementos universais do modo de produção capitalista de apropriação privada da terra, articulando com as particularidades regionais, no caso da Amazônia, onde há usos diferenciados da terra?”. Este é um tema (ins)urgente para nossos próximos encontros!!!

Referências

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Jornal Gazeta Mercantil**, p. 3, 2021.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BALISTA, L. R. **Sujeitos da Terra**: a representação do caipira na dramaturgia de Carlos Alberto Soffredini. 2018. 327 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. et al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 99-144.

CHANG, H. **Chutando a escada**, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Massacres no Campo**. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/6011-agencia-publica-e-cpt-lancam-mapa-interativo-sobre-os-conflitos-no-campo-na-amazonia>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social/ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**, 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HUNT, E.K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. Trad. Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Vozes, 1987.

IBGE. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 nov. 2022.

LEAL, A. L. **Grandes Projetos Amazônicos** - Dois Casos Precursors. 1996.284 f. (Tese) Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MALHEIROS, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos** – para repensar o Brasil e o mundo. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARX, K; ENGELS, E. **La Ideología Alemana**. 5 ed. Montevideo/Barcelona: Pueblos Unidos/Grijalbo, 1974.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, E. **Textos** – Volume I. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. v. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K. **Os Despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOVIMENTO DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS SEM TERRA/MST. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** 16 jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/> Acesso em: 16 jul. 2021.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, jan./jun. 2001.

NETTO, J. P. Apresentação [da obra]. In: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9-35.

OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J.A., et al. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRESTES, V. B. **Corrupção Urbanística – Da Ausência de Diferenciação entre Direito e Política no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

SÁ, M. E. R., et al. Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea. In: CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014, p. 360-373.

VEIGA, J. E. A atualidade da contradição urbano-rural. **Análise Territorial da Bahia Rural**, Série Estudos e Pesquisas, n. 71, 2004.

POLÍTICA HABITACIONAL e SERVIÇO SOCIAL: INQUIETAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM UMA DIREÇÃO ANTIRRACISTA

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
Thaís Helena Modesto Villar de Carvalho

Introdução

O traço significativo que permeia as demandas por moradias no Brasil é a desigualdade de acesso, cujas raízes estão fincadas em mais de “cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888) (MARICATO, 2002, p. 23). A essa premissa, histórica e política, somam-se as permanências das relações pouco republicanas de um Estado que se modernizou recriando o atraso, na combinação de baixos salários com intensificação do trabalho e prolongamento da jornada (MARINI, 2010, p. 113), o que tem resultado em condições de vida precárias e profundamente desiguais. A configuração do espaço urbano é produção social, histórica e humana e relaciona-se com o processo de produção e reprodução das relações sociais (CARLOS, 2015). No Brasil, a produção social do espaço emergiu da lógica destrutiva colonialista, e é fruto de heranças patrimonialistas, patriarcais e racializadas, cujas expressões de exploração, subordinação e dominação têm, na violência social, econômica e política, os mecanismos para uma distribuição desigual da renda extremamente perversa.

Importa assinalar que dois caminhos se apresentam com vistas a subsidiar nossas reflexões neste texto: um caminho nos coloca frente a uma necessária análise do trabalho profissional que tem sido executado por assistentes sociais, que possa revelar as contradições que atravessam a política habitacional e urbana e identificar possibilidades, à revelia da racionalidade neoliberal que impacta todos os aspectos de nossas vidas e afeta, diretamente, nossas formas de organização e condições de trabalho. Diante dos desmontes dos direitos sociais, com destaque ao direito à habitação, emergem interrogações acerca dos impactos conjunturais sobre a população negra e sobre a intervenção social diante das inúmeras barragens para o acesso à moradia digna a esse segmento populacional, principalmente se colocamos na direção social do trabalho profissional, a perspectiva antirracista.

Outra trilha nos leva à análise da diversidade cotidiana expressa nos espaços da cidade, mercantilizados e alicerçados nas relações de propriedade, construídas a partir das prioridades do capital e da burguesia que as gerenciam sob a lógica de políticas e programas sociais privatizados, cujas consequências são dramáticas para homens e mulheres, negros e negras, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e ciganos, que vivenciam racismos, sexismos, segregacionismos e xenofobismos sob tensões e sofrimentos.

Pretendemos transitar por estes dois caminhos entrecruzados, haja vista que estamos falando de um trabalho social que é realizado por assistentes sociais e outros/as trabalhadores/as sociais a partir de uma “relação de compra e venda dessa força de

trabalho a empregadores diversos, como o Estado [e] as organizações privadas empresariais..." (RAICHELIS, 2011, p. 423).

As análises, aqui apresentadas, são frutos de reflexões construídas a partir de textos e pesquisas em relação ao debate étnico racial, pensando as requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais, numa perspectiva antirracista.

Política habitacional e o trabalho profissional

A modernização conservadora que alimentou, ideologicamente, a estrutura oligárquica da classe dominante brasileira, constituída por uma burguesia retrógrada, avessa a mudanças e avanços (FERNANDES, 1964), com seus privilégios sociais, econômicos e políticos, constituiu a base concreta do desenvolvimento capitalista no Brasil, cuja inserção subordinada ao capitalismo mundial se faz por meio de mecanismos antidemocráticos, heteronômicos e subalternizados. O Estado brasileiro, ao buscar a estabilidade política e econômica para o desenvolvimento do capitalismo, assume um papel fundamental, desde a periferia da dinâmica econômica: garantir a manutenção da ordem, da liberdade e da igualdade formais e a proteção da propriedade privada e do cumprimento do contrato social, seja pela coerção, nas relações de opressão e exploração sexuais e raciais, seja por meio do consenso, nos discursos ideológicos na defesa da legitimidade do sistema (SILVA, 2016). Segundo Maricato (2022, p. 130):

Apesar de se urbanizar apenas no século XX (em 1900, segundo o IBGE, apenas 10% da população brasileira morava em cidades), o Brasil carrega, no processo de urbanização, características decorrentes das mazelas de sua relação dependente e subordinada e também algumas características da nossa ‘formação social’. A herança escravocrata e o desprestígio do trabalho, o patriarcalismo e a condição inferiorizada da mulher, o patrimonialismo e a privatização da esfera pública, o personalismo e a rejeição às relações impessoais e profissionais, o clientelismo e a universalização da política do favor contrariamente ao reconhecimento dos direitos, a tradição autoritária negando a cidadania, estão presentes em cada m² da cidade periférica (grifos da autora).

E, nesse contexto, principalmente a partir dos anos 1980 em diante, quando a população urbana no Brasil atinge 84,72% (PNAD, 2015), a configuração do espaço urbano se expressa no recrudescimento da pobreza e da miséria, na retirada dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e na disputa do espaço construído, pelo capital financeiro global.

Uma pergunta se coloca pertinente: como essas desigualdades estão expressas na sociedade brasileira? Precisamos, aqui, lembrar-nos de Marx: “a população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam” (1983, p. 218). Portanto, quem é a população brasileira hoje? São mais de 212 milhões de pessoas residentes no Brasil, das quais as mulheres compõem 51,8%. 28% destas mulheres são negras. Deste grupo, 39,8% são mulheres negras extremamente pobres (PNAD, 2019). 45% dos lares brasileiros são sustentados por mulheres, das quais, 20,5% ganham menos que os homens (SOF, 2020).

Acrescenta-se que o Governo Bolsonaro (gestão 2018-2022) aprovou, em plena pandemia, em 24/6/2020, a privatização da água no país, novo marco regulatório do saneamento básico, Lei no. 14.026/2020, eufemismo para concessão e entrega do setor à iniciativa privada. E, podemos acrescentar uma longa lista de retrocessos, a exemplo da nova legislação para a regularização fundiária, do desmonte da política habitacional, das medidas de liberação do uso de imóveis e de terras da União, da ameaça dos mercados da água.

As desigualdades estão expressas, também, na expansão da especulação imobiliária, que produz um ônus excessivo no aluguel (quando o valor equivale a 30% ou mais da renda da família) e tensiona a existência de 6 milhões de domicílios; no aumento e adensamento dos territórios populares e de pessoas em situação de rua (mais de 60 mil); nos mais de 20 milhões de brasileiros que declararam passar 24 horas sem ter o que comer; nos despejos que têm sido as respostas do poder público frente à situação de miséria de mais de 21 mil famílias¹.

Essa violência, que emerge da lógica destrutiva do capital, é aprofundada pela falta de saneamento básico, o que favorece a disseminação de moléstias respiratórias, como a covid-19, cujo processo pandêmico matou mais de 650 mil brasileiros nos últimos dois anos, e de outras doenças. Indicadores do IBGE (2019) relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico, apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. A maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo era de 12,5% contra 6,0% da população branca; sem abastecimento de água por rede geral era de 17,9% contra 11,5% da população branca; e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial 42,8% contra 26,5% da população branca.

São dados e números que representam sujeitos sociais concretos, que marcam a profundidade das desigualdades no Brasil, com seus mais de 14 milhões de desempregados/as (PNAD, 2021) e com sua imensa concentração de renda: no 4º trimestre de 2019, os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 29,3 vezes mais do que os 40% da base da distribuição de renda. No 4º trimestre de 2020, os 10% do topo da distribuição de renda passaram a ganhar, em média, 39,1 vezes mais que os 40% da base da distribuição de renda (BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES no. 3, 2020).

Por sua vez, as políticas sociais, fruto das lutas e pressões de segmentos da classe trabalhadora diante de um Estado que privilegia sua função de “criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (MANDEL, 1982, p. 333), sofrem um processo de desidratação e cortes de recursos, resultado de uma “disputa dos recursos orçamentários e a hegemonia da sua direção [...] marcada por uma política fiscal de ajuste permanente [...] e a mais recente ocorreu por meio da EC 95” (SALVADOR, 2020, p. 4).

A desigualdade social brasileira tem no Estado os instrumentos necessários para fazer cumprir o que Wacquant (2011, p. 17) chama de correspondência entre “o espaço simbólico (a divisão da sociedade em uma escala de categorias étnico-raciais), o espaço

¹ Ipea, 2021 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/46-milhoes-vivem-em-lares-sem-renda-do-trabalho-no-brasil-diz-ipea.shtml>; Agencia Brasil Mais de 6 mil famílias brasileiras foram despejadas durante a pandemia | Agência Brasil (ebc.com.br); Relatório OXFAM OXFAM_relatorio_nos_e_as_desigualdades_datafolha_2019.pdf; OXFAM Brasil <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas>

social (o acesso dos recursos para essas categorias) e o espaço físico (a distribuição autoritária da população nas cidades e nas áreas rurais)”.

Apesar da importância do reconhecimento de que há uma classe trabalhadora (e que essa possui raça, etnia, gênero e orientação sexual) que é explorada e que fazemos parte dela como assistentes sociais, há uma atuação daltônica quando exercemos nossos conhecimentos profissionais e nossa autonomia relativa. Essa referência ao daltonismo vem do termo Urbanismo Daltônico cunhado pela arquiteta e urbanista Joice Berth (2019). Daltônico porque enxergamos as expressões da questão social presentes no atendimento, via plantões sociais, na visita domiciliar, na ida ao território, mas não enxergamos a cor, sendo que a questão racial social foi “alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (GONÇALVES, 2018, p. 515).

O que queremos dizer é que a expressão “falta de moradia digna” pode ser utilizada para diferentes segmentos da população que demandam o acesso à política habitacional, mas, no exercício profissional, é fundamental “construir as pontes entre as reivindicações históricas do povo negro e a luta do conjunto da classe contra a exploração e demais formas de opressão” (SILVA, 2016, p. 59). Porque, fazer um exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de raça/etnia², não é necessariamente ser indiferente à cor de pele das pessoas que atendemos e, sim, considerá-las para fazer intervenções antirracistas, a fim de superar o racismo estrutural, de reparar os danos históricos, sociais e econômicos causados à população negra. Não há neutralidade nas relações sociais e, portanto, também na profissão e, se por um lado, as respostas da política habitacional têm produzido sofrimento à população negra nas cidades, pelas desigualdades socioeconômicas, pela expulsão de áreas de valorização imobiliária, por outro, ela produz privilégios à branquitude³.

Bento (2002, p. 18) aponta que “os dados do rendimento salarial médio do trabalhador branco, em qualquer região estudada do país, são mais que o dobro recebido pelo trabalhador negro”. Segundo a autora, os dados que constam no Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho⁴ mostram que as/os negras/os entram mais cedo no mercado de trabalho do que os demais grupos; as mulheres negras são as últimas a saírem do mercado de trabalho; os trabalhadores negros têm jornadas mais longas em todas as capitais pesquisadas. Os dados do mapa também apontam que a taxa de participação dos

² Referência ao XI princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 2012, p. 24).

³ Utilizamos da citação da professora Ana Paula Procópio (2020, p. 164) para denominação da branquitude e seus privilégios: “Conforme Frankenberg (2004, p. 312 – 313) a branquitude refere-se a condições de privilégio e vantagem estrutural que os indivíduos brancos detêm nas sociedades organizadas pelas hierarquias raciais. Configura um lugar a partir do qual os sujeitos se veem e aos outros, bem como percebem a ordenação nacional e global. É um lócus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificamente raciais. É comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe. Muitas vezes, a inclusão na categoria “branca” é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio e subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam. É produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas socialmente construído. Os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos.”

⁴ “Um relatório encomendado pelo INSPIR (Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial) à Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico” (BENTO, 2002, p. 16).

negros e negras no mercado de trabalho é maior do que qualquer outro grupo, porém ocupam os postos de trabalhos mais precarizados, com menores remunerações e nos setores menos dinâmicos da economia (BENTO, 2002, p. 17-18).

São muitas as contradições que têm nos levado a pensar nas intervenções do trabalho social na particularidade da política de habitação nos últimos 30 anos e, principalmente, nos últimos 5 anos, com suas descontinuidades e permeabilidade à esfera privada, afirmando a concentração da propriedade privada e impedindo a população negra do acesso à terra, continuidade de um processo que se iniciou desde a lei de Terras (1850), quando o tráfico negreiro passou a ser proibido em todo o território brasileiro.

A lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, aprovada durante o segundo reinado do império brasileiro, proibia o tráfico transatlântico de escravizados no Brasil e, poucos dias depois, ocorreu a aprovação da Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850. São legislações que visavam realizar a abolição de forma gradual, intensificando a escravização interna para que a escravidão acabasse na medida em que fosse ocorrendo a morte da população escravizada. O objetivo era cunhar o projeto de incentivo à imigração que viria a ser financiado pela economia agrícola e regularizar o acesso à terra para essa população imigrante que deveria compor o novo campesinato assalariado, formando uma classe trabalhadora embranquecida.

Podemos acrescentar, segundo Martins (1998), que o trabalho livre, materializado na imigração, não foi processo igual para o escravizado colonial e para quem não foi escravizado. Para o escravizado, a liberdade não era o resultado imediato de seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não era dele. A liberdade era o contrário do trabalho, era a negação do trabalho.

E mais, a libertação do escravizado não o libertou do passado de escravo; esse passado será uma das determinações da sua condição de homem livre. O povo negro continua a ser visto como ex-escravizado. Basta olharmos para a cor das mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil.

A princípio, pode parecer resquícios de fatos históricos passados. Ao contrário, temos uma política habitacional que continua com os mesmos mecanismos que reforçam o racismo no Brasil, de forma a ser possível tratar desse assunto fazendo analogias entre o passado e presente. Diferentes períodos históricos, tensões políticas e econômicas explicitam o avanço da lógica racista que estrutura a sociedade. A nossa história se mostra contínua, sem saltos e rupturas nessa estrutura. São 134 anos desde a abolição da escravatura e, ao mesmo tempo, 134 anos de criação de novos mecanismos de privilégios que vão contra os direitos da população negra, o que demonstra os vários mecanismos que sinalizam como o Estado Brasileiro se modernizou reinventando o atraso.

No atual cenário da política habitacional, há um imenso déficit em termos das necessidades habitacionais, que avança par e passo com a ausência de financiamento para programas de habitação de interesse social, o que impõe o exercício de estabelecimento de critérios de acesso. Além dos critérios estabelecidos pela política habitacional nacional, previstos no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, como o critério de renda, as/os profissionais têm tido a exigência de afunilar, ainda mais, as medidas para atender a uma parcela mínima da população. Critérios esses que são tensionados pelas prioridades do capital que impõe seus interesses aos grupos sociais à revelia das necessidades dos segmentos populacionais, em um processo que leva à negação do espaço

público “e a constituição de lugares controlados de convivência e encontro, essencialmente classistas” (BURNETT, 2012, p. 118)

Portanto, é fundamental a construção de reflexões sobre as condições concretas do trabalho social que tem sido executado na política habitacional, que possam revelar as contradições que o atravessam nas disputas de projetos, concepções e interesses dos diferentes sujeitos políticos envolvidos nos processos de implementação da política habitacional. A exemplo da tensão entre interesses que emergem do mercado da Construção Civil e o direito à moradia, defendido pelos movimentos sociais, ou ainda, os interesses das gestões públicas com programáticas diversas e o direito à cidade que têm permeado e atravessado os projetos e equipes de trabalho social, exigindo posicionamentos e estratégias (PAZ; DINIZ, 2020).

De fato, a dinâmica das forças produtivas hegemônicas e os padrões societários que reconfiguram o mundo do trabalho tornam-se solo fértil para projetos sociais distintos. E, no cotidiano institucional, reproduzem-se ideologias racistas e respostas acríticas às demandas oriundas dos segmentos sociais sujeitos às normas e às regras das políticas sociais. A exemplo do critério de renda, determinante para definir o acesso ou não dos/as sujeitos/as aos programas sociais.

Considerando que renda é a soma de todos os benefícios financeiros como rendimentos de prestações de serviços, salário formal, aluguel de imóveis, pensão, aposentadoria, aplicações, ou seja, rendimentos recebidos periodicamente e comprovados por pessoa física ou jurídica, e que a população negra hoje compõe acentuadamente os postos de trabalhos informais sem carteira assinada ou em postos de trabalho com baixa remuneração salarial, grande parte dessa população fica excluída dos financiamentos de imóveis via FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) por pessoa física, da previdência social e de outros direitos sociais e meios de obtenção de renda.

Mas, apesar de a renda ser um critério fundamental da política habitacional, somente essa normativa não dá conta de peneirar quem irá acessar aos programas de atendimento habitacional provisório, como auxílio aluguel e/ou definitivo, como unidades habitacionais, considerando que o número de famílias de baixa renda e com necessidades habitacionais é numericamente superior ao orçamento disponibilizado para esta finalidade.

Com a extinção do MCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) e a criação do programa Casa Verde e Amarela, cujos critérios não atendem à população de baixa renda, principalmente a população que ganha de 0 a 1 salário-mínimo, o que os municípios têm a oferecer é o atendimento habitacional provisório com pagamento de verba pecuniária, que, todavia, não conta com recursos suficientes para atender as famílias que necessitam. Até porque não é esse o caráter/objetivo dos programas habitacionais provisórios.

A criação dos programas de atendimento habitacional provisório de moradia tem como finalidade o apoio à implementação da política habitacional dos municípios e, de forma geral, os critérios de inserção nesse tipo de programa, estabelecidos pelos municípios, são famílias removidas de assentamentos precários por intervenção de obras públicas; famílias removidas para prevenção de risco e casos emergenciais como deslizamento, incêndios e alagamentos; e, por fim, casos de extrema pobreza, de acordo com a avaliação da assistência social e do/a profissional assistente social da equipe de trabalho social em habitação (SILVA, 2020). Em geral, os programas habitacionais

provisórios são subsidiados às/-aos municípios por um período de 6 a 18 meses, e gerenciados pela municipalidade.

No que se refere aos casos de extrema pobreza econômica e social, o trabalho social é requisitado a selecionar quais são as demandas mais urgentes a serem atendidas e quais perfis de famílias se enquadram nessas demandas. Cabe ao/à profissional avaliar a condição socioeconômica e outras circunstâncias que julgar necessárias para elaboração de análise técnica, por exemplo, problemas de saúde, faixa etária, composição familiar, pessoa com deficiência, entre outros.

No cotidiano institucional, permeado por disputas de projetos, concepções e interesses políticos, e do racismo presente nas instituições⁵, em que o Estado não apresenta um modelo de desenvolvimento econômico que abarque a população brasileira com necessidades habitacionais em sua totalidade, cria-se uma linha tênue entre contemplar as/os sujeitas/os que vivem em situação de maior pobreza, considerando os aspectos advindos da análise da realidade e criar critérios que deverão selecionar quem será contemplado, já que a política não é abrangente a todas as pessoas de baixa renda. Isso não anula o objetivo dos instrumentais da profissão. Mas, o faz dialético. Segundo Guerra,

[...] todo o avanço que se possa observar ou alcançar na profissão, no que concerne à sua compreensão teórica, ainda é insuficiente face à complexidade das determinações e a dinâmica das contradições constituintes, constitutivas e constituídas dos fenômenos sociais com os quais o assistente social se confronta (1995, p. 31)

Acrescenta a autora, que não há neutralidade na intervenção profissional e a direção política do trabalho social desenvolvido pelo/a assistente social respalda-se no compromisso assumido com o projeto ético-político da profissão, e isso se materializa nos nossos instrumentais.

Evidentemente, não daríamos conta de discorrer sobre cada um dos critérios ou dos principais elementos que os diversos profissionais do trabalho social, em habitação em âmbito institucional, consideram para as suas análises e pareceres. Mas, tentaremos, aqui, trazer alguns dos aspectos que devem ser considerados pertinentes ao acesso aos programas habitacionais provisórios, pelos profissionais no exercício de sua autonomia relativa. O critério de renda é um elemento principal e norteador e, apesar de ser estipulado pelos programas de habitação provisórios, o valor do benefício não é baseado no preço dos aluguéis das cidades. Cabe, então, ao munícipe beneficiário/a do programa contemplar o restante do valor do aluguel e das despesas de consumo como água e energia. O que faz, muitas vezes, com que os profissionais tenham que colocar como um aspecto a ser considerado na sua análise, se o/a beneficiário/a tem algum tipo de obtenção de renda, mesmo que informal, para alcançar os valores necessários para aprovação do benefício.

Uma estratégia adotada pelos profissionais é considerar benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência (PCD)

⁵ Racismo Institucional é a existência de conflitos raciais por parte das instituições. As instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos conforme Almeida (2020, p. 39-40).

que, apesar de não poder ser considerado como renda, estrategicamente é necessário contar com os valores para pagamento e complemento de aluguel.

Condições contraditórias postas aos sujeitos de direito, que precisam comprovar que não têm renda suficiente para adquirir casa pelo mercado privado e, ao mesmo tempo, comprovar que têm renda suficiente para pagar os custos restantes ou adicionais.

Outros elementos também são considerados pelos/as assistentes sociais, como a somatória entre composição familiar mais faixa etária de idade, dando prioridade a mães chefes de família e/ou famílias nas quais a maior parte é constituída por crianças e/ou idosos. Nesse sentido, indivíduos sós, muitas vezes, não são contemplados, já que atendendo a núcleos familiares é possível atender mais pessoas que compõem o déficit habitacional.

Em um momento de extrema vulnerabilidade social e, enquanto estamos nos conflitos permanentes pelo acesso aos direitos sociais no país, é necessário fazer a seleção devido à pouca oferta de acesso aos serviços e programas sociais. E considerando que a política habitacional, nas suas diretrizes nacionais, não usa raça/etnia como requisito componente, e sendo a população negra a que necessita de subsídios por se tratar de uma população que compõe a maioria do povo brasileiro e que, por negligência desde a fundação deste Estado, compõe a maioria das situações de pobreza e desigualdades, seria necessário que as/os profissionais assistentes sociais considerassem esse quesito em seus estudos sociais, pareceres técnicos, e nos diversos instrumentais que interferem no acesso ao direito habitacional definitivo ou provisório.

Vale destacar, a partir de Ianni (1992, pp. 87), que a história da sociedade brasileira, desde suas origens coloniais, agrárias e escravocratas, “reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais”. São processos estruturais que nos levam a indagar sobre a violência de uma sociabilidade que tem como fundamento o liberalismo formal, e como prática, a manutenção de privilégios estamentais.

Cotidiano neoliberal e a produção do espaço urbano

Grandes mudanças impulsionaram a quadra histórica atual e as relações sociais capitalistas, tornadas mundializadas sob a hegemonia neoliberal, impuseram reformas nos sistemas de *welfare* e no processo de acumulação capitalista no mundo via o capital financeiro, reformas que responderam melhor à designação de contrarreformas (BEHRING, 2003). Os anos 1980/1990 foram decisivos “no contexto generalizado de reformas dos sistemas de *welfare* [...] tanto em países centrais como nos periféricos”, palco de elaboração das políticas governamentais de combate à pobreza referenciadas no “movimento da economia fora de suas fronteiras” (PIERSON, 2001 *apud* MURIEL, 2009, p. 46).

Em outras palavras, o processo de neoliberalização das últimas décadas tem produzido uma “destruição programada das regulamentações e das instituições” e intensificado uma competição generalizada sob relações sociais mercantilizadas que justificam desigualdades profundas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). Vivemos em um cenário histórico, econômico e político, predominado por práticas político-econômicas que defendem a liberdade sob a premissa do individualismo e do empreendedorismo, na

afirmação do direito à propriedade privada – terra e riqueza – que têm, no Estado, os mecanismos institucionais para o exercício destas práticas (HARVEY, 2014).

Concordando com Rolnik (1989), observando a arquitetura das cidades, é perfeitamente identificada a segregação racial, a discriminação e a dominação branca no contexto urbano, expressa na periferização da população preta e parda, na intolerância aos quilombos urbanos, nas tensões que emergem das ocupações irregulares que aparecem mais como conflitos pelo acesso à terra e a uma moradia do que como conflitos raciais, ainda que pressões dos movimentos sociais para o uso social da propriedade e supremacia do interesse público em detrimento do privado venham apontando caminhos para o uso do território.

Portanto, em termos das requisições, o trabalho social na política de habitação tem suas determinações na chave analítica dos elementos estruturantes que constituem as cidades brasileiras, ou seja, as dinâmicas econômicas e políticas, locais e regionais, de um capitalismo periférico, racista e dependente, no centro do qual está o processo de valorização do espaço, na sua busca incessante de lucro. Nessa chave analítica, não podemos perder de vista que o direito de viver e morar com dignidade atravessa, no Brasil, diferentes períodos históricos e tensões políticas e econômicas, explicitando tanto os interesses do capital quanto as necessidades sociais de segmentos da classe trabalhadora. O avanço do neoliberalismo e da precarização das condições de vida nas cidades fazem eclodir resistências, insurgências, indignação e rebeliões com vistas a apontar caminhos possíveis e alternativos ao capital (HARVEY, 2014).

De fato, a dinâmica das forças produtivas hegemônicas e os padrões societários, que reconfiguram o mundo do trabalho, tornam-se solo fértil para projetos sociais distintos. E, no cotidiano institucional, reproduzem-se ideologias racistas e securitárias, tendências de crescimento do individualismo e respostas acríticas às demandas de informações oriundas dos segmentos sociais sujeitos das políticas sociais. A exemplo do critério de renda, determinante para definir o acesso ou não dos sujeitos sociais aos programas e projetos sociais.

Em outras palavras, no desenvolvimento do trabalho social na política habitacional, é fundamental que se parta da constatação de “uma situação desigual (provocada pela opressão) e combinada (marcada pela exploração de classe) entre trabalhadores/as brancos e negros” (SILVA, 2016, p. 68).

Em suma, as respostas do trabalho social às requisições profissionais destes tempos de políticas sociais desidratadas, ainda que tenham dimensões utópicas, estão dadas na própria situação de crise estrutural que vivemos, que articula discursos como o militarismo, o armamentismo, a defesa da masculinidade tóxica e da família. As resistências à ordem do capital existem a todo momento, de uma forma ou de outra, em algum lugar do mundo, o movimento social organiza resistência e conduz mobilizações que – caso noticiadas de forma correta pela mídia – revelariam a todo mundo a dimensão das lutas. Conforme Harvey (2014, p. 217),

[...] quanto mais se reconhece o neoliberalismo como uma retórica utópica fracassada que mascara um projeto bem-sucedido de restauração do poder da classe dominante, tanto mais se assentam as bases para recuperação de movimentos de massa que defendam demandas políticas igualitárias.

Organizados em movimentos sociais, associações e coletivos, ocupando espaços e realizando ações de ativismos, os explorados não abandonaram o combate nem se resignaram a suportar a condição atual.

Considerações finais

Essas reflexões nos impõem apreender as determinações políticas, econômicas e sociais que demarcam as condições objetivas do trabalho social, para qualificar a intervenção profissional na multidimensionalidade da problemática social, que se revela no espaço. Em outras palavras, é na dinâmica da vida social, dadas as condições históricas e conjunturais, que devem estar referenciados os elementos do trabalho do/a assistente social no campo da política habitacional. Não há modelos preestabelecidos, há uma direção social. Nas palavras de Borges,

Os apontamentos aqui expostos indicam a necessária interconexão entre as bases estrutural, histórica e política da questão social, especialmente ao buscar desvendá-las à luz da formação social brasileira, considerando que “[...] o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2011a, p. 45). Nesse sentido, ao tomarmos a questão social como objeto de estudo e como realidade social, buscamos situá-la nos marcos do desenvolvimento capitalista, e na processualidade da sociedade brasileira, estruturalmente erguida sobre uma base escravocrata, colonial e dependente (BORGES, E, 2021, p. 139).

Avançamos muito como profissão com a aproximação à tradição marxista, e elaboramos um projeto ético-político com o entendimento de que a/o profissional assistente social faz parte da classe trabalhadora.

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 1970. Esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre (BRAZ, TEIXEIRA; 2009, p. 12).

Porém, mesmo com o avanço do debate da questão étnico-racial nos, pelo menos, últimos 20 anos no Serviço Social, ainda há uma necessidade de aprofundamento no processo de formação profissional, pois

[...] o projeto societário afirmado pela profissão coaduna com a apropriação ampliada de uma educação das relações étnico-raciais implicada no reconhecimento da democracia racial no Brasil como mito mantenedor da hegemonia da ideologia da branquitude na sociedade e dos privilégios materiais e imateriais dos sujeitos que a detêm, mesmo aqueles que não advogam tais privilégios (PROCÓPIO, A. P., 2020, p. 163).

Nessa direção, os avanços do debate étnico racial nos cursos de Serviço Social, com as discussões propostas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2017, na campanha intitulada *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, com o material produzido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 2018, *Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*, com a reivindicação do Movimento Estudantil de Serviço Social, em comemoração aos 40 anos do Congresso da Virada, no documento *A virada agora é Preta*, com as produções acadêmicas de assistentes sociais negros/as, compõem um conjunto de documentos, pesquisas e análises, subsídios importantes para embasar a atuação profissional sob uma perspectiva antirracista.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. **Lei Eusébio de Queiróz**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 8 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 8 jul. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Qual é a população urbana do Brasil?** Disponível em: <https://www.google.com/search?q=qual+%C3%A9+popula%C3%A7%C3%A3o+urbana+no+Brasil%3F&oq=qual+%C3%A9+popula%C3%A7%C3%A3o+urbana+no+Brasil%3F&aqs=chrome..69i57j0i22i30.13075j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 185 f. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERTH, J. Urbanismo daltônico: porque direito à cidade precisa ser pensado sob uma perspectiva racial. **Portal aprendiz**, 31 jul. 2019. Disponível em:
<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/31/por-que-o-direito-cidade-precisa-ser-pensado-sob-uma-perspectiva-racial/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES no. 3,
<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/05/>

BORGES, E., et al. A Questão Social na História: apontamentos sobre a conjuntura brasileira. **Revista Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 126-142, 2021.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, CFESS, 2009.

BURNETT, F. L. Tragédia urbana neoliberal: fim da ilusão civilizatória da cidade capitalista? In: COUTINHO, J.; LOPES, J. (Orgs.) **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, T. M. R. G. **Trabalho Profissional na Política Habitacional**: reflexões necessárias em tempos de valores conservadores. São Paulo: Editora Veras, 2017.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Zahar, 1964.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katalysis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez.2018.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2019. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2022

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer. Trad. Carlos E.S. Matos; Regis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARINI, R. M. A crise do desenvolvimento. In: CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. 7 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARX, K. **O Capital. Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Rev. Carlos Roberto F. Nogueira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MURIEL, A. P. Relações Internacionais, Políticas Sociais e Combate à Pobreza. **Revista Em Pauta**, v. 6, n. 23, 2009.

PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. **Trabalho social em habitação**: contradições, convocações e redefinições políticas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015, 2019, 2021.

PROCÓPIO, A. P. Desafios à Educação Antirracista no Serviço Social. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (Orgs.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, 1989.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2020.

SANTOS, M. S.; ALVES, M.; DINIZ, T. M. R. G. **Cidades, gênero e raça:** a inflexão dos direitos das mulheres no contexto do governo ultraconservador Bolsonaro. Dossiê FNRU, 2020.

SILVA, F. P. A reiteração do provisório: considerações sobre o emprego do auxílio aluguel no Município de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202030pt>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SILVA, L. A. M. **Fazendo a cidade:** trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SILVA, W. H. **O mito da democracia racial.** São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

SOF. <https://lab.thinkolga.com/trilhas/sem-mulher-negra-economia-para/> Acesso – outubro/2020.

WACQUANT, L. El diseño de la reclusión urbana en el siglo XXI in Herramienta 48. **Revista de debate y crítica marxista.** Buenos Aires, 2011.

A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE SÃO PAULO¹

Rosangela Dias Oliveira da Paz
Núria Pardillos Vieira

Introdução

Esse relato de experiência aborda a trajetória do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, destacando a importância desse componente da política e da atuação profissional na área urbana e habitacional, e, principalmente, a necessária articulação política e intervenções coletivas para afirmar o sentido e a direção de um trabalho estratégico para a efetivação do direito à moradia e à cidade.

O Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo é um espaço aberto de articulação política, de trocas de experiências, de debates e de (re)afirmação de uma identidade do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a organização e participação social.

Participam do Fórum profissionais que atuam em equipes de trabalho social, de diferentes áreas de conhecimento – órgãos públicos, entidades de assessoria técnica a movimentos populares ou empresas prestadoras de serviços – bem como professoras/es e pesquisadoras/es militantes de movimentos de moradia.

O Fórum, como espaço de articulação política, é aberto a aqueles/as que compartilham dos princípios e pautas da reforma urbana e que veem a necessidade de construir estratégias coletivas e propostas de enfrentamento da precarização das condições de trabalho, segmentação, modelização e controle de produtos parciais do trabalho social.

Nossa organização é política, informal e horizontal. A cada encontro definimos pautas e prioridades de discussão da intervenção coletiva na cena pública, afirmando posições, resistências e solidariedades com a luta dos movimentos sociais e a defesa da cidade e moradia.

Breve Histórico

O Fórum teve início em abril de 2015, a partir da articulação de profissionais, pesquisadores, professores e movimentos sociais de luta por moradia, que sentiram a necessidade de discussão da concepção e da direção do trabalho social na Política Nacional de Habitação e de seus programas, bem como dos desafios postos no cotidiano de implantação dos projetos. Os encontros seguiam uma certa periodicidade – mensal ou bimensal – em local cedido por um de nossos parceiros na luta pela reforma urbana, o Instituto Polis, localizado no centro da cidade.

Desde o início dessa articulação, o Fórum identificou que o trabalho social vinha sendo profundamente afetado pelas grandes transformações ocorridas a partir de 1990, no

¹ Este capítulo é uma compilação dos principais documentos do Fórum sobre Trabalho Social em Habitação de São Paulo, que foram construídos coletivamente na sua trajetória.

Estado e nas políticas públicas: introdução de uma racionalidade neoliberal e, consequentemente, processo de redução dos quadros de profissionais do Estado, responsáveis pela operação das políticas; intensa segmentação dos procedimentos de trabalho social em campo, conjugada com a terceirização da sua operação; desaceleração do desenvolvimento do trabalho social nas assessorias técnicas aos movimentos sociais e a associações de moradia.

Os anos 2000 apresentaram avanços importantes no campo normativo, de financiamento da política urbana e habitacional, e de reconhecimento do trabalho social como componente da política de habitação. Entretanto, as disputas entre os interesses coletivos e do mercado nas cidades afloraram as contradições presentes nas políticas públicas e a prevalência, em muitos momentos históricos, dos interesses dos capitais – imobiliário, da construção civil e financeiro – elementos esses que impactaram diretamente o desenho dos programas de habitação de interesse social e do trabalho social.

O golpe de 2016, que levou ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e instaurou uma crise democrática no país, suspendeu esse processo de avanço e deu início a um deliberado processo de desmonte das políticas públicas, incluindo o conjunto de programas desenhados no campo da habitação de interesse social e da participação social na gestão de políticas e programas, e o governo eleito em 2018 veio aprofundar a subordinação da política habitacional ao mercado, às restrições ao financiamento para extratos de menor renda e dos subsídios, o que impactou profundamente o acesso da população à política pública de habitação.

Essas transformações e seus impactos foram sendo pautados nos encontros do Fórum de Trabalho Social – seminários, oficinas e rodas de conversa – e parte dessas reflexões geraram manifestações públicas; mas os encontros sempre seguiram o princípio fundamental de garantir espaços de reflexão conjunta e fortalecimento das lutas coletivas, seja no interior das categorias profissionais que compõem o trabalho social, seja nos espaços de trabalho – e portanto, espaços de disputa de concepções sobre o papel do trabalho social – e no fortalecimento das lutas sociais, em articulação com os movimentos sociais de luta pela cidade e pela moradia digna.

Durante a pandemia sanitária que assolou nosso país, nos anos 2020 a 2022, reorganizamos nossos encontros para o formato virtual, de tal modo que encontros temáticos foram sendo realizados em formato de *live* e os encontros de planejamento e rodas de conversa ocorreram em plataformas que fornecem espaços de trabalho virtuais. Em ambos os casos, sempre que necessário, um tempo de conexão maior do que aquele fornecido gratuitamente pelas plataformas, pudemos contar com o apoio de nossos parceiros de luta como os movimentos de moradia e assessorias técnicas.

Principais proposições

O Fórum partilha dos princípios e das pautas da luta pela reforma urbana: gestão democrática das cidades; função social da propriedade e da cidade; direito à cidade para todos e todas, moradia digna, com distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Nessa direção, o Fórum se posiciona na concepção do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a moradia digna e na defesa:

- Da Política Nacional de Habitação e de um conjunto diversificado de programas habitacionais; Defesa do subsídio habitacional para as faixas de menor renda; e da autonomia dos municípios na indicação da demanda;
- Da efetivação do Sistema e da Política Nacional de Habitação com a definição de um leque de alternativas de programas habitacionais que envolvam a provisão habitacional (produção de novas unidades), a regularização fundiária, a urbanização de assentamentos precários e a locação social, acompanhados de um trabalho social que respeite a especificidade das demandas sociais de cada programa, reforçando a participação social na tomada de decisão e no controle da destinação dos recursos públicos, que viabilize o amplo acesso da população às informações sobre projetos, obras, remoções e alternativas habitacionais provisórias e definitivas.
- Da moradia como direito social e não mercadoria;
- Da participação popular na política pública de habitação; no processo de planejamento, decisão, execução, avaliação e controle social. Defendemos a participação social em todos os momentos de implementação dos programas, na construção, operação e avaliação das políticas públicas, bem como o fortalecimento da organização autônoma dos movimentos de moradia e a produção auto-gestionária de habitação de interesse social, protagonizada pelos movimentos de moradia.

Tendo como suporte esses princípios, reafirmamos a importância do trabalho social como componente fundamental da política habitacional, para todas as faixas de renda, cuja definição, direção e coordenação, em se tratando de políticas operacionalizadas com recursos públicos, deve reforçar o papel e a autonomia dos municípios, seja na composição do escopo do trabalho, seja na definição da demanda, da metodologia, do instrumental e das técnicas a serem utilizadas, de acordo com a realidade local.

Reafirmamos, ainda, que o trabalho social em habitação de interesse social deve ser entendido como processo, e, como tal, possui elementos passíveis de mensuração (produtos especificamente desenvolvidos – atividades) e outros que apresentam particularidades de acordo com a realidade local e o perfil do grupo de população, que nem sempre podem ser padronizados em normatizações. Portanto, ao se restringir o trabalho social apenas aos produtos mensuráveis, há uma tendência em modelizar e, assim, empobrecer as suas possibilidades de ação. O trabalho social é composto de processos que se materializam em determinados territórios com grupos de população e movimentos sociais, com dinâmicas próprias e relações sociais e de poder particulares, que exige profissionais comprometidos com a defesa do direito à cidade e a moradia digna.

Entendemos que o Fórum não pode agir sozinho, é fundamental estar articulado e atuar coletivamente com outras organizações da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais de moradia, sindicatos, conselhos profissionais, organizações não governamentais. Nessa direção, participamos da rede BR CIDADES, vinculada à Frente Brasil Popular, que reúne movimentos sociais, especialistas e acadêmicos que militam na construção democrática das cidades, e mantemos diálogo a atividades com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SP) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP).

O Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo participa da Campanha “Despejo Zero”, apoia e se soma aos movimentos e organizações da sociedade civil e da ONU-Habitat, na Campanha “Despejo Zero em defesa da via – no campo e na cidade!”. Assim defendemos que assistentes sociais e demais profissionais que atuam no trabalho social das políticas urbana, habitacional e demais políticas sociais, somem-se à luta dos movimentos sociais pelos “Despejos Zero” e se apoiem nos seus Conselhos Profissionais, sindicatos de base ou de categoria, para não participar dos processos de despejo, remoções e reintegração de posse nesse contexto.

Desafios

Compartilhamos dos desafios dos movimentos sociais que lutam em defesa da reforma urbana e da democratização das cidades, de políticas públicas voltadas para o atendimento efetivo dos segmentos populares e da realização efetiva do direito de todos à moradia digna e à cidade. Em especial, destacamos:

- a) Mobilização e formação política de trabalhadoras/es sociais e consequente fortalecimento da concepção de trabalho social como processo e territorialmente situado.

A concepção de trabalho social, a ser desenvolvido nos projetos de habitação de interesse social, é um elemento em constante disputa, sustentado por visões de sociedade, papel do Estado e do “mercado” muitas vezes opostas.

É fundamental refletir sobre projetos de sociedade em disputa, compreender sobre quais princípios se sustentam e quais os efetivos impactos que produzem (ou podem produzir) sobre o cotidiano das populações com as quais trabalhamos, bem como sobre a organização do nosso trabalho profissional.

Trata-se de desafio complexo, que envolve o desenvolvimento de variadas frentes, porém acreditamos que processos mobilizadores e reflexivos, como o experienciado pelo Fórum de Trabalho Social, têm uma importante contribuição nesse sentido.

- b) Ampliação e articulação permanentes dos profissionais que atuam no trabalho social.

Precisamos ampliar esse significativo processo de mobilização que o Fórum de Trabalho Social construiu em São Paulo, envolvendo não só municípios do interior do estado de São Paulo, mas apoiando iniciativas em outros estados, com o compartilhamento de nossa experiência, visando construção de reflexões e propostas de ação mais ricas e territorialmente engajadas.

- c) Aprofundamento das reflexões sobre as políticas urbanas, em especial para as políticas habitacionais, com construção permanente de propostas para o trabalho social que dialoguem diretamente com as realidades territoriais complexas e dinâmicas.

- d) Fortalecimento das lutas populares por condições dignas de vida nas cidades.

As cidades são palco de inúmeras lutas, por melhores condições de vida e pelo acesso aos bens e serviços socialmente. Somam-se as lutas por moradia digna e de qualidade, as lutas por saneamento básico, mobilidade urbana, as lutas do movimento negro, de mulheres, do movimento LGBTQIA+, dos coletivos juvenis e de cultura popular,

que disputam os espaços públicos e clamam pela efetivação de direitos, por formas inclusivas de sociabilidade nas cidades.

Apontamentos para o debate

O trabalho social deve ser compreendido no contexto contraditório, de tensões e disputas entre interesses presentes nas cidades e no Estado. A convocação do trabalho social, executado por equipes interdisciplinares, majoritariamente de assistentes sociais, mas também de sociólogos, psicólogos e pedagogos, entre outros, responde a interesses diversos, muitas vezes opostos e antagônicos, que exige posicionamento ético e afirmação da direção e sentidos das ações realizadas.

Na trajetória de construção das políticas habitacionais, em particular no âmbito federal, conquistou-se o reconhecimento do trabalho social como um componente presente e fundamental em todos os programas voltados ao atendimento da população de baixa renda.

O Fórum concebe que a natureza do trabalho social é fundamentalmente processual e relacional. É um processo de trabalho em territórios determinados com a população, as famílias, os grupos, os movimentos sociais, as redes e as organizações, o que significa conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos, de modo a intervir respeitando as características socioculturais existentes. Essa processualidade impõe a necessidade de interlocução e o planejamento entre as diferentes áreas técnicas – física, jurídico e social – na troca de saberes específicos, nem sempre livre de conflitos e disputas, e, ainda, a articulação com as outras áreas de políticas públicas para responder às necessidades da população.

A estratégia de articulação intersetorial e territorial é elemento central nas metodologias de trabalho social. Implica no esforço de apreensão sobre os serviços e recursos públicos disponíveis, organizações, lideranças, forças sociais atuantes, presentes em cada território.

A opção da política pública de oferecer soluções habitacionais, através de condomínios, em geral grandes empreendimentos verticalizados, como foi o caso do Programa Minha Casa Minha Vida, gerou problemas com o custo de morar para as famílias de menor renda, que não tinham como arcar com as despesas da passagem das condições de vida na informalidade para a formalidade (como as taxas de água, luz, gás, condomínio etc.), o que pressiona no sentido de expulsão das famílias inadimplentes. Além disso, o tamanho e a baixa inserção urbana dos empreendimentos nas cidades e a consequente segregação geram e aprofundam dificuldades de convívio e sociabilidade, agravadas pela presença do tráfico, de milícias e do crime organizado.

Outro aspecto importante é a configuração precária do trabalho social da gestão da política habitacional nos municípios. Historicamente, não se estruturaram secretarias de habitação, ou similares, e muitas das atribuições do trabalho social foram transferidas para secretarias ou órgãos responsáveis pela política de assistência social. Soma-se a isso a precarização da própria estrutura administrativa, que dá suporte à política habitacional, o que tem induzido à terceirização dos serviços, a partir da contratação de empresas especializadas para a execução do trabalho social. A consequência dessa configuração precária é a fragmentação do trabalho social, em tarefas e micro equipes de execução e a

desconfiguração da dinâmica processual. A falta de estrutura e de pessoal nas prefeituras, mesmo para coordenação e supervisão dos serviços, tem levado, ainda, ao descompasso do planejamento em relação à organização social da população envolvida nos projetos.

Por fim, é fundamental reafirmar que o equacionamento dessas tensões está intrinsecamente conjugado com a garantia de políticas públicas universais e, portanto, inclusivas e ativamente participativas.

APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA HABITAÇÃO: ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO TRABALHO SOCIAL

Joana Valente Santana
Leonardo Costa Miranda

Introdução

Este capítulo apresenta as atividades realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) da Universidade Federal do Pará, como forma de contribuir com a formação continuada de assistentes sociais que trabalham na área de habitação. Apresenta, também, a sistematização dos relatos de experiência dos/das profissionais que participaram dos Seminários desenvolvidos pelo grupo em 2019 e 2021.

O GEP-CIHAB tem realizado pesquisas sobre o Trabalho Profissional na área da habitação¹, com a socialização das pesquisas por meios de produções bibliográficas (SANTANA, 2011, 2018, 2020; SANTANA e SANTOS, 2021; SANTANA, GOMES e MIRANDA, 2021) e pela formação de profissionais em nível de pós-graduação em Serviço Social, com a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso na temática do trabalho profissional na referida área (SANTOS, 2013; PEREIRA, 2018; FREITAS, 2018; CORRÊA, 2022; SANTOS, 2021).

Com o objetivo de socializar os resultados da pesquisa, o grupo criou estratégias de aproximação aos profissionais do estado do Pará e em alguns estados da Região Norte, tais como: atividades de formação continuada através de eventos acadêmicos; envio de convites aos/às assistentes sociais para apresentarem suas experiências profissionais nos seminários realizados pelo grupo; criação de um Fórum de Trabalho Social na Região Norte. Essas atividades visaram contribuir com o fortalecimento do trabalho profissional, com ricas trocas de experiências entre pesquisadores e profissionais como forma de fortalecer o trabalho social na habitação.

O texto contém duas seções. A primeira apresenta os eventos acadêmicos realizados pelo GEP-CIHAB e as estratégias para estimular a participação de assistentes sociais, visando o processo de formação continuada. A segunda apresenta uma síntese dos trabalhos apresentados nos Seminários do Grupo, na modalidade Relato de Experiência. Ao final são apresentadas as considerações finais.

¹ Projetos de pesquisa: Habitação e Serviço Social: requisições e respostas profissionais (2021); Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil: requisições e respostas profissionais (2019); Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil. (2018); Serviço Social e Questão Urbana: requisições sócio-profissionais na contemporaneidade (2009).

Atividades realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) para fortalecimento do trabalho social

Em setembro de 2019 o GEP-CIHAB, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (1^a Região), realizou o “I Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do/da assistente social”, realizado na Universidade Federal do Pará, Campus Belém. Tal seminário se apresentou como um espaço de trocas de conhecimentos entre pesquisadores/as, profissionais da área social (particularmente assistentes sociais), técnicos governamentais, organizações políticas e estudantes de graduação e pós-graduação, no sentido de socialização da produção de conhecimento, trocas de experiências profissionais e organização política com vistas à continuidade da interpretação e intervenção profissional em favor do direitos humanos, em especial o direito à moradia digna.

Tendo em vista que um dos principais objetivos do evento era proporcionar o encontro entre profissionais da área de habitação, foram elaboradas estratégias para que tal objetivo fosse alcançado. Uma destas estratégias foi o envio de convites direcionados às/aos assistentes sociais que já haviam participado de pesquisas do GEP-Cihab, incluindo assistentes sociais de outros estados, e outra estratégia foi o envio de e-mails para as prefeituras dos 144 municípios do Pará, convidando os/as profissionais da área de habitação, em especial, os/as assistentes sociais. As estratégias alcançaram resultados muito bons. O evento contou com a significativa participação de assistentes sociais que trabalham na política urbana e habitacional do Pará e da Região Norte que, inclusive, enviaram trabalhos para socialização no evento, o que qualificou sobremaneira os debates realizados.

Tal encontro de assistentes sociais, inseridos/as nos diversos espaços socio-ocupacionais na área urbana e de habitação, certamente foi essencial para a criação do Fórum de Trabalho Social na Habitação da Região Norte. Conforme o histórico do *I Seminário Habitação na Amazônia*, no último dia de evento, pela manhã, foram reservados momentos importantes de discussão sobre o trabalho social em habitação. Estavam presentes assistentes sociais da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA), da Secretaria Municipal de Habitação de Belém (Sehab), do Instituto Amazônico de Planejamento Gestão Urbana e Ambiental (Iagua) e, ainda, da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá (Seinf) apresentando suas experiências profissionais nas instituições. Logo após essa mesa, no mesmo dia, foi reservado um momento para um fórum de discussão, intitulado “Trabalho profissional do/a Assistente Social na Amazônia – Experiências da atuação profissional na política urbana e habitacional”. Este momento de discussão deu continuidade ao debate realizado na mesa anterior, na qual assistentes sociais que estavam participando como ouvintes, além dos que palestraram na mesa, puderam compartilhar suas experiências de trabalho.

O encontro e o diálogo dos/as assistentes sociais que executam o trabalho social nas políticas urbanas e habitacionais, possível pelas atividades que o evento realizou, demonstraram a necessidade de um espaço onde os/as profissionais de Serviço Social pudessem discutir sobre seus cotidianos profissionais, os desafios do trabalho social e as estratégias coletivas possíveis.

Como resultado destes processos, foi criado o *Fórum de Trabalho Social no Pará* que, posteriormente, foi ampliado para a Região Norte. A criação deste fórum visava fortalecer o trabalho profissional, bem como possibilitar a articulação política dos assistentes sociais e outros interessados nas discussões em torno do trabalho social em habitação na Região Norte. Além disso, o referido fórum representou, para a categoria profissional da região, um avanço e a expectativa era de que, após a sua criação, atividades fossem realizadas no ano de 2020. Entretanto, a pandemia do novo coronavírus, em 2020, dificultou as atividades de seu funcionamento.

Após um longo período sem atividades, devido à impossibilidade de encontros presenciais, percebeu-se a necessidade de buscar estratégias para continuar o diálogo e os encontros entre os/as assistentes sociais, e demais interessados nas discussões e, por isso, em um primeiro momento foi realizada uma *live* no perfil do Facebook do GEP-CIHAB, no dia 8 de outubro de 2020, com o tema “O trabalho do/a Assistente Social na Política Urbana/Habitacional”². Tal atividade contou com um importante número de assistentes sociais e outros interessados nas discussões. Nos comentários, muitos participantes apresentavam suas experiências profissionais sobre trabalho social na política urbana e habitacional na particularidade da região amazônica. Os/as assistentes sociais também citaram os desafios do trabalho social, especialmente nas pequenas e médias cidades da região; os desafios que tensionam o trabalho dos/as assistentes sociais nas equipes técnicas das prefeituras, como a precarização do trabalho, a ausência de secretaria destinada à habitação nas prefeituras de alguns municípios, além da incapacidade institucional, do número reduzido de profissionais nas equipes, das tarefas direcionadas aos/as assistentes sociais que não são de competência destes profissionais, entre outros.

Outra atividade foi um *Encontro Virtual*, ocorrido em 24 de junho de 2021, no qual o objetivo era discutir estratégias de aproximação da universidade com as/os assistentes sociais, visando a construção de trabalhos conjuntos, por exemplo, processos de formação continuada. Nesta reunião, os/as assistentes sociais reafirmaram suas posições em defesa do direito à habitação, e apontaram a necessidade da formação continuada para os profissionais que atuam nas políticas urbana e habitacional.

Além destas atividades, como continuidade das atividades do fórum e, também, para responder a demanda sobre formação continuada, foi realizada uma oficina intitulada “Trabalho social na política Urbana e Habitacional”³. A oficina buscou estabelecer um diálogo com profissionais, estudantes e interessados no tema, com intuito de fortalecer a formação continuada e contribuir para a construção de reflexões teóricas, trocas de experiências profissionais e aprimoramento técnico operativo do exercício profissional.

Os/as participantes levantaram questões sobre os desafios diante dos cortes de orçamento, que impactam diretamente nas políticas urbanas e habitacionais e, consequentemente, no trabalho profissional realizado pelos/as assistentes sociais. Dentro desse contexto, identificou-se a necessária construção de estratégias de fortalecimento dos profissionais e participação dos sujeitos, sendo assim, fundamental a criação de espaços que proporcionem refletir sobre a experiência profissional.

² A *live* contou com as palestras da Professora Doutora Raquel Paiva e da assistente social Érica Laiana Lobato, lotada no setor de habitação da Prefeitura de Abaetetuba, além da mediação feita pela assistente social e doutoranda do PPGSS/UFPA, Rita de Cássia Barbosa, pesquisadora sobre o tema do trabalho social.

³ Ministrada pela Profª Drª Raquel Paiva Gomes no dia 04 de outubro de 2021 via *Google Meet*.

A criação de espaços de reflexão teórica dos profissionais junto aos grupos de pesquisa nas instituições de ensino superior é fundamental à medida que:

Dante da identificação das dificuldades da relação teoria e prática, parece importante a construção de estratégias de ensino, pesquisa e extensão com vinculação orgânica com o trabalho da/o assistente social, apreendendo os entraves, as possibilidades, as contradições que permeiam o cotidiano dessas/es profissionais, que por sua vez possuem um lugar privilegiado, pois atuam no atendimento direto às mais diversas demandas das/os trabalhadoras/es (SANTANA; SANTOS, 2021, p. 110).

A materialização dessas atividades relatadas, que, mesmo em período pandêmico, contou com a participação de assistentes sociais e outros interessados na discussão do trabalho social em habitação, demonstram que a articulação profissional e a construção de uma orientação coletiva para os/as profissionais de Serviço Social, nas políticas urbana e habitacional, fazem-se da maior importância. Assim, parece importante a continuação e efetivação do fórum como um espaço para o necessário encontro dos/as assistentes sociais que trabalham na política urbana e habitacional, em que é possível a construção de pautas coletivas de enfrentamento dos desafios que impactam na realização do trabalho social (precarização do trabalho, modelos institucionais generalistas, controle do trabalho realizado). Apresenta-se, portanto, como um espaço de resistência da profissão em que, além de promover a articulação entre profissionais e interessados na temática, reafirma-se, também, a posição em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da necessidade de se considerar a particularidade da região amazônica na execução das políticas urbanas e habitacionais, como estratégias na luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal e em defesa do direito à cidade.

Principais apontamentos com base nos relatos de experiência apresentados nas duas versões do Seminário Habitação da Amazônia

Como citado no item anterior, o *I Seminário Habitação na Amazônia*, que ocorreu em 2019, buscou proporcionar um espaço de encontro para profissionais das políticas urbana e habitacional, em especial assistentes sociais. Aquele encontro, na concepção do GEP-CIHAB, grupo organizador do evento, era da maior importância, tendo em vista que nos últimos anos foram inúmeros os cortes orçamentários em tais políticas, além do agravamento das condições de vida e trabalho nas áreas urbanas e rurais brasileiras, o que corresponde à agudização da “questão social”, em que a questão da habitação aparece como uma das mais visíveis, especialmente na particularidade da região amazônica.

O expressivo número de assistentes sociais, além de outros profissionais, confirmou a necessidade deste encontro, demonstrando que o avanço da agenda neoliberal, que culminou em uma piora na vida da maioria da população brasileira, carrega consigo o elemento da contradição, pois o interesse dos/as profissionais das políticas urbanas e habitacionais em se encontrarem, e, além disso, organizarem-se, pode ser considerado importante exemplo de resistência. Importa mencionar que, por avaliar como interessante a socialização das experiências de trabalho dos/as assistentes sociais nos mais diversos programas/projetos urbanos/habitacionais, o evento contou com o recebimento de

trabalhos na modalidade relato de experiência. Dessa maneira, foram recebidos 12 relatos de experiência de assistentes sociais participantes do evento.⁴

Os debates realizados nesta primeira experiência do seminário apontaram a necessidade de sua continuidade e, neste sentido, foi realizada a sua segunda versão, o *II Seminário Habitação na Amazônia e Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*, nos dias oito, nove e dez de dezembro de 2021, desta vez, em formato remoto. O seminário foi realizado em parceria com Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos), da PUC-SP e o Conselho Regional de Serviço Social (1^a Região). Esta segunda experiência, assim como a primeira, contou com importante número de profissionais de Serviço Social. Nesta versão, também houve chamada de relatos de experiência, que culminou no recebimento de dez relatos, que foram apresentados e publicados.⁵

Com vistas a indicar os principais apontamentos postos nestes relatos de experiência elaborados por profissionais da área de habitação, em sua maioria assistentes sociais, foram realizadas a leitura e análise dos 22 relatos apresentados nos dois seminários antes referidos. Neste sentido, foram elaborados indicadores para auxiliar na extração das principais informações presentes nos textos. Os indicadores buscaram identificar: o título do relato de experiência; o eixo de submissão do relato de experiência; a localidade/território em que a experiência profissional foi desenvolvida; o programa/projeto citado; a instituição responsável pelo programa/projeto; se o relato discutia o Serviço Social; se o material fazia referência ao trabalho profissional de assistentes sociais; o método de investigação; e as principais requisições e respostas profissionais.

Quadro I – Eixos de submissão dos Seminários Habitação na Amazônia I e II, títulos dos relatos de experiências e os lócus de intervenção profissional

Eixo de submissão	Título do Relato de Experiência	Lócus de intervenção profissional
Serviço Social e política urbana e habitacional	<i>Os desafios e estratégias da dimensão teórico-metodológica do Assistente Social na Companhia de Habitação do Estado do Pará</i>	Belém/PA
	<i>A experiência do Serviço Social no enquadramento de famílias vítimas de calamidade no PMCMV: a importância do olhar do Assistente Social no planejamento e na gestão do processo</i>	Rio de Janeiro/RJ
	<i>Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR: os desafios enfrentados para a execução do programa no município de Abaetetuba</i>	Abaetetuba/PA
	<i>Casa saudável: saúde mental e habitação uma construção possível</i>	Belém/PA
	<i>Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS - Promaben I: protagonismo e autonomia a partir de ações de geração de trabalho e renda e capacitação profissional com moradores dos bairros da Cremação, Jurunas e Condor</i>	Belém/PA
	<i>O direito à moradia e os desafios para a execução do trabalho técnico social no Programa Habitacional do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS no município de Abaetetuba-PA no Conjunto Abaeteoara I-II</i>	Abaetetuba/PA

⁴ Os relatos foram apresentados durante o seminário, em 2019, e posteriormente publicados nos Anais do evento. Os trabalhos apresentados na forma de relato de experiência podem ser acessados no seguinte link:
<https://drive.google.com/file/d/1wLrhYS1ltpjKwINovu3kBY59u4aRJfF/view?fbclid=IwAR3l3XCkM2ZXkz0thX-48AqCaDyvE9LAckyTo1xYYPYS7X58qHQ1b2TYKu4>.

⁵ Os relatos foram apresentados em salas virtuais, e posteriormente publicados nos Anais do evento. Para acessar:
<https://www.even3.com.br/anais/ishnasnssch2021/>

	<i>Relatos da atuação profissional do Assistente Social na execução do Projeto de Trabalho Social: Programa Minha Casa Minha Vida no Residencial Portal do Aurá II do município de Ananindeua, PA</i>	Ananindeua/PA
	<i>O projeto de extensão: um relato de experiência “direitos sociais e educação ambiental” na Vila da Barca: a comunidade acadêmica apoia essa barca</i>	Belém/PA
	<i>Remanejamento do projeto integrado da Bacia do Igarapé Tucunduba – Belém, PA: quantas décadas mais necessitará para concluir esta obra?</i>	Belém/PA
	<i>O Serviço Social na política urbana no município de Vitória, ES: habitação e desenvolvimento urbano</i>	Vitória/ES
	<i>A visita domiciliar como instrumento de trabalho do/da Assistente Social: a experiência na política habitacional no município de Abaetetuba, PA no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida</i>	Abaetetuba/PA
	<i>Relato de experiência de Programa Habitacional de Interesse Social em Bauru, SP: seleção de demanda do Residencial Manacás</i>	Bauru/SP
	<i>Trabalho Técnico Social nos projetos de urbanização de assentamentos precários no município de Macaé, RJ</i>	Macaé/RJ
	<i>Estágio em Serviço Social na habitação: experiência em um programa de saneamento básico no Pará</i>	Belém/PA
Lutas sociais pelo direito à moradia na Amazônia	<i>Ações de capacitação e assessoria aos movimentos sociais: as experiências do PARU nos anos de 2018-2019</i>	Belém/PA
	<i>O acesso à moradia para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, um estudo no município de Nova Iguaçu.</i>	Nova Iguaçu/RJ
	<i>Ação extensionista e assessoria técnica no fórum de luta pela moradia de Niterói: uma experiência com educação popular</i>	Niterói/RJ
Questões agrária, urbana e ambiental e Serviço Social	<i>Serviço Social e questão ambiental: uma abordagem sobre o modo de despejo de resíduos sólidos no município de Breves (Marajó/Pará)</i>	Marajó/PA
	<i>Assessoria do Serviço Social ao movimento social da frente de defesa das bacias de Belém</i>	Belém/PA
	<i>O projeto programa de implementação de regularização fundiária urbana de interesse social nos municípios de Belém e Castanhal: a execução do projeto para viabilização da titulação de imóveis urbanos para famílias</i>	Belém e Castanhal/PA
	<i>Por meio da luta produzimos conhecimento: relato de experiência sobre pesquisa engajada desenvolvida no GESTERRA/UFPA</i>	Belém/PA
Cidade e habitação no Brasil e na Amazônia	<i>A habitação enquanto determinante social da saúde: um relato de experiência do projeto multicampi saúde nos municípios de Belém e Castanhal-PA</i>	Belém e Castanhal/PA

Fonte: Elaborado com base nos Anais do Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do Assistente Social (2020) e nos Anais do II Seminário Habitação na Amazônia / Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais (2021).

A leitura dos trabalhos permitiu identificar que a maioria dos relatos de experiência foram desenvolvidos com base em experiências profissionais realizadas principalmente na Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab/PA) e em Prefeituras Municipais, com destaque para a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) da Prefeitura Municipal de Belém e o Espaço Habitação da Prefeitura Municipal de Abaetetuba⁶, que também é um município paraense. Vale mencionar, também, as experiências profissionais desenvolvidas na Região Sudeste do Brasil, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

⁶ O trabalho profissional em projetos urbanos e habitacionais, nessas instituições reforça a necessidade de aprimoramento da formação contínua dos/as profissionais, bem como o maior investimento público na política habitacional.

Também foram verificados relatos oriundos de profissionais de Serviço Social que atuam na área habitacional por meio de empresas terceirizadas.

O principal programa citado nos materiais analisados foi o Minha Casa, Minha Vida, estando presente em cerca de 27,27% dos trabalhos. Outros projetos também foram mencionados, no caso da Cohab-PA, destaca-se o Programa Cheque Moradia, e no Espaço Habitacional da Prefeitura de Abaetetuba, o Programa Nacional de Habitação Rural.

Como expressão do importante número de assistentes sociais participantes do evento, 90,91% dos materiais discutem o Serviço Social e 45,45%, o trabalho profissional. Foi possível constatar, ainda, que os/as assistentes sociais têm buscado fundamentar suas intervenções no método do materialismo histórico e dialético, haja vista que cerca de 64,64% dos/as trabalhos se fundamentam nos textos de Marx e/ou de autores que seguem a tradição marxista.

Quanto às principais requisições e respostas observadas, os/as assistentes sociais colocam como centrais as atividades relacionadas aos eixos “Mobilização e Comunicação”, “Participação Comunitária”, “Desenvolvimento Sócio-Organizativo”, “Geração de trabalho e renda”, “Educação ambiental” e “Educação patrimonial”, entre outros. Além destas, aparecem como requisições aos profissionais de Serviço Social o processo de cadastramento, seleção e acompanhamento de famílias a sofrerem intervenção urbana/habitacional. Ademais, a intersetorialidade aparece como uma forte demanda no cotidiano profissional, especialmente porque as famílias atendidas possuem demandas para além da habitação o que, necessariamente, requer o encaminhamento destas demandas para as políticas setoriais capazes de responderem.

A síntese dos relatos de experiências demonstra que os profissionais que desenvolvem o trabalho social vivenciam, ao mesmo tempo, os limites na execução do trabalho pelos condicionantes da política habitacional brasileira⁷ e as potencialidades inscritas na realidade das diferentes experiências profissionais, com a possibilidade de movimentar estratégias em favor da classe trabalhadora. O estudo de Hein (2020), ao investigar uma experiência de trabalho social, demonstra que:

A concepção do trabalho social realizado pelos profissionais de Serviço Social da assessoria defendida no exercício profissional e no presente estudo, é um trabalho com direção política, que deve contribuir para o enfrentamento da sociabilidade do capital, com formação política dos trabalhadores; estimular o pensamento crítico, a luta por direitos e por melhor qualidade de vida para todos (HEIN, 2020, p. 146).

Os/as assistentes sociais apontam a necessidade de construção de estratégias aos trabalhos executados nas políticas urbanas e habitacionais para resistir nos seus espaços sociocupacionais⁸ pois o trabalho profissional de assistentes sociais, em grande parte destes, inseridos em equipes de trabalho social, é atravessado por inúmeros interesses, geralmente, antagônicos, e que estão diretamente ligados à luta de classes constituintes da ordem

⁷ Limites discutidos por Gomes (2020, p. 401), quando afirma: “Em projetos de grande escala os processos participativos tendem a produzir espaços não legitimados pela população. Pela própria dificuldade operacional, as ações obrigatórias previstas para o Trabalho Social fragmentam-se e não surtem os efeitos desejados, reproduzindo elementos que reforçam a construção de uma “subcidadania” nos termos propostos por Jessé Souza (2018)”.

⁸ Observa-se que os/as profissionais posicionam-se em favor da defesa dos direitos sociais, mesmo em contexto tão adverso de desfinanciamento das políticas sociais no Brasil, em particular do desfinanciamento da política habitacional realizado pelos governos neoliberais, e intensificado no período pós-golpe de 2016.

burguesa. Algumas dessas estratégias, citadas nos relatos de experiência pelos/as assistentes sociais, são as seguintes: a) orientar suas intervenções com base em uma teoria crítica; b) dialogar com instituições de outras políticas sociais para alcançar as demandas das famílias; c) atendimentos humanizados às famílias, coletivos e individuais; d) assessoria aos movimentos sociais urbanos e entidades urbanas.

Os relatos de experiência são reveladores do lugar que o trabalho social ocupa no campo das disputas e resistências por melhores condições de trabalho e lutas por direitos sociais, particularmente mediante o estímulo à participação social dos moradores, indo ao encontro das afirmações de Santana e Santos (2022, p. 109-110):

Percebe-se a potencialidade no que concerne aos processos de participação social, podendo ser desenvolvida oficinas, reuniões com a temática da defesa da democracia e dos direitos sociais, dar ênfase ao protagonismo individual e coletivo. Os instrumentais são importantes ferramentas para a garantia de direitos, tais como a visita domiciliar e institucional, estudo de caso, reuniões planejadas. Outro campo de extrema relevância é realizar o planejamento junto aos beneficiários e/ou impactados por determinada política urbana/habitacional, viabilizando além do acesso à informação, a participação em todos os processos que envolvem a intervenção. Ressalta-se a importância do registro, sistematização das informações do cotidiano profissional, estabelecer estratégias que permitam a elaboração de relatórios de implementação e avaliação do impacto das ações na vida das/os trabalhadoras/es e, sobretudo, socializar junto à comunidade os resultados do trabalho.

Os trabalhos sintetizados demonstram, também, a importância de as universidades abrirem espaços de diálogo e trocas com os profissionais que vivenciam nos territórios a desigualdade na produção da vida dos trabalhadores. A formação continuada é uma forma de contribuir com o exercício profissional comprometido com as lutas sociais e na disputa sempre renovada da luta pelo direito à cidade.

Considerações finais

O trabalho buscou sistematizar atividades realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB)/UFPA, na perspectiva de contribuir com os/as profissionais inseridos/as em equipes de trabalho social. Um dos eixos de pesquisa do grupo é o trabalho profissional na área urbana e habitacional, materializados em projetos de pesquisa, produções de trabalhos acadêmicos e produções bibliográficas.

Assim, os seminários realizados em 2019 (*I Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do assistente social*) e 2021 (*II Seminário Habitação na Amazônia/Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais*) tiveram o propósito de aproximar a universidade dos profissionais, tendo em vista a formação teórico-metodológica e a troca de experiências construídas no exercício profissional.

Considera-se que as instituições de ensino superior têm papel essencial na produção de conhecimento engajado na sociedade, em que as pesquisas revelem as contradições

sociais e todas as formas de desigualdades sociais existentes. As pesquisas fundamentadas na perspectiva crítica devem retornar à sociedade na forma de intervenção profissional competente e compromissada na defesa do direito à cidade.

Dessa maneira, foram realizados alguns eventos acadêmicos pela equipe de pesquisa do grupo, tais como: a) *live* no perfil do Facebook do GEP-CIHAB, em 2020, com o tema *O trabalho do/a Assistente Social na Política Urbana/Habitacional*; b) encontro virtual, em 2021, com assistentes sociais, para discutir pautas de formação continuada; c) oficina intitulada *Trabalho social na política Urbana e Habitacional*, em 2021. O grupo desenvolveu estratégias de aproximação com os/as profissionais, a exemplo do envio de envio de convites às/-aos assistentes sociais que trabalham nas prefeituras dos 144 municípios do Pará e de outros estados da Região Norte. Destaca-se, como um momento importante dessa articulação entre a universidade e os profissionais, a criação do Fórum de Trabalho Social na Habitação da Região Norte que, muito embora a pandemia do novo coronavírus tenha dificultado a movimentação desse fórum, as atividades realizadas de forma virtual alcançaram alguns resultados positivos.

Espera-se que nos anos seguintes as atividades do referido fórum ganhem mais força diante da necessidade de organização política da categoria para enfrentar os desafios profissionais e a construção de estratégias no exercício profissional competente, criativo e compromissado com os interesses dos que vivenciam a desigualdade social nos diferentes territórios e, particularmente, na Região Norte, onde se encontram os piores índices de inadequação habitacional do Brasil. O trabalho social pode contribuir na identificação da particularidade da desigualdade social nessa região, demonstrando como vivem aqueles que estão distantes do acesso aos serviços públicos, mas que produzem resistências em defesa da vida.

Pela mediação da defesa do trabalho social inserido na política habitacional e da defesa do trabalho profissional comprometido com o Projeto Ético-Político da profissão de Serviço Social, mantém-se a perspectiva de luta em defesa da vida, dos direitos sociais, das lutas contra todas as formas de exploração e todas as desigualdades que atravessam a vida dos/as trabalhadores/as, particularmente a população negra e as mulheres, as pessoas com deficiências, as pessoas LGBTQIA+, os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, os trabalhadores rurais, esses que estão nos territórios sofrendo inúmeras carências e violações de direitos.

Dentre as demandas do Estado às equipes de trabalho social está a participação social dos moradores, a qual pode ser potencializada no sentido de fortalecer as lutas dos moradores e moradoras na defesa dos direitos sociais e movimentar as grandes lutas para superação do capitalismo, do racismo e do patriarcado.

Referências

Anais do Seminário Habitação na Amazônia: particularidades e desafios ao trabalho profissional do Assistente Social”. *Anais...* Belém (PA), 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wLrhYS1ltrpjKwINovu3kBY59u4aRJlF/view?fbclid=IwAR3l3XCKM2ZXkz0thX-48AqCaDyvE9LAckyTo1xYYPYS7X58qHQ1b2TYKu4>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Anais do II Seminário Habitação na Amazônia / Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais. **Anais...** Belém (PA) Forma Remota, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ishnasnseh2021>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CORREA, Isabella Santos. **O trabalho do/a assistente social na política de regularização fundiária urbana de interesse social no estado do Pará.** s.f. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2022.

FREITAS, G. S. **Serviço social e o projeto ético-político da profissão:** dilemas do trabalho profissional nos programas urbano-habitacionais. s.f. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará. 2018.

GOMES, R. P. **Mais que construir casas:** interdependência entre provisão pública de moradias e trabalho social. s.f. 2020. Tese (Doutorado em em Planejamento e Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 2020.

HEIN, C. D. S. **Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?** Movimentos de moradia e o projeto de habitação social Alexios Jafet na cidade de São Paulo. 2020. 320 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

PEREIRA, A. M. C. G. **Atuação profissional do Assistente Social e Política de Habitação na produção acadêmica.** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2018.

SANTANA, J. V. Trabalho Social em projetos de habitação: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Belém-Brasil). **Revista Plaza Pública**, v. 6, p. 348-371, 2011.

SANTANA, J. V. **Habitação e Serviço Social:** dimensões teóricas, históricas e metodológicas. 1 ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.

SANTANA, J. V.; SANTOS, R. C. B. Dimensão técnico-operativa do trabalho da/o Assistente Social na política urbana/habitacional e processos participativos. In: MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs.). **Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência.** 1 ed., v. 1. Uberlândia: Navegando, 2021, p. 94-112.

SANTANA, J. V.; GOMES, R. P.; MIRANDA, L. C. Assistentes sociais na linha de frente da política urbana e habitacional: o que se tem pesquisado sobre as demandas institucionais e os desafios do trabalho profissional? In: CUNHA, M. G. N.; PRATES, J. C.; GOMES, V. L. B.; PINHEIRO, H. A. (Orgs.). **Procad Amazônia:** formação e trabalho do Assistente

Social no norte e no sul do Brasil. v. 2, 2 ed. Manaus e São Paulo: EDUA - ALEXA CULTURAL, 2021, p. 283-302.

SANTANA, J. V. Habitação e direito à cidade: o trabalho do assistente social em tempos regressivos. In: STAMPA, I., et al. (Orgs.). **Trabalho, regressão de direitos e Serviço Social.** v. 1, 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 161-180.

SANTOS, R. C. B. **Trabalho Social e Política Habitacional:** entre concepções e discursos. s.f. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2013.

SANTOS, R. C. B. **A particularidade do trabalho do Assistente Social na política urbana/habitacional:** requisições, atribuições e respostas. 2021. s.f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará.

TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO: DILEMAS E DESAFIOS AO TRABALHO PROFISSIONAL

Raquel Paiva Gomes
Joana Valente Santana
Joicy Helena da Costa Pantoja

Introdução

O trabalho social tornou-se parte constitutiva da Política Nacional de Habitação e a sua realização passou a ser obrigatória na implementação dos projetos integrados de urbanização e regularização de assentamentos precários (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), bem como nos projetos de produção habitacional destinados à população de mais baixa renda (Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV), marcos importantes das gestões dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O reconhecimento da importância da dimensão social desses programas, que possuem abrangência nacional, significa um avanço muito importante pois, parte-se do pressuposto de que a questão da moradia envolve não apenas a unidade física, mas, especialmente, a construção de um habitat seguro e integrado a outros serviços sociais da cidade. Como afirmam os movimentos de moradia, o acesso à moradia digna torna-se “porta de entrada” para todos os outros direitos sociais. Com efeito, o trabalho social tornou-se um tema estratégico na medida em que passou a compor os investimentos de todos os projetos habitacionais financiados com recursos da União. Até agosto de 2015, cerca de 2,56 bilhões de reais foram destinados ao trabalho social nos programas MCMV e PAC (BRASIL, MCidades, 2015). Trata-se de uma escala inédita de projetos e de um volume significativo de recursos, o que impõe inúmeros desafios.

Este capítulo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa *Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil: requisições e respostas profissionais*¹, desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). O estudo busca evidenciar os principais avanços, entraves e desafios dos assistentes sociais, profissionais majoritariamente responsáveis pelo planejamento e implementação dos projetos técnicos sociais desenvolvidos no âmbito dos programas federais de provisão habitacional, saneamento, reassentamento, urbanização integrada de assentamentos precários. O projeto de pesquisa prevê o levantamento bibliográfico: a) sobre a literatura produzida no Brasil sobre o trabalho social e o trabalho profissional do assistente social em habitação; b) no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes acerca dos trabalhos acadêmicos defendidos em Programas de Pós-Graduação vinculados à área de Serviço Social que tratem dos temas sobre trabalho social, remoções de moradores, projetos urbanísticos, trabalho profissional em projetos urbanísticos e indenização. Prevê, também, o levantamento de dados

¹ O projeto de pesquisa possui financiamento do CNPq (Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal. Processo: 435406/2018-3).

disponíveis pelas prefeituras municipais no Brasil sobre o trabalho social vinculado aos programas e projetos urbanos e habitacionais.

Para efeito deste capítulo, foram sistematizadas informações encontradas em oito Projetos Técnicos Sociais de cinco municípios brasileiros, desse total, verificou-se que três municípios são capitais estaduais brasileiras² e outros dois são municípios de pequeno e médio porte localizados no estado do Pará³ (Quadro 1). Destaca-se que os PTS sistematizados foram encontrados a partir do levantamento documental realizado nas páginas eletrônicas e redes sociais (Facebook e Instagram) das prefeituras municipais das 26 capitais do Brasil e Distrito Federal/DF, assim como das prefeituras dos 144 municípios do Estado do Pará, a fim de encontrar documentos acerca do trabalho social vinculado aos programas e projetos urbanos e habitacionais desenvolvidos em nível nacional⁴. Os documentos foram analisados como base para problematização dos entraves e desafios postos ao trabalho profissional de assistentes sociais no cotidiano das equipes de trabalho social.

Quadro 1 – Dados dos Projetos Técnicos Sociais (PTS)

Região	Município	Instituição Responsável	Nome da área
1	Sul	Porto Alegre/RS	Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB
2	Sudeste	São Paulo/SP	Secretaria de Habitação do Município de São Paulo – Sehab/SP
3	Sudeste	São Paulo/SP	Secretaria de Habitação do Município de São Paulo – Sehab/SP
4	Norte	Belém/PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará – Cohab/PA
5	Norte	Belém/PA	Secretaria Municipal de Habitação – Sehab/Belém
6	Norte	Castanhal/PA	Prefeitura de Castanhal
7	Norte	Castanhal/PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará – Cohab/PA
8	Norte	São Félix do Xingu/PA	Prefeitura de São Félix do Xingu
			Residencial Rio Negro

Fonte: GEP-Cihab, 2022

² Sendo estas: Porto Alegre/RS, localizada na Região Sul; Belém/PA, localizada na Região Norte; e São Paulo/SP, localizada na Região Sudeste.

³ Os municípios paraenses são Castanhal e São Félix do Xingu.

⁴ O levantamento documental foi realizado a partir de etapas, na primeira, foi realizada a visita às páginas eletrônicas e redes sociais das prefeituras, tendo como objetivo de coletar os documentos referentes ao Trabalho Técnico Social realizado pelos/as Assistentes Sociais. Os PTS encontrados foram salvos em pastas do Google Drive, e posteriormente seus dados foram sistematizados em uma planilha para a análise.

O capítulo está estruturado, além desta introdução, em duas seções. A primeira recupera a concepção de trabalho social na literatura produzida em nível nacional e internacional. A segunda seção apresenta reflexões sobre as principais questões encontradas acerca dos dilemas e desafios ao trabalho profissional, tomando por base a literatura produzida sobre o trabalho social, bem como a pesquisa documental em projetos técnicos sociais desenvolvidos em capitais brasileiras. Ao final são apresentadas as considerações finais.

Trabalho Social: questões conceituais

Historicamente, a expressão “trabalho social” é empregada para uma infinidade de atividades e intervenções. Seu uso é bastante comum nas políticas sociais. Entretanto, a revisão da literatura sobre o assunto demonstra que suas definições, além de escassas, são, por vezes, muito abrangentes e desprovidas de elementos capazes de facilitar sua compreensão, sobretudo quando realizados no campo da política setorial de habitação. A produção acadêmica a respeito do tema encontra-se pulverizada em diferentes campos de estudo: Arquitetura e Urbanismo, Sociologia Urbana, Antropologia, História, Engenharia, Administração Pública, Serviço Social (campo que possui maior número de estudos sobre o tema) entre outros. Na maioria dos estudos, fica evidente um mimetismo entre trabalho social, serviço social e assistência social, o que, em nosso entendimento, gera certa indefinição quanto à sua finalidade, especificidades e resultados que pode alcançar.

O debate contemporâneo comprehende o trabalho social, quando realizado no interior da política habitacional, como um serviço público complexo que viabiliza direitos e lida com as diferentes expressões da questão social: desigualdade de acesso a bens e serviços públicos, precariedade das condições de moradia, desemprego, violência (PAZ, 2018).

Os processos instaurados pelo trabalho social geralmente são as atividades primeiras no interior dos programas federais de habitação de interesse social (PIMENTEL, 2012). A natureza do trabalho social é essencialmente relacional e processual, desenvolve-se a partir de um amplo leque de ações que instigam a mobilização, a sensibilização e estimulam a participação e o controle social sobre as ações públicas, apoiam e favorecem as práticas organizativas da população (BARBOSA, 2013, p. 4). Tem como horizonte a melhoria da qualidade de vida das famílias, a defesa dos direitos sociais e o acesso à moradia digna e aos demais serviços públicos (PAZ *et al.*, 2015). Assim, é pela via do trabalho social que a política pública se materializa nos territórios, sendo ele uma mediação necessária à implementação de canais de comunicação e participação entre moradores e governo (CARVALHO, 2014). Ao mesmo tempo, é por essa via que o Estado exerce medidas de classificação, seleção e controle das populações mais pobres (OLIVEIRA, 2014).

Para Dirce Koga (2006), o trabalho social constitui-se em uma gama de ações e intervenções localizadas em um determinado território e, ao mesmo tempo, precisa conectar-se a outras políticas e serviços sociais. É individualizado, quando necessária sua intervenção direta, e, ao mesmo tempo, remete a lutas de grupo pelos direitos sociais e à construção coletiva da cidadania e da cidade.

O Ministério das Cidades define o trabalho social como um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos e diagnósticos integrados e participativos

do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e política institucional do território, e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social das famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, MCIDADES, 2014, p. 15).

A literatura acadêmica sobre o tema revela, ainda, a existência de uma disputa conceitual e de significados (PAZ, 2018), pois o trabalho social, por estar diretamente relacionado aos processos participativos, dependendo da orientação política e ideológica, poderá ser mais restrito e ter um caráter instrumental, ou ser deliberativo e criar arenas de explicitação de conflitos e negociações com o poder público. Por essa razão, existe uma gama de interpretações para seu planejamento e implementação. Para Freire e Souza (2011), o trabalho social é responsável por organizar os processos formais de participação na implementação de projetos urbanos e habitacionais, e realizar atividades socioeducativas com vistas à integração das pessoas aos novos espaços construídos e/ou revitalizados. Ele também é componente responsável por evidenciar a importância e o fortalecimento da justiça social e da equidade de gênero (OLIVEIRA; CASSAB, 2010). Contradicorriamente, o trabalho social também pode ser responsável por gerar dinâmicas e processos artificiais de participação/mobilização comunitária (desmobilização de lideranças combativas a partir de mecanismos de cooptação e clientelismo), com objetivo de reduzir conflitos e produzir consensos em torno de propostas e projetos habitacionais de baixa qualidade, que contrariam os interesses dos moradores (SANTANA, 2011; PASSOS; LIMA, 2017).

Uma outra frente de estudos tem analisado o trabalho social no campo dos projetos habitacionais autogestionários, liderados pelos movimentos de moradia e com a assessoria técnica especializada. Destacam-se os trabalhos das assistentes sociais – Ana Luiza de Lira Vaz (2000) sobre os mutirões autogestionários assessorados pelo CAAPI na Grande São Paulo, entre os anos de 1980 e 1999; o trabalho cuidadoso de história oral, formulado por Cíntia Fidelis (2018), sobre o protagonismo dos movimentos populares na luta pelo direito à moradia no município de São Paulo e o resgate da trajetória dos trabalhos realizados pela Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura e a União dos Movimentos de Moradia (UMM) realizado por Cleonice Dias dos Santos (2016). Cabe, ainda, citar a coletânea *Usina*: entre o projeto e o canteiro, organizada por Sérgio Ferro (2015), que celebra 25 anos de atuação da assessoria técnica – coletivo Usina – CTAH e recupera a origem, as concepções, os fundamentos e as metodologias utilizadas pelos trabalhadores sociais/educadores populares do coletivo, utilizadas na elaboração dos projetos e na condução do trabalho social junto aos mutirantes. Em todas estas publicações mencionadas, o trabalho social assume outras configurações e características, em uma perspectiva bastante politizada, tendo em vista a relação orgânica com os movimentos de luta por moradia, que conduzem os projetos habitacionais de forma relativamente autônoma e a partir de metodologia própria.

Na literatura internacional, o que se denomina no Brasil como trabalho social assume outros significados na língua inglesa, idioma predominante nas publicações. Os termos “participação comunitária”, “mediação social”, “desenvolvimento comunitário” e “sustentabilidade social” são sinônimas comumente empregadas, na maioria dos estudos, ao referir-se à dimensão social dos programas e projetos de urbanização de favelas,

provisão habitacional, saneamento e infraestrutura destinados à população de mais baixa renda (GOMES, 2020, p.31-32).

A maioria das pesquisas tem se debruçado sobre quando, como e quem participa dos projetos urbanos e habitacionais, medindo a intensidade e a forma como esses processos são conduzidos a partir dos parâmetros sugeridos por Arnstei (1969) e Chogill (1996). Existe uma concentração de estudos em países que contaram com assessoria de organizações não governamentais, cooperação técnica internacional e/ou financiamento de organismos multilaterais (América Latina, África e Ásia) (GOMES, 2020, p. 30-31).

Os estudos contemporâneos indicam que os processos participativos, estimulados e conduzidos concomitantemente à provisão habitacional envolvem um sistema complexo, com múltiplos propósitos (informação, mediação de conflitos, negociação e educação), padrão de interação, graus de envolvimento, metodologias e soluções que adquirem especificidades em cada contexto. A participação comunitária expressa-se muito mais como retórica do que na implementação concreta dos projetos, pois existem dificuldades conceituais e práticas (GOMES, 2020, p.31).

Destaca-se o trabalho meticoloso de Moser (1989), que revelou contradições significativas na incorporação da participação comunitária em projetos urbanos integrados (urbanização, saneamento e provisão de moradias) financiados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A autora indica a necessidade de profissionais especializados na condução dos processos participativos e ressalta que a forma e a intensidade da participação são determinadas por fatores externos como: a) tamanho da área de intervenção; b) número de profissionais disponíveis e montante de recursos à disposição; c) grau e intensidade da participação almejada nas diferentes fases do projeto de intervenção.

Por sua vez, o debate europeu tem privilegiado analisar os efeitos da crise mundial, em decorrência da “bolha imobiliária” provocada pelos *subprimes*, que provocou quebra das grandes construtoras e incorporadoras imobiliárias, resgate maciço de hipotecas, despejos em larga escala, desaceleração da economia, desemprego e empobrecimento da população. Todas essas consequências exigem serviços especializados de mediação e respostas institucionais complexas, na provisão de auxílios econômicos de urgência às famílias e às pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente minorias étnicas e religiosas (LLOPART, 2015).

Outro tema de destaque da literatura internacional refere-se ao fracasso dos governos europeus e norte-americanos na gestão e administração de grandes conjuntos habitacionais de interesse social, tanto em relação ao ônus gerado por sua manutenção, quanto pelo endividamento dos locatários/arrendatários que não conseguem arcar com os custos advindos da moradia. Tosef (2012) assinala que tais territórios acabaram se transformando em redutos de habitações de baixa qualidade, com inquilinos pobres e com péssimas condições de vida.

Nesse mesmo sentido, John Stewart e Gillian Stewart (1992) problematizam a privatização dos parques públicos de moradia e a redução dos subsídios previdenciários para acesso à moradia na Inglaterra. Ressaltam que a interrupção da política pública de moradia levou o governo a focalizar suas ações em grupos específicos – pobres, idosos e deficientes, fato que, além de sobrecarregar as Agências e os Departamentos de Serviço Social, acabou por tornar evidente o racismo institucional e a segregação socioterritorial,

em razão da alta concentração de determinados grupos étnicos e minorias nas áreas estigmatizadas e com piores índices de qualidade de vida.

Especificamente no Reino Unido, os estudos de Dempsey *et al.* (2011) e de Woodcraft (2012) indicam que, no campo do planejamento urbano, habitacional e territorial, a dimensão social possui limitada produção acadêmica em comparação a outros temas, sendo um campo pouco teorizado, carente de definições claras no discurso e nas práticas políticas, cabendo múltiplas e fluidas interpretações. Indicam, ainda, a existência de uma literatura difusa sobre inúmeros conceitos sobrepostos: capital social, coesão social, inclusão social, desenvolvimento social e comunitário. Por outro lado, a dimensão social tem se constituído um campo promissor de estudos e pesquisas como parte crescente da preocupação com a sustentabilidade das cidades.

Neste sentido, Charlotte Willians (2016) organizou uma coletânea instigante sobre *Social Work and The City: urban themes in 21st-Century Social Work*. Sinteticamente, os estudos desta coletânea problematizam as raízes históricas do trabalho social e a sua relação intrínseca com as consequências dos processos de urbanização e industrialização na Europa. Indicam, ainda, que contemporaneamente, a globalização e as novas conformações das cidades têm imposto aos trabalhadores sociais diversos desafios teóricos e práticos: a emergência da crise habitacional, os efeitos dos processos de segregação socioespacial e gentrificação, o aumento considerável do número de idosos residindo sozinhos e isolados, o fenômeno imigratório e o colapso da assistência social. De forma provocativa, Willians afirma que o trabalho social, no contexto europeu, está fora de sintonia – “sem voz” e “sem reconhecimento” – em relação aos principais debates sobre o desenvolvimento urbano sustentável, sendo cada vez mais requisitado para exercer ações compensatórias, de controle e vigilância social (GOMES, 2020, p. 33).

Desse modo, diferentemente dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e do acervo físico dos empreendimentos habitacionais construídos ao longo do tempo, que foram sistematizados, a exemplo da coletânea organizada por Nabil Bonduki (2014)⁵, os registros e as experiências dos projetos e as demais ações de trabalho social aliadas a essas intervenções carecem, ainda, de uma cuidadosa análise acerca de sua natureza, finalidade e significado. Há, portanto, uma grande lacuna na literatura sobre a própria história de como a dimensão social foi sendo constituída ao longo do tempo nas diversas experiências de provisão pública de moradias.

Trabalho Social: questões sobre os dilemas e desafios ao trabalho profissional

A partir de 2010, os movimentos sociais de luta por moradia e as universidades mobilizaram-se e realizaram diversos encontros, seminários internacionais, cursos de aprimoramento entre outras atividades de formação e intercâmbio de experiências, tendo como tema central o Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social⁶.

⁵ BONDUKI, Nabil. Pioneiros da Habitação Social - Volume 1 - Cem anos de construção de política pública no Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp e Edições SESC, 2014.

⁶ A Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE) – PUC SP organizou nos dias 09/09/2014 e 19/10/2014 encontros com vistas a debater os resultados da pesquisa que realizou a “Avaliação do Trabalho Social e dos impactos na vida das famílias no Programa MCMV: município de Osasco”. Posteriormente, nos

Os debates e os estudos decorrentes desse processo têm se concentrado nos desafios e resultados instaurados pelos programas federais Minha Casa, Minha Vida (MCMV), PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Urbanização de Favelas, Habitar Brasil BID (HBB) e nos controversos processos de remoção e reassentamento involuntários.

A partir dos debates realizados, da literatura produzida sobre o Trabalho Social e da análise dos Projetos Técnicos Sociais identificados na pesquisa, foi possível problematizar cinco questões sobre os dilemas e os desafios postos aos profissionais que trabalham em equipes de Trabalho Social no Brasil.

A primeira questão refere-se ao desenho e à lógica assumida pelos programas federais. As críticas recaem sobre o “padrão” intervencional hegemônico, que exclui uma enorme parcela da população do direito social à moradia e ao uso de serviços sociais nos espaços urbanos, priorizando projetos de natureza focalizada e setorizada, em detrimento da universalização do acesso à moradia e aos benefícios da urbanização. Nesse contexto, as intervenções apresentam funções compensatórias como alternativa estratégica à crise habitacional, não entrando na pauta do governo a abertura de espaços participativos em relação às definições da política econômica que são, de fato, o que determina grande parte dos problemas vividos na cidade.

A segunda questão aponta para um recrudescimento da violência estatal, física e simbólica, direcionada à população mais pobre, que ocupa áreas estratégicas para o mercado imobiliário e para o Estado, instaurando processos que ocultam os avanços da especulação e valorização imobiliária e os interesses de grupos econômicos. Os estudos têm lançado luz às ações de resistência e organização da população para o enfrentamento de tal violência, questionando a imposição de projetos com vistas à construção de grandes condomínios homogêneos, aliada a processos socioeducativos denominados “Encontros de Integração” ou “Atividades socioeducativas”, que ignoram várias questões relacionadas à identidade do morador em relação a seu espaço e suprimem das intervenções aspectos culturais da população, reeditando as premissas utilizadas nas décadas de 1940 e 1950 de controle moral da população. A esse respeito Santana, Holanda e Moura (2012) problematizam como há um desconhecimento por parte do Governo Federal sobre a particularidade da moradia na Amazônia, dado que os projetos urbanos e habitacionais implementados na região não respeitam o modo de morar dos povos e comunidades tradicionais. Acrescenta-se, ainda, a esse debate os diversos problemas construtivos dos empreendimentos, baixa qualidade das moradias e a dificuldade de acesso a outros serviços e equipamentos públicos essenciais.

A terceira questão refere-se à gestão participativa dos projetos habitacionais. Na grande maioria das experiências analisadas, os canais de participação criados tiveram baixo poder de decisão sobre as intervenções já programadas, tendo um caráter muito mais informativo e de legitimação das propostas, esvaziando seu potencial reivindicatório e de

dias 11/09, 16/09 e 05/10/2015 o CEDEPE organizou a atividade programada “Questão Urbana, Política Habitacional e Trabalho Social”, conduzida pelas professoras Dra. Rosangela de O. Paz PUC SP e Dra. Tania R. Godoy Diniz UNIFESP-Santos. Posteriormente, a Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação, a Caixa Econômica Federal e a Fundação Getúlio Vargas promoveram, em 25/09/2015, o Seminário Trabalho Social em Programas de Habitação e Desenvolvimento Urbano: Entre o Ideal e o Concreto reunindo técnicos, gestores e representantes do Ministério das Cidades. Em 25/11/2015 o CEDEPE/PUC SP organizou o Seminário sobre “Trabalho Social em Habitação de Interesse Social: perspectivas políticas” e no ano seguinte, de 15 a 17 de março, promoveu o Colóquio Internacional sobre Trabalho social e os desafios do Direito à Cidade.

explicitação de conflitos, tornando-se “verdadeiras fábricas de produzir consensos”, ferindo diretamente um dos princípios da política nacional no que se refere à “gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos” (BRASIL, 2010, p. 30).

A quarta questão diz respeito à dimensão operacional e à implementação dos programas federais. Os principais debates apontam que o TS tem sido visto como algo secundário, sendo realizado de forma precária por empresas contratadas ou pelas secretarias de assistência social dos municípios, que possuem outras atribuições, muitas delas urgentes e concorrentes com a implementação dos programas habitacionais. A maioria dos municípios brasileiros continua não dispondo, no organograma institucional, de departamentos ou setores responsáveis pelo gerenciamento das intervenções e, muito menos, de equipes técnicas específicas para condução dos processos exigidos pelos projetos habitacionais. Os trabalhadores sociais, na maior parte dos projetos, não participam do planejamento da intervenção de forma a construir uma ação integrada, e suas ações geralmente desvalorizadas pelos outros membros da equipe. O conjunto de diagnósticos e estudos exigidos pelas normativas e realizados junto às famílias e territórios onde ocorrem as intervenções, em grande parte das vezes, não são utilizados como instrumento de planejamento das ações entre as diferentes equipes, nem na articulação intersetorial com vistas a atender outras necessidades da população.

Outro problema assinalado refere-se à contratação do trabalho social, algo que tem gerado muitos entraves, o principal deles refere-se ao atraso nos processos licitatórios, que são realizados de maneira fragmentada para diferentes fases da intervenção em um mesmo território. Não cumprindo, desse modo, uma das diretrizes da política habitacional (dos Governos Lula da Silva-Dilma Rousseff) relacionada a atender, de fato e de forma integrada, as necessidades da população. Ainda nesse eixo, os debates têm destacado a carga excessiva de tarefas e funções para equipes técnicas, geralmente reduzidas, contratadas de forma terceirizada, com baixos salários, dispondo de poucos recursos financeiros e materiais, além de prazos muito exígios para as exigências do programa habitacional e do agente financeiro.

É consenso entre os estudiosos de que o TS agrupa qualidade e faz diferença, mas não resolve problemas estruturais dos programas habitacionais, como: falhas de projeto, problemas construtivos e de inserção urbana, problemas sociais relacionados ao contexto das intervenções – tráfico de drogas, violência, falta de serviços e equipamentos públicos.

A quinta questão refere-se às instruções normativas impostas pelo Governo Federal aos municípios que aderem ao SNHIS e o relacionamento destes com o agente financeiro (Caixa Econômica). Os trabalhos investigados tecem críticas em relação ao formato desenhado pelo Ministério das Cidades e que sofreu forte influência de organismos multilaterais (BID/Cities Alliance), provocando uma maior instrumentalização, normatização e controle do TS que, assim, passa a ser um produto medido e controlado conforme as regras previstas nos manuais de operacionalização.

Os processos instaurados a partir dessa lógica acabam padronizando as intervenções, sem considerar as especificidades locais. As ações do TS são medidas e igualadas com os tempos das obras, pressupondo, de forma equivocada, a simultaneidade e a linearidade de processos distintos. Contudo, diferentemente das obras, os controles sobre os processos do trabalho social não são em relação à sua qualidade, mas ao registro das

ações e à quantificação dos participantes, sendo, muitas vezes, a forma mais valorizada que o próprio conteúdo e resultados das intervenções. Nessa lógica, o agente financeiro possui um maior poder de voto e controle sobre os projetos apresentados pelos municípios proponentes. Contudo, os parâmetros de avaliação dos projetos são altamente discricionários e subjetivos. Os profissionais têm apontado as inúmeras exigências dos agentes financeiros, que, na maior parte das vezes, não estão previstas na instrução normativa orientadora das ações do TS. Por outro lado, profissionais que atuam junto ao agente financeiro destacam a ausência de parâmetros e instrumentos de avaliação dos projetos técnicos apresentados pelos proponentes (estados e municípios) e a baixa qualidade das propostas.

Considerações finais

As reflexões empreendidas no capítulo sistematizaram algumas questões. A primeira refere-se às próprias definições, expectativas e objetivos atribuídos ao trabalho social, concebidos pelo Governo Federal e pelas agências multilaterais de financiamento internacional para os programas habitacionais, que não expressam a realidade das ações desenvolvidas pelos municípios. Além disso, a intersetorialidade e a articulação das demais políticas sociais ainda é um objetivo muito distante nas intervenções.

Outra questão é que mesmo que os municípios tenham constituído conselhos, fundos e secretarias específicas para gerir os programas habitacionais, a qualidade e a quantidade dos recursos humanos das prefeituras são frágeis. Muitas prefeituras têm lançado mão dos contratos firmados com o Governo Federal para “suprir” sua deficiência operacional, terceirizando o trabalho social, o que tem gerado uma série de entraves. Verifica-se, ainda, que, embora tenha ocorrido um significativo aumento dos recursos destinados ao trabalho social, as ações, em grande maioria dos projetos, são subsumidas às obras físicas. Nota-se, ainda, que o significado e o lugar dado a este conjunto de ações/intervenções ainda é visto como acessório complementar e subalterno ao projeto arquitetônico e ao projeto de execução das obras (infraestrutura e edificação de moradias).

O trabalho social desenvolvido no âmbito dos programas de habitação de interesse social ainda está relacionado ao cadastramento e à seleção dos “beneficiários”, e ainda se configura como um indutor de processos participativos com vistas a minimizar os conflitos e os transtornos advindos com as intervenções urbanas e habitacionais. A participação da população está predominantemente vinculada à remoção dos obstáculos para o máximo de desempenho das obras, resolução dos conflitos cotidianos e adaptabilidade da população ao conjunto de benfeitorias, por meio de eventos pontuais, tradicionais, com ênfase na modalidade de reuniões e espaços de não decisão (SILVA, 2008, p. 239).

Observa-se, ainda, que os PITs analisados reeditam fundamentos e matrizes operacionais das experiências pioneiras e originárias realizadas pela Fundação Casa Popular, Banco Nacional de Habitação (BNH) e Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), cujo ideário é o de “organizar e desenvolver comunidades” e de promover a integração social das famílias “beneficiárias”, assegurando a “sustentabilidade” das obras e dos empreendimentos habitacionais. Reproduzem um conjunto de intervenções similares às das décadas de 1950 e 1960, fundamentado em uma matriz conceitual ortodoxa e

conservadora, portanto defasados frente aos desafios que emergem atualmente na operacionalização dos projetos integrados.

Nesse sentido, até que ponto e de forma velada ainda não são reproduzidas formas autoritárias e implícitas de desqualificar a população, como se ela não soubesse participar, opinar, morar, trabalhar etc., necessitando de alguém mais qualificado tecnicamente para conduzi-los?

A manutenção dos eixos (Educação Sanitária e Ambiental, Participação e Organização Comunitária, Geração de Trabalho e Renda), que compõe o trabalho social revela a intencionalidade implícita de ensinar a morar, ensinar a participar, ensinar a conservar a obra e melhoria concedida e ensinar a aceitar as imposições governamentais. Além disso, parece ter ocorrido uma supervalorização do componente geração de trabalho e renda com vistas a assegurar a permanência das famílias nas áreas de intervenção estatal (GOMES, 2018).

Nota-se, assim, que ainda há um abismo entre o discurso e as pretensões do trabalho social e suas efetivas intervenções. Infelizmente, e contrariando as expectativas, a ideologia da adaptação e integração funcionalista, combatidas pelo pensamento crítico, ainda permanece. Enquanto mediadores entre o poder público e os representantes da população usuária dos serviços, os trabalhadores sociais, pela sua condição de trabalhadores assalariados, cumprem objetivos que lhe são atribuídos socialmente, que ultrapassam sua vontade e intencionalidade (GOMES, 2018).

Muitos projetos, de forma ambivalente, propõem, ainda, atividades cuja perspectiva reforça estereótipos sobre os comportamentos e o modo de vida da população que ocupam os territórios mais pobre das cidades. Aliado a essa perspectiva, evidencia-se também marcas do ideário higienista e aporofóbico “de ver os pobres como dependentes, incapazes de administrar as próprias famílias e recursos; passivos e abertos a assimilação dos valores da classe dirigente, sendo necessário processos pedagógicos para assimilação de valores e costumes da ‘Sociedade Moderna Periférica’” (SANTANA; GOMES; MIRANDA, 2021, p. 301).

A manutenção de tais fundamentos e matrizes operacionais contribui para a manutenção de uma hierarquia valorativa de quem é ou não cidadão, reproduzindo institucionalmente, de modo opaco e sutil, a dominação simbólica, que naturaliza cotidianamente preconceitos e estígmas que reforçam e perpetuam as desigualdades sociais (GOMES, 2020). Ao mesmo tempo, e de forma contraditória, existem as concepções e práticas do trabalho social de natureza progressista, que se voltam à defesa da democracia e dos direitos sociais e à ampliação do acesso aos serviços públicos à classe trabalhadora, ainda que os espaços públicos sejam limitados pela própria configuração da política social na ordem burguesa. Nesse sentido, os espaços contraditórios de intervenção profissional devem ser considerados espaços de disputa e orientados por princípios éticos e políticos que fomentem processos participativos nos territórios junto àqueles que sofrem todas as formas de exploração e opressão.

Referências

- BARBOSA, R. C. B. **Trabalho social e política habitacional:** entre concepções e discurso. s.f. 2013. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de pós-graduação em Serviço Social. Belém, 2013.
- CARVALHO, M. C. B. **Gestão social e Trabalho Social:** desafios e percursos metodológicos. Curitiba: Cortez, 2014.
- DEMPSEY, N., et al. The social dimension of sustainable development: Defining urban social sustainability. **Sustainable development.** p. 289-300, 2011.
- GOMES, R. P. **Trabalho Social e Urbanização de Favelas:** avanços, impactos e desafios dos programas federais. London: Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- GOMES, R. P. **MAIS QUE CONSTRUIR CASAS: interdependência entre provisão de moradias e trabalho social.** 427 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Planejamento do Território. Universidade Federal do ABC, 2020.
- KOGA, D. O trabalho social e as vulnerabilidades sociais. **Metodologias do Trabalho social,** São Paulo: IEE – PUCSP, 2006.
- LLOPART, A. S. **La pérdida de la vivienda en la actualidad y las respuestas innovadoras desde el Trabajo Social.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Ramon Ulull. Barcelona, 2015.
- OLIVEIRA, S. S. R. “**Trabalhadores Favelados**”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História, Políticas e Bem Culturais) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.
- OLIVEIRA, M. N.; CASSAB, L. A. O Serviço Social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia. **Anais...** do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 GT 1. Gênero e políticas públicas – Coord. Silvana Mariano.
- PAZ, R. O.; TABOADA, K. J. Trajetória e concepção do trabalho social na Política Habitacional. In: PAZ, R.; ARREGUI, C. (Orgs.). **Trabalho Social Territórios e Moradia:** a construção do direito à cidade. Rio de Janeiro: Editora Veras, 2018.
- PASSOS, T. K. S.; LIMA, A. J. O trabalho social em Programas Habitacionais: O Programa Minha Casa Minha Vida em Teresina. **Rev. FSA**, Teresina, v. 14, n. 3, art. 12, p. 209-235, mai./jun. 2017. DOI:10.12819/2017.14.3.12.

PIMENTEL, J. R. O Trabalho Social no contexto da atual Política Nacional de Habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. **Revista Convergência Crítica**, Núcleos de Estudos e Pesquisas Teoria Social – NEPETRABALHO SOCIAL, Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade, v. 1, n. 1, 2012.

SANTANA, J. V. ; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (Orgs.). **A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia**. 1. ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará - Edufpa, 2012.

SANTANA, J. V.; GOMES, R. P; MIRANDA, L. C. Assistentes sociais na linha de frente da política urbana e habitacional: o que se tem pesquisado sobre as demandas institucionais e os desafios do trabalho profissional?. In: CUNHA, M. G. M., et al. (Orgs.). **Procad Amazônia: formação e trabalho do Assistente Social no norte e no sul do Brasil**. v. 2, 2 ed. Manaus e São Paulo: EDUA - ALEXA CULTURAL, 2021, p. 283-302.

SILVA, M. **A experiência do Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes: Uma análise da participação social**. 254 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

STEWART, G e STEWART, J. **Social Work and Housing** (BASW Practical Social Work Series) Hardcover, 1992.

TOSET, E. M. J. Razones para el Trabajo Social en Barrios Degradados vivienda y Territorio en la Unión Europea. **Lusíada**. Intervenção Social, Lisboa, n.º 39 [1º semestre de 2012].

WILLIAMS, Charlotte (Org). **Social Work and the city. Urban themes in 21st-Century Social Work**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

WOODCRAFT, Saffron. Social sustainability and new communities: Moving from concept to practice in the UK. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 68, p. 29-42, 2012.

TRABALHOS APRESENTADOS NO II SEMINÁRIO HABITAÇÃO NA
AMAZÔNIA / SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E
HABITAÇÃO

EIXO 1 - SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA URBANA E
HABITACIONAL

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA URBANA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Anailza Perini de Carvalho¹

Adriana Belo da Cruz Silva²

Juliana Soares e Soares Fernandes³

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever o trabalho do Assistente Social na Política Urbana da Prefeitura de Vitória/ES, cujas demandas postas exigem um esforço na articulação das diversas políticas setoriais com vista ao atendimento integral das famílias. Neste contexto, verifica-se que a prática profissional não é um conjunto de passos preestabelecidos, mas uma ação dinâmica que exige diálogo, compreensão dos limites e possibilidades institucionais, e capacidade teórica, analítica e propositiva que envolva a participação do sujeito e dos servidores que trabalham nas demais secretarias.

Palavras-Chave: política urbana; trabalho social; participação

Abstract: The aim of this article is to describe the work of the Social Worker in Urban Policy of the City of Vitória/ES, whose demands put forward require an effort in the articulation of the various sectorial policies with a view to providing comprehensive care to families. In this context, it is verified that professional practice is not a set of pre-established steps, but a dynamic action that requires dialogue, understanding of institutional limits and possibilities, and theoretical, analytical and propositional capacity that involves the participation of the subject and the servants who they work in the other secretariats.

Key words: urban policy; social work; participation.

Introdução

A política urbana no Brasil tem a sua regulamentação evidenciada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal (CF) de 1988. A partir do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, materializam-se importantes instrumentos da área urbanística, tributária e jurídica com o objetivo de garantir os princípios da função social da cidade e da propriedade urbana, além de incorporar os embates e as contradições que refletem a diversidade de interesses de segmentos da sociedade brasileira (CFESS, 2016). O Estatuto da Cidade, ao regulamentar as exigências constitucionais, reúne a ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, das normas relativas segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Além disso, fixa importantes princípios básicos que irão nortear estas ações.

A cidade de Vitória, Espírito Santo, teve suas encostas e baixadas ocupadas intensa e desordenadamente nos anos 60 e 70 do século XX, devido, principalmente, pela mudança de eixo da economia capixaba. As pessoas que não conseguiram inserção no mercado formal de trabalho foram obrigadas a descobrir novas formas de sobrevivência e moradia,

¹ Assistente Social, Mestre em Política Social pela UFES, Prefeitura de Vitória/ ES, anailzapc@hotmail.com.

² Assistente Social, graduada em Serviço Social pela UFES, Prefeitura de Vitória/ ES, a.belo@uol.com.br.

³ Assistente Social, graduada em Serviço Social pela UFES, Prefeitura de Vitória/ES, juliana.semohab@gmail.com.

oportunizando o surgimento e o crescimento de assentamentos irregulares, área de mangue e morro, pautados na ilegalidade (VITÓRIA, 2007a).

No intuito de resgatar a dívida social e levar qualidade de vida, garantindo os direitos de cidadania a essa expressiva parcela da população, que ocupou de forma degradante o ecossistema do manguezal na parte oeste do município de Vitória, a prefeitura de Vitória criou o Projeto São Pedro, que funcionou de 1990 a 2007, realizando ações de Desenvolvimento Humano e Urbano (VITÓRIA, 2007a).

Com base na Agenda 21 Local – Plano Estratégico Vitória do Futuro e o sucesso do Projeto São Pedro – a Prefeitura de Vitória-ES, criou, pelo decreto nº 10.131, de 14/1/1998, o Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental – Terra Mais Igual (alterado pelo Decreto n. 13.669/2007), visando unir as obras urbanísticas com a promoção social transformando, com isso, o cenário da capital do Espírito Santo e a realidade daqueles com poucas condições dignas de vida (MARTINUZZO, 2002).

Este programa tem como objetivo geral,

Promover a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, efetuando seu empoderamento através de um conjunto integrado de ações sociais, obras e serviços de natureza pública, que viabilizem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços públicos das demais áreas do município (VITÓRIA, 2007b, p. 7).

As áreas de atendimento foram definidas de acordo com os critérios de grau de carência de equipamentos e serviços urbanos, de grau de risco e os baixos índices sociais da comunidade em relação às demais áreas da cidade. Estas comunidades foram agrupadas em 15 áreas, denominadas de poligonais (VITÓRIA, 2007a).

O Programa Terra Mais Igual, vinculado à Secretaria de Gestão Estratégica da Prefeitura de Vitória, possui como estrutura fundamental o trabalho social e como estratégia um Plano de Desenvolvimento Local que abrange dois eixos:

1.1 Desenvolvimento Urbano: visa complementar a rede de serviços urbanos e equipamentos, a liberação e destinação de uso adequado para as áreas de interesse ambiental, a melhoria física das habitações precárias, a eliminação das áreas de risco, a melhoria da acessibilidade e mobilidade e das ações de apoio à implantação das obras físicas de inclusão territorial e ao uso e sustentabilidade das mesmas, que é chamado de gerenciamento social das obras;

1.2 Desenvolvimento Humano: visa proporcionar o apoio necessário à população beneficiária do programa, buscando ampliar e agregar capacidades e habilidades propiciando oportunidades que reduzam a exclusão social, através da formulação de implantação de ações emergenciais e estruturantes (VITÓRIA, 2007a).

A partir desses eixos, são trabalhadas a participação social, a integração institucional e a gestão compartilhada em todas as fases do projeto, que compreendem: pré-urbanização, urbanização e pós-urbanização.

Em 2006, foi implantada a Lei Habitar Vitória (VITÓRIA, 2006), que rege sobre a política habitacional do município de Vitória, objetivando a promoção do acesso à terra e à moradia digna aos habitantes da cidade, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, assim como a promoção da participação das comunidades beneficiárias na formulação, implementação e controle da execução dos programas habitacionais, estabelecendo canais permanentes de participação.

Nos últimos anos, houve algumas mudanças na gestão dessa política e, atualmente, o trabalho do Serviço Social na política urbana é desenvolvido na Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Habitação, da Prefeitura Municipal de Vitória/ES e atende demandas de saneamento ambiental, habitacional e de infraestrutura.

Desenvolvimento

O objeto profissional do assistente social manifesta-se pelos movimentos sociais urbanos, de cunho reivindicativo, de luta pela conquista das condições mínimas de sobrevivência nos morros e nas baixadas de Vitória, como o abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, implantação de sistema de esgoto e coleta de lixo, pavimentação de ruas e construção de escadarias de acesso ao bairro, de escolas, habitacional, unidades de saúde, posto policial, dentre outras.

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou delas fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, p. 28, 1999).

É nesse espaço que o assistente social faz mediações entre prefeitura e comunidade, no sentido de acompanhar o movimento das classes sociais, “de modo que possamos incorporar algumas de suas propostas e demandas nos programas no espaço institucional e fazer valer o apoio institucional ao fortalecimento e autonomia desses mesmos movimentos” (IAMAMOTO, p. 64, 1999). Em outras palavras, é através dessa mediação, das relações recíprocas, complexas e dinâmicas que se estabelecem, que o profissional vai construir sua prática (trabalho).

O assistente social, vinculado nesta dinâmica, busca analisar, discutir e refletir sobre a realidade do bairro, juntamente com a comunidade e os parceiros, buscando construir diretrizes que nortearão as ações. Pretende proporcionar novo dinamismo, integrando os conceitos de sustentabilidade, participação e promoção social, em que promover o acesso à moradia vai além das dimensões físicas, pois o conceito da habitação, no seu sentido mais amplo, abrange os aspectos urbanísticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Nesse sentido, as ações municipais empreendidas visando à melhoria das condições de habitabilidade, à preservação ambiental e à qualificação dos espaços urbanos vem permitindo aos seus habitantes, prioritariamente os de baixa renda, a garantia da cidade plena.

O papel do assistente social nestas políticas, em consonância com nosso projeto ético-político profissional (CFESS, 1993), prima pelo:

Compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais;

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a publicização dos recursos institucionais e, sobretudo, abrir as decisões institucionais à participação dos usuários;

Garantia da equidade e a justiça social;

Garantia da ampliação e a consolidação da cidadania.

O trabalho social do assistente social, na política habitacional e de desenvolvimento urbano, tem como objetivo desenvolver um conjunto de atividades de cunho informativo, educativo e de promoção da cidadania, visando a melhoria da qualidade de vida, o empoderamento e o protagonismo das famílias acompanhadas e com objetivos específicos: Garantir condições para o exercício da participação comunitária e para a elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias;

Fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos;

Fortalecer os vínculos familiares e comunitários;

Viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de os adequar às necessidades e à realidade local;

Promover a gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento;

Viabilizar o exercício da participação cidadã;

Promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e a melhoria da renda familiar.

Na efetivação de suas atribuições, o assistente social utiliza os seguintes instrumentos e técnicas de trabalho:

Atendimento social ao munícipe e familiares;

Visitas domiciliares;

Visita técnica;

Acompanhamento social às famílias;

Acompanhamento social à obra (visita técnica em conjunto com a equipe de engenharia as obras de habitação e infraestrutura);

Articulação com as outras políticas públicas para discutir as demandas dos processos e dos beneficiários;

Articulação com lideranças comunitárias formais e informais dos bairros envolvidos;

Parcerias para condução do trabalho social;

Reuniões temáticas, educativas e informativas com os municípios;

Planejamento junto às famílias das ações educativas que deverão ser realizadas no decorrer do trabalho social desenvolvido pelas poligonais e em outros projetos;

Oficinas lúdicas e educativas;

Planejamento;

Elaboração de documentos;

Elaboração de relatórios;

Avaliação das atividades realizadas;
Avaliação pós-ocupação.

Os instrumentos e as técnicas de trabalho utilizados pelo assistente social visam proporcionar o acesso dos usuários às políticas sociais públicas (Capacitação em Serviço Social e Política Social, 1999; SOUZA, 1996) e, também, articular e interagir com os parceiros.

O assistente social, nesta dinâmica, é um profissional que atua na prestação de serviços sociais previstos nos programas/projetos institucionais. Ele interfere na reprodução da força de trabalho através destes serviços, atuando sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos usuários. Em outras palavras, produz serviços que atendam às necessidades sociais dos indivíduos, que têm valor de uso, ou seja, utilidade social.

Segundo Iamamoto (1999) o produto do trabalho do assistente social, embora não seja visível, existe e é objetivo. Sua objetividade não é concreta, e sim, social – desempenha uma ação do campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e da cultura, interferindo na subjetividade, afetando hábitos e modos de pensar que futuramente se manifestarão no cotidiano dos indivíduos, “tanto sem seus componentes de reiteração do instituído, como de criação e re-invenção da vida em sociedade” (IAMAMOTO, p. 112, 1999).

No entanto, é importante frisar, que o produto obtido na prática profissional não vai depender exclusivamente do empenho individual do assistente social, uma vez que participa de um processo de trabalho coletivo, fruto de uma combinação de vários trabalhos especializados na produção, constituindo-se num trabalho cooperativo, de integração. Trata-se de um profissional que vai contribuir com seu intelecto, junto com os demais protagonistas, na criação de consensos na sociedade.

Além da articulação com as outras políticas públicas existe a articulação com os diversos profissionais que trabalham nessa temática, sejam eles, engenheiros, arquitetos, advogados, técnicos de edificações e tantos outros necessários para o desenvolvimento das ações.

Considerações finais

No desenvolvimento do seu trabalho, o assistente social utiliza-se de um conjunto de conhecimentos, estudos, informações, técnicas, habilidades que, embora nem sempre perceptíveis aos sujeitos, vão se modernizando e ampliando no processo (GUERRA, 1995). Sabe-se, também, que deve adotar uma postura investigativa para vislumbrar novas possibilidades de trabalho diante das demandas emergentes do atual contexto em que vivemos.

Verifica-se que, na prática do assistente social, as ações só se efetivam se houver a articulação com as demais secretarias do município, organizações e comunidade. Percebe-se, também, que a ação ou a intervenção profissional nas referidas poligonais não é um conjunto de passos preestabelecidos, mas, sim, uma ação dinâmica que exige uma capacidade teórica, analítica e de proposição que envolve a participação do sujeito e de outros profissionais (FALEIROS, 2005).

Portanto, as ações visam o desenvolvimento da comunidade com a participação dos sujeitos e de outros profissionais em todo o processo de intervenção. Como diz Souza (1996, p. 81), “a participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório”. Neste contexto, o assistente social, luta pela ampliação da cidadania.

Cidadania esta, que visa a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos (IAMAMOTO, 1999), embora algumas vezes a realidade social não ofereça condições para que isto aconteça.

Os desafios enfrentados para o exercício profissional de assistentes sociais napolítica urbana são diversos e complexos, uma vez que estes profissionais,

[...] reconhecem as cidades como o local das diferentes formas da desigualdade – social, econômica e política. Essas diferentes formas de desigualdade estão expressas no desemprego, nos baixos salários, no aumento da pobreza, no analfabetismo, nas crianças e famílias vivendo nas ruas, nos doentes sem tratamento, nas moradias precárias, na falta de terra para os/as trabalhadores/as, na violência e insegurança urbana. A luta pela cidade é a luta pelos direitos para todos/as ao trabalho, à educação, ao lazer, à saúde, à habitação, à participação política e tantos outros direitos (CFESS,p. 8, 2016).

Assim, reforça-se a importância da articulação entre as diversas políticas públicas para a efetivação do acesso aos direitos.

Referências

CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL – módulo 2. **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS,1993.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana:** subsídios parareflexão. Brasília: CFESS, 2016.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social.** 5 ed. São Paulo:Cortez, 2005.

GUERRA, Y. A. D. A instrumentalidade do Serviço Social. **Caderno decomunicações do 8º CBAS.** Salvador, 1995, p. 296-297.

IAMAMOTO, M. V.. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e formação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINUZZO, J. A. **Projeto Terra:** Vitória para todos. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2002.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VITÓRIA. Secretaria de Gestão Estratégica. **Metodologia do Terra Mais Igual**. Vitória, Espírito Santo, 2007a.

VITÓRIA. Secretaria de Gestão Estratégica. **Decreto Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2007**. Altera o Decreto nº 10.131, de 14 de janeiro de 1998, que instituiu o Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas Áreas ocupadas por População de Baixa Renda no Município de Vitória, e dá outras providências. Revoga os Decretos nº 10.318/99, 10.393/99 e 10.845/01 - Projeto TERRA. Vitória, Espírito Santo. 2007b.

VITÓRIA. **Lei nº 6.592, de 03 de maio de 2006**. Estabelece diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação – PMH, altera o art. 8º e incisos XII e XIII do art.32º, da Lei nº 5.463, de 11 de janeiro de 2002, cria cargos de provimentos em comissão, e dá outras providências. Vitória, Espírito Santo, 2006.

O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NA HABITAÇÃO DE SÃO PAULO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO (1989-2004)

Clenivalda França dos Santos¹

Resumo: O artigo apresenta como era desenvolvido o trabalho social na política de habitação da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano na Prefeitura Municipal de São Paulo, compreendendo os períodos de 1989 a 2004, trazendo alguns elementos para refletir sobre a terceirização do trabalho social na habitação no contexto neoliberal dos anos 90.

Palavras-chave: Trabalho social. Terceirização. Política habitacional.

Abstract: The article presents how social work was developed in the housing policy at the Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano na Prefeitura Municipal de São Paulo, covering the periods 1989 to 2004, bringing some elements to reflect on the process of outsourcing social work in housing in the neoliberal context from the 1990s onwards.

Keywords: Social work. Outsourcing. Housing policy.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar e refletir sobre o trabalho social na política habitacional em São Paulo, na perspectiva de problematizar as tensões e as possibilidades no contexto da terceirização do trabalho social, abrangendo o período de 1989 a 2004.

As reflexões são resultado da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado *Trabalho social na política habitacional em São Paulo: tensões e possibilidades no contexto da terceirização (1989-2004)*, ao qual está inserida e se articula com a pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos), do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) intitulada *Marcas do trabalho social na política de habitação de interesse social na cidade de São Paulo: memória, impasses e desafios da atuação profissional do Serviço Social* (2016), sob coordenação da Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

Inicialmente, é preciso considerar que o trabalho social na política habitacional tem particularidades no município de São Paulo que o diferenciam de outras cidades. A estruturação iniciou-se nos anos de 1970 no campo da política de assistência social, passando para o campo da habitação no final dos anos 1980. O que nos importa destacar é que este trabalho, majoritariamente, era executado por mulheres, assistentes sociais, funcionárias públicas concursadas.

Com as mudanças no capitalismo e no mundo do trabalho, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, ocorre a terceirização do trabalho social, não só na habitação e em São Paulo, mas nas políticas públicas e em todas as esferas de gestão. Essas transformações geraram conflitos e tensões na ação e nas relações profissionais executadas na

¹ Doutoranda em Serviço Social, PUC-SP. clenivaldasantoss@gmail.com.

Superintendência de Habitação Popular (Habi) e na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab).

Para Iamamoto (2010), o modo de produção capitalista contemporâneo é fruto da fusão entre o capital industrial e o bancário, dando origem ao capital financeiro. A gestão desses monopólios, “Converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos” (IAMAMOTO, 2010, p. 101).

Nessa etapa do desenvolvimento capitalista, o capital industrial perde espaço para o capital financeiro e a sua tendência a crises é mediada pelo Estado, sendo o período da mundialização do capital sob a hegemonia das finanças.

O capital vai se deslocando conforme sua conveniência e, nesse sentido, o mundo se torna uma grande vitrine de ofertas para acomodar as cadeias produtivas globais. Nessa acirrada concorrência, os Estados renunciam a suas funções de regulação e proteção social, recorrendo à redução dos custos de mão de obra e cargas tributárias. Instaladas, as corporações engolem o mercado interno e passam a determinar a dinâmica da vida econômica e social de determinado local. Novas hierarquias urbanas se constituem nesse cenário, em que estar habilitado para o mercado global pressupõe, entre outras coisas, ceder à retração dos direitos sociais. A governança urbana passa a ser orientada no sentido de criar um ambiente favorável aos negócios, visando a atração de capital para as cidades.

Nesse contexto, entende-se que o neoliberalismo é o componente político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que se impõe à reproduzibilidade capitalista e que transcende a forma de governo, impondo-se como uma política de Estado e, por isso, independentemente do governo, a dinâmica neoliberal continua se impõendo. Na agenda neoliberal, o Estado passa a ser promotor de desigualdades, à medida que coloca os interesses do capital acima dos direitos dos demais, mantém-se pela amplitude de sua ação de ideologização.

A cidade de São Paulo, durante o século passado, apresentou uma das maiores taxas mundiais de expansão econômica e demográfica. Passou de 240 mil habitantes em 1900 para 10,5 milhões em 2000, “Uma época de grandes construções e crescimento das atividades produtivas” (PMSP, 2004, p. 6).

Recebeu muitos imigrantes e migrantes em busca de oportunidades de trabalho; no entanto, o crescimento da cidade foi sendo marcado pela segregação urbana, com um crescimento desordenado, ocorrendo muita desigualdade social e ambiental.

Conforme Maricato (2003), a segregação urbana ou ambiental configura-se como:

[...] Uma das faces mais importantes da desigualdade social é parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003, p. 152).

Esse crescimento excludente e desordenado ocasionou ocupação dos fundos de vale, de mananciais em áreas periféricas totalmente desprovidas de serviços. Essa situação ampliou-se com as gestões municipais que defendiam os ideários neoliberalistas, acirrado com a perda de emprego e de direitos dos trabalhadores, aumentando a situação de precariedade.

Referindo-se, primordialmente, ao âmbito da ação do Estado (a esfera pública), a expressão “questão social” ganhou relevância, no entanto, precisamente no contexto da reforma do Estado, sob a égide do pensamento neoliberal, o que equivale dizer do deslocamento da gestão social da esfera público-estatal para a esfera privada, seja pela redução da ação do Estado, seja pela gestão compartilhada na forma de parcerias ou, ainda, pela transferência de responsabilidades ou, no caso de empresas, pela privatização *tout court*, como ocorreu na década de 1990 (SILVA, 2010, p. 31).

Essas transformações de ordens econômica, política, social e cultural, na sociedade brasileira, ocorridas ao longo dos anos 1980 e 1990, impuseram uma agenda neoliberal que adentrou o século XXI e influenciou sobremaneira a atuação reducionista do Estado na qual, cada vez mais, este tem se tornado “máximo” para o capital e “mínimo” para o trabalho e para a classe trabalhadora. No entanto, as disputas de projetos societários tencionam as relações entre Estado e sociedade e, internamente, no próprio aparelho estatal.

Na concepção do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, expressa por Bresser Pereira, era preciso delimitar as atividades da administração pública, que deveriam ser divididas entre: (i) as atividades exclusivas do Estado; (ii) os serviços sociais e científicos do Estado; e (iii) a produção de bens e serviços para o mercado. Dentro de cada uma delas estão, ainda, suas atividades principais e as auxiliares ou de apoio. Nessa perspectiva gerencial, as atividades exclusivas devem, naturalmente, permanecer dentro do Estado. Distinguindo-se verticalmente, no topo, um núcleo estratégico e, horizontalmente, as instituições executoras, as secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras.

Com o neoliberalismo em curso no Brasil, na década de 1990, além de consistir numa nova forma de concentração de riqueza para as “personificações do capital”, ele implementa práticas desde a privatização de propriedades estatais à “[...] desregulamentação, fluxo livre de capital, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade [...]” (ANTUNES, 2011, p. 39). Compreensão que é corroborada por Mota (1995, p. 8), ao afirmar que “medidas de ajuste” comprometem “avanços e conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras”.

Essas mudanças também vão se expressar na contratação de assistentes sociais na política habitacional em São Paulo. Mudanças que não só impactam o vínculo empregatício, mas, também, a execução do trabalho social.

A presente pesquisa utilizou o método crítico, privilegiando a totalidade, ou seja, observando a realidade para além do que está posto. Colocando-se, então, a necessidade de partir do real para apreender o movimento do objeto estudado.

Nessa direção, trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando de forma combinada a pesquisa bibliográfica, a documental e a empírica que envolveu diálogos e entrevistas, com dez assistentes sociais que trabalharam na Sehab no período de 1989-2004, sendo

profissionais efetivas de carreira pública e terceirizadas. As participantes na pesquisa foram devidamente identificadas por *funcionária pública* (EP) e *funcionária terceirizada/gerenciadora social* (EG).

No presente artigo, apresenta-se uma breve introdução, na qual situamos os objetivos, a problematização, a metodologia da pesquisa e duas subseções sendo que, na primeira (item 2), contextualizamos as quatro gestões estudadas e o trabalho social desenvolvido em cada uma delas, identificando o processo de trabalho e a terceirização ancorada nas narrativas das participantes na pesquisa. Na segunda subseção (item 3), apresentamos o processo de terceirização no serviço público, relacionando-o com o período das gestões municipais estudadas. Por último, nas considerações finais, apresentamos e refletimos sobre os achados da pesquisa.

O trabalho social realizado nas gestões municipais de São Paulo (1989-2004)

Abordaremos elementos obtidos nas narrativas das participantes na pesquisa empírica, que permitem contribuir com a reflexão sobre a importância do trabalho social na Sehab, apresentando as suas principais marcas, tensões e desafios que ocorreram com os profissionais de Serviço Social na execução da política habitacional na Sehab (1989-2004).

O trabalho social na gestão municipal da prefeita Luiza Erundina de Sousa (1989-1992)

Luiza Erundina de Sousa, mulher nordestina, foi eleita a primeira prefeita da cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua gestão foi marcada pelo compromisso em intervir nas áreas periféricas da cidade (transferindo recursos de grandes obras viárias para as sociais), atendendo às demandas sociais com participação popular. Nesse período, o país estava passando por um profundo processo de recessão, desemprego e aumento da desigualdade social e econômica, afetando diretamente a classe trabalhadora, principalmente os moradores das grandes metrópoles, como a cidade de São Paulo (AMARAL, 2002).

A gestão teve que administrar de forma criativa e inovadora, contando com a participação dos movimentos organizados, sendo os mutirões e a forte interlocução com os movimentos de moradia as grandes marcas desta gestão, conforme narrativa da participante na pesquisa.

[...] Foi uma gratificação ter uma assistente social como prefeita na cidade de São Paulo, isso trouxe algumas facilidades para o trabalho social. O contato com a população, as propostas que eram encaminhadas nessa época, principalmente na questão de mutirões e de compra de lotes pelas associações financiadas pelo Funaps [...] (EP3).

Na gestão da prefeita Luiza Erundina (PT), percebe-se que a implementação da política habitacional tinha uma intencionalidade em ser realizada com a participação efetiva das lideranças, possuía diretrizes políticas e administrativas que caminhavam nessa direção.

Uma das participantes na pesquisa comprova essa ideia: “Acho que é importante isso, porque senão parece que a gestão decidiu trabalhar com movimentos, mas isso não era uma coisa nova, o reconhecimento desses sujeitos não era novo e nem essa relação para com a secretaria” (EP1).

Nas narrativas das participantes na pesquisa, foi reforçado que o trabalho social na habitação existia antes da criação da Habi, e que esse trabalho deveria ser realizado entendendo a família nas suas múltiplas necessidades, procurando envolver os profissionais de outras áreas, como educação, saúde etc., e entender o território em que viviam essas famílias.

[...] Nós começamos um trabalho na área da habitação que eu também vejo como muito importante, porque era na antiga Sebes (Secretaria Municipal do Bem-Estar Social), depois virou Fabes (Família e Bem-Estar Social), atual SMADS (Secretaria da Assistência Social). Ocorriam em todos os programas vinculados, que eles chamavam de população de baixa renda. Eram programas com crianças e adolescentes, juventude, de alfabetização e a habitação. E aí, nós começamos a desenvolver um trabalho, para romper com essa lógica cartesiana de cada um ficar na sua caixinha. Então, a gente fazia uma discussão coletiva com todos os profissionais de todas as áreas. E isso foi algo importante, quando eu fui coordenar o trabalho social da habitação na gestão da Luiza Erundina (EP7).

A gestão buscou realizar convênios e parcerias, tanto com o movimento de moradia organizado, assessoria técnica social (através do Funaps Comunitário),² como com a busca por recursos com organismos internacionais. Inclusive, quando a pesquisadora perguntou sobre o início da terceirização, uma das participantes respondeu que, na gestão da prefeita Luiza Erundina (PT), já ocorria a terceirização e no caso específico no Programa chamado de Guarapiranga,³ tinha recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), ligado ao Banco Mundial.

O trabalho social na gestão municipal do prefeito Paulo Salim Maluf (1993-1996)

Paulo Salim Maluf, engenheiro e empresário de origem libanesa já havia sido prefeito da cidade de São Paulo (1969-1971), governador do estado de São Paulo (1979-1982) e deputado federal (1983-1987). Assumiu a prefeitura novamente no ano de 1993 pelo Partido Progressista Reformador (PPR) (1993-1995).

Nesse período, ocorreram várias mudanças, desde a estrutura organizacional da administração pública, afastamento de profissionais de seus postos e entendimento da política habitacional, o que afetou diretamente o trabalho dos assistentes sociais junto à população e aos movimentos de moradia.

² O Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps) foi criado pela Lei n. 8.906, sancionada em 1979. Na gestão da prefeita Luiza Erundina (PT) foram desenvolvidos três programas específicos para as favelas com recursos do Funaps: urbanização de favelas, provisão de habitação e recuperação de favelas.

³ O Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Guarapiranga, com financiamento do Bird em parceria com a prefeitura de São Paulo, governo do estado de São Paulo e outros municípios, foi concebido para qualificar e prover com redes de saneamento os assentamentos precários. Iniciou em São Paulo na Bacia Guarapiranga, foi estendido para a bacia da represa Billings (renomeado Programa Mananciais em 2001), em seguida ampliado para outros municípios da Bacia Alto Tietê. Foi desenvolvido entre 1992 e 2016 na Região Metropolitana de São Paulo.

Além dessas, a gestão pública seguiu as diretrizes neoliberais, em que a máquina pública é a primeira a ser enxugada, o que significou vários retrocessos, como a perseguição ao funcionalismo público, uma gestão que não privilegiou a política habitacional, não deu continuidade às ações e programas que estavam sendo desenvolvidos pela antiga gestão.

Percebe-se que, do ponto de vista da política habitacional de interesse social, a administração do prefeito Paulo Salim Maluf (PPR) adotou o Programa de Verticalização e Urbanização de Favelas (Prover), conhecido popularmente como “Cingapura”, sendo sua marca de atuação para atender à população residente nas áreas públicas. Foi também durante o programa Cingapura que a gestão pública conseguiu acessar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciando a contratação da gerenciadora social⁴ para realizar o trabalho direto com as famílias no território.

Para podermos entender a entrada da gerenciadora social na Habi-Sehab, faz-se necessário um breve resgate de como o gerenciamento de obras inicia sua atuação nas políticas estatais, pois essa terá interferência direta no trabalho social desenvolvido na política de habitação em São Paulo.

Sendo assim, é importante constar, nas construções do empreendimento habitacionais, “A participação das empresas de gerenciamento começou a consolidar-se no período pós Sistema Financeiro de Habitação/Banco Nacional de Habitação (SFN/BNH), já na virada dos anos de 1980 para 1990” (PULHEZ, 2012, p. 10). Após esse período ocorrerá uma reestruturação das ações do Estado na área habitacional. Soma-se a isso a crise econômica que o país estava atravessando, que faz com que ocorra uma retração aos investimentos por parte do Estado nos grandes projetos de obras de infraestrutura.

Nesse contexto, os governos municipais serão os novos investidores dessas empresas de gerenciamento, uma vez que necessitam dar respostas às reivindicações por reformulações nos programas de moradia e que funcionarão como uma nova frente desse mercado, estabelecendo um novo referencial para a relação entre a administração pública e esse agente externo específico nas ações cotidianas da execução da política habitacional.

Na gestão do prefeito Paulo Salim Maluf (PPR), o gerenciamento privado se consolidou e se expandiu como modelo de gestão, inclusive como resposta aos novos contratos de financiamento firmados com as agências internacionais (BID e Banco Mundial). Mais tarde, essa expansão se ampliou para área social, pois a liberação de recursos estava condicionada à seleção e à contratação prévia (anterior ao início das ações) de consultores externos, para as quais o BID, inclusive, formulará uma política específica, com recomendações quanto ao perfil dos profissionais e aos serviços/produtos esperados.

Com base nas pesquisas bibliográfica, documental e corroborado pelas narrativas das participantes na pesquisa, identificamos algumas mudanças importantes nessa gestão municipal: 1) altera-se o entendimento da gestão em relação à política habitacional, tanto nos programas como em sua execução; 2) a estrutura organizacional da Sehab passa por mudanças, inclusive ocorre a centralização dos departamentos e, também, dos funcionários

⁴ A contratação de serviços técnicos profissionais especializados para fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços está consagrada como uma possibilidade pela Lei 8.666/93. O gerenciamento de projetos já havia se consolidado como prática da administração pública anteriormente a esse dispositivo e esteve relacionado ao acompanhamento da execução das obras fiscais, fiscalização e preparação da medição daqueles serviços executados pelas empresas construtoras ou enquanto a execução da obra estava a cargo de uma empresa específica, uma segunda empresa com *expertise* em gerenciamento fiscalizava a execução. No caso do gerenciamento social, ambas as atividades – a gerência da execução e a atividade “da ponta” –, ou seja, as atividades sociais diretamente realizadas com a população compunham o objeto de contratação (VIEIRA, 2015, p. 159).

(ficam todos alocados no Prédio do Martinelli – centro de São Paulo); 3) os assistentes sociais perdem seu papel de gestores dentro da política habitacional; 4) voltam a atuar por programas; 5) assistentes sociais são perseguidos e até mesmo colocados à disposição (alguns se antecipam e solicitam licenças sem remuneração ou procuram novas secretarias); e 6) a terceirização evidencia-se como um novo componente: a “gerenciadora social”, as tensões entre os funcionários públicos tomam um novo rumo, agora contra a terceirização.

O trabalho social na gestão municipal do prefeito Celso Pitta (1997-2000)

Celso Pitta, homem negro, economista, até então não era uma pessoa pública, tendo sido Secretário de Finanças na Gestão Paulo Maluf (PPR). Sendo apadrinhado por este, elegeu-se como prefeito pelo PPB e deu continuidade nas ações realizadas pela antiga gestão municipal, tendo como principais plataformas políticas a área de transporte com o Fura-Fila.⁵

Na gestão do prefeito Celso Pitta (PPB), percebe-se que ocorreu um aumento nas liberações de recursos financeiros dos organismos internacionais (BID e Bird), ampliando as áreas de intervenções dos programas Cingapura, Programa de Canalização de Córregos e Fundos do Vale (Procav) e do Guarapiranga. Por ocorrerem várias ações do mesmo programa no território, foram necessários muitos funcionários terceirizados, uma vez que não foi alterada a situação dos funcionários públicos que continuavam na Sehab, ou seja, com número reduzido, pouca participação na coordenação dos programas e inviabilizados de trabalharem com a população nos territórios.

A terceirização, através da gerenciadora social, nessa gestão ganha mais força, inclusive com ampliação do número de profissionais contratados, conforme relato de uma das participantes.

[...] Eu ainda peguei uma parcela da gestão Maluf, e depois peguei a gestão Pitta, porque eu fiquei no projeto Cingapura gerenciando a pós-ocupação até final de 1999. [...] Nós já estávamos com seis equipes formadas desde 1995, e agora vai dar amplitude a isso porque o Cingapura vai explodir em tudo quanto for bairro. E foi o que aconteceu mesmo. Então, só para vocês terem ideia, eu tinha uma equipe de 250 pessoas. Uma equipe multidisciplinar, porque eu também impus as minhas exigências, naquilo que eu acreditava (EG10).

A terceirização do trabalho na execução de atividades da política pública que, até então, eram realizadas por funcionários públicos, concursados e com estabilidade traz para discussão um grande debate. Entre outras coisas, as questões de precarização da forma de contratação, inclusive com possibilidade de demissão a qualquer momento, mas o que identificamos é que essa precarização não ocorre com todos os cargos.

O que fica evidenciado na gestão do prefeito Celso Pitta (PPB) é que ela foi uma continuidade da gestão municipal do prefeito Paulo Maluf (PPR) em todos os sentidos (desde terceirização, enxugamento das obrigações do Estado em relação à elaboração e à

⁵ Corredor de trólebus biarticulado com guiagem automática correndo em via elevada. Sua construção teve início em meados de 1997, como obra eleitoral do prefeito Celso Pitta (PPB) sob o nome de Fura-Fila. Durante a gestão de Marta Suplicy (PT), seu nome foi alterado para Paulistão. Ao fim de dez anos, teve o primeiro trecho entregue, apenas em 2007, pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM).

execução da política habitacional, direcionamento político etc.), consequentemente ocorre um acirramento nas tensões entre os profissionais públicos (assistentes sociais), talvez pela concordância na condução da política habitacional.

O trabalho social na gestão municipal da prefeita Marta Suplicy (2001-2004)

Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy, psicanalista e socióloga, foi eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) prefeita da Cidade de São Paulo com uma população de 10.405.867 (IBGE, 2000).

Ainda segundo dados do IBGE (2000), entre os anos de 1991 e 2000, a população da cidade de São Paulo aumentou em aproximadamente 759 mil pessoas, sendo sua maioria nas áreas periféricas da cidade. Nesse cenário, em janeiro de 2001, a prefeita eleita Marta Suplicy (PT) inicia seu governo, com um quadro desfavorável, tanto econômica como politicamente.

Com o retorno do PT à administração municipal, retoma-se o trabalho descentralizado, o trabalho social volta a ser componente da política habitacional, bem como a importância dos seus técnicos dentro da administração. A narrativa da participante corrobora com a visão da importância do trabalho social na política habitacional.

[...] Eu lembro que na época, eu acho que isso sempre, na Luiza, na Marta, eu acho que sempre foi, o social sempre foi mais avançado. [...] Na Marta, no início, houve também uma grande confusão, a ponto de contratar as lideranças, que a gente ficou meio chocada: “Gente, mas não pode, as lideranças sendo contratadas pelo poder público...”, mas depois acabou passando. Não sei se isso foi bom ou foi ruim (EP5).

Em relação à terceirização do trabalho social na Habi, observou-se que, na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT), não ocorreu uma diminuição ou mesmo eliminação dessas contratações, como alguns profissionais entendiam que deveria ocorrer.

Importante lembrar que, nos anos 2000, a transformação no mundo do trabalho tinha se fortalecido, inclusive com a aprovação da legislação trabalhista que permitia esse tipo de contratação. Os recursos financeiros oriundos de organismos internacionais e, até mesmo, do Governo Federal, que começam a ser liberados, também permitiam e, de certa forma, até colocavam na sua instrução normativa diretrizes de como deveriam ser essas contratações terceirizadas – gerenciadoras sociais.

No entanto, fica demonstrado que a diretriz de trabalho, além do acompanhamento, volta às mãos das funcionárias públicas, assistentes sociais. Identifica-se, na narrativa da participante e em algumas leituras sobre o tema, que essas mudanças não ocorreram de forma tranquila, evidenciando os conflitos e as tensões dentro da categoria profissional – assistente social da Habi.

Na verdade, eu peguei o pacote já terceirizado. Tinha três grandes gerenciadoras quando nós entramos, Ductor,⁶ Bureau⁷ (Engenharia) e a A (social). [...] Na gestão Maluf-Pitta, quando eu cheguei na Habi deu para perceber, eram eles que estabeleciam a política, eram eles que estabeleciais o programa, eram gerenciadoras. O fato é: a Habi não tinha a mínima condição de não ter gerenciadora social. Não tinha. Você não tinha pessoal. A realidade era muito diferente do que da época da Luiza, gente. Você não tinha pessoal e a Gerenciadora A para algumas coisas era excelente, para você fazer regularização você tinha que cadastrar família por família em loteamento. Você tinha que ter um apoio de uma empresa para fazer isso, ou uma empresa ou uma equipe social que fosse enorme. Que conseguisse depois trabalhar dados, que dessa agilidade para isso. Isso é um fato. Eu sinceramente não vejo mais como trabalhar sem. Não nessa conjuntura geral de desmonte do Estado que a gente viveu, não tem como. Mas eu acho que é possível, sim, você ter uma convivência harmônica desde que os papéis fiquem muito claros. Quantas vezes em reunião eu falei: Gente, eu sou a contratante e vocês são a contratada, está certo, então vamos trabalhar. Os papéis não podem se misturar porque não é o mesmo papel na política. Se isso fica muito claro, então vamos conviver (EP9).

Apesar de haver divergências no entendimento da necessidade da gerenciadora social e até na forma como os técnicos contratados deveriam atuar ou onde deveriam ficar alocados, evidencia-se que, nesse momento, o trabalho social está nas mãos dos funcionários públicos, comprovando o quanto a gerenciadora tornou-se importante dentro das outras gestões e como interferiu na relação pessoal e profissional com os funcionários que permaneceram na Sehab. A mudança primordial nas relações com a empresa é a regulação dos serviços pela contratante, que exerce sua função enquanto gestora pública, estabelecendo claramente as competências e papéis no desempenho da ação profissional. Anteriormente, pode-se dizer que havia inversão de papéis, isto é, a empresa definia o lugar do técnico/funcionário da instituição.

A terceirização do trabalho social na política habitacional em São Paulo: indicativos

Segundo Harvey (2012), o capitalismo e suas crises cíclicas alteram as formas de estruturação da extração da mais-valia, dando sequência ao sistema de exploração do trabalhador.

Alves (2007) corrobora com essa ideia, explicitando o que entende por precariedade e precarização do trabalho, pois, para ele, o primeiro é uma “Condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2007, p. 111-2) e o segundo “Um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 111-2). Dessa forma, a precarização vem repor as formas históricas de precariedade social do trabalho referente à mercadorização da força de trabalho.

⁶ Ductor Engenharia contrata no ano de 1990, antes da aprovação da Lei 8.666/1992, por notório saber.

⁷ A empresa Bureau Projetos, havia fornecido laudos técnicos para o deslizamento de uma favela no bairro do Butantã em 1990, foi chamado para atuar como gerenciadora pela secretaria de habitação. Contratada também por notório saber com dispensa de licitação.

É nesse processo de reposição das formas de precariedade social que a própria classe trabalhadora vai sendo ampliada. Se, antes, Marx (1994) tratava do operariado industrial como componente desta, atualmente a precarização se espalha atingindo não somente os que lidam com o primeiro setor da produção ou os que estão na esfera privada, mas todos aqueles que estão destituídos dos meios de produção e vendem sua força de trabalho para viver.

Com a entrada de recursos oriundos dos organismos internacionais, a terceirização toma outro rumo. Num primeiro momento, com o programa Guarapiranga e recursos do Bird, convênio assinado em 1992 no governo da prefeita Luiza Erundina de Sousa (PT), para realização de obras na represa Guarapiranga. Subordinado diretamente ao gabinete da Sehab, só a partir de 2013 seria tocado por uma equipe regional da Habi, conforme explicitado por uma das participantes na pesquisa.

Um pouco antes da entrada do Maluf, alguns anos antes, dois anos antes [...] já existia uma terceirização do trabalho social no Programa Guarapiranga, que não era nem Mananciais ainda, era só represa Guarapiranga. Esse programa ficava diretamente ligado ao gabinete do secretário [...] (EP3).

No entanto é na gestão municipal do prefeito Paulo Salim Maluf (PPR) (1993-1996) que ocorrerá a efetiva terceirização no trabalho social em habitação no município, através de processo licitatório na figura da gerenciadora social, no qual se percebe a gestão pública aderindo fortemente aos ideários neoliberais, principalmente com a redução da intervenção do Estado na execução das políticas públicas. Além disso, estimula-se a fragilização das organizações dos trabalhadores, bem como se reforça o Estado patrimonialista, pois as contratações e a execução de serviços ficam mais vulneráveis ao uso de práticas clientelistas e nepotistas.

Considerações finais

Com este estudo, buscou-se identificar e refletir sobre tensões e possibilidades na realização do trabalho social, realizado nesse período histórico, a partir da percepção das dez profissionais que trabalharam nessas diferentes gestões. Em virtude de a grande maioria das participantes da pesquisa empírica integrarem o quadro efetivo e de carreira do poder público, as respectivas narrativas e percepções, apoiaram-se na realidade vivida por estes profissionais, a partir do lugar que ocupavam.

A percepção de algumas participantes na pesquisa, que atuaram diretamente na Habi-Sehab, permite admitir que nas diferentes gestões existia um projeto político em disputa e que essas escolhas tiveram impacto direto na atuação dos assistentes sociais efetivos na realização da política habitacional, principalmente a partir da contratação da gerenciadora social, pois essas foram impedidas de exercer suas funções com a população, mesmo com toda experiência adquirida durante anos de trabalho na construção da política habitacional junto à população nos territórios.

As narrativas das participantes demonstraram as tensões e os conflitos que existiram em cada gestão municipal, intensificados com a interferência direta dos gestores, correspondendo inclusive ao período em que se fortalece o protagonismo da gerenciadora

social, passando a ter uma maior autonomia sobre a gestão do trabalho social desenvolvido na política habitacional na Habi-Sehab.

O estudo de cada uma das gestões propiciou análises frente à identificação da percepção da maioria das participantes na pesquisa no que diz respeito à luta coletiva em prol das realizações da política habitacional, ao papel do Estado no contexto neoliberal, bem como à atuação do assistente social na Habi-Sehab.

Em relação à terceirização dos serviços e à contratação de funcionários, constata-se que, embora com algumas diferenças, ocorreram em todas as gestões estudadas.

Nos governos administrados pelos prefeitos Paulo Salim Maluf (PPR) e Celso Pitta (PPB) essa terceirização se deu de forma mais acentuada, inclusive com a entrada da gerenciadora social e com a diminuição do papel do Estado nas suas funções de regulamentar e gerenciar as ações vinculadas à política habitacional.

Nessas gestões identificamos que esse crescente processo de terceirização ocorreu com a ampliação da utilização dos recursos financeiros de organismos internacionais, consequente endividamento dos cofres municipais e diminuição da intervenção do Estado na execução da política.

Referências

- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de Sociologia do Trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007.
- AMARAL, A. A. C. **Habitação da cidade de São Paulo.** 2 ed. São Paulo: Instituto Polis, 2002.
- ANTUNES, R. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. 22 ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003. DOI: 10.1590/S0103-40142003000200013
- MARX, K. **O capital.** São Paulo: Nova Cultura, 1994.
- MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 a 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- SÃO PAULO. Secretaria de Governo Municipal. **Relatório de balanço de gestão municipal (janeiro de 2001 a dezembro de 2003).** São Paulo: PMSP, 2004.

SILVA, A. A. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PULHEZ, M. M. Estado e mercado, política e empresa privada: notas sobre a atuação de consultorias e gerenciadoras em programas habitacionais e urbanos – 1960/2010. **Anais...** do XV ENANPUR, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/148>. Acesso em: jul. 2021.

VIEIRA, N. P. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias**: atualizações de antigas requisições. 2015. 241 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17733>. Acesso em: out. 2021.

**TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO
DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ/RJ:
RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EM
EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL
NO PERÍODO DE 2005 A 2021.**

Ronilda Maria Rodrigues da Costa¹
Adriana Feliciano²
Raquel de Lima Silva³
Sara Barroso de Castro⁴

RESUMO: Este trabalho visa demonstrar o trabalho técnico social nas ações de remoção das famílias das áreas consideradas de risco e não edificantes, assim como demandas espontâneas por moradia dos projetos de urbanização e produção habitacional de interesse social no Município de Macaé/RJ, realizado de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Habitação. Apresenta-se, portanto, um relato de experiência do trabalho do(a) profissional do Serviço Social na equipe Técnico Social do órgão municipal responsável pela política habitacional no município de Macaé/RJ, no período de 2005 até a presente data.

PALAVRAS-CHAVE: políticas de habitação. urbanização. habitação. serviço social. equipe multidisciplinar.

ABSTRACT: This work aims to demonstrate the social-related technical actions concerning the relocation of families from risky and non-housing areas, as well as spontaneous demands for housing on the urbanization and housing production projects of social interest of the County of Macaé/RJ, carried out by its housing policy responsible body and in accordance with the guidelines of the National Housing Policy. Furthermore, it describes the work experience of the Macaé County Social Work Technical Team professionals from 2005 to the present date.

KEYWORD: housing policies. urbanization. housing. social service. multidisciplinary team.

Introdução

O município de Macaé/RJ passou por grandes transformações nas últimas quatro décadas, marcadas pelo início das atividades de exploração de petróleo na Bacia de Campos, em meados da década de 1970; pela quebra do monopólio da exploração de petróleo no final dos anos 1990 que permitiu que outras empresas concorrentes passassem a atuar no Brasil; e o incremento da indústria de óleo e gás com a descoberta e exploração da camada pré-sal. Todo esse movimento da economia fez de Macaé o município com a maior taxa de crescimento populacional da região e atraiu,

¹ Assistente Social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. e-mail: ronilda.rodrigues@gmail.com.

² Assistente social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. E-mail: adrianasfeliciano@yahoo.com.br.

³ Assistente social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. e-mail: rlsraquel.delima@gmail.com.

⁴ Assistente social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. e-mail: sara_castro2007@gmail.com.

em igual medida, centenas de empresas afins à atividade do arranjo produtivo do óleo e gás.

O orçamento milionário dos *royalties* do petróleo não preservou a cidade de Macaé da chamada “maldição do petróleo”⁵ que é a manutenção da pobreza em países com grande produção de óleo. Em Macaé, devido à falta de infraestrutura urbana, à poluição da lagoa com esgoto sem tratamento, ao aumento da demanda e a alta valorização do custo das moradias ocorreu um deslocamento da população de menor renda para as áreas consideradas periféricas da cidade, muitas delas irregulares e clandestinas.

Segundo o Plano Local da Habitação de Interesse Social (PLHIS), “ao analisar a estruturação do espaço urbano de Macaé pós Petrobras, merece destaque a predominância da população de baixa renda no estuário do Rio Macaé, assentada em ocupações irregulares sobre faixas marginais de proteção, em áreas de risco ou de preservação ambiental.”

Diante desse cenário, surge, em 1982, um dos mais relevantes projetos habitacionais de Macaé, denominado “Conjunto Habitacional Parque Aeroporto”, feito pelo Governo do Estado, por meio da Cehab (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro), que consistiu na construção de 1.572 unidades, com área construída variando de 22 a 44 m², visando atender à demanda populacional de famílias carentes.

No ano de 1994, outro investimento habitacional relevante foi a denominada “Vila Badejo” com a construção de 300 unidades, pela iniciativa privada, que possibilitou acesso da chamada classe média baixa ao financiamento bancário à moradia.

Somente a partir de 2005, com o início da construção do denominado “Condomínio Cidadão”, com 307 unidades habitacionais na Zona Especial de Interesse Social Nossa Senhora da Ajuda, é que Macaé aporta seus primeiros recursos próprios em habitação de interesse social visando reduzir o déficit habitacional no município.

Diante desse contexto de retomada de transformações urbanas pautadas nas políticas públicas habitacionais, iniciou-se a experiência vivenciada pelo Serviço Social com a formação da Equipe Técnico Social na implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), subsidiada pela Política Nacional (PNHIS), que visa não somente o acesso a uma moradia digna, mas também outras condições inerentes ao exercício da cidadania.

Atualmente, o Serviço Social opera baseado nas normas e orientações da Portaria nº 464/2018, do extinto Ministério das Cidades, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, que define o Projeto Técnico Social (PTS) como “um conjunto de ações, realizado a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional”, alinhado ao Projeto Ético Político da categoria.

Este trabalho toma como base o marco teórico, contido na legislação de âmbito nacional e municipal no que concerne à Habitação de Interesse Social (HIS), além de Manuais Temáticos e produção documental fundamentada em pesquisas do material bibliográfico produzido através de experiências *in loco*, de cunho empírico, privilegiando

⁵ ROSS, M. L. *A Maldição do Petróleo*. Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações. Princeton University, 2015.

uma análise na perspectiva teórico-metodológica materialista com visão multidimensional integrada do PTS.

Desenvolvimento

Este relato de experiências consiste em apresentar o TTS (Trabalho Técnico Social) desenvolvido junto à produção de habitação de interesse social no município de Macaé, de 2005 a 2021, mencionando os avanços e os desafios na atuação do(a) profissional do Serviço Social da Equipe Técnico Social, levando em conta as várias vertentes que envolvem esse trabalho.

Portanto, apresentam-se os seguintes projetos:

Empreendimento “Condomínio Cidadão”

Com o objetivo de amenizar o déficit habitacional local, o município de Macaé construiu o empreendimento denominado “Condomínio Cidadão” com recursos próprios e tijolos ecológicos produzidos pela fábrica de tijolo municipal.

O residencial é composto por 307 unidades habitacionais, sendo 100 unidades de 2 quartos, 200 unidades 1 quarto, além de 7 unidades adaptadas para pessoas com deficiência.

O público-alvo foram as famílias que viviam em assentamentos precários, em especial nas áreas de risco e de preservação permanente, assim como famílias encaminhadas por vários órgãos da sociedade civil organizada que atuam na defesa dos direitos da pessoa humana.

Com a assinatura, em 2006, do Termo de Cooperação e Parceria celebrado entre a Caixa Econômica Federal e a Empresa Pública Municipal de Habitação, Urbanização, Saneamento e Águas (EMHUSA), para a carta de crédito, na modalidade Operações Coletivas, de acordo com a Resolução nº 460 do CCFGTS (Conselho Curador do FGTS), passou a ser exigida, da entidade organizadora (EMHUSA – Município), a elaboração e a realização do trabalho técnico social.

Em 2008, Macaé recebeu o prêmio de “Selo Cidade Cidadã”, da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados pelo projeto “Condomínio Cidadão”.

A destinação das unidades levou em conta os laços afetivos (familiares e de vizinhança), o número de membros das famílias e a existência no núcleo familiar de pessoas com deficiência.

Empreendimento “Residencial Morada das Rosas”

Com intuito de atender as mulheres chefes de família, em 2009 foi construído o empreendimento chamado “Residencial Morada das Rosas”, o qual é composto por 32 unidades habitacionais, com 2 quartos cada uma.

O Residencial é localizado na Zeis - Zona Especial de Interesse Social vazia, no bairro Nossa Senhora da Ajuda de Baixo, e é fruto da Lei Municipal nº 2.683/2005 que instituiu percentual para mulheres chefes de família.

Posteriormente, a Lei Municipal nº 3.278/2009 que estabeleceu modificações na estrutura e mecanismo da Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, no

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e em seu Conselho Gestor e no Sistema de Informações Habitacionais de Interesse Social – SHIS, consolidou as legislações municipais sobre a matéria e estabeleceu a cota de 30% das unidades dos empreendimentos habitacionais de interesse social para mulheres chefes de família de baixa renda.

Programa de Arrendamento Residencial

No período de 2008 e 2010, foram entregues 256 unidades do PAR - Programa de Arrendamento Residencial no Bairro da Ajuda de Baixo, no loteamento Bosque Azul, 494 unidades construídas no Bairro Granja dos Cavaleiros, distribuídos em dois condomínios, Residencial Parque dos Cavaleiros I e II.

O público-alvo foi a demanda espontânea do município que tinha renda comprovada, mediante cadastro habitacional.

Apesar de não ser uma exigência da Lei Federal n. 10.188/2001 que instituiu o programa e da Portaria nº 493 de 4/10/2007, do extinto Ministério das Cidades que o implementou, o Serviço Social participou da seleção dos beneficiários, esclarecendo as regras do programa para os selecionados.

Programa Minha Casa Minha Vida

Em 2009, o Município de Macaé assina o convênio com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de responsável pela operacionalização do “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), instituído pela Medida Provisória 459, de 25/3/2009.

O Programa Minha Casa Minha Vida tinha como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de 0 a 10 salários-mínimos.

Em Macaé, foi realizada a construção de 2.208 unidades no Loteamento Bosque Azul, localizado na ZEIS Bosque Azul, sendo 1.104 unidades destinadas à demanda espontânea, mediante cadastro habitacional, para a população que residia ou trabalhava no município de Macaé; e 1.104 unidades reservadas à remoção das famílias que estavam nas áreas impróprias para moradia, atendendo ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e às Ações Civis Públicas (ACP's) que tramitam na justiça federal, movida em face do município.

Assim, foi criado o Conjunto Habitacional Dr. Carlos Emir Mussi.

Plano Local de Habitação de Interesse Social –PLHIS

Em 2010, o Município de Macaé aprovou o PLHIS (Plano Local Habitação de Interesse Social) que constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para o planejamento e a gestão habitacional municipal.

O Serviço Social participou ativamente no trabalho de campo, em especial na fase de diagnóstico, bem como nos processos de discussão participativa para a definição dos objetivos, metas e ações.

Projeto de Urbanização do Complexo da Ajuda

O Complexo da Ajuda é composto pelo Bairro Ajuda de Baixo e Planalto da Ajuda e foi contemplado pelo Projeto de Urbanização através do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, conjugado com PMCMV através dos Termos de Compromissos Nº 0352706-61/2011-CAIXA/MDR/Ajuda-Macaé/RJ e Nº 0352706-61/PPI FAVELAS.

O Projeto de Urbanização do Complexo da Ajuda foi apresentado à população beneficiária em 2011 e tinha as seguintes metas: a infraestrutura, a produção habitacional, a regularização fundiária e melhoria habitacional e o trabalho técnico social. A etapa de melhoria habitacional foi a única meta que foi suspensa pelo extinto Ministério das Cidades.

O Projeto de Infraestrutura do bairro ocorreu em 50% da área prevista, onde a rede de esgoto existente foi substituída por uma nova rede. As elevatórias somente poderão ser construídas quando a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro adjacente chamado Aeroporto estiver concluída para destinação do esgoto.

A produção habitacional foi concluída com a construção de 128 unidades, cujo público-alvo foram moradores oriundos de áreas consideradas impróprias para moradia, como a faixa de proteção de linha de transmissão de energia, a faixa de proteção do gasoduto da Transpetro, bem como a margem do Canal do Arrozal.

A regularização fundiária está em processo cartorário, com indicação para uma nova revisão dos dados dos moradores e do território.

O Projeto de Trabalho Social foi contratado pelo município através de licitação pública que selecionou a empresa para execução do trabalho técnico social.

A equipe de Serviço Social da Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SEMHAB) atuou como fiscal do citado contrato.

Em 2020 foi feita a reprogramação do valor residual do PTS para a implementação da gestão do condomínio das 128 unidades, cujo processo de contratação está em fase de licitação no momento.

Projeto Nova Esperança

O Projeto de Urbanização do Assentamento Precário de Nova Esperança, inscrito e aprovado no extinto Ministério das Cidades, com financiamento oriundo do FGTS, foi iniciado no ano de 2009.

O projeto previa cinco metas: infraestrutura, produção habitacional, regularização fundiária, melhoria habitacional e o trabalho técnico social.

No referido projeto foram executadas as metas de produção habitacional e de infraestrutura das bacias I e III. Atualmente, resta finalizar a meta de infraestrutura da bacia II, que consiste na construção de elevatórias e tanque de contenção de águas das chuvas.

A meta de melhoria habitacional foi suprimida pelo extinto Ministério das Cidades, hoje Ministério de Desenvolvimento Regional.

Bairro Morro de Santana

Em dezembro de 2013, o bairro Morro de Santana foi acometido por um deslizamento da encosta que atingiu as famílias que residiam na área afetada, ocasionando o soterramento e a morte de uma criança.

Na ocasião os moradores foram alocados em abrigos provisórios e, em seguida, encaminhados para o aluguel emergencial, nos quais ficaram por dois anos, conforme os critérios da Lei Municipal n. 3.278/2009.

O Município de Macaé, por meio da Lei Municipal n. 4.034/2014, instituiu o “Programa Compra Assistida”, com o objetivo de atender a necessidade de realocação dos moradores do Morro de Sant’Anna, que possuíam residências em situação de risco iminente, e garantir o acesso à moradia digna e adequada.

As demais famílias do bairro Morro de Santana que preenchiam as regras do PMCMV foram encaminhadas para o Conjunto Habitacional Dr. Carlos Emir Mussi.

O Fazer Profissional do Assistente Social no Projeto de Habitação de Interesse Social

A inserção do profissional de Serviço Social na Política de Habitação de Interesse Social no município de Macaé ocorreu a partir do ano de 2006, com a implementação do primeiro empreendimento habitacional, denominado “Condomínio Cidadão”, no qual a equipe social realizou o acompanhamento das famílias que foram beneficiadas com as unidades construídas no loteamento denominado Bosque Azul.

As atividades desenvolvidas junto aos moradores desse empreendimento seguiram o Cots – Caderno de Orientação do Trabalho Técnico Social, da Caixa Econômica Federal, que foi substituído pela Portaria 464/2018, do extinto Ministério das Cidades, atual Ministério de Desenvolvimento Regional.

Assim, foram trabalhados os seguintes eixos: mobilização, organização e fortalecimento social, educação ambiental e patrimonial, desenvolvimento socioeconômico, assessoria condominial e acompanhamento de gestão social da intervenção.

Em consonância com as diretrizes do PTS, a equipe social desenvolveu várias atividades junto aos moradores, no sentido de garantir a participação popular nos projetos a serem implementados na comunidade, tais como: grupos multifocais; oficinas com temáticas; assembleias de abertura e fechamento de etapas; travessias nas comunidades para reconhecimento da área e pontos de acúmulo de lixo; mutirão para a construção dos muros das unidades do Condomínio Cidadão; projeto de inclusão digital, instituição da CAO (Comissão de Acompanhamento da Obra); encaminhamento para rede de Assistência Social, reunião integrada das equipes de engenharia e arquitetura com moradores da rua, onde as obras aconteceram; eleição de representantes dos blocos dos Projetos Habitacionais; identificação de lideranças espontâneas (lideranças não instituídas); encaminhamentos de moradores para aproveitamento da mão-de-obra local nas obras do projeto; encaminhamentos de demandas para outros setores da municipalidade; eventos comemorativos em datas festivas, entre outras ações previstas no cronograma de atividades PTS.

Vale ressaltar que, inicialmente, a execução PTS nos Projetos de Produção Habitacional funcionava como contrapartida do município, executado pela equipe social do órgão responsável pela política habitacional, na época, a empresa de habitação chamada EHMUSA.

No ano de 2008, o município assinou o primeiro convênio do PAC I (Programa de Aceleração do Crescimento) para Urbanização de Assentamentos Precários no bairro Nova Esperança. Nessa oportunidade, o Projeto Técnico Social foi realizado pela equipe social do órgão de habitação como contrapartida do município.

Em 2012, na vigência do PAC II, foi destinada verba de 2,5% do valor da obra para execução do PTS, posteriormente tal percentual foi reduzido para 2% do total da obra, conforme Portaria 464/2018, do extinto Ministério das Cidades.

A destinação de verba carimbada para o trabalho permitiu contratar empresas especializadas para a sua execução, com adequação da quantidade de recursos humanos, bens e serviços, possibilitando prestar um atendimento adequado à população.

Sobre a perspectiva da atuação do(a) assistente social na trajetória dos Projetos de Urbanização de Assentamento Precários, identifica-se o grande avanço no sentido de garantir a participação dos moradores em todas as etapas de planejamento e execução dos projetos.

O Serviço Social atua como porta de entrada para as demandas da população e visa garantir o acesso às Políticas Públicas, em especial a de habitação, de acordo com o que determina a Constituição Federal.

Na prática profissional, o agir do assistente social contribui para superação das desigualdades e ao atendimento aos direitos dos cidadãos, conforme a seguir:

O Assistente Social trabalha com essas expressões cotidianas, tendo que pensar de forma propositiva para superação das desigualdades sociais, não adotando uma postura messiânica, mas buscando por meio de uma intervenção pautada em conceitos éticos políticas construídos coletivamente e através da articulação com os projetos macro-societários contra hegemônicos. O projeto ético político profissional vem aprimorar essa essencialidade de pensar e repensar o cotidiano da forma totalizante, haja vista que o profissional de Serviço Social está inserido no contexto Neoliberal. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 72)

Para o atendimento aos usuários, o Serviço Social nessa Secretaria lançou mão dos instrumentos técnicos operativos para abordagens individuais, institucionais e de supervisão, norteadas nos princípios fundamentais contidos no Código de Ética, para conduzir a sua prática profissional, promovendo constantes discussões sobre rotinas e estratégias de intervenção, primando pela garantia de um espaço de trabalho que permita o acolhimento do usuário, a apreensão da sua realidade e a defesa da autonomia profissional.

Nesse sentido, o trabalho multidisciplinar articulado é fundamental para o alcance dos objetivos. A atuação neste campo caracteriza-se por uma ação de caráter multidisciplinar, numa perspectiva interprofissional de estratégia de trabalho em equipe, uma vez que se atua no mesmo espaço, com equipe composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento como: engenharias civil, ambiental, agrimensor, arquitetura, direito, administração, psicologia, sociologia, pedagogia e finanças, em um processo de

comunicação e troca de informações contínua que visa o compartilhamento de saberes que culminam na tomada de decisões no que se refere aos projetos executados.

A experiência do Serviço Social nessa Secretaria de Habitação teve sua atuação profissional reconhecida ao longo dos anos, na medida em que as suas avaliações, seus pareceres e suas contribuições são levadas em consideração nos processos de tomada de decisão em relação ao conjunto de ações e atividades executadas no âmbito dos programas habitacionais e seus desdobramentos.

[...] na articulação entre diferentes áreas, deve-se se respeitar a autonomia, método, conceitos, enfim, as especificidades de cada campo do conhecimento. Esse trabalho prevê a troca recíproca de conhecimento entre as áreas do saber, com o compartilhamento de objetivos comuns para a ação (...) (ELY, 2003, p. 113-117).

O processo de trabalho realizado junto à população atendida baseia-se na sensibilização dos beneficiados, no sentido de prestar todas as informações necessárias e dirimir os pontos de conflitos, atuando como mediador das relações sociais envolvidas no processo.

Esse trabalho é fomentado em consonância com o Projeto Político do Serviço Social que visa o rompimento com uma cultura clientelista e paternalista, em que os representantes locais atuam como uma extensão das lideranças governamentais do município, reforçando o fortalecimento de práticas de cunho “polítiqueiro” e projetos de natureza compensatória, com favorecimento de determinados segmentos populacionais em detrimento de outros, em desacordo com o que preconizam as Políticas Públicas e o artigo 6º. da Constituição Federal.

Cabe salientar que, em referência ao PMCMV, foram realizadas ações nos períodos pré e pós-mudança dos moradores para novas unidades, como a realização de selagens dos imóveis, cadastros socioeconômicos e acompanhamento das famílias, desde a fase inicial até o momento da entrega das unidades, atividades essas previstas no cronograma do PTS.

Foram realizadas ações de cunho socioeducativo que visavam a promoção de educação financeira e patrimonial para viabilizar o consumo consciente dos recursos e equipamentos no ambiente privativo das unidades e nos espaços de uso comum.

Frise-se que grande parte dos usuários contemplados por essas unidades saíram de casas para viver sua primeira experiência de moradia em edificações verticais, com regras de convivência, responsabilidade financeira junto ao agente credor e as concessionárias de serviços essenciais, com gestão condominial, dentre outras responsabilidades.

O ingresso desses usuários ao PMCMV propiciou o direito à garantia de moradia de qualidade, sendo que, para muitos, o seu primeiro acesso a um endereço formal com condições dignas de habitabilidade, assim como o seu reconhecimento como ser social inserido oficialmente na sociedade formal como portador de direitos e cumpridor de deveres.

Outra vertente da atuação profissional do Serviço Social nessa área em questão, refere-se ao trabalho de articulação de rede que se caracteriza por programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado e seus entes públicos ou privados, visando a garantia de assegurar determinados direitos de cidadania para determinados segmentos sociais, culturais, éticos ou econômicos.

No contexto do município de Macaé, a articulação de rede se dá através da instituição de parcerias público privada, em sentido lato, envolvendo agentes de diversos setores, como: Secretarias da Assistência Social, Saúde, Educação, Comunicação, Segurança, Defesa Civil, Trabalho e Renda, Serviços Públicos e as Concessionárias de Serviços Públicos de luz, água e gás.

O agir profissional como perspectiva da garantia de direitos à moradia que não se resume apenas a um “teto”, mas ao direito à cidade, assim compreendida:

A cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação ,edificações, população, consumo de bens e serviços. A cidade que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política (RODRIGUES, 2007, p. 79).

O acesso a outras políticas públicas como de saúde, educação, saneamento, trabalho, cultura, meio ambiente, assistência social, dentre outras, revela-se primordial para o exercício da cidadania.

Considerações Finais

Ao final desse relato de experiência é imperioso apresentar alguns desafios para o desenvolvimento do TTS na Secretaria Adjunta Municipal de Habitação.

Esses estudos consideram, também, as características da intervenção visando promover o exercício da participação e sua qualidade de vida para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Considerando a premissa acima citada e as observações apreendidas ao longo das experiências adquiridas a partir dos anos de trabalho à frente do Serviço Social nessa Secretaria, pode-se apontar como principais desafios na implantação dos programas habitacionais os seguintes fatos abaixo descritos:

a) Segregação socioespacial, uma vez que esses empreendimentos estão localizados na zona norte do município, localidade essa, historicamente definida como “depois da ponte”, localizado no primeiro subdistrito Barra de Macaé, que contempla a região compreendida por bairros caracterizados por uma população, em sua maioria, de baixa renda, com um número limitado de equipamentos públicos que, por sua vez, não puderam absorver o aumento da população gerada a partir da implantação dos novos empreendimentos habitacionais⁶.

Em relação à inserção urbana deste novo público, identifica-se que não houve interesse político em executar os projetos previstos para a construção de creche, de escola e de Unidade Básica de Saúde, assim como o sistema de esgotamento sanitário, a melhoria na concessão dos serviços de transporte público, os vínculos construtivos entre outros, sendo motivo de grande insatisfação da população atendida.

b) Ausência do poder público, principalmente no que se refere à segurança dos empreendimentos, propiciando o aumento da ação do poder paralelo no local, promovendo invasões de unidades, assédio e expulsão de moradores, sucessivos furtos

⁶ “A cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação, edificações, população, consumo de bens e serviços. A cidade que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política” (RODRIGUES, 2007, p. 79).

de elementos estruturais das edificações e descumprimentos das normas de convivência em condomínio;

c) Conjuntura de extrema vulnerabilidade social da demanda atendida, principalmente após as sucessivas crises de ordem econômica e de saúde pública (covid-19), que ocasionou um cenário de grande desemprego, endividamento de famílias, causando grandes impactos em diversos aspectos da vida da população supracitada. Quadro de inadimplência, causado pela perda do poder aquisitivo por parte dos moradores, situação essa que não é devidamente fiscalizada por parte do agente financeiro, assim como as negociações informais (contrato de gaveta) de unidades realizadas pelos beneficiários em desacordo com o contrato por eles previamente assinados;

d) Intervenção do poder político local, que se caracteriza pela tentativa de descumprimento nas regras dos programas habitacionais, que possuem critérios pré-determinados de acesso aos mesmos, por se tratar de uma política nacional com financiamento do Governo Federal, a qual requer transparência em todas as etapas do processo, desde a divulgação, inscrição e sorteio, não sendo passível de alterações na concessão do benefício.

Este trabalho aborda a contribuição do(a)s assistentes sociais que trabalham nos Projetos da Habitação de Interesse Social, diante dos desafios acima apresentados, no sentido de promover a autonomia, a ampla disseminação de informações para o acesso ao direito da moradia digna e com condições de habitabilidade, assim como a promoção da emancipação e do protagonismo do usuário em todo o processo, para que ele não seja somente um sujeito detentor de direitos, mas, também, um cidadão ciente de seus deveres⁷.

No cenário nacional, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, permitiu-se o atendimento das famílias com renda de 0 a 3 salários-mínimos, não necessariamente comprovadas, mas sim declarados, facilitando o acesso.

A requisição de assistentes sociais para atuação em políticas urbanas, especificamente em políticas de urbanização e produção habitacional tem crescido nas últimas décadas em todo o país. Isso porque, acompanhando um movimento global, o poder público municipal tem investido em programas de urbanização, notadamente com recursos provenientes de financiamento multilaterais ou mesmo de Orçamento da União, face à necessidade de inserção da cidade na lógica de reordenamento do espaço urbano, urbanização de Assentamentos Precários⁸.

O programa Casa Verde Amarela preconiza promover o desenvolvimento institucional de forma eficiente no setor de habitação e estimular a modernização do setor da construção e a inovação tecnológica.

⁷ É importante destacarmos que, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, houve um avanço no que concerne ao acesso às Políticas de Habitação e Interesse social para a população de baixa renda, pois, anteriormente, eram direcionadas à classe média usando critérios de vínculo empregatício e renda, assumindo um caráter excluente.

⁸ Como contraponto a uma política inclusiva adotada pelo extinto Programa Minha Casa Minha Vida, foi instituído o chamado Programa Casa Verde Amarela, em 2021 (Lei 14.118/21). O programa reúne iniciativas habitacionais do Governo Federal para ampliar o estoque de moradias e atender às necessidades habitacionais da população.

Essa política vem reafirmando o projeto neoliberal, caracterizando uma “nova roupagem” na política de habitação, correspondendo aos anseios do capitalismo sob a lógica de mercado.

O Trabalho Técnico Social, nos projetos de urbanização de Assentamentos Precários no Município de Macaé-RJ, tem a sua atuação pautada conforme as orientações contidas nas leis, portarias e normativas para a execução do PTS, contribuindo para a implantação de uma política habitacional que obedece aos preceitos da democracia e da cidadania, visando a participação popular e o atendimento das demais demandas do Serviço Social.

A atuação, por vezes, é atravessada por contradições, particularidades locais, desafios e limites que impactam na atuação profissional.

Referências

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018. **Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades**. Brasília: Ministério das Cidades, 2018.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**.

Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-versao_preliminar.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

ELY, F. R. Serviço Social e interdisciplinaridade. **Katálysis**, Florianópolis, v. 6, n.1, p.113-117, jan. 2003. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7123/6625>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SA, M. E. R. A cidade, a reestruturação Produtiva e a Nova Ordem Mundial: cidade, proteção e controle social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2006.

EIXO 2 - CIDADE E HABITAÇÃO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

A DIMENSÃO SOCIO TERRITORIAL DA COVID-19 NA AMAZÔNIA PARAENSE E AS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Isabella Santos Corrêa¹

Leonardo Costa Miranda²

Mônica de Melo Medeiros³

Rovaine Ribeiro⁴

Resumo: O presente trabalho trata da dimensão socioterritorial das desigualdades sociais no Brasil, particularmente no contexto da pandemia ocasionada pela disseminação do novo coronavírus. Para tanto, foram levantados dados secundários sobre a pandemia, bem como sobre a questão da moradia no país. A análise teve como aporte teórico-metodológico a teoria crítica de Karl Marx e o materialismo histórico e dialético. Os resultados demonstram que o Brasil, se comparado com os demais países do Brics, da América Latina, ou, mesmo na escala global, apresentou uma tímida resposta ao avanço da pandemia no território. Afirma-se o papel fundamental das pesquisas científicas no que se refere ao desvelamento das desigualdades socioterritoriais no Brasil, e a divulgação destes dados que têm se tornado cada vez mais inacessíveis para a população, devido ao obscurantismo por parte da ala do Governo Federal radicalmente negacionista e antidemocrática.

Palavras-chave: desigualdade socioterritorial; pandemia; questão da habitação

Abstract: This work is about the socio-territorial dimension of social inequalities in Brazil, particularly in the context of the pandemic caused by the dissemination of the new coronavirus. For that, secondary data on the pandemic were collected, as well as on the housing problem in the country. The analysis had as theoretical-methodological support the critical theory of Karl Marx and historical and dialectical materialism. The results show that Brazil, when compared to other BRICS' countries in Latin America, and even on a global scale, showed a timid response to the spread of the pandemic in the territory. The fundamental role of scientific research is affirmed in relation to the unveiling of socio-territorial inequalities in Brazil, and the dissemination of these data, which have become increasingly inaccessible by the population, due to the obscurantism on the part of the radically denial and undemocratic Federal Government wing.

Keyword: social territorial inequality; pandemic; housing issue

¹ Assistente social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Residente em Regularização Fundiária Urbana pela Clínica de Direitos Humanos (CIDHA/PPGD/UFPA). E-mail: isabellacorreia51@gmail.com.

² Assistente social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente de mestrado do PPGSS/UFPA. Membro do GEP-CIHAB. E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com.

³ Assistente social graduada pela UFPA. Mestre e discente de doutorado em Serviço Social pelo PPGSS/UFPA. Membro do GEP-CIHAB. E-mail: monica.melom@yahoo.com.br.

⁴ Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante da Coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: rovaine@ufpa.br.

Introdução

A compreensão da cidade enquanto categoria de análise constitui-se um desafio histórico. Sua conformação na atualidade é produto das relações sociais capitalistas que impõem a concentração da população em centros urbanos. Aqui, a concentração populacional é a expressão do processo de acumulação devido a concentração dos meios de produção que se funde à força de trabalho para compor as forças produtivas do capital (MARX, 2013).

Neste sentido, a cidade pode ser compreendida como um produto da divisão social do trabalho, “É materialização de relações da história dos homens, normalizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória” (CARLOS, 2007, p. 26).

A contradição que permeia as cidades capitalistas reproduz as contradições do próprio capital e, aqui, destaca-se a contraditória constituição da propriedade privada, que torna mercadoria tudo o que está dentro do âmbito urbano e fora dele. Assim, a apropriação privada da terra, da habitação e dos requisitos fundamentais ao atendimento de necessidades humanas atinge a humanidade ao longo do tempo das mais diversas formas.

Ao subverter a habitação em mercadoria, o capital a insere na lógica especulativa e imobiliária, adquirindo valor maior do que aquele primeiro no início do processo produtivo (RAMOS, 2008). Assim, a cidade integra aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos da vida social.

Por sua vez, a habitação será o lugar de moradia em que os seres humanos irão se reproduzir socialmente e é nessa cotidianidade da vida social⁵ que se expressam as necessidades básicas da vida humana. Marx e Engels (2007) esclarecem que, para viver, é necessário, antes de tudo, comer, beber, vestir, morar entre outros. Nesse sentido, ao tratar sobre as potencialidades do reino das liberdades humanas, Lefebvre (2001) assinala que não é possível libertar as pessoas enquanto elas não forem capazes de adquirir o que lhes é necessário para viver.

Todavia, essa capacidade não deve ser apreendida sem mediações filosóficas que subsidiem a compreensão da totalidade do modo de produção capitalista e seus mais diversos mecanismos de expropriação⁶ que atuam reiteradamente para garantir (ou não), minimamente, as condições de reprodução da classe trabalhadora. Assim, o capital constrange a classe trabalhadora às piores condições de reprodução social, restando-lhe uma vida condicionada à venda de sua força de trabalho. Por este motivo, a primeira divisão do trabalho consiste na separação entre cidade e campo, marcada pela subordinação à determinadas atividades que se refletem nos modos de vida. Carlos (2007, p. 23) afirma que “O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”. Nesse sentido, verifica-se que:

⁵ Cabe destacar que o cotidiano pode ser entendido como processo de construção, em que a sociedade se organiza seguindo uma ordem pré-estabelecida (CARLOS, 2007).

⁶ Na obra *O capital*, Marx explica que “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”. (MARX, 2013, p. 787). E que, despojados dos seus meios de produção, a população é lançada aos centros urbanos.

O espaço produzido pela sociedade implica desconsiderar o espaço como uma existência real independente da sociedade. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reproduções gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata. Esta realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento histórico específico (CARLOS, 2007, p.30).

Por isso é tarefa urgente desvelar o ideário ultraneoliberal que prioriza minimamente o atendimento às necessidades individuais em detrimento das necessidades humanas. Pereira (2011) utiliza a noção de básicos sociais, justamente para apartar-se da noção de prestação ínfima e individualizada de proteção social à classe trabalhadora e, ao fazer isso, dá-nos subsídios para persistir na construção contínua e reiterada de parâmetros superiores de satisfação de necessidades humanas. A autora considera que, no âmbito do direito à habitação, existem aspectos culturais, climáticos, econômicos, técnicos e sociais que dão a esta necessidade um caráter de relatividade⁷.

Portanto, as necessidades humanas – das quais a necessidade de morar é parte – são objetivas, históricas e universais. Apesar de haver certo grau de relatividade, verifica-se que existem aspectos universais⁸ que dão o tom da tendência desses parâmetros construídos historicamente, que exigem constante reavaliação (PEREIRA, 2011).

Diante disso, o presente artigo pretende discutir sobre as necessidades humanas de moradia e a desigualdade socioterritorial, intensificada pela pandemia de covid-19 iniciada em março de 2020, demonstrada a partir de dados internacionais e nacionais. Por isso, a discussão deste trabalho está organizada em uma introdução do tema, abordagem sobre a moradia enquanto necessidade humana e a conjuntura pandêmica, a desigualdade social e a territorialização da covid-19 na Amazônia paraense e, por fim, as considerações finais.

A moradia enquanto necessidade humana e a conjuntura pandêmica

De acordo com o direito internacional, toda pessoa tem direito à moradia adequada⁹. Este direito significa algo mais que um teto sobre a cabeça. O direito à moradia adequada inclui segurança de posse, proteção contra despejos forçados e a disponibilidade de serviços, como acesso à água potável, energia ou transporte. A casa também deve ser

⁷ Assim, ao analisar a obra de Doyal e Gough, Pereira (2011) destaca três principais características que devem ser atendidas no direito à habitação: “a) garantia de abrigo suficiente em climas adversos e proteção razoável contra intempéries, riscos de epidemias e vetores patogênicos. Isso inclui casas adequadas, água corrente, sistema sanitário básico e, em regiões sujeitas ao frio, calefação; b) existência de saneamento para evitar a contaminação bacteriana da água e das redes de distribuição, pois a falta de saneamento constitui uma das principais causas de doenças parasitárias que debilitam o ser humano; c) ausência de superlotação residencial, pois em caso contrário, há prejuízos sensíveis à saúde física e mental dos moradores, com reflexo negativo na sua autonomia individual, devido a ocorrência de doenças respiratórias, atraso no desenvolvimento físico e intelectual das crianças e sensação de fadiga e depressão nos adultos” (PEREIRA, 2011, p. 77).

⁸ Sem o intuito de ocultar as singularidades e as preferências individuais dos sujeitos, considera-se que existem tendências universais pois, enquanto gênero humano, existem necessidades em comum compartilhadas pelos sujeitos.

⁹ A moradia adequada foi reconhecida como integrante do direito de vida adequado no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Artigo 11.1 do Pacto Internacional de 1966 sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Nesse âmbito, a moradia é adequada se seguir os critérios de segurança de posse, disponibilidade de serviços, instalação e infraestrutura, preço acessível, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural (ONU-HABITAT, 2010).

acessível e habitável, por exemplo, segura e saudável, acessível – inclusive para pessoas com deficiência – adequada em termos de localização e culturalmente apropriada (ONU, 2021).

Todas essas necessidades habitacionais, que partem da realidade concreta vivenciada por moradores de cidades do Brasil e do mundo, tornaram-se mais urgentes diante da necessidade de conter a transmissão via gotículas ou aerossóis de pessoa contaminada pela covid-19 em espaços e cômodos reduzidos, sem ventilação, iluminação e que não permitem condições de isolamento social.

A publicização do informe temático do Relator Especial sobre covid-19 e o direito a uma moradia adequada enfatizou sobre o impacto negativo do vírus em comunidades marginalizadas, impacto étnico-racial, de gênero, de geração, entre outros, bem como a fragilidade das medidas para garantir o direito à moradia e os despejos forçados durante a pandemia (ONU, 2021) também são alarmantes e compõem uma das violações mais graves ao direito à moradia adequada, mesmo em um contexto em que a necessidade de moradia enquanto abrigo, condição de vida e isolamento social adequado está tão latente. A Organização das Nações Unidas também denuncia que existe mais de 1,8 bilhão de pessoas que vivem em moradias inadequadas¹⁰ no mundo. Esse tensionamento em torno do direito à moradia, diante do aprofundamento da crise do capital, evidencia as dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta para adquirir tão cara mercadoria.

Em estudo realizado por Medeiros (2019) nos Relatórios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 para uma moradia adequada da Organização das Nações Unidas (ONU), com intuito de analisar parâmetros e propostas de adequação habitacional adotados pela ONU, verifica-se a escassez de moradia e o empenho em sanar esta escassez, bem como o alerta para atender às necessidades de moradia de povos indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, entre outros. Os avanços consideráveis na luta pelo direito à moradia são inegáveis, bem como a contribuição no âmbito dos direitos humanos, principalmente em tempos de acirramento da luta de classes e barbarização da vida social, entretanto, a ampliação da cidadania enquanto processo histórico demonstra avanços e limites, dos quais a lógica do capital choca-se com seus princípios. Contradição esta que só pode ser superada com a transformação desta ordem do capital.

Em certa medida, a desigualdade é apontada como responsável pela assimetria na garantia do direito à cidade e à moradia. Entretanto, isto não está ligado – de acordo com os documentos em análise – diretamente a abissal desigualdade de renda advinda do modo de produção capitalista. O reconhecimento das desigualdades sociais de renda enquanto fator determinante para a não garantia do direito à moradia é encontrado em apenas 03 relatórios, reafirmando a lógica de conciliação entre direitos sociais e *aparelhos gestores do capital* (MEDEIROS, 2019, p. 58-59).

As propostas e estratégias presentes nos relatórios da ONU também são permeadas de contradições, haja vista que se propõe a humanizar a relação dos bancos com os sujeitos (MEDEIROS, 2019) e se ignora os interesses divergentes das agências multilaterais que abrem o leque de empréstimos, concedendo subsídios ao setor habitacional em diversos

¹⁰ As necessidades habitacionais classificadas como inadequação habitacional podem ser a irregularidade fundiária, a carência no abastecimento de água e o esgotamento sanitário, o adensamento excessivo, a carência de infraestrutura urbana, a falta de coleta de lixo e de distribuição de energia elétrica. (SAKATAUSKAS, 2015).

países como o Brasil, países da América Latina¹¹, entre outros para consolidar estratégias imperialistas em países de economia dependente e assegurando o processo de acumulação e reprodução do capital (SANTANA, 2013).

Assim, a pandemia instalada pelo novo coronavírus aprofundou a crise do capital¹² e deixou mais aparente a sua insuficiência no que diz respeito à garantia dos meios de reprodução social para aqueles que fazem parte da classe trabalhadora. Conforme Santana e Ferreira (2021), a pandemia deixou mais nítida a enorme desigualdade de classe, étnico-racial e de gênero (GONÇALVES, FAUSTINO, 2020).

Essa desigualdade pode ser observada em estudos realizados pela Fiocruz (2021) no Rio de Janeiro, nos quais foi possível verificar que a mortalidade ocasionada por covid-19 entre negros é maior em bairros com alta concentração de favelas e sem favelas, chegando a um percentual de 48,2% dos casos.

Por isso, pode-se afirmar que a covid-19 torna-se mais letal em territórios com altíssima concentração de favelas, dentre outros fatores, devido às condições sócio-históricas e econômicas que determinam as características de produção da moradia da classe trabalhadora, com baixa ventilação, alta densidade domiciliar ou adensamento excessivo de pessoas¹³; o uso de espaços coletivos de convívio social; falta de saneamento básico, alta desigualdade social e de renda; alto índice de trabalhadores informais; acesso a transporte público superlotado; elevada incidência de outras doenças e alto índice de violência urbana (FIOCRUZ, 2021).

Embora as desigualdades tenham se tornado mais visíveis com o avanço da pandemia no território brasileiro, tais desigualdades não surgem com o contexto pandêmico, em outras palavras, a pandemia apenas deixou mais nítida a disparidade entre as condições de vida das classes sociais e as suas oportunidades de acesso aos meios de reprodução das classes sociais, que se dão de maneira diferenciada neste modo de produção, o que vai ao encontro das constatações de Marx (2013), dentre as quais, apontou, a lei geral da acumulação capitalista, em que revela que, sob a égide do capital, a produção da riqueza de uma minoria, necessariamente, pressupõe a produção da pobreza de uma maioria.

O Brasil totaliza, em novembro de 2021, mais de 21 milhões de casos confirmados de covid-19 e mais de 607.982 mortos (BRASIL.IO, 2021). Diante de uma conjuntura de pandemia, reconhecer a subnotificação de casos confirmados e de óbitos é ainda mais preocupante. Além disso, é importante ressaltar que as políticas de contenção do alastramento do vírus, de auxílio à população e de investimento na compra de vacinas/desenvolvimento de pesquisas, entre outros fatores, também precisam ser levadas em consideração quando se analisa a dimensão socioterritorial da pobreza no Brasil no contexto pandêmico.

¹¹ A América Latina é a região do mundo com a maior desigualdade de renda (OUR WORLD IN DATA, 2021).

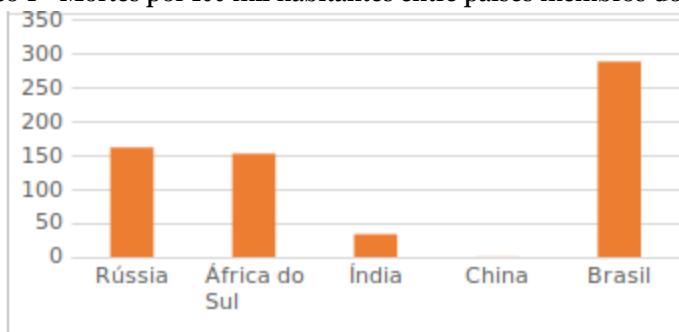
¹² Conforme Mészáros (2011, p. 797-798) “No que se refere ao mundo do capital, as manifestações da crise estrutural podem ser identificadas em suas várias dimensões internas, bem como nas instituições políticas [...]”, traços esses que ficam claros na conjuntura política brasileira.

¹³ “Em relação ao adensamento excessivo, toma-se como indicador a densidade de moradores por dormitório, adotando-se como suportável o número máximo de três indivíduos para o subgrupo das casas e apartamentos urbanos com família única, ou seja, ocorre adensamento quando esse limite é excedido.” (CARDOSO; ARAÚJO; GHILARDI, 2009, p. 113).

Desigualdade social e territorialização da covid-19

Para esta análise, optou-se por fazer uma comparação entre o Brasil e os demais países que compõem o *Building Better Global Economic* (Brics). É notório que as medidas de contenção ao vírus foram realizadas de maneira diversa nos vários países que compõem o Brics¹⁴, mas, a forma como cada governo enfrentou o avanço da doença resultou em impacto maior ou menor na população. O gráfico abaixo apresenta o número de mortes por 100 mil habitantes, em que o Brasil segue liderando os índices, tendo a Rússia como o segundo país de maior índice de mortes. Este é um dado que já havia sido analisado em pesquisa realizada por Santana e Ferreira (2021), e é possível verificar que, na comparação com os países membros dos Brics, o Brasil já ocupava os piores indicadores¹⁵.

Gráfico 1 - Mortes por 100 mil habitantes entre países membros dos Brics



Fonte: Dados CSSE covid-19 da Universidade Johns Hopkins, 2021.

A partir dos dados acima, tem-se correlação com a imperícia que o governo brasileiro respondeu à crise sanitária. Segundo estudos de Garcia *et. al* (2021), a medida de contenção imediata dos demais países que compõem o Brics, foi o fechamento das fronteiras e a implantação de medidas de isolamento rígidas. A China, conforme o gráfico acima aponta, possui o menor índice de mortalidade e a resposta para esse resultado diz respeito às medidas implementadas no país, que serviram de modelo para o restante do mundo, uma delas, o *lockdown*, foi medida emergencial de circulação de pessoas apenas para realização de atividades essenciais como alimentação e saúde como estratégia para conter a transmissão e circulação do vírus.

Quanto à Índia, seguindo a China com o menor número de mortes, ressalta-se a testagem em massa dos habitantes e a utilização da tecnologia como uma aliada dos meios ao qual alguns governos recorreram para conseguir manter as informações oficiais de forma mais atualizada, a fim de auxiliar na prevenção da propagação da Covid-19 (GARCIA *et. al*, 2020). Diferentemente do Brasil, onde, em um de seus primeiros pronunciamentos sobre o avanço da covid-19, Jair Bolsonaro denomina o vírus como “gripezinha” e, além disso, reforça a contrariedade quanto ao isolamento social, orientado

¹⁴ O Brasil faz parte dos Brics, juntamente com a China, Rússia, Índia e África do Sul.

¹⁵ O estudo realizado pela Rede de Pesquisa Solidária, que contou com a participação de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que a falta de uma política nacional de saúde pública contribuiu para que o Brasil não conseguisse controlar o alastramento do Coronavírus.

pelo negacionismo¹⁶ e seguindo a tendência estadunidense. Ainda em 2021, Jair Bolsonaro abre assembleia geral da ONU, disseminando mais negacionismo em nível mundial.

Essa subserviência política, econômica e ideológica explica o fato de o governo Bolsonaro ter optado por seguir a retórica de Donald Trump de desprezar a capacidade destrutiva do vírus SarsCov2 ou afirmar que se tratava apenas de uma estratégia chinesa para exportar o comunismo, via Organização Mundial da Saúde. Mas, a relação de dependência que lhe fundamenta remete à origem do Estado brasileiro [...]. (GONÇALVES, FAUSTINO, 2020, p. 139)

Já em relação à desigualdade de renda entre a população, medida pelo índice de Gini, o Brasil, entre os países dos Brics, está à frente somente da África do Sul. Já entre os países a nível global, que sediam um significativo avanço no número de pessoas totalmente vacinadas, têm-se os Emirados Árabes, Uruguai, Chile, Reino Unido, Israel, e o Brasil ocupando o décimo quarto lugar, com uma parcela de 55% da população totalmente imunizada, ou seja, 118,28 milhões de pessoas em 1 de novembro de 2021.

Na comparação com os países da América do Sul, a posição do Brasil só se mostra ligeiramente mais favorável que a dos dois países com pior situação, Equador e Peru. Tais dados comparativos revelam grandes disparidades acerca das condições de enfrentamento da pandemia, frente à riqueza produzida nessas sociedades (SANTANA, FERREIRA, 2021, p. 132).

No mesmo sentido, os dados coletados pela *Our World in Data* – Banco Mundial (Gráfico 2) – também indicam a abissal desigualdade na distribuição de doses de vacinas por renda (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Doses da vacina da covid-19 administradas por grupo de renda em nível mundial
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da *Our World in Data*-Banco Mundial, 2021

Verifica-se que apenas 3,6% das pessoas em baixa renda receberam pelo menos uma dose da vacina (OUR WORLD IN DATA, 2021). O que demonstra uma significativa disparidade no que diz respeito à cobertura da vacinação nos países, sendo este um claro reflexo das desigualdades entre os países, lógica que é própria do modo de produção capitalista.

¹⁶ Além de atrasar o início da compra de vacinas e, consequentemente, a vacinação no Brasil, o Presidente Jair Bolsonaro em suas falas ratifica o negacionismo e sua postura “antivacina”, em outubro de 2021, em uma de suas *lives* semanais, o presidente associa a vacina contra o Corona Vírus à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids), reproduzindo não só desinformação a respeito do vírus, mas também ódio e preconceito a pessoas com HIV/Aids.

Somente no Brasil, há aproximadamente 5.127.747 de domicílios em 13.151 áreas de aglomerados subnormais (IBGE, 2019). Os aglomerados subnormais¹⁷ são formas de ocupação irregular do solo de terrenos públicos ou privados, caracterizados pela carência de serviços públicos essenciais. O estado do Pará¹⁸ está entre os quatro estados da federação (incluindo-se o Distrito Federal) com a maior quantidade de domicílios ocupados em aglomerados subnormais, estando atrás somente da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo (IBGE, 2019). Vale registrar que a capital do estado do Pará (Belém) teve, em abril de 2021, a taxa de letalidade da covid-19 em quase o dobro da média nacional, estando no ranking entre as dez cidades mais afetadas pela letalidade da covid-19 (G1, 2020). Atualmente (novembro de 2021), o Estado do Pará atinge a marca de 16.745 óbitos e 598.415 casos confirmados.

Tabela 1 - Aglomerados subnormais - 2019

Estados	Estimativa do número de domicílios ocupados em áreas classificadas como aglomerados subnormais
Pará	432.518
Amazonas	393.995
Amapá	36.835
Rondônia	23.236
Acre	19.148
Tocantins	9.733
Roraima	3.033

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da PNAD/COVID-19, 2021.

O Brasil possui 85,5% dos domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais com acesso à fornecimento de água por rede geral de distribuição, entretanto a região Norte e Nordeste do país possuem as menores proporções desse acesso, sendo afetadas cotidianamente pela irregularidade na distribuição (IPEA, 2020). Dessa maneira, pode-se inferir que há uma particularidade regional da relação entre pandemia e aglomerados subnormais, na qual a questão da habitação, incluindo todas as suas dimensões inclusive as de habitabilidade, aparece como elemento central na reprodução social das camadas da classe trabalhadora.

Considerações finais

Se, por um lado, as condições de vida da classe trabalhadora, historicamente, foram objeto de descaso por parte daqueles que detêm os meios de produção sob a ordem do capital, o que tem impossibilitado o acesso por parte destas populações mais pauperizadas

¹⁷ Para a abordagem dos assentamentos informais no Brasil, aparecem duas denominações/conceituações mais usuais para fins de pesquisa, aglomerados subnormais (denominação e caracterização elaborada pelo IBGE), e assentamentos precários (denominação e caracterização elaborada pela Fundação João Pinheiro). Neste texto adotamos o conceito de aglomerados subnormais, em razão da disponibilidade dos dados utilizados para a análise proposta. O conceito de aglomerado subnormal compõe a forma de ocupação irregular para fins de habitações urbanas com padrão urbanístico irregular e demais carências habitacionais e de infraestrutura (IBGE, 2021).

¹⁸ O Estado do Pará, que compõe a Região Amazônica, possui particularidades próprias da sua inserção na Divisão Social do Trabalho influindo sobre o processo de formação das cidades, pois situa-se como um lugar de superexploração da natureza e da força de trabalho.

aos meios de produção e reprodução social de maneira digna, por outro, a pandemia ocasionada pela disseminação da Covid-19, além de ocasionar uma crise sanitária em todo o mundo, levou aos países que estão situados na periferia do capitalismo, a agudização das desigualdades sociais nos mais diversos territórios.

Além deste agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, os líderes políticos que têm comandado o Estado, especialmente a partir do golpe deflagrado em 2016¹⁹, aliados à burguesia brasileira, aderiram nos últimos anos ao projeto ultraneoliberal, que tem desmantelado os direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora, privatizando empresas estatais, arquitetando verdadeiras manobras fiscais.

A pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizada pela Rede Penssan, situa-nos do alarmante quadro de insegurança alimentar e de fome no Brasil. A pesquisa aponta que 116,8 milhões de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente para suprimento de suas necessidades. 19 milhões enfrentam a fome. Este panorama do Brasil demonstra também as desigualdades regionais haja vista que as regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas pela fome.

Em 2020, o índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% no Norte e dos 70% no Nordeste – enquanto o percentual nacional é de 55,2%. Já a insegurança alimentar grave (a fome), que afetou 9,0% da população brasileira como um todo, esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste. Nos dados de 2020, em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5%. (REDE PENSSAN, 2021).

Ademais, apenas em 2021, de acordo com a Revista Forbes (2021), o Brasil teve 40 novos bilionários, ao mesmo tempo em que se vê uma alta taxa de lucro dos bancos, similares ao período pré-pandemia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021), tudo isto em um contexto em que não há perspectiva de avanços no âmbito dos direitos sociais viabilizados por meio de políticas sociais, ao atendimento das necessidades humanas que são sentidas de forma muito mais intensa pela classe trabalhadora. Em contrapartida, a pandemia possibilitou o aumento das grandes fortunas.

Na contramão desta dinâmica, entende-se a importância da publicação e da democratização do acesso às informações sobre o país, a pandemia, as condições de vida e de trabalho da população, especialmente nesta conjuntura histórica na qual o próprio Governo Federal, uma parcela da população que segue as suas ideias mais conservadoras, e a burguesia têm propagado inverdades em formas de *Fake News*. Assim, é da maior importância para a ciência, para a sociedade civil, e para todos aqueles/as que se orientam por uma perspectiva de universalização das informações sobre a realidade do país e das pesquisas científicas, difundir estudos que denunciem o nítido projeto político-econômico

¹⁹ Sabe-se que o golpe político-institucional de 2016 foi acompanhado de medidas estritamente econômicas para beneficiar a burguesia nacional e os setores alinhados ao capital internacional. Por meio de ataques à classe trabalhadora, ficou instituído o ajuste fiscal pela Emenda Constitucional PEC- 95 (15 de dezembro de 2016) que estabeleceu um Novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, restringindo por 20 anos o orçamento público para as áreas da saúde, educação etc.

que hoje se apresenta, que privilegia o lucro em detrimento do empobrecimento não apenas das condições objetivas, mas também subjetivas da maior parte da população.

Nesta realidade, em que se produz a riqueza e a pobreza de maneira contraditória, há de se considerar e destacar o avanço da cobertura de vacinação no território brasileiro, na contramão das orientações do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que inúmeras vezes se posicionou contra as vacinas, contra o distanciamento social e que disseminou *Fake News* de estímulo ao não cumprimento das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em síntese, há muito tem se denunciado a insustentabilidade deste modo de produção que se sustenta a partir de crises cíclicas, sem se importar com o quê ou quem deixa pelo caminho, confirmando a tendência da irracionalidade do capital em que: “A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início.” (MÉSZAROS, 2011, p. 606). Nesta linha de raciocínio, é possível inferir que a conjuntura pandêmica ratifica essa monumental desigualdade que é produto da relação entre capital e trabalho, em que o segundo é subordinado ao primeiro.

No Brasil, a situação torna-se ainda mais problemática devido a esta posição do Governo Federal que tem privilegiado a burguesia e o lucro. Eis a importância de pesquisas que, orientadas por um método que leva em consideração a vida concreta das pessoas, possam revelar as facetas mais perversas da ordem do capital, seus reflexos nas particularidades territoriais para que, dessa maneira, aglutinem-se as diversas lutas contra as formas de opressão e exploração da classe trabalhadora, que têm seus grupos historicamente perseguidos, tais como a população negra, os quilombolas, as mulheres, os pertencentes à comunidade LGBTQIA+, entre outros. É necessário que estas lutas que constituem uma unidade dialética sejam orientadas a partir de uma perspectiva anticapitalista, pois apenas assim é possível vislumbrar uma outra forma de sociabilidade, na qual sejam privilegiadas as objetivações humanas nas suas mais diversas formas.

Referências

AGÊNCIA IBGE. **PNAD Contínua 2019:** rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos. 6 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

BRASIL. IO. **Casos de Covid-19 por Estado:** Pará. Disponível em: <https://brasil.io/covid19/PA/> Acesso em: 01 nov. 2021

CARDOSO, A. L.; ARAÚJO, R. L.; GHILARDI, F. H. Necessidades habitacionais. In: DENALDI, R.; SANTA ROSA, J. (Coords.). **Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009, p. 83-102.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTRO, M. Quem são os 40 novos bilionários brasileiros no ranking 2021. *Forbes*, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

FIOCRUZ. **Favelas na luta contra o coronavírus**. Disponível em: https://impactosocialdacovid.fiocruz.br/favelas/#section_08. Acesso em: 22 set. de 2020.

GARCIA, A. S., *et al.* Os BRICS frente à pandemia da COVID-19: uma análise preliminar sobre políticas comparadas. **Revista Conjuntura Internacional** – PUC MINAS, Seção Especial: COVID-19, p. 33-46, 2021.

GARCIA, L. Bancos lucram R\$ 62 bi no 1º semestre, e rentabilidade volta a nível pré-Covid. **Folha de São Paulo**, 18 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/bancos-lucram-r-62-bi-no-1o-semestre-e-rentabilidade-volta-a-nivel-pre-covid.shtml>. Acesso em: 6 nov. 2021.

GONÇALVES, R; FAUSTINO, D. Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital. In: PAZ, R. D., *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. 1 ed., Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p.124-146.

IBGE. **Dados geociências**, 2021. Disponível em: <https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=67c70e701c624c63a6f1754a8b8bce4a>. Acesso em: 24 jan. 2021.

IBGE. Aglomerados subnormais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?t=o-que-e.>> Acesso em 24 jan. 2021.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY CSS COVID-19 DATA. **Cumulative confirmed COVID-19 deaths, 2021**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 04 de janeiro de 2021.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Mônica. Inadequação Habitacional e Programa Minha Casa Minha Vida em Pequenas Cidades no Estado do Pará. (Dissertação) – PPGSS/UFPA, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1s8-WpEOw8auEp159sgMVuKSSEqJi4c5i/view>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

ONU. **20 anos Relator Especial sobre o direito à moradia adequada:** fazendo um balanço - seguindo em frente. – 47 ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, 2021 Disponível em:
https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/Summary_StocktackingReport_SP.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

ONU-HABITAT. **El derecho a una vivienda adecuada.** 2010. Disponível em:
https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_sp.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

OUR WORLD IN DATA. **Income inequality in Latin America, 1981 to 2017.** Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/income-inequality-in-latin-america>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

PEREIRA, P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. Cortez, 2011.

RAMOS, M. H. R. Habitação, um meio de reprodução social. In: GOMES, M. F. C. M.; FERNANDES, L. L.; MAIA, R. S. (Orgs.). **Interlocuções Urbanas:** cenário, enredo e atores. v. 1, 1 ed. Rio de Janeiro: Arco Iris, 2008, p. 197-216.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil,** 2021. Disponível em:
http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

ROSEIGUES, R. I. **Nota técnica- Covid-19.** A falta de água nas favelas e o direito à moradia no Brasil. n. 39. IPEA. 2020

SAKATAUSKAS, G. L. B. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses:** análise a partir dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015.

SANTANA, J. V. **Gestão de Cidades no Brasil:** estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. São Paulo: Papel Social, 2013.

SANTANA, J. V; FERREIRA, B. Crise do capital e impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 49, Jan./Abr., 2021.

HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O REASSENTAMENTO CDP (BELÉM-PA)

Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão¹

Resumo: Aborda-se, nessa reflexão, a Experiência CDP que marca um momento importante de produção de uma cidade mais democrática em decorrência de obras de infraestrutura acompanhadas por um Plano de Reassentamento que norteou uma proposta de orientação técnica envolvendo arquitetura, engenharia civil e serviço social. Destacam-se os efeitos de uma lógica de projeto de arquitetura que suscitam novas questões e novas práticas, quebrando paradigmas vigentes sobre a atuação profissional do arquiteto, especialmente sobre o papel do conhecimento para alavancar novas práticas e, também, para produzir fundamentos que humanizam o projeto de arquitetura voltado à produção de habitação social na Amazônia.

Palavras-chave: habitação; projeto; humanização; Amazônia.

Abstract: This report addresses the CDP Experience, which marks an important moment in the production of a more democratic city as a result of infrastructure works accompanied by a Resettlement Plan that guided a proposal for technical guidance involving architecture, civil engineering and social service. The effects of an architectural design logic are highlighted, which raise new questions and new practices, breaking current paradigms about the architect's professional performance, especially about the role of knowledge to leverage new practices and also to produce fundamentals that humanize the architecture project aimed at the production of social housing in the Amazon.

Keywords: housing; project; humanization; Amazon.

Introdução

As particularidades do habitat amazônico manifestam as variações de um conjunto de valores culturais que clamam por decodificação dos pesquisadores em diversas áreas do conhecimento.

Na arquitetura não seria diferente. Embora tradicionalmente ligada à manifestação física e seus dados técnicos, a interpretação do habitat local vem se apresentando com um olhar ampliado sobre a produção do ambiente construído com traços humanizadores. Exemplo disso é a prática de um projeto dedicado à execução de um Plano de Reassentamento de famílias, ligado a uma intervenção de grande porte ocorrida nos anos 1990 na cidade de Belém (PA): o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

Cada vez mais crescente, a abordagem do habitat ribeirinho amazônico tem sido, na última década, no campo da arquitetura, um objeto de interesse da pesquisa em projeto com um pensamento humanista e com respeito ao lugar pela produção de conhecimento

¹ Professora titular da Universidade Federal do Pará - UFPA. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Fauusp). Docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano – LEDH. E-mail: klaudiaufpa@gmail.com.

científico decorrente de pesquisas de pós-graduação vinculadas ao Laboratório Espaço e Desenvolvimento humano da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Destaca-se, contudo, que a abordagem do projeto de arquitetura com traços humanizadores como objeto de investigação tem sua gênese na realização da Experiência de Reassentamento CDP². Articulado com a Engenharia Civil e o Serviço Social, o campo da arquitetura traz, implícita na orientação de projeto, a integração de ações nesse tripé profissional tão importante para o reassentamento de comunidades que construíram suas moradias sem qualquer acompanhamento técnico.

O Convênio Cohab/FADESP/UFPA (1998-2000) foi uma articulação institucional importante envolvendo o Estado, a Prefeitura de Belém e a Universidade Federal do Pará, através do Programa de Apoio à Reforma Urbana, para reunião de esforços para execução do Plano de Reassentamento de Famílias dentro do Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una em Belém na década de 1990.

O Programa de Apoio à Reforma Urbana da UFPA, na época com a Coordenação da Profa Vitória Paracampo e, posteriormente, da Profa Joana Valente Santana, foi responsável por uma das experiências mais ricas e efetivas para a população que sofreu o impacto das obras de infraestrutura na cidade de Belém por morarem às margens dos canais em obras.

A orientação das famílias removidas das margens dos canais em obras na Bacia do Una para uma área sob intervenção da Cohab através de Programa Lotes Urbanizados em terreno da Companhia das Docas do Pará – CDP, atualmente denominada Paraíso dos Pássaros, foi executada com base em solução oferecida por trabalho acadêmico da UFPA em escala urbana e, assim, recebendo posteriormente o suporte teórico-metodológico (UFPA, 1998) para orientação de projeto e construção de unidades habitacionais acompanhada pelas equipes de arquitetura e engenharia, além do trabalho de orientação comunitária desenvolvida pela equipe social (PERDIGAO & SANTANA, 2018).

A orientação de projeto de arquitetura desencadeou muitos processos inovadores em práticas de reassentamento na cidade de Belém e no Brasil. Em termos institucionais, na Companhia de Habitação do Pará, nas áreas de financiamento regulamentados pela Caixa Econômica Federal, bem como na UFPA. O êxito da experiência levou a duas premiações nacionais no ano de 1999.

Na referida universidade, além da contribuição para uma ação governamental de grande porte e em tempo real entre planejamento e execução – afinal, tratava-se do reassentamento de 2.048 famílias e com agentes ligados ao financiamento em constante avaliação sobre o impacto humano das obras –, observa-se que as repercussões científicas e acadêmicas têm sido reconhecidas até hoje, inclusive por mais uma comunicação aqui sendo realizada, visando atualizar gerações de profissionais sobre a importância e a abrangência da Experiência CDP para execução de políticas urbanas e para produção de conhecimento.

² A equipe técnica do Convênio Cohab/FADESP/UFPA era formada por uma coordenação geral com a Assistente Social Graciela Santos dos Santos; duas sub-coordenações acadêmicas, sendo uma de Arquitetura com a Prof.^a M.Sc. Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão e outra de Serviço Social com a Prof.^a M.Sc. Joana Valente Santana; e uma sub-coordenação técnica com a Arq. Isabela Bastos Bandeira. Além dos engenheiros civis Alexandre Foro Portal e Mauricio Marinelli Sampaio e os assistentes sociais Aldebaran do Socorro Moura e Katia Maria dos Melo. A equipe era complementada pelos estagiários dos cursos de Arquitetura, Engenharia e Serviço Social e pelo setor de apoio com o assistente administrativo Fabio Lourinho, o desenhista Clodomir Freitas e o motorista Otávio Ribeiro.

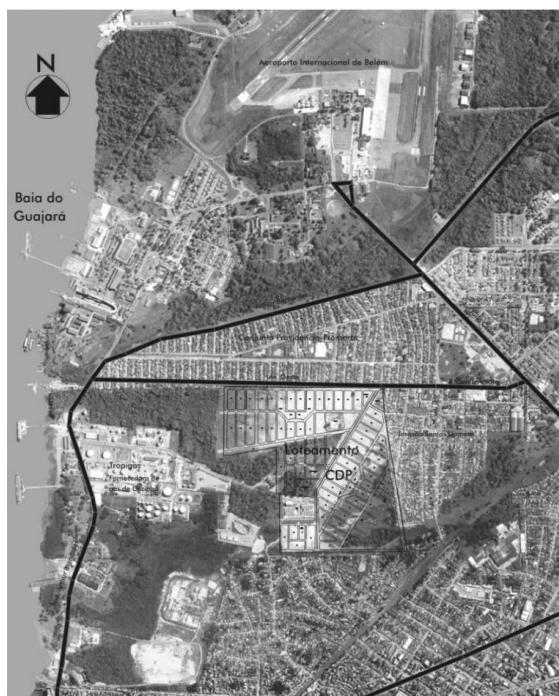
Assim sendo, o suporte metodológico proposto para orientação de projeto das unidades habitacionais suscitou resultados que mereciam ser e foram testados, especialmente os aspectos ligados ao projeto que extrapolavam a materialidade e que dela tornam evidentes aspectos que, mesmo não sendo de natureza física, de forma contundente interessam ao universo da arquitetura pelo atendimento de necessidades humanas. Em se tratando do ser humano, as demandas por espaço são vastas e dentro de um processo de remanejamento/reassentamento, elas ganham maior complexidade, levando-se em consideração o histórico da vida espacial dessas famílias que não pode ser desconsiderado.

Havia algo que emergia através das orientações de projeto, a vida das pessoas e a sua relação com o ambiente construído, o que passou a gerar uma instigação para que fosse traduzido em compreensão teórica de tantos conteúdos que ainda escapavam ao conhecimento tradicional ligado ao projeto de arquitetura, exatamente o que extrapolava da esfera física. Com a problematização, a questão de pesquisa e as hipóteses levantadas, foi se delineando um objeto de interesse para pesquisa de doutorado, conteúdo que foi testado e validado dando sequência à Dimensão Afetiva da Arquitetura de Espaços Habitacionais (PERDIGÃO, 2006).

Repercussões da Experiência CDP na academia

A experiência de remanejamento/reassentamento de famílias para a Área da Companhia das Docas-CDP em Belém (PA), hoje um assentamento urbano denominado Paraíso dos Pássaros, trouxe bons resultados em muitos aspectos para a cidade, para as políticas públicas e para as famílias beneficiadas.

Figura 01: Área de reassentamento CDP e seu entorno na cidade de Belém (PA)



Fonte: Relatórios mensais do Convênio Cohab/FADESP/UFPA

A cidade funcionava como um canteiro em obras. Quando 1/3 da população do município sofria algum tipo de impacto com o Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una (Fig. 2), foi um desafio acadêmico e institucional enorme ter a participação da UFPA e o seu apoio para a construção de uma realidade local que, marcadamente, é tão cheia de demandas sociais. A produção habitacional através de autoconstrução, orientada tecnicamente a partir de princípios, pressupostos e qualidades voltados para as unidades habitacionais e, ao mesmo tempo, fortalecimento da prática arquitetônica, foi um avanço inquestionável.

No contexto de um remanejamento involuntário de grande porte como o que se apresentava, naturalmente haveria um choque entre a realidade e a aplicação do conhecimento. Naquelas circunstâncias, o paradigma de uma arquitetura protagonizada pelo arquiteto já era algo superado, visto que havia um contrato estabelecido pela participação comunitária em todas as etapas de projeto, construção e organização comunitária. Portanto, o alcance do projeto foi ampliado como prática, mas ficava um embrião para repercussões teóricas que incidissem na formação do arquiteto, o que viria com a pesquisa de tese em 2006 e a criação do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano na UFPA em 2007.

Havia uma pressão sobre a elaboração da proposta de suporte teórico-metodológico para execução do Plano de Reassentamento, havia o tempo contra-atacando, uma vez que já se desenrolavam atividades em curso que não eram bem avaliadas pelos agentes financiadores, tornando ainda mais urgente a proposição pela continuidade de reassentamento para evitar a paralisação do cronograma de obras dos canais envolvidos com a remoção das famílias.

O desenvolvimento de um suporte metodológico para orientação de projetos personalizados, e com a liberdade para aceitação ou não de acompanhamento técnico pelas famílias sob alvo de reassentamento em qualquer esfera da equipe disponível foi uma característica que se sobressaiu em relação às demais frentes de trabalho na Companhia de Habitação do Pará, que repercutiu em arranjo institucional e, assim, permitiu a abertura nas equipes envolvidas de vários órgãos para uma lógica de projeto mais humanizada e flexível.

A intencionalidade do processo flexível foi estabelecida como premissa de trabalho que continha uma abertura para o contato com as famílias, alvo de reassentamento desde a confecção de um minucioso programa de necessidades no qual eram listadas necessidades, exigências, preferências, prioridades, aspirações, expectativas, impossibilidades e, até mesmo, desenhos do morador.

Os resultados das interpretações realizadas com base nas respostas dos moradores eram traduzidos em procedimentos para enquadramento no conjunto de possibilidades pré-elaboradas, até certo ponto, em esquemas com partidos arquitetônicos bidimensionais complementados com informações sobre esquemas de localização nas quadras, envolvendo a projeção de ocupação no lote e condicionantes para uma melhor orientação quanto à exposição solar e ventos predominantes, especialmente no setor íntimo.

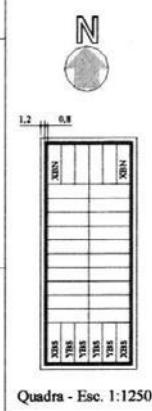
Avançando no processo, o morador consultava alguns projetos-referência, nos quais já estava desenvolvida a distribuição dos ambientes com base no partido arquitetônico escolhido pelo morador. O projeto-referência representava a base para adaptações requeridas pelo morador e, ao mesmo tempo, estabelecia restrições de ocupação do lote, afastamentos e recuos recomendáveis. Ou seja, representava um diálogo com informações

graficamente elaboradas, facilitando a comunicação sobre o que seria ou não recomendável, inclusive a restrição orçamentária mediante a indenização recebida pelo morador.

Figura 02: Partido arquitetônico e Projetos Personalizados

ALTERNATIVAS DE PARTIDO ARQUITETÔNICO BI-DIMENSIONAL

Modelo	Orientação	Área	Manchas (Esc. 1:500)
XBN	N	(A) - 88,00 m ² (B) - 72,00 m ² (C) - 62,00 m ²	
XBS	N	(A) - 60,00 m ² (B) - 57,00 m ² (C) - 52,00 m ²	
YBS	N	(A) - 52,00 m ² (B) - 50,00 m ² (C) - 48,50 m ²	



Quadra - Esc. 1:1250

Legenda:
● Fossa
■ Área Construída
■ Avarandados



Fonte: Relatórios mensais do Convênio Cohab/FADESP/UFPA

Uma lógica de projeto mais aberta e flexível tornava explícita a tomada de decisão arquitetônica que permitia a personalização do espaço habitacional, a qual era estimulada e acompanhada tecnicamente até mesmo em etapas posteriores à orientação das famílias no Barracão de projetos (PERDIGAO, 2000).

A personalização habitacional reafirmava e registrava materialmente alguns pressupostos da orientação de projeto da unidade habitacional: a) a casa expressa a história de vida pessoal de cada integrante do grupo familiar; b) a casa é a manifestação de valores, aspirações e visões de mundo de seus moradores; e c) o processo projetual com a participação comunitária deve estimular a reprodução de elementos do vocabulário habitacional já utilizados e aceitos por cada grupo familiar e deve estimular, também, a proposição de novos, caso seja de interesse da família.

Tais pressupostos foram importantes para adoção de novas lógicas e condutas profissionais, que contribuíram sobremaneira para uma prática de reassentamento que provocou rupturas com um raciocínio meramente construtivo e baseado na racionalidade, com indicação para padronização tipológica ou mesmo a simplificação da planta baixa com a desconsideração dos anseios da família em reassentamento habitacional.

Fazia parte do entendimento geral que a elaboração de uma lógica de projeto, que buscava amenizar tantos efeitos desfavoráveis de um remanejamento involuntário, pode contar com um processo projetual conceitualmente enriquecido e comprometido com teorias e com uma leitura crítica da realidade, capaz de criar, a cada momento, a adequação da mesma a um determinado contexto de projeto. O detalhamento operacional da Experiência CDP, especialmente a proposta arquitetônica incluindo as informações sobre o local, obteve duas premiações: Concurso Instituição Selo de Mérito, em 1999, e, no mesmo ano, o Concurso Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal.

Também ocorre um caminho inverso, ou seja, o natural questionamento teórico quando as práticas de atuação profissional são observadas de modo sistemático. Notadamente, a abertura para processos flexíveis e inovadores expande, cada vez mais, o pensamento projetual, provocando reflexões e novas questões para superação de um paradigma teórico por meio da aplicação a um determinado contexto. É mesmo um processo dinâmico e próprio ao universo da arquitetura. Este não é um movimento inédito do campo da Arquitetura; aliás, pelo contrário, ele está na base da produção de conhecimento em qualquer campo.

Por isso, a busca por evidências sobre a complexidade envolvida no problema e na solução espacial ao atendimento de necessidades humanas com o projeto de arquitetura das unidades em programas habitacionais passou a ser bastante instigante. Um conteúdo escapava em conversas entre projetistas e moradores: de forma explícita, estava na relação entre o espaço físico e o ser humano (PERDIGAO, 2003). Contudo, estava apenas de forma implícita nas ações projetuais nos códigos profissionais, ainda merecia investigação e proposição teórica. O que aconteceu na investigação científica com o teste da teoria afetiva.

O êxito da proposta de suporte projetual e da orientação comunitária deu muitas oportunidades para lançar problemas a serem pesquisados, tal foi o repertório de lacunas relacionado ao contexto de projeto no âmbito do remanejamento/reassentamento habitacional que aguardava respostas coerentes com a prática estabelecida. A repercussão da lógica de orientação de projetos na Área da CDP pelos resultados concretos obtidos foi instigante.

A elaboração da questão de pesquisa de tese sobre a dimensão afetiva da arquitetura de espaços habitacionais tornava explícito que havia um ingrediente imaterial que se concretizava com aquele suporte técnico oferecido como orientação de projeto de arquitetura às famílias em reassentamento na área CDP.

A lógica de projeto de arquitetura e o padrão de ocupação espacial para teste da teoria afetiva da arquitetura são apresentados no caso da Área de Reassentamento CDP (PA). O vínculo com o lugar foi examinado com base nas modalidades afetivas, cognitivas e fisiológicas humanas do usuário, considerando a concepção espacial, ou seja, a orientação de projetos ter sido ou não recebida pelos dois grupos de moradores consultados.

O teste validou a hipótese e revelou a manifestação clara da relação afetiva dos moradores consultados com o espaço habitacional. Os moradores com orientação personalizada de projeto de arquitetura demonstram a condição do “sentir-se em casa” no presente, o que não se confirmou para os demais consultados, que não obtiveram orientação de projeto para concepção e construção de sua unidade habitacional (PERDIGÃO, 2006).

A aplicação da teoria afetiva na prática da profissão, em ações de melhoria habitacional, envolve a elaboração de recursos técnicos específicos para a realidade em questão, para o ajuste espacial e a maior permanência do morador no espaço, pelo fortalecimento de vínculos com a casa e com o seu entorno imediato, através de decisões de projeto arquitetônico. Para tanto, a necessidade do desenvolvimento de ferramental de consulta sobre necessidades humanas tem levado à pesquisa sobre a temporalidade do habitar (PERDIGAO, 2006) como forma de capturar o que escapa à linguagem verbal para definição das necessidades a serem atendidas pela atuação do arquiteto.

Os resultados da tese demonstraram a importância da inclusão de aspectos da relação entre ser humano e ambiente, construído como variável técnica (PERDIGAO, 2012), fortalecendo a continuidade no investimento por meio da teoria do projeto sobre a base cognitiva e operativa (SILVA, 2003), impulsionando o surgimento da pesquisa em projeto com a criação do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano (LEDH) da UFPA e tornando corrente a relação entre ensino e pesquisa em projeto na graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

Ainda que só atuante, inicialmente, no ensino de graduação, essa atuação inicial oportunizou experimentações projetuais importantes: as atividades de iniciação científica e desenvolvimento de TCCs tornaram mais claras as lacunas do conhecimento para solução de problemas da prática profissional, ainda maiores em se tratando do lugar amazônico, tão pouco explorado de um ponto de vista operativo. Desse modo, a produção de conhecimento no recém-criado curso de pós-graduação – com apenas uma década – era a oportunidade aguardada para impulsionar a transformação de problemas físico-espaciais em linguagem de projeto com traços humanizadores por meio de estudos tipológicos (PERDIGAO, 2009).

A referência da prática de arquitetura tem sido testada cientificamente e o fortalecimento de conteúdos, que fazem parte das teorias de produção arquitetônica (SILVA, 2003; PERDIGÃO, 2019), vem oferecendo a oportunidade para expansão do alcance de conhecimentos implicados na concepção arquitetônica, iniciados com a abordagem de pontos de partida na concepção arquitetônica geométrica e não geométrica (PERDIGAO & BRUNA, 2009), o que torna possível a concepção da habitação para além

de planos, medidas e materiais de construção, quando oferece o devido lugar às necessidades e expectativas humanas, que precisam ser melhor capturadas e traduzidas em espaço.

Assim, investe-se na produção do conhecimento de natureza operativa, assumindo a ampliação de pontos de partida diversificados no campo das representações espaciais. Portanto, introduzindo possibilidades alinhadas ao escopo de relações estabelecidas pelo ser humano com o entorno construído, conforme a epistemologia genética de Piaget sem, necessariamente, ter a forma para definição do partido arquitetônico como única opção.

As representações espaciais gerando estudos tipológicos

A abordagem sobre a habitação faz parte de um estudo mais amplo, sobre as representações espaciais descritas através de categorias de natureza geométrica e não geométrica (PERDIGÃO; BRUNA, 2009), no qual levantam-se pontos de partida do projeto de arquitetura com base nas relações estabelecidas pelo ser humano com o entorno construído, em seu ciclo de desenvolvimento humano com base em quatro períodos, conforme Piaget e sua Epistemologia Genética.

Cabe ressaltar que a estruturação dos pontos de partida segue publicações em escala urbana, que abordam categorias topológicas e geométricas em suas investigações, o que levou a assumir mais uma categoria relacionada ao teste da teoria afetiva e que encontra enquadramento no primeiro período abordado por Piaget, o período sensório-motor e as características do ser humano a ele inerentes.

Norberg-Schulz (1963) apresenta uma discussão elucidativa entre esquemas euclidianos e esquemas topológicos de interesse para construção teórica sobre a representação de espaço no campo da arquitetura. A investigação de Piaget atesta ao espaço euclidiano um tipo de esquema posterior ao caráter comportamental inconsciente no início do ciclo vital humano. A experiência de profundidade, que antecede e orienta o esquema euclidiano, vem de relações topológicas.

A percepção de profundidade é inexata e demonstra que o espaço, como fenômeno físico, tem um caráter não euclidiano nos primeiros anos da vida humana. Portanto, temos associado as representações geométricas e topológicas, que são aquelas que aparecem nas discussões teóricas mais sistematicamente na escala urbana, na escala do edifício a representação pulsional (PERDIGAO; BRUNA, 2009). Admite-se que as relações topológicas são aquelas estabelecidas antes das noções geométricas envolvendo formas e medidas, por exemplo. As representações pulsionais estão relacionadas ao período sensório-motor descrito por Piaget.

Seguindo esse raciocínio, temos desenvolvido estudos sistemáticos sobre o habitat amazônico, sendo a palafita descrita através de uma abordagem tipológica, entre tipologia e tipo, envolvendo assim elementos geométricos e qualidades topológicas. Assim, tem-se investigado as particularidades da arquitetura ribeirinha da Amazônia com a discussão de aspectos geométricos e não geométricos em comunidades amazônicas.

O estudo mais amplo mencionado envolve um conjunto de pesquisas de natureza projetual, com estudos analíticos para contribuição à instrumentalização do projeto de arquitetura e à formação de repertório local por meio da arquitetura vernacular.

Pontos de partida geométricos e não geométricos para produção de habitação social

A descrição da palafita amazônica, nesses termos, gera um conhecimento operativo que é a meta de pesquisas desenvolvidas no Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano da UFPA, cujos resultados de pesquisa são elaborados em linguagem de projeto como fundamento para a formação do arquiteto.

A proposição do tipo palafita amazônico, apoiado em estudos de Norberg-Schulz (1971), apresentada em estudo na Vila da Barca em Belém-PA por Menezes (2015), foi complementada por análise da tipologia, apoiada em estudos de Argan (2001) e associadas aos métodos de Mahfuz (1986), gerou um estudo no qual se destaca o compromisso didático com resultados de pesquisa em projeto nas palafitas de Afuá, Ilha do Marajó, Estado do Pará, no norte do Brasil (PERDIGAO, 2016).

O tipo palafita amazônico abrange relações de proximidade com a natureza, principalmente com o rio e a floresta. A floresta e o rio são como uma continuidade da casa, através de um percurso que inicia na estiva, que conecta o rio à casa, passando por uma circulação interna, que se desenvolve entre os ambientes de uso, visto que a pouca compartimentalização dos espaços internos da casa oferece continuidade até a roça, que inicia no quintal, e finalizam na mata, em conformidade com o sistema mata-rio-roça-quintal (LOUREIRO, 2001). A sucessão ao ambiente natural ocorre pelo uso dos avarandados, estivas, jiraus e trapiches, elementos que demarcam o intervalo entre o interior e o exterior (MENEZES, 2015; MENEZES; PERDIGÃO, 2021).

A tipologia refere-se a elementos visíveis, sistematizados por Argan (2001). O “todo” abrange a volumetria da edificação. A relação entre as “partes e o todo” se reflete nas proporções entre a altura da casa e a elevação do solo e, também, na proporção entre altura e largura no plano da fachada. A distância entre a estiva pública e a palafita, pela estiva privada, também é considerada como uma parte relacionada ao todo da edificação. Para as “partes significativas”, observaram-se detalhes construtivos e decorativos (PERDIGÃO, 2016).

No atual curso de investigações sobre o habitat na Amazônia (TRINDADE JR, 2010), desdobrando-se em partes até chegar ao processo projetual, percebe-se a existência de dois campos distintos que concorrem para fundamentar os aspectos humanos envolvidos na concepção arquitetônica, entre quem concebe e quem usa o espaço construído. O campo das operações cognitivas para uso de método e repertório de projeto e o campo das sensações humanas conforme as impressões e aspirações para quem usa o espaço. Contudo, eles não são únicos e estanques, as relações humanas são únicas e complexas, é preciso querer capturá-las, caso a caso.

Tais contratações têm impulsionado as investigações sobre o habitat ribeirinho da Amazônia através da produção de conhecimento operativo com ênfase ao tipo e à tipologia (PERDIGÃO, 2009; PERDIGAO, 2016; MENEZES; PERDIGAO, 2021). E, também, sobre a instrumentalização do projeto através das representações espaciais na concepção arquitetônica (PERDIGÃO; BRUNA, 2009).

Considerações finais

A temática espacial oferece um aporte conceitual e técnico capaz de agregar conhecimento profissional (método e repertório de projeto) e demandas individuais dos moradores (essência e história de vida dos usuários) para melhoria das condições habitacionais em casos de deslocamento espacial.

A produção de conhecimento é uma recorrência importante no acompanhamento de práticas arquitetônicas. Tem-se explorado, especialmente, o efeito de variáveis de projeto mais ligadas à vida espacial do morador, tendo sido comprovadas através de consulta direta aos moradores, o que naturalmente promove a inclusão de muitas variáveis a serem incorporadas ao tradicional escopo de variáveis técnicas como são tradicionalmente aceitas.

Na área CDP, foram levadas em consideração condicionantes de projeto com mais características humanas, ditas “menos técnicas”, visto que os problemas a serem resolvidos com a orientação de projetos não estavam circunscritos em demandas eminentemente físico-espaciais. Estava envolvido no processo de orientação de projetos na Área CDP o fato de que havia perdas irreparáveis, e que a solução da unidade habitacional no reassentamento entrava como uma estratégia para amenizar a realidade de danos provocada por um remanejamento involuntário.

Desse modo, os resultados do teste da teoria afetiva demonstraram diferentes pontos de vista sobre criação e apropriação do espaço arquitetônico. Portanto, percebeu-se claramente a lacuna deixada pelo fato de a produção da moradia não considerar a ampla exploração da vida espacial dos moradores para a proposta da unidade habitacional no reassentamento CDP.

O desafio disciplinar do campo da arquitetura está no desenvolvimento de esquemas teóricos e práticos com referência ao fato de que os espaços abrigam muito mais do que operações complexas de criação cognitiva pelo projetista, e, graças à crítica, à reflexão e à produção de conhecimento científico, novas possibilidades se abrem com a adoção do conceito de espaço na concepção arquitetônica, um caminho de humanização com a complementação do vívido à concepção do espaço físico que, não necessariamente, tem em sua gênese a geometria.

O campo das representações espaciais pela ampliação das bases geométricas a outros níveis de concepção vem assumindo um protagonismo na base do ensino de projeto, o que torna possível uma mudança paradigmática sobre a adoção de um pensamento projetual mais alinhado com a vida espacial, com os modos de vida e com a existência humana em conexão com as particularidades do lugar amazônico. Assim, são criadas as teorias de produção do espaço na pesquisa e pós-graduação em atividades do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano.

A experiência CDP foi iniciada com o conhecimento voltado à atuação profissional, trouxe lacunas e instigações para ampliar o escopo de projeto. Levou questionamentos e buscas para defesa de tese e a validação de hipóteses sobre a Dimensão Afetiva da Arquitetura. Continua sendo uma referência de atuação prática importante e contribui sobremaneira para a instrumentalização do projeto de arquitetura, sendo complementada por tantas lições recebidas em pesquisa empírica sobre habitação na cidade de Belém (PA).

A produção de conhecimento relacionada à pesquisa em projeto ganha fôlego com cada interpretação feita sobre uma experiência profissional e pessoal tão rica sobre uma

lógica de projeto menos impositiva e que ampliava o olhar técnico de modo humanizado. Ainda falaremos muito sobre a Experiência CDP, ela permite um apoio inigualável para fornecer uma visão crítica da arquitetura e de seu ofício no trato de questões complexas como é o caso da habitação social na Amazônia.

Referências

- ARGAN, G. C. **Projeto e Destino**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- LOUREIRO, V. R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia aos mercados Nacional e Internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M. J. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. 1 ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2001, p. 47-70.
- MAHFUZ, E. C. Nada provém do nada: a produção arquitetônica vista como transformação de conhecimento. **Projeto (São Paulo)**, São Paulo, n. 69, p. 25-37, 1984.
- MENEZES, T. M. S. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém-PA)**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A. K. A. V. O tipo palafita amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). **Revista PROJETAR**, n. 6, p. 44-59, 2021.,
- NORBERG-SCHULZ, C. **Existence, space and architecture**. Nova Iorque: Praeger, 1971.
- NORBERG-SCHULZ, C. **Intentions in architecture**. Oslo: Universitetsforlaget; London: Allen & Unwin, 1963.
- PAIXÃO, R. T.. **Estudo longitudinal de famílias remanejadas e reassentadas no Projeto Taboquinha (Icoaraci, Belém, Pará) como subsídio ao projeto de arquitetura em habitação social**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2019.
- PERDIGÃO, A. K. A. V. **A dimensão afetiva da arquitetura de espaços habitacionais**. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PERDIGÃO, A. K. A. V. A produção do espaço habitacional expressando a identidade local em Belém (PA): a experiência de reassentamento CDP. **Anais... em X Encontro Nacional da Anpur**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. 1 CD-ROM.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Considerações sobre o tipo e seu uso em projetos de arquitetura. **Arquitextos**, 10, 2009. Disponível em:
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/14-> Acesso em: 16 nov. 2020.

PERDIGAO, A. K. A. V. Investigações sobre a interação entre ser humano e ambiente construído pelo projeto de arquitetura. **Anais...** em II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas, Natal. UFRN, 2012.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Projeto arquitetônico participativo em programa habitacional de baixa renda na Área da Companhia das Docas do Pará -CDP (PA). **Anais...** em IX CONGRESSO IBEROAMERICANO DE URBANISMO. Recife: EDUFPE, 2000.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Projeto arquitetônico participativo em programa habitacional de baixa renda na Área da Companhia das Docas do Pará: CDP/Belém-PA. In: **IX CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE URBANISMO**, Recife, 2000.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Teoria da produção arquitetônica na Amazônia. In: CARDOSO, A. C. (Org.). **Trajetórias de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: 2010-2018**. Belém: UFPA/PPGAU, 2019. Disponível em:
<https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/719>. Acesso em: 5 mai. 2021.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. **Vírus** São Carlos, v. 13, 2016. Disponível em:
<http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=2&lang=pt> . Acesso em: 3 Jul. 2019.

PERDIGÃO, A. K. A. V.; BRUNA, G. C. Representações espaciais na concepção arquitetônica. **Anais...** em PROJETAR 2009: projeto como investigação. São Paulo: Alter Market, 2009. (CD).

PERDIGÃO, A. K. A. V.; SANTANA, J. V. Produção habitacional e participação popular no reassentamento de famílias em Belém (PA). In: SANTANA, J. V. (Org.). **Habitação e Serviço social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. 1 ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018, p. 215-229.

SILVA, E. Novos e Velhos Conceitos no Ensino de Projeto Arquitetônico. In: LARA, F.; MARQUES, S. (Orgs.). **Projetar: Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto**. Rio de Janeiro: EVC. 2003, p. 32-35.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ **Suporte metodológico para projeto e auto-construção habitacional de baixa renda em Área Urbana na CDP/ Belém (PA)**, 1998.

EIXO 3 - LUTAS SOCIAIS PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE

TRABALHO SOCIAL E MOVIMENTOS DE MORADIA: RESGATE E REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Ivaloo Giurge Gusmão¹

RESUMO: O presente artigo reflete sobre as experiências de trabalho social em habitação de interesse social realizados com movimentos de moradia na década de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo. Observamos, através dos atores – assistentes sociais do poder público municipal, assessorias técnicas e/ou organizações não governamentais –, que o trabalho social possuía uma intencionalidade contígua ao projeto de transformação societária que viria da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. A intencionalidade do trabalho social com os movimentos de moradia era que, compondo uma realidade contraditória e oposta aos seus interesses, os movimentos sociais elaborariam uma outra forma de organização comunitária. Em outro contexto, mas em consonância aos desafios propostos pelos movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas de habitação de interesse social, podemos observar as intencionalidades, as tensões, os desdobramentos e os desafios do trabalho social na contemporaneidade.

Palavras chaves: trabalho social; movimentos de moradia; autogestão na política de habitação.

Abstract: The present article reflect about social work experiences in social housing carried out with housing movements in the 1980s and 1990s in the city of São Paulo. We observe through the actor - social workers from the municipal government, technical advisors and/or non-governmental organizations- that social work had an intention contiguous to the project of transformation of the society that would come from the working class and social movements. The intentionality of social work it, social movements they are composing a contradictory reality and opposite to their interests but they would elaborate another form of community organization. In another context but in consonance to the challenges posed by social movements in the development of public policies for social interest housing, we can observe the intentions, tensions, developments and challenges of contemporary social work.

Keywords: social work; housing movements; self-management in housing policy.

¹ Assistente social no Movimento de Habitação e Ação Social (Movah) e na Peabiru TCA, pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (Nemos) da PUC-SP e membro da executiva do Fórum de Trabalho Social de São Paulo. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP. Email: ivaloo.gusmao@yahoo.com.br.

Introdução

O presente artigo procura refletir sobre as experiências de trabalho social em habitação de interesse social realizados com movimentos de moradia na década de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo. Nesse período, observamos, através dos atores que realizaram essa prática – assistentes sociais do poder público municipal, assessorias técnicas e/ou ONGs – que o trabalho social possuía uma intencionalidade contígua ao projeto de transformação societária que viria da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. A intencionalidade do trabalho social com os movimentos de moradia era que, compondo uma realidade contraditória e oposta aos seus interesses, os movimentos sociais elaborariam uma outra forma de organização comunitária. Em outro contexto, mas em consonância aos desafios propostos pelos movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas de habitação de interesse social, podemos observar as intencionalidades, as tensões, os desdobramentos e os desafios do trabalho social na contemporaneidade.

Como metodologia para construção desse artigo, parto dos resultados da minha pesquisa de mestrado que utiliza pesquisa bibliográfica e documental² e analisa os relatórios de trabalho social da Fase³ e os documentos da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)⁴. Utilizamos também de parte do acervo de entrevistas do projeto de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) da PUC-SP⁵, compartilhado pelo grupo de pesquisa para análise no recorte temático deste artigo. Com inspirações metodológicas na história oral, trazemos as entrevistas e evidenciamos as falas desses sujeitos, assistentes sociais que atuavam com movimentos sociais na cidade de São Paulo no período da redemocratização brasileira.

São notórios os ataques à participação, à transparência, ao controle social e à democracia na contemporaneidade. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre o trabalho social na política de habitação de interesse social no projeto oposto, ou seja, o trabalho social como componente da política pública, com direito à participação e ao controle social, a partir do diálogo democrático com os movimentos sociais de moradia. Há muitas questões que precisamos compreender sobre a democracia, a participação e as políticas públicas (e tantas ainda à defender) mas, como afirmam Abbers, Silva e Tatagiba (2018), os movimentos sociais importam para as políticas públicas e as políticas públicas impactam o desenvolvimento dos movimentos sociais.

O trabalho social constitui parte desse processo. Como afirmam Diniz e Paz (2018), o trabalho social tem o desafio de assegurar as condições de acesso às políticas, aos direitos e à apropriação do espaço público de forma participativa. Ainda conforme as autoras, a dimensão estratégica do trabalho social em habitação de interesse social deve estar na articulação das lutas pela radicalização da democracia, na atuação junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora e pela construção de um conjunto de ações de caráter

² Resultado da pesquisa: GUSMÃO, Ivaloo G. **Trabalho social, autogestão e movimentos sociais:** resgate e reflexões da experiência dos anos 1980 na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

³ Fase é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 1961, que desenvolveu trabalhos para a organização e o desenvolvimento comunitário e associativo no apoio a ações de resistência à ditadura e aos movimentos sociais na redemocratização brasileira.

⁴ A UMM-SP é uma articulação de associação de moradores e movimentos de moradia do estado de São Paulo.

⁵ Acervo de entrevistas do projeto de pesquisa “Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na cidade de São Paulo: memória, impasses e desafios da atuação profissional do Serviço Social”.

socioeducativo voltadas para a mobilização e a organização dos sujeitos sociais. A participação deve ter elemento central, a construção e a afirmação da cidadania no âmbito local, com potencialidade de ampliação para as lutas mais gerais na sociedade. São em territórios marcados pela exclusão e pelas desigualdades estruturais que a questão da participação e da organização social se tornam centrais para o enfrentamento e a superação dos problemas (DINIZ; PAZ, 2018, p. 12).

As propostas de participação popular e de ampliação de cidadania por meio dos canais institucionais de participação política foram propostos no Brasil após um longo período de ditadura militar, violência e autoritarismo. As propostas de uma democracia participativa foram promulgadas na Constituição de 1988, e foram nesses espaços que os movimentos sociais experimentaram participar da política pública, propor emendas populares, participar de orçamentos participativos, discutir planos diretores, participar de conselhos, comitês gestores, conferências, entre outras formas de participação política.

Dagnino (2004) aponta que houve uma crise discursiva na confluência perversa do atravessamento do projeto neoliberal com as experiências de construção democrática. No projeto democratizante participativo, o neoliberalismo e a participação nos espaços da política institucional turvaram as projeções sobre a sociedade civil e sobre movimentos sociais e a possibilidade de compreender suas intencionalidades. Mas, é a partir dessas análises que as relações podem ser observadas. A heterogeneidade e os conflitos internos aos movimentos sociais que, conectados, realizam correlações com partes do Estado, que também é heterogêneo (DAGNINO, 2004) e características dessas relações devem ser consideradas.

Se, por uma lado, foi na década de 1990 que as dinâmicas de rearranjo político-institucional representaram aos movimentos sociais a representação popular através das Organizações Não Governamentais (ONGs), a institucionalização e a normalização de formas de ação coletiva (LAVALLE, 2004) dando centralidade a uma nova sociedade civil que emerge após a redemocratização brasileira, por outro lado, foram os novos aspectos das relações e interações dos movimentos sociais com o Estado que alianças, disputas, diálogos e negociações se formaram. A autonomia dos movimentos sociais não se constituiu na chave da não relação com o Estado, mas sim em realizar as mesmas finalidades, com auxílio mútuo ou coadjuvação recíproca.

Uma das expressões das relações dos movimentos sociais com o Estado são os movimentos de moradia que pautam políticas de habitação de interesse social por autogestão. A autogestão na habitação é a realização da produção habitacional ou da urbanização de uma área, com o controle da gestão dos recursos públicos e da obra pelos próprios movimentos populares, associações e cooperativas. Para Mineiro e Rodrigues (2012), autogestão é a possibilidade de a própria comunidade gestar e controlar todo o processo da produção, na solução da sua habitação, e de exercer o controle de todas as etapas na política urbana, desde a escolha do terreno, da definição do projeto, da equipe técnica que acompanhará o grupo, até a escolha da forma de construir, dos materiais que serão utilizados, da mão de obra que será contratada, da organização e da participação na obra, desde o mutirão até à prestação de contas.

Protestar e propor, assim como entrar em conflito e cooperar, passaram a andar juntos nas relações entre movimentos sociais e Estado. Abers, Silva e Tatagiba (2018) afirmam que é necessário compreender o contexto político dessa relação, não como um

agente externo ou um cenário inherentemente aos movimentos. O contexto estabelece oportunidades, ameaças ou constrange as ações dos movimentos sociais que estão inseridos em relações de interdependência com os diversos atores e instituições com quem interagem rotineiramente, constituindo estruturas relacionais.

Não foi o cotidiano, nem o lugar mítico e puro das periferias que trouxe a classe trabalhadora – pobres, sãos e libertos, como disse Sader (1988) – ao cenário público nas décadas de 1970 e 1980. Foi no contexto de efervescência política, na imersão de novos atores e movimentos populares que ocorreram nesse período e que deram nova configuração social ao cenário público, que Sader (1988) verifica a existência de novos significados atribuídos ao cotidiano popular decorrentes de reelaborações de matrizes discursivas do cristianismo da Igreja Católica, do marxismo e do novo sindicalismo. Foram essas matrizes discursivas que estabeleceram novas relações entre o cotidiano e a realidade vivida pelos sujeitos coletivos que emergiram na cena pública nesse período.

Muitos debates estão presentes nos estudos sobre movimentos sociais. Mas são sobre os atores que realizaram o trabalho social nas décadas de 1980 e 1990 e que estabeleceram relações com os movimentos sociais ou, ainda, estabeleceram relações entre o trabalho social na habitação com as lutas sociais da cidade a partir do poder público municipal ou através de assessorias técnicas e ONGs, que propomos a observar o presente trabalho.

Trabalho social no poder público

A partir do ano de 1975, o trabalho social passou a estar presente nacionalmente na política urbana (PAZ; TABOADA, 2010) através dos programas habitacionais oferecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), vigente no país entre os anos de 1964 e 1986, dentro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Programas como o Inocoop, Promorar, João de Barro, Profilurb e Prosanear, desenvolveram experiências de trabalho social.

Abramides, Mazzeo e Fingermann (1980) sistematizaram as experiências de trabalho social realizadas nos anos de 1975 e 1976 no Inocoop⁶. As autoras destacam a direção política dada ao trabalho social e à organização popular para empreender uma ação transformadora, participação na realidade social, no exercício e na defesa de direitos. Segundo as autoras, a direção da ação do trabalho social junto aos moradores do Inocoop requer dos técnicos uma concepção de sociedade que compreenda que todas as coisas e todos os fatos se transformam, a existência é encadeada dinamicamente e impulsionada pelo movimento inerente da própria sociedade. O técnico social, comprometido com a classe trabalhadora, deve dispor toda informação e conhecimento que possui no sentido de auxiliar sua articulação (ABRAMIDES; MAZZEO; FINGERMANN, 1980).

Em entrevista ao Núcleo de Movimentos Sociais da PUC-SP no ano de 2020, a coordenadora do Subprograma de Desenvolvimento Comunitário do Inocoop, ressaltou a importância do processo de formação dos técnicos desse período. As discussões no Serviço Social, nos marcos da renovação, a experiência de BH no Brasil e a experiência do

⁶ O Inocoop-SP atendia, com habitações de baixo custo, trabalhadores sindicalizados e contribuintes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Celats no movimento de reconceituação marcaram a formação desses técnicos. Outro destaque na entrevista foi o processo organizativo da própria categoria profissional do Serviço Social através da organização sindical na Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas) e a preparação para o Congresso da Virada. Nossa entrevistada, enquanto membra da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), destaca o papel do sindicato no reconhecimento e no acompanhamento dos primeiros movimentos da cidade de São Paulo como o Movimento Unificado de Favelas (MUF), o movimento de Lutas de Cortiços e o acompanhamento às lutas pela taxa mínima de água e luz nas favelas (ACERVO DE ENTREVISTAS, NEMOS, 2021).

Expressões do novo sindicalismo também estavam presentes em nossa categoria profissional. Para o Serviço Social era importante romper com o conservadorismo, essa perspectiva relaciona uma categoria profissional às lutas sociais, populares e sindicais que ocorriam em todo o país nesse período. Os profissionais do Serviço Social, muitas vezes, participavam desse processo numa dupla dimensão: como sindicalistas e como articuladoras de trabalhadores e trabalhadoras nas periferias da cidade. (ACERVO DE ENTREVISTAS, NEMOS, 2021).

Paz e Taboada (2010) identificam a importância da atuação das equipes técnicas envolvidas em projetos habitacionais que passaram a ter, como eixo central, o apoio às reivindicações e à organização popular. Foi dessa forma que os movimentos de moradia passam a identificar os técnicos sociais como aliados de suas lutas e, num contexto mais amplo de lutas, as lutas pela redemocratização do país (PAZ; TABOADA, 2010, p. 48). Uma de nossas entrevistadas demonstra esse processo:

Quando nós começamos a trabalhar com o movimento não tinha nada escrito, isso era como um compromisso com o movimento, algo ideológico, político, do que na verdade algo de conflito. Era um começo tanto para nós, como para eles também. Estábamos formando nossas cabeças como eles também estavam, não tinha uma coisa hierarquizada ou uma diferença entre nós. (Depoimento da entrevistada 1, 2018)

Nesse período, na cidade de São Paulo, os atendimentos e os programas de habitação voltados à população de interesse social eram compreendidos como ações emergenciais, e não como parte de uma política habitacional. Os atendimentos eram realizados através da secretaria ou de órgãos da assistência social e estavam restritos a atendimentos pontuais e emergenciais, como a doação de materiais ou a remoção de favelas para áreas e conjuntos desprovidos de serviços públicos nas periferias, por exemplo. Nesse contexto, assistentes sociais, técnicas do poder público, passaram a realizar uma atuação diferente:

A favela vinha aqui, “olha eu sou morador da favela tal”. Ah, então tá, eu vou lá, na sua favela, e a gente vai chamar uma reunião. Tem que formar uma comissão de moradores. A partir daí começamos a discutir outras coisas, porque aí os técnicos acharam que era o momento e se viam no papel de organizar a população e promover a educação popular (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, NEMOS, 2016).

Organizar a população, promover processos coletivos e promover processos inspirados na educação popular foi a forma como atuaram os profissionais entrevistados. O sentido dessa ação era que os moradores não obtivessem apenas as exigências pontuais e individuais, mas que se organizassem, formassem comissões e identificassem demandas coletivas. Outro depoimento permite compreender esse processo:

Mensalmente a gente fazia reunião com todas as comissões de favela, e em favela que ainda não tinha comissão, que não tinha representatividade, a gente convidava as lideranças do MDF⁷ para conhecer a frente nacional dos trabalhos. Então a gente tinha esta preocupação de trazer experiência, de trazer modelos de organização, formas de organização para isso. (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, Nemos, 2016).

A partir das necessidades concretas, ou seja, as formas de moradia da classe trabalhadora nas periferias da cidade de São Paulo, a perspectiva coletiva de organizar e articular essas lutas pela cidade e pelo país torna-se objetivo do trabalho social em habitação. Atendimentos individuais foram organizados para se tornarem coletivos, logo, podem se articular com outras organizações municipais, estaduais e nacionais que trazem como pauta as mesmas reivindicações pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade.

A atuação técnica, quando desenvolvida dessa forma, demonstra o compromisso político em atuar conjuntamente com os movimentos sociais. Entretanto, essa forma de atuação também foi questionada pelos movimentos sociais, no sentido de que organizar comunidades é uma atribuição das lideranças e não dos técnicos do poder público municipal. Entretanto, essa atuação permitiu demonstrar outros propósitos, como demonstra nossa entrevistada:

A gente discutia a própria necessidade de organizar para se obter outros serviços, como direito que a população tinha, que a gente como servidor público tinha obrigação de prestar esclarecimento, informação. Uma outra visão do funcionário público como aquele que ficava atrás de um balcão, e por favor, dava informação para a população. (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, Nemos, 2016).

Embora a atuação técnica, quando pautada na organização comunitária, entre em conflito com a atuação das lideranças dos movimentos sociais que atuam nesses territórios, a intencionalidade dessa prática e a atuação do técnico que informa, esclarece, articula e está presente no territórios transcende a atuação do funcionário público que apenas fornece informação “atrás de um balcão”, como diz nossaentrevistada.

Com o desenvolvimento das políticas públicas de habitação de interesse social, principalmente a partir do ano de 1989 e sua respectiva institucionalidade na gestão municipal, vemos, através do Programa FUNAPSCOM⁸, as ações de trabalho social acompanharem movimentos sociais nos mutirões para construção de unidades habitacionais, urbanizar favelas ou promover ações de melhorias em áreasespecíficas. Nesse

⁷ Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) foi formado no ano de 1977 e se propunha a organizar e articular as favelas. Atualmente, está presente nos bairros da Vila Prudente e Sapopemba na cidade de São Paulo.

⁸ O Programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal Comunitário (FUNAPSCOM) foi criado pela Lei n. 8.906 de 27 de abril de 1979 e reformula o programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps) que estava vinculado à Fabes e à Coordenadoria do Bem Estar Social.

contexto, as discussões sobre a indicação da demanda – quem tem direito ao benefício da moradia autoconstruída – passa a estar presente. Poder público e movimentos sociais divergem sobre a questão. Para os movimentos sociais, são eles que indicam a demanda, pois organizam, gestam e reivindicam as obras realizadas. A composição de equipes multidisciplinares para o desenvolvimento do trabalho social com movimentos sociais (arquitetos, engenheiros, assistentes sociais entre outros) também promove debates e disputas sobre as formas de atuação. Há concordância sobre a importância do trabalho social, entretanto, como diz nossa entrevistada, a defesa da atuação do Serviço Social se pauta na ênfase a determinados processos, à formação e à dimensão ética, política e pedagógica, que não é realizada da mesma forma por todos os profissionais (Depoimento na Atividade Roda de Conversa, Nemos, 2016).

Trabalho social nas assessorias técnicas e ONGs

O Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, a partir do ano de 1988, passou a articular, mensalmente, assessorias técnicas que atuavam com movimentos sociais⁹. Encontramos o registro de um debate entre esses atores¹⁰, realizado no ano de 1994, que permite observar como eram as interações entre as assessorias técnicas, movimentos sociais e o Estado. O papel das assessorias técnicas e a perspectiva de sua estruturação como ONGs pautava-se na defesa por autonomia, pela garantia de multidisciplinaridade em suas equipes e na manutenção da condição de parceira, e não prestadora de serviços em relação ao governo. É possível identificar que havia uma intencionalidade em alterar a correlação de forças e alterar atores já fortalecidos historicamente na política urbana, como as empreiteiras e os escritórios de arquitetura consolidados. Assessorias técnicas e movimentos sociais haviam sido parceiros da administração municipal da cidade, entretanto, a descentralização de poder, a inclusão de novos atores ao Estado e a inclusão dos movimentos sociais na gestão da política foram questões importantes para essas relações. As experiências de financiamento das assessorias técnicas pelo Estado permitiram ampliar a participação dos movimentos sociais por moradia nos aspectos físicos da obra (participação na elaboração de projetos, participação no desenho e no planejamento da obra, por exemplo).

A referência do modelo cooperativista uruguaios dos Institutos de Assistência Técnica (IATs)¹¹ e das *Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* são referências importantes para os movimentos sociais e para as assessorias técnicas. Os movimentos sociais por moradia conhecem essa experiência no final dos anos de 1980, e se inspiram no Uruguai que, com financiamento público através da *Lei Nacional de Vivienda* (Lei nº 13.728, de dezembro de 1968), mantém uma política de habitação autogestionária, estatal e continuamente financiada.

Entre as assessorias técnicas de trabalho social, é a atuação da Fase, junto aos movimentos sociais, que destacamos as principais contribuições. A organização

⁹ Segundo Ronconi (1995), havia 23 entidades prestando assessoria técnica aos movimentos sociais na cidade de São Paulo no período de 1989 a 1992.

¹⁰ O debate realizado pelo Instituto Pólis sobre moradia e cidadania na cidade de São Paulo, que ocorreu no ano de 1994, contou com a participação de dez representantes de assessorias técnicas como a Usina, a Caap e a GAMHA.

¹¹ Os Institutos de Assistência Técnica (IATs) são entidades que assessoraram a FUCVAM e o cooperativismo de habitação uruguaios.

desenvolveu atividades com lideranças, representantes, dirigentes e militantes de base de diversos movimentos populares presentes na cidade entre os anos de 1985 e 1992. Na pesquisa documental, encontramos a metodologia de trabalho social utilizada por essa assessoria junto ao Movimento Popular do Campo Limpo e pudemos observar alguns destaques. O trabalho social procura conscientizar e organizar os trabalhadores para potencializar, junto a outros setores sociais, os avanços na resolução dos problemas concretos, transformar a sociedade e alterar as relações de classe; comprehende que a realização de ações concretas para melhoria das condições de trabalho e de padrão de vida da população devem estar apoiadas na estrutura sólida de seus locais de trabalho e de seus locais de moradia, pois isso garante continuidade e avanço nas lutas e reivindicações; desenvolve nos participantes a consciência crítica sobre a própria realidade como base para a reflexão e proposta de uma alternativa possível a esta realidade (Programa Trienal FASE/ SP-1987 a 1989, p. 13, 1987).

A influência da educação popular enquanto metodologia de trabalho social também está presente no Plano de Formação da Fase. Promover seminários, reunir dirigentes, militantes de base dos movimentos sociais, para dominar processo de lutas, ampliar a participação das mulheres nesses espaços, elaborar recursos pedagógicos (materiais audiovisuais, publicações, impressões) que permitam a visibilidades dessas lutas e realizar intercâmbios, assim como promover retratos da realidade local para refletir e buscar alternativas, produzir materiais com os movimentos e para os movimentos, são algumas dessas metodologias utilizadas.

Uma das expressões desse trabalho foi o acompanhamento da equipe de trabalho social de seis microrregiões da Zona Sul da cidade¹². A partir desse acompanhamento, a equipe passou a propor encontros e atividades nessa região, para articular essas lutas e ultrapassar a fragmentação desses grupos. Ampliá-los e unificá-los a toda cidade estavam entre os objetivos dos encontros entre os movimentos da região. Discutir propostas concretas para uma articulação ampla e permanente, critérios como pluralismo, representatividade, articulação, relações com o governo (Programa Trienal FASE/ SP, 1987 a 1989, p. 11), também estavam entre os objetivos, assim como a elaboração e o debate de teses sobre a questão habitacional, formas de organização e inserção dos movimentos sociais no embate direto ao Estado. A presença de partidos políticos e da Igreja Católica na organização desses movimentos populares também foram observados. Essa observação permitiu que as equipes identificassem preferências com setores, correntes políticas ou religiosas que facilitam, potencializam ou dificultam as ações desenvolvidas.

Em relação ao trabalho social com os moradores assentados e com moradores mobilizados para mutirão, as discussões focaram na organização comunitária para viabilizar creches, áreas verdes e espaços de lazer para jovens diante da ausência de equipamentos de uso coletivo no bairro. Ações para ampliação das práticas democráticas dentro dos próprios grupos também foram realizadas, entre elas atividades com a diretoria do movimento para ampliar práticas democráticas nas relações com seus associados e militantes (Programa Trienal FASE/ SP, 1987 a 1989).

¹²As áreas foram divididas por microrregiões, a saber: Jardim Regina, Jardim Rosana, Jardim São Luis, São Bento, Guarapiranga e Rural (compreende o Riviera até a Vila Jaci).

Entre os anos de 1990 e 1992, a equipe da Fase elaborou novas estratégias de trabalho ao considerar a presença de diferentes tendências políticas, próximas aos movimentos sindicais e aos movimentos populares. Emergem novas questões relacionadas à democracia interna dos grupos, à autonomia dos grupos em relação ao Estado, ao capital e aos partidos. Mas, é no depoimento da nossa entrevistada que podemos observar a abrangência e o desdobramento das articulações realizadas pela Fase:

A gente acompanhava os movimentos de moradias da Zona Sul e uma parcela deles lutava pelo mutirão, que era a grande bandeira da época. Aí a gente começou a fazer algumas reuniões, umas articulações na Câmara Municipal, no gabinete do Henrique Pacheco, que abria o gabinete dele toda segunda-feira. Então nós começamos a nos articular regionalmente e a partir daí começam a aparecer nas reuniões nós e várias outras pessoas. Na FASE nós fomos trabalhar também nessas articulações e foi quando a gente viu que, talvez fosse interessante criar uma articulação nacional, que foi a União Nacional dos Movimentos de Moradias, onde a gente fazia um trabalho coletivo de verdade, que abrangia também o Brasil inteiro. (Depoimento da entrevistada 1, 2018)

Considerações finais

No ano de 1993, a UMM-SP, com apoio da assessoria técnica da Fase, passa a articular movimentos de moradia por todo o país e funda a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A UNMP reúne movimentos sociais em 22 estados brasileiros e, nos anos seguintes, articula-se com outros atores da sociedade civil, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), a *Habitat International Coalition* (HIC) e a *Secretaria Latino Americana de La Vivienda Popular* (Selvip) e integram redes nacionais e internacionais.

A UMM-SP realizou experiências autogestionárias em programas habitacionais municipais e estaduais, e elaborou políticas públicas como o Fundo Nacional de Moradia Popular¹³. No ano de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e o estabelecimento de canais de negociação com o Governo Federal, foram elaboradas adaptações do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa Crédito Solidário (PCS) e, no segundo semestre de 2008, foi elaborado o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). O PMCMV-E utilizou recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e permitiu que organizações comunitárias, associações e movimentos sociais viabilizassem habitações de interesse social. O Programa possuía a modalidade de construção por autogestão¹⁴ e representou apenas 2% dos recursos do PMCMV convencional destinado às construtoras.

Para os movimentos sociais, os programas habitacionais que permitem a autogestão representam não apenas o atendimento de suas pautas de reivindicação, mas, também, a possibilidade de aperfeiçoar sua aplicabilidade (MINEIRO; RODRIGUES, 2012). O aperfeiçoamento da prática através das políticas públicas também permitiu que os

¹³ O Fundo Nacional de Moradia Popular é o primeiro projeto de lei de iniciativa popular do país, aprovado no ano de 2005 pela Lei n. 11.124 após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional. Com a lei, cria-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

¹⁴ Até o ano de 2011, foram produzidas 9.395 unidades habitacionais pela modalidade Entidades (MINEIRO; RODRIGUES, 2012).

movimentos sociais elaborassem suas próprias concepções sobre assessorias técnicas e trabalho social.

Para os movimentos sociais que defendem a autogestão na produção da moradia, as assessorias técnicas permitem aprimorar o processo de produção da autogestão e gestar, conjuntamente, as necessidades práticas impostas nas complexidades financeiras, jurídicas e construtivas de um empreendimento habitacional. O trabalho conjunto com as assessorias técnicas permite fomentar a autogestão em todos os momentos do processo: da aprovação à execução na construção da moradia, garantindo que o projeto atenda a necessidade e respeite os interesses dos futuros moradores, e preservando as particularidades de cada grupo. Sendo assim, o produto final não se resume à casa pronta, mas ao acúmulo de experiências técnicas e sociais que os levaram até ali, fazendo com que a participação no processo e o aprendizado adquirido representem a autonomia, o acesso aos direitos, à cidadania e a contribuição na construção de cidades mais igualitárias (UNMP, 2015).

As atividades, atribuições e limites para o desenvolvimento do trabalho social também se complexificam¹⁵. Possivelmente distintos ou, às vezes, próximos do contexto dos anos de 1980 e 1990. Indicação da demanda, atendimento de normativas, desenvolvimento de habilidades para participação, exposição de contextos, demonstrações das lutas dos movimentos, conflitos, contradições e disputas realizadas pela sociedade são ações de trabalho social com os movimentos sociais na contemporaneidade. Para os movimentos sociais, o trabalho social precisa promover a capacitação para a gestão coletiva, possibilitar processos que ampliem a participação das famílias na gestão da obra, fortalecer as comissões, incentivar permanência, apoiar, mobilizar e preparar processos para tomadas de decisão (UNMP, 2015).

A participação foi transpassada à gestão do empreendimento e, nesse contexto, promover espaços onde as decisões sejam menos concentradas, mais distribuídas e transparentes passa a ser atribuições do trabalho social. Analisar as relações estabelecidas, propor, implementar, ampliar e dar sustentabilidade às instâncias de participação popular na gestão da produção social da moradia são atribuições do trabalho social com os movimentos sociais (UNMP, 2014).

Referências

- ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L.. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, n. 105, 2018.
- ABRAMIDES, M. B. C; FINGERMANN, T. N.; MAZZEO, S. C. **Repensando o Trabalho Social: a relação entre Estado, Instituição e População**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

¹⁵ Foi analisado o material desenvolvido no âmbito do Projeto de Fortalecimento e Difusão à Autogestão, formulado no ano de 2012, pela UMM-SP. O projeto teve como objetivo fortalecer e difundir a autogestão habitacional aos movimentos sociais filiados à União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP).

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, São Carlos, n. 05, 2004.

DINIZ, T. M. R. G; PAZ, R. D.. **O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social**. Paraná: ENPESS, 2018.

FASE. **Programa Trienal FASE/ SP**, 1987 a 1989.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, São Carlos, n. 5, 2004.

MINEIRO, E; RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, L. C. (Org.). **Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2012.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. M. M. **Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis**. Bahia: AMPUR, 2005.

PAZ, R. D. O; TABOADA, K. J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SADER, E.. **Quando Novos Personagens entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. **Curso de Sensibilização para Autogestão**. São Paulo: 2014. Disponível em: www.Autogestao.unmp.org.br. Acesso em: 11 out. 2017.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. **Curso de Capacitação para Lideranças em Autogestão**. São Paulo: 2015. Disponível em: www.Autogestao.unmp.org.br. Acesso em: 13 out. 2017.

“ONDE QUERES FUZIL, SOMOS FEIJÃO”: A COZINHA SOLIDÁRIA DA AZENHA EM PORTO ALEGRE/RS COMO EXPRESSÃO DE LUTA E RESISTÊNCIA SOCIAL

Juanita Natasha Garcia de Oliveira¹

Marcos Pereira Diligent²

Eduardo Cidade³

Tiago de Campos⁴

Ricardo Souza Araújo⁵

Resumo: O presente artigo retrata a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) do Rio Grande do Sul (RS) na implementação do projeto Cozinhas Solidárias. Tem por objetivo a análise do processo de constituição da Cozinha Solidária da Azenha (CSA), fruto da ocupação de um imóvel abandonado da União na capital gaúcha. Alicerçado nos pressupostos teóricos do método dialético-crítico, e com delineamento de pesquisa qualitativa a partir da metodologia de história oral, apresenta experiências de lutas e de resistências sociais de enfrentamento à agudização da fome no Brasil, como elemento que confere unidade às ações interventivas dos movimentos sociais na produção e apropriação do espaço no contexto urbano. A inserção de militância e pesquisa junto ao MTST revela que estes processos são permeados por solidariedade de classe e se apresentam enquanto profícias estratégicas de renovação às bases organizativas da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; Cozinha Solidária da Azenha; Questão Social; Produção social do espaço.

Abstract: The article portrays the path followed by the Homeless Workers Movement (MTST) in the state of Rio Grande do Sul (RS), during the deployment of the Solidarity Kitchens Project. Its purpose is to analyze the opening process of the Solidarity Kitchen of Azenha (CSA), which is an occupation of an abandoned property owned by the Federal Union in Porto Alegre. Based on the theoretical assumptions of the dialectical-critical method and with a qualitative research design based on the methodology of oral history, it presents experiences of struggles and social resistance to confront the increasing hunger situation in Brazil, as an element that gives unity to the interventional actions of social movements in the production and appropriation of the urban spaces. The inclusion of militancy and research with the MTST reveals that these processes are permeated by class solidarity and present themselves as great strategies for renewal of the organizational bases of the working class.

Keyword: Homeless Workers Movement, Solidarity Kitchen of Azenha, Social Question, Social Production of Space.

¹ Assistente social sanitária, doutoranda PUCRS, juanitapucrs@gmail.com.

² Doutor, Professor Titular PUCRS, mdilig@pucrs.br.

³ Arquiteto e urbanista, mestrando PUCRS, cittadecarnielo@gmail.com.

⁴ Arquiteto e urbanista, mestrando PUCRS, tiagodecampos@gmail.com.

⁵ Assistente social, doutorando PUCRS, ricardo.toxza@gmail.com.

Introdução

“Na vida cotidiana não predomina o longo tempo; predomina o momento, o instante, o presente” (MARTINS, 2000, p. 104) e nesse ínterim de temporalidades, a fome – enquanto categoria eminentemente política – apresenta níveis alarmantes em escala global.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021): “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo” lançado em 2021 revela que, em 2020, “mais de 2,3 bilhões de pessoas (ou 30% da população global) não tinham acesso à alimentação adequada”, sendo as crianças, com idade inferior a 5 anos, as mais afetadas pela desnutrição crônica. O mesmo relatório destaca, também, que 3 bilhões de pessoas não têm acesso à alimentação saudável decorrente do elevado preço dos produtos da cesta básica. Apesar dos impactos sanitário, econômico, político e social agudizados pela pandemia de covid-19, os estudos sobre a temática mostram que a fome tem apresentado dados ascendentes desde 2010, sobretudo nos países da América Latina e Caribe.

Em 2021, mais da metade da população brasileira se encontra em situação de insegurança alimentar⁶ leve, moderada ou grave, atingindo o montante de 19 milhões de pessoas no país (PENSSAN, 2021). Os resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado em 2020, apresenta dados assustadores. Dos 2.180 domicílios participantes da pesquisa, mais da metade dos entrevistados convive com a insegurança alimentar, representando um aumento de 36,7% em relação a 2018. E a gravidade aumenta nas regiões Norte e Nordeste, em lares chefiados por mulheres negras, localizados nas áreas rurais.

Num país de dimensões continentais, que se destaca como potência na produção alimentar em escala global, o agronegócio e os elevados índices de exportação não têm conseguido aplacar o aumento da fome no Brasil. E nessa perspectiva é preciso destacar que boa parte dos alimentos consumidos nos lares brasileiros são produzidos pela agricultura familiar que, na atual conjuntura, tem sofrido com as políticas de austeridade neoliberal, associadas ao desprezo proveniente da gestão de Jair Messias Bolsonaro⁷.

O retorno ao mapa da fome, associado ao aumento do desemprego que assola 14,8 milhões de brasileiros e brasileiras, a regressão dos direitos de cidadania e os parcisos investimentos em políticas públicas e sociais, exigem respostas imediatas. Portanto, nos processos de lutas e resistências sociais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a questão alimentar é pauta presente. Ocupar vazios urbanos em situação irregular – que não cumprem com a função social da propriedade estabelecida pela Constituição Federal de 1988 – é a estratégia política mais conhecida do movimento, porém não a única.

Ao longo dos anos, o MTST apresenta acúmulo nos debates sobre insegurança e soberania alimentar, presente nas inúmeras experiências de trabalho organizativo e comunitário, que realiza nos territórios de atuação, as quais se destacam as cozinhas e hortas comunitárias, assim como as interlocuções com os movimentos campesinos. Entre

⁶ A insegurança alimentar se refere ao nível de acesso permanente de alimentos em quantidade e em qualidade adequada para a alimentação humana.

⁷ Entre as medidas adotadas pelo Governo Federal estão: a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Programa Bolsa Família, além de diretrizes e recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

eles podemos citar o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), bem como as mediações promovidas pela Resistência Urbana na América Latina às experiências da Frente Popular Darío Santillán, na Argentina, cuja manutenção de cozinhas comunitárias na região metropolitana e periférica de Buenos Aires tem sido efetiva na organização popular a partir dos territórios em que residem trabalhadores e trabalhadoras.

Nesta perspectiva, o artigo é composto pela experiência do MST na construção da primeira Cozinha Solidária no Rio Grande do Sul (RS), localizada no bairro Azenha em Porto Alegre (POA). Na sequência, traremos uma breve análise de conjuntura e os processos de agudização das expressões da questão social, presentes na realidade brasileira e, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

O contexto pandêmico e a agudização das expressões da questão social

A extrema direita neoliberal irrompe no cenário político brasileiro como alternativa da elite nacional ao neodesenvolvimentismo. Associada a uma agenda de desmontes de direitos constitucionais, historicamente conquistados por processos de lutas e resistências sociais da classe trabalhadora, observamos o avanço do neofascismo e do fundamentalismo religioso em escala global.

Trabalhadores e trabalhadoras duramente atacados por reformas de caráter ultraneoliberal, políticas públicas e sociais na iminência do estrangulamento orçamentário. Parcos recursos públicos, desmonte da Previdência, da Assistência Social e do Sistema Único de Saúde (SUS). Ataques à ciência e à tecnologia, à educação pública e aos segmentos mais expostos ao conservadorismo e ao moralismo burguês: mulheres, negros, jovens periféricos, indígenas, pessoas LGBTQIA+, militantes dos direitos humanos, entre outros.

Segundo Granemann (2021), a temporada de desmonte dos direitos de cidadania, em que se vive hoje, é fundamentada na perspectiva de limitação dos investimentos públicos e da austeridade fiscal como saída para crises financeiras. A falácia presente no discurso encobre o processo de crise estrutural em que se encontra o capitalismo, ocultando seus limites, incoerências e contradições na forma em que – nesta sociedade – está assentada a exploração e a subtração da riqueza socialmente produzida.

Intensificada por setores da extrema direita, a disputa pelo poder político no âmbito do Estado agudiza a situação econômica do país e abre possibilidades para o capital internacional acirrar a superexploração da mão de obra brasileira e dos recursos naturais, incluindo, também, o direito à vida. Posto que nem mesmo uma crise sanitária foi capaz de sensibilizar o mercado de capitais, colocando sobre a classe trabalhadora a solução para as demandas de dever estatal:

Padecer de fome ou morrer pelo contágio, ao ter de trabalhar sem poder praticar o isolamento físico, não são escolhas e tampouco alternativas mutuamente excludentes no cotidiano da classe trabalhadora; ao contrário, afiguraram-se complementares ou, talvez, reciprocamente combinadas para o extermínio dos excedentários. (GRANEMANN, 2021, p. 5)

Num cenário que contabiliza mais de 607 mil vítimas da covid-19, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2021), ao negar a gravidade da pandemia, incita a população para a desobediência das orientações sanitárias, da adesão à vacina e persiste na cientificidade (não comprovada) de tratamento precoce, ao qual inviabiliza respostas técnico-científicas para o enfrentamento ao coronavírus. Importante salientar que as expressões da questão social não emergem como inéditas na realidade brasileira a partir da pandemia, uma vez que, populações vulnerabilizadas vivenciam de longa data as refrações das crises cíclicas e estruturais do capitalismo. O que se observa nas cidades do Brasil é o agravamento das condições materiais de vida, transmutadas pelas inúmeras contradições engendradas por este modo de produção, quais sejam: o desemprego, a exclusão digital, a violência urbana, a ausência de políticas habitacionais, o acesso à água e à alimentação.

Nesta perspectiva, a rede de proteção social estatal se reduz à administração da barbárie, relegando à família e comunidades a responsabilidade por dirimir a ausência de renda e, consequentemente, a fome. Outra questão em destaque, refere-se ao mercado formal de habitação. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, em apenas um ano, as comunidades tiveram um acréscimo de 5% na coabitacão familiar (FAPESP, 2020). Contudo, a situação ganha contornos ainda mais dramáticos. Com o agravamento da pandemia, famílias inseridas no mercado informal de moradia fizeram das ruas a alternativa temporária para a questão habitacional.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), a população de rua cresceu desde o ano de 2012 em torno de 140%, realidade que se faz presente nas capitais brasileiras na atualidade. Ao observar ruas e avenidas centrais, as veremos expulsas das portas de prédios comerciais, agarrados aos poucos pertences que ainda restam.

Imersos numa conjuntura de aparente desmobilização social, os movimentos de luta popular da cidade e do campo buscam construir, entre si e as demais organizações políticas da classe trabalhadora, mecanismos que possam mitigar algumas destas expressões da crise atual, como a viabilidade e a manutenção das Cozinhas Solidárias do MTST, por exemplo.

As tensões presentes entre os desdobramentos políticos de cunho antidemocrático no âmbito do Estado e as estratégias de lutas e resistências sociais, protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras nas mais variadas formas político-organizativas, acirram o campo das disputas ideológicas e políticas, promovendo a confrontação do ideário ultraneoliberal. Mesmo figuras notáveis da direita liberal brasileira criticam o posicionamento do Governo Federal no enfrentamento ao coronavírus, relegando aos movimentos sociais, como o MTST, a incumbência de respostas práticas às crescentes demandas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade agravada. Seja no campo da habitação e do direito à cidade ou nas demais áreas que interseccionam com o debate do bem-estar social.

O retorno ao mapa da fome e as medidas adotadas pela gestão municipal, do então prefeito Sebastião Melo (MDB), consolida POA/RS como uma das cidades mais desiguais do país. Por meio de uma extensa agenda de alterações do Plano Diretor e concessões à iniciativa privada – vide Fazenda do Arado e os projetos especiais – tornaram a capital um terreno fundamental para o mercado imobiliário e de capitais.

Portanto, apreender a questão social, com ênfase nas refrações materializadas no espaço agrário e urbano, exige um duplo movimento de análise. O primeiro, diz respeito aos antagonismos e às desigualdades presentes na realidade brasileira – com base na caracterização do campo e da cidade, tanto em seus aspectos sócio-históricos, como os econômicos e políticos e, de outro, tornar evidente as formas de lutas e resistências sociais, bem como, os dilemas e as possibilidades presentes na atuação de movimentos sociais organizados territorialmente. Neste sentido, partimos do processo de construção da Cozinha Solidária da Azenha, enquanto ferramenta de mediação entre teoria e realidade na proposição de respostas às expressões da questão social no contexto da fome na cidade de POA/RS.

A cozinha solidária da azenha como expressão de luta e a resistência social

"Vim aqui pegar um almoço e comecei a conversar com eles. E eu comecei a ter vontade de sonhar de novo. Voltei a ter força de lutar, sonhar e vencer" (MATEUS, 2021)

Ocupar e resistir são palavras presentes no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras sem teto. As ocupações urbanas organizadas pelo MTST se caracterizam pelo grande contingente de pessoas – majoritariamente composto por mulheres negras – que lutam por moradia, cuja coabitacão familiar, as condições precárias de habitação, os custos elevados com aluguel ou, ainda, excluídos do acesso ao crédito imobiliário, configuram como particularidades presentes na realidade de quem faz de uma ocupação o local de luta pelo acesso à moradia e o direito à cidade.

Importante ressaltar que a ocupação de vazios urbanos e espaços ociosos que não cumprem com a função social da propriedade, conforme estabelecida pela Constituição Federal de 1988, é a estratégia política mais conhecida do movimento, justamente pelo caráter contestatório de denúncia, referentes às demandas de moradia popular e as demais determinações que constituem a questão urbana. Entre elas: trabalho, renda, saúde, educação, soberania alimentar, acesso às políticas públicas e sociais.

Neste ínterim, propõe-se aprofundar as discussões em torno da produção e da apropriação do urbano no contexto brasileiro e latino-americano, compreendendo os avanços e retrocessos que a classe trabalhadora vem construindo na disputa política do Estado, ainda que nos limites da hegemonia burguesa. Esta conjuntura, que desnuda de maneira cruel e avassaladora a falência dos valores e das relações de exploração que fundamentam a sociedade capitalista, especialmente num país de economia dependente como o Brasil, exige que as lutas e as resistências sociais estejam conectadas à vida cotidiana e aos seus aspectos mais elementares da sobrevivência humana, como o direito à alimentação, por exemplo.

Contudo, não significa ocultar os demais aspectos de tensão e antagonismo presentes na realidade social, mas, justamente, compreender as relações contraditórias que a configuram. Esta realidade, que se apresenta prenhe de potencialidade transformadora, urge de propostas organizativas advindas dos segmentos populares que tenham como diretriz a participação política dos sujeitos na disputa da riqueza socialmente produzida para além dos mecanismos propostos pelo Estado burguês.

Ao longo dos anos, o MTST apresenta o acúmulo de inúmeras discussões e ações organizativas em torno da questão alimentar, para além das experiências presentes nas ocupações urbanas. Dado o agravamento da fome nas cidades brasileiras, o movimento construiu campanhas nacionais para arrecadação de alimentos: em 2019, com a “Periferia Sem Fome” e em 2020 com o “Fundo de Solidariedade aos Sem-teto Atingidos pelo Coronavírus”. Além de auxiliar territórios periféricos na estruturação e manutenção de cozinhas comunitárias, como as existentes na Ocupação Povo Sem Medo e no Condomínio Nossa Senhora do Bonfim, ambos no bairro Sarandi e a Cozinha Comunitária dos Maristas no bairro Rubem Berta, todas em POA/RS.

As Cozinhas Solidárias do MTST surgem em decorrência da crise econômica, política e social que assola o Brasil, mas também como ferramenta de mobilização, participação e organização popular que reúne inúmeros trabalhadores e trabalhadoras em torno da proposição de estratégias que possam tornar visíveis as demandas que emergem do cotidiano. As cozinhas representam mais que um local que proporciona uma refeição de qualidade, elas simbolizam espaços de resistência e luta popular em torno da construção de uma sociedade radicalmente avessa aos ditames do capital.

Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) de Porto Alegre, em 2020 tivemos o aumento de 38% de pessoas em situação de rua na capital gaúcha. Em números absolutos, significa afirmar que 1.075 pessoas passaram a fazer de parques, ruas e avenidas o seu local de moradia. O bairro Azenha – território escolhido para inaugurar a primeira Cozinha Solidária no RS – não dispõe de equipamentos sociais suficientes para atender às demandas da população, mesmo abrigando, no território, imóveis públicos em situação de abandono. Localizado na Avenida da Azenha, nº 1.018, o imóvel da união foi ocupado pelo MTST e distribuiu, gratuitamente, em 18 dias, mais de 3 mil refeições individuais:

O MTST ocupou o terreno da Cozinha, localizado na Azenha, em 26 de setembro, com o intuito de montar uma estrutura para servir refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar no bairro, mas também para denunciar o abandono do imóvel, que pertence a União e estava desocupado há anos. Por meio da Superintendência de Patrimônio, a União ingressou com um pedido de reintegração de posse no dia 27 de setembro, obtendo uma liminar favorável no mesmo dia. Representantes legais do projeto tentaram reverter a decisão e abrir um canal de diálogo para a manutenção da Cozinha, mas obtiveram na segunda instância apenas uma decisão favorável a manter o projeto funcionando enquanto não ficava definido um prazo para a reintegração de posse. Como resultado, uma reunião de mediação foi realizada pela juíza Ana Maria Wickert, que terminou sem acordo. Posteriormente, ela decidiu pela reintegração de posse, estabelecendo um prazo para a desocupação do local, que já expirou, e rejeitou os pedidos de reconsideração feitos pelo MTST. (SUL, 21, 2021)

Em meio à dinâmica processual, a vinculação das pessoas junto às atividades da Cozinha Solidária da Azenha (CSA) foi realizada mediante cadastro aplicado por militantes do movimento e revelou que: a) 79% dos usuários são homens, em idades de 33 a 55 anos; b) acessam o mercado informal de trabalho, mas declararam a constante instabilidade na manutenção da renda; c) 45% das pessoas cadastradas afirmaram não ter acesso a nenhum

tipo de renda; e d) majoritariamente residem no próprio bairro e se declararam em situação de rua.

No curto período em que a CSA permaneceu no imóvel, cuja reintegração de posse foi executada no dia 18 de outubro, foi possível vislumbrar a potência latente em ações coletivas de intervenção direta, como a proposta de uma ocupação. Um espaço antes abandonado, revitalizado por tendas, panelas e fogão. Diferentes atores sociais se fizeram presentes para declarar apoio, participar da construção de horta comunitária, desenvolver atividades artísticas e culturais e garantir a manutenção e o funcionamento da cozinha.

Esse mesmo espaço, alvo da especulação imobiliária, dos lucros, da verticalização da vida, da venda do patrimônio público, foi palco da solidariedade de classe, dos sonhos e esperanças. Esperanças estas verbalizadas pelas muitas Marias, Mateus, Magdas e Alex. Pelo sapateiro da esquina, atendentes do comércio e transeuntes curiosos. Um espaço plural de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, coletivos, artistas, vizinhança local, legumes e verduras da agricultura familiar. Em suma, num contraste evidente, aos 18 dias de intimidação da força policial e do assédio do Estado, mostraram mais uma vez, os limites da democracia burguesa. Além de pautar politicamente a fome na cidade de Porto Alegre e denunciar a ausência de serviços públicos que respondam às necessidades sociais da população, a ocupação se propôs a elucidar um debate invisibilizado pelo poder estatal e pela sociabilidade burguesa, no que tange o espaço enquanto produção social.

Uma produção que, engendrada pela contradição, dá-se no processo de inclusão mediada pela exclusão. A criação (da horta, da rua, da rede elétrica, da pracinha, da própria Cozinha Solidária da Azenha) enquanto expressão material da humanidade, produzida pela informalidade das legítimas necessidades sociais, são espaços que se conformam pelo encontro de subalternidades. Muitas dessas concentradas em contextos geográficos de abandono, apartados da cidade “dita formal”, na conformação do traçado de uma linha imaginária que define quais extratos sociais são detentores de direitos (OLIVEIRA, 2021). Mais que isso, vincula-se ao processo de apropriação coletiva do espaço e do urbano como estratégia fundamental à luta anticapitalista, uma vez que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 2001, p. 113)

Portanto, a cidade enquanto lócus privilegiado em que se expressa a luta de classes, ao mesmo tempo como palco de tensão e antagonismo de diferentes projetos societários circunscritos na esteira dos conflitos fundiários, políticos, econômicos e sociais, a torna um espaço de conteúdo eminentemente político e estratégico como sinalizado por Lefebvre (2008). E disputá-lo é, sem dúvidas, uma tarefa das organizações políticas da classe trabalhadora.

Consequentemente, implica a ruptura com as estruturas que condicionam a cidade à esfera do consumo, trazendo à tona “a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados evendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares, dos signos)” (LEFEBVRE, 2001, p. 35). Requer a

ampliação das lutas e resistências sociais que caminham em direção a construção do poder popular e da revolução urbana (OLIVEIRA, 2021).

Nem mesmo a reintegração de posse foi suficiente para ocultar a vida e a obra renovada construída no processo de ocupação. Acolhida pela vizinhança do bairro Azenha, a CSA continua a produção alimentar num espaço cedido por moradores da região. São mais de 170 refeições distribuídas diariamente na Praça Princesa Isabel, para pessoas em situação de rua, entregadores e motoristas de aplicativo, trabalhadores e trabalhadoras do comércio.

A CSA se mantém como cenário que expressa a potência transformadora da solidariedade de classe e permanece em negociação com o poder público, em âmbito municipal e estadual, sem maiores avanços. Os processos de lutas e resistências populares materializam o que Engels já sinalizava em 1844: “se os trabalhadores não se ajudassem mutuamente tanto quanto possível, cada crise varreria, sem dúvida, multidões de excedentes que morreriam de fome” (ENGELS, 1985, p. 107).

Considerações finais

Buscou-se, ao longo deste artigo, situar a dimensão concreta de dramática escassez alimentar – realidade que assola grande parte da população brasileira na atualidade – como resultado agudizado pela pandemia sanitária produzida e agravada pelas políticas neoliberais, no sentido de amenizar a queda tendencial da taxa de lucro, inerente às crises estruturais do capital.

A fome, como uma das expressões da questão social, revela, simultaneamente, inúmeras interdições a que é submetida à classe trabalhadora brasileira em cenários de crise. Nessa perspectiva, o (não) direito à cidade institui-se como elemento relevante para a análise do palco de disputa e tensionamento entre o poder hegemônico burguês e os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

Apreender as interfaces da questão social e suas expressões na luta pelo direito à cidade nos exige mergulhar em espaços permeados por contradições, cujas estratégias de resistência surgem enquanto respostas às necessidades mais elementares da sobrevivência humana. Engendradas por uma complexa trama social, são capazes de apontar – num mesmo tempo presente – a construção de respostas coletivas às demandas comumente tratadas como individuais.

Seguindo este viés, a investigação em pauta trouxe a cidade de Porto Alegre enquanto cenário da luta de classes e o MTST como elemento articulador dos movimentos sociais de resistência, cujas estratégias de luta e enfrentamento daqueles silenciados pelo ruído de um sistema capitalista agonizante, infere o esgotamento de suas formas de reinvenção para a manutenção da relação de dominação e exploração.

A cidade/território, como palco derradeiro do enfrentamento de classe, emerge, neste cenário, como produto e produtora do ser, de suas relações com seus pares e das suas interfaces com o meio ambiente. Sua concepção como processo de construção social, econômica, cultural e política exige, na atualidade, ações urgentes e concretas.

A CSA em POA/RS é um desses exemplos de luta e resistência. A segregação, exclusão e individualismo, tipificadas na agenda neoliberal, é contraposta pela coletividade

na concepção da solidariedade ativa. A cidade do capital é confrontada por outra perspectiva, que não a *valorização do valor*.

Em tempos de proliferação de uma *política do fuzil*, implementada por governo de cariz ultraliberal no Brasil, torna *o feijão e a alimentação*, enquanto direito humano, uma das respostas concretas e necessárias. Para que, como mencionado anteriormente, “ao pegar o almoço”, instiguem-se as conversas conscientizadoras. E a classe trabalhadora retorne novamente a cenários de sonhos, lutas e vitórias.

Nosso horizonte, sem dúvida, precisa caminhar em direção à superação do modo de produção e reprodução capitalista. Nossa meta deve estar ancorada ao exercício de emancipação do ser e da humanidade da vida em sua plenitude.

Referências

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte)da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

IPEA. **Nota Técnica, 73.** Estimativa da população em situação de rua no Brasil(setembro de 2012 a março de 2020). São Paulo, 12 de junho de 2020.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, J. N. G. O. **“Quem não pode com a formiga,não atiça o formigueiro”:** O Serviço Social e as Interfaces da Questão Social expressas na Luta pelo Direito à Cidade. 179 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ONU. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo**. Roma, FAO. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/sofi-2021/>. Acesso em 15 out. 2021.

PENSSAN. **Olhe para a fome**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 13 out. 2021.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, jan./jul., p. 33-40, 2001.

Notícias:

ARANTES, J. T. Déficit habitacional é obstáculo para isolamento vertical, dizem pesquisadores. **Agencia FAPESP**, 2 abr. 2020. Disponível para consulta em:

<https://agencia.fapesp.br/deficit-habitacional-e-obstaculo-para-isolamento-vertical-dizem-pesquisadores/32874/>. Acesso em: 12 out. 2021.

Juíza marca despejo da Cozinha Solidária da Azenha para quarta-feira (13). Brasílde Fato, 12 de outubro de 2021. Disponível para consulta em:

<https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/juiza-marca-despejo-da-cozinha-solidaria-da-azenha-para-quarta-feira-13/> Acesso em: 12 out. 2021.

DIREITO À CIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A LUTA DA FAZENDINHA-SAPÊ PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA

Francine Helfreich¹
Julia Silva Peres dos Santos Carvalho²
Thamiris Catão Rayl bolt³

Resumo: O trabalho propõe tratar do direito à cidade e da luta pela moradia em diálogo com a extensão universitária, através do relato de experiência do programa de extensão de caráter interdisciplinar “A universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais no estado do Rio de Janeiro” vinculado ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos/Propex/UFF. Para isso, ressaltamos autores que tratam sobre o tema a fim de reiterar a atualidade e relevância deste debate e destacar as ações desenvolvidas pela equipe de Serviço Social, sobretudo, no que se refere a um dos projetos de extensão abarcados pelo programa que é a experiência de assessoria técnica prestada à comunidade Fazendinha-Sapê localizada no município de Niterói/RJ através de um projeto popular de regularização fundiária.

Palavras-chave: direito à cidade; moradia; extensão universitária

Abstract: The article proposes to address the right to the city and the struggle for housing in dialogue with the university extension program through the experience report of the extension program “the public university and the right to the city: assistance to social movements in the state of rio de janeiro” linked to the housing and urban studies and projects center/proex/uff. For this, we emphasize authors who deal with the theme in order to reiterate the relevance and realization of this debate and highlight as actions developed by the social service team, especially with regard to one of the extension projects covered by the program, which is the experience of technical assistance provided to the fazendinha-sapê community through a popular land regularization project.

Key Words: Right to the city, housing and university extension

Introdução

O objetivo deste texto consiste em relacionar a luta pelo direito à cidade, mas especificamente a luta pela moradia e sua relação com o programa de extensão universitária: *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro*. O Programa tem como objetivo contribuir e assessorar movimentos sociais urbanos que se encontram na luta pelo direito à cidade, formulando projetos de regularização fundiária, urbanização, formação política e afins. Este, assessoria o Fórum de Luta por Moradia, de Niterói (FLM), que é um importante espaço de articulação política e

¹Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Sociale do Professorado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. francinesantos@yahoo.com.br.

²Graduanda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Juliacarvalho8070@gmail.com.

³Graduanda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. thamiriscatao@gmail.com.

organização de moradores e lideranças comunitárias de áreas populares que lutam pelo direito à cidade e que, por meio de decisões coletivas, definem suas pautas, as ações e suas prioridades de luta e mobilização. O fórum envolve lideranças de comunidades e favelas de Niterói que se reúnem quinzenalmente e discutem suas demandas sobre o direito e o acesso à moradia. Além da assessoria ao fórum, o referido programa de extensão é formado por cinco projetos que se articulam e compreendem ações de ensino, pesquisa e extensão que possuem como eixo central o direito à cidade.

De acordo com o IBGE⁴, Niterói é a cidade com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro e, também, com a maior renda do estado⁵. Essa cidade, considerada rica, é mantida pela manutenção de privilégios das elites e pelo investimento pequeno em políticas sociais que atendam à população mais pobre. Esse fato fica nítido com os dados de gastos do município, de que, em plena pandemia de covid-19, o orçamento da Segurança pública de Niterói aumentou em 50%. E é o sexto ano consecutivo em que o aumento na área de segurança pública é maior do que nas áreas de habitação, cultura e assistência social juntas⁶.

A cidade possuía cerca de 40 mil moradias em assentamentos precários e um déficit habitacional de 15 mil famílias (NEPHU, 2012). Assim, ao longo da história recente de Niterói, diante da crescente orientação de corte neoliberal das administrações municipais, foram emergindo diversas contradições e, consequentemente, conflitos de natureza socioespacial. (LAURINDO, MACIEL, GOMES, BIENENSTEIN E SOUSA, 2021, s.p)

Diante de tantas adversidades, que só reiteram a tese do desenvolvimento territorial desigual nos termos de Harvey (2006), os dados mostram o quanto a cidade de Niterói é exemplo desse processo, já que a lógica de construir uma cidade desigual é inevitável no modo de produção capitalista; por essa mesma lógica, beneficia os interesses de um pequeno segmento da sociedade, em detrimento de outro que constitui a maior parte da população.

Assim, o programa de extensão, por meio da assessoria técnica às comunidades, vem realizando o acompanhamento dos movimentos sociais urbanos e de lideranças populares, e pautando a necessidade de investimentos em habitação, que visem, de fato, uma regularização fundiária plena, que vai além de garantir o direito ao espaço da moradia, mas se estende ao acesso de diversos serviços básicos, que são constantemente negados à população da cidade.

Nesse sentido, o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), da Universidade Federal Fluminense, vem denunciando, há mais de 35 anos, as condições precárias de moradia e de violações de direitos sociais no Estado do Rio de Janeiro e em Niterói. Este funciona como um grande articulador das assessorias prestadas pelo núcleo, além de acolher demandas urgentes. Então, pelo meio dele, acolhe-se demandas diversas e caso haja necessidade, são desenvolvidos projetos específicos para atender as demandas da comunidade solicitante. Através dos estudos elaborados nas reuniões do programa de extensão

⁴Para mais informações ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>

⁵Para mais informações ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/22/cidade-mais-rica-do-rj-tem-renda-media-16-vezes-maior-do-que-a-mais-pobre.ghtml>

⁶Para mais informações ver: <https://plantaoenfoco.com.br/politica/aumento-de-50-em-gastos-para-seguranca-deniteroi-em-2020/>.

e da atuação dos projetos que o compõem, este artigo pretende fazer uma análise do direito à cidade e à experiência universitária, com foco na experiência de assessoria técnica prestada à comunidade Fazendinha-Sapê através do Projeto Popular de Regularização Fundiária.

Do ponto de vista metodológico, para elaboração deste texto foi utilizada a revisão bibliográfica, utilizando o diálogo com autores para compreender a relevância do debate do direito à cidade. Foram enfatizadas as obras de autoria de David Harvey, que entende que o direito à cidade tal como está atrelado à coletividade e à possibilidade de transformação da cidade e, consequentemente, dos sujeitos. Utilizando, também, a pesquisa documental em que, através do diálogo com os dados do IBGE, da Fundação João Pinheiro e de outras agências de pesquisa, pudemos qualificar o problema habitacional no Brasil e mostrar a relevância e a atualidade do tema. Também utilizamos o relato da experiência para reiterar a importância da universidade pública na execução de ações extensionistas na perspectiva da assessoria a movimentos sociais que lutam por moradia.

Desenvolvimento

Partiremos da caracterização do espaço urbano capitalista como uma arena privilegiada entre as lutas de classes. Nela, os trabalhadores e as demais classes populares expressam as suas reivindicações num cenário em que “os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direito”(HARVEY, 2012, p. 73). Para Lefebvre (2001), a sociedade capitalista é uma totalidade não consumada e, por isso, aberta a inúmeras contradições. E é, justamente, em meio àquelas que emergem no espaço urbano que o Serviço Social encontra algumas das suas principais áreas de intervenção ao longo da história. Portanto, partimos da premissa de que o capitalismo, para além de produzir mercadorias e relações sociais que reproduzem e sustentam esse modo de produção da vida, constrói, necessariamente, espaços e territórios desiguais. Substantivamente, apoia-se na lógica de que este modo de produção não pode se desenvolver sem ajustes sócio espaciais. Desta forma, este tem recorrido à reorganização geográfica das cidades como solução para suas crises e impasses.

É nesse sentido que caracterizamos, de forma breve, a cidade onde o programa de extensão se realiza. Segundo dados do IBGE de 2019, os municípios mais populosos do Brasil concentram 24,87 milhões de habitantes. Isso significa que, 11,8% da população brasileira está distribuída entre São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador.⁷ De acordo com Harvey (2014, p. 30)

Desde que passaram a existir as cidades, surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais).

⁷Para mais informações ver: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas>.

Na medida em que se conformam as cidades, a distribuição social do espaço expressa cada vez mais a desigualdade. Conforme emergem as expressões da questão social⁸ nas cidades, emergem também os movimentos sociais urbanos que constroem as resistências. Assim, dialogamos com as sínteses de Lefebvre quando o autor diz que:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 135).

A luta estabelecida envolve não só o a luta pelo lugar de se morar, ou seja, o direito à moradia, mas, também, o saneamento básico, o emprego, o lazer, a saúde, a educação, dentre outras coisas, já que o direito à cidade não se limita ao acesso. Segundo Harvey (2013, p. 28) “A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações.”

Nesse cenário, vale destacar o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói como um dos agentes que constrói essa cidade marcada pela desigualdade socioespacial. O Fórum reúne moradores de diferentes áreas e articula as pautas referentes à luta pela moradia e pelo direito à cidade. Tem-se como maiores protagonistas do movimento, mulheres negras, haja vista que o racismo estrutural e o patriarcado implicam em uma política urbana que invisibiliza e viola direitos desses sujeitos. Por isso, vemos um destaque na mobilização de mulheres no que diz respeito à luta pela moradia na cidade de Niterói.

Avançando um pouco mais nas reflexões, sabemos que, em 1948, o direito à moradia digna foi pautado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e passou a ser um direito social no Brasil através da emenda constitucional nº 26/2000 no ano de 2000. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, em 2019 o Brasil registrou um déficit habitacional de 5,876 milhões de moradias. Portanto, por mais que o direito à moradia seja constitucionalmente garantido, milhões de famílias ainda vivem sem o seu direito à habitação assegurado, ou em condições precárias. Se a lei não é suficiente para sanar o “problema” habitacional, o que é? Sobre isto, Villaça (2000, p.13), vai dizer:

O padrão habitacional “ótimo” ou “certo” ou “ideal” é aquele que a classe trabalhadora acha que pode conquistar através do avanço possível dentro das condições políticas, sociais e econômicas em que se encontra. “Resolver” o problema da habitação é conquistar esse padrão para todos os trabalhadores. Como esse padrão não é fixo mas historicamente cambiante, não existe o momento dessa conquista, o que existe é a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida – de alimentação, vestuário, moradia, saúde –

⁸ Questão social aqui compreendida como. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...] o desenvolvimento nessa sociedade redonda, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo”. [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2004, p. 27-8, grifo da autora).

processo esse que nada mais é do que a caminhada dos dominados para sua libertação.

E é nessa perspectiva, situada por Villaça (2000), que o NEPHU ancora suas ações: compreendendo que a luta constante é o caminho para que a classe trabalhadora conquiste seus direitos. Assim, o NEPHU atua através do programa de extensão *A Universidade pública e o direito à cidade*, reunindo e realizando diferentes frentes de ação. As ações que atuam mais diretamente com a luta por moradia são:

- 1) O projeto de extensão *Projeto Popular de Regularização Fundiária da Fazendinha-Sapê*, que formula um projeto de regularização fundiária plena para o assentamento centenário da Fazendinha;
- 2) O projeto de extensão *Formação Política e Direitos Sociais*, que acompanha os desdobramentos do FLM e articula oficinas de educação popular;
- 3) O projeto de extensão *Plano Popular de Defesa do Direito à Moradia em Área Central: o caso do Prédio da Caixa*, que assessorá os ex-moradores despejados do Prédio da Caixa, que buscam retornar ao prédio;
- 4) E o projeto de pesquisa *A Universidade e o direito à cidade: mapeando e acompanhando conflitos*', que mapeia conflitos relativos ao direito à moradia no Estado do Rio de Janeiro.

É importante destacar que, nas ações extensionistas e de pesquisa, as comunidades, através de suas lideranças, participam de todas as atividades como protagonistas, definindo coletivamente os eixos de atuação dos projetos quando desenvolvidos, e de forma a prevalecer a vontade popular de seus territórios, e não a vontade individual de alguns ou a vontade do Governo Executivo da cidade. Um exemplo que será utilizado neste estudo é o Projeto Popular de Regularização Fundiária da Fazendinha-Sapê, cujos interessados optaram por fazer um projeto de regularização fundiária plena para que nenhum morador ficasse sem a titulação de sua casa. Nessa forma de trabalho de regularização fundiária, pretende-se que todas as pessoas que residem em área de risco possam ser remanejadas, mesmo que isso signifique que algumas famílias precisarão ceder parte de seus lotes.

Assessoria Técnica à comunidade da Fazendinha

A comunidade da Fazendinha-Sapê é um assentamento informal, localizado no bairro de Pendotiba, na cidade de Niterói. Esse assentamento, que se inicia em 1918, é resultado das práticas e programas higienistas inspirados no Governo Pereira Passos (1903-1907), que destrói cortiços e outras formas de moradia urbana para expulsar os trabalhadores da cidade.

Com o aumento populacional na cidade de Niterói em 1970 e 1980, já não era mais possível a anterior política de remoção pela grande massa de trabalhadores que residiam na cidade. Assim, criam-se programas habitacionais que objetivam a urbanização desses assentamentos precários.

Com, aproximadamente, 340 famílias, o assentamento da Fazendinha continua em estado precário, pois não há mobilidade adequada, serviço de saúde e escolas em sua proximidade. A reivindicação histórica dos moradores da Fazendinha vai além do

documento de posse, que assegura permanência na terra, ela objetiva a responsabilização do Estado por sua omissão na região e reivindica básicas e mínimas condições de moradia e urbanização, como tratamento de esgoto, drenagem, iluminação pública, coleta de lixo, entre outros.

No ano de 2010, após o deslizamento no Morro do Bumba, a prefeitura planejou o reassentamento das vítimas no território da Fazendinha. Esse projeto intitulado como "Bairro Modelo" realizaria obras de infraestrutura no local da Fazendinha. Porém, para que isso fosse realizado, foram assinados dois decretos de remoção, para a indenização de 320 famílias. Com a resistência dos moradores da Fazendinha, esse projeto não foi realizado. Foi, também, a partir desse conflito que os moradores começaram a se organizar com maior potência na reivindicação pela urbanização e regularização fundiária plena.

Em 2017, a comunidade da Fazendinha se integra ao Fórum de Luta por Moradia de Niterói e passa a ser assessorado pela equipe do NEPHU. Com a centralidade da sua luta sendo a permanência no território e a urbanização, passa, então, a construir um projeto de regularização e urbanização junto ao núcleo. No que tange ao projeto de regularização fundiária⁹, o núcleo trabalha com a perspectiva da regularização fundiária plena. Esse tipo de regularização permite que núcleos urbanos informais, que têm como característica ser ocupado por população de baixa renda, consigam a titulação de seus terrenos. Contudo, não bastam as unidades habitacionais, a equipe parte do pressuposto de que é fundamental que o Estado garanta condições dignas de moradia, o que demanda saneamento básico, escolas, postos de saúde, coleta adequada de lixo, iluminação pública, dentre outros direitos fundamentais para desenvolvimento biopsicossocial dos moradores daquela região.

Desde que se iniciou a assessoria técnica, o NEPHU já realizou diversas idas a campo, que serviu para o mapeamento dos lotes, para a realização de mapas temáticos sobre as condições do assentamento, a localização dos possíveis políticas públicas a serem instituídas (ex.: onde tem creche, ponto de ônibus, postos de saúde e afins). Também foi realizado em campo um complemento à ficha cadastral que o ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) realizou com os moradores. O instituto chegou a iniciar um processo de regularização na Fazendinha, porém não o concluiu devido à falta de verbas, na época.

A equipe do projeto como um todo é composta por profissionais e estudantes de Arquitetura, Direito, Engenharia e Serviço Social. O foco da equipe composta por profissionais, estudantes e professores do serviço social é a formulação de oficinas e de atividades que desenvolvem temas relevantes para o desenvolvimento do projeto e o fortalecimento da comunidade na luta pela moradia. Para além disso, contribui na organização de assembleias comunitárias, onde a população apresenta as demandas, suas reivindicações, podem dirimir dúvidas e se organizar coletivamente na busca da realização de seus direitos. Possui como atribuição, em conjunto com os demais integrantes da equipe, a elaboração do cadastro dos moradores. Também contribui na formulação de cartilhas informativas e na elaboração de relatórios de caracterização do território e, futuramente, nos relatórios para composição da prestação de contas e finalização do plano de regularização.

A equipe urbanística se centra na elaboração do mapeamento do tamanho dos lotes,

⁹Medidas que visam titular ocupantes de assentamentos irregulares com o propósito de garantir seu direito à moradia plena.

no levantamento das áreas livres, de mapas temáticos sobre condições das casas, de lotes em áreas de risco e relatórios sobre as condições urbanísticas. Importante frisar que, apesar de serem duas equipes com propósitos distintos, o núcleo presa pela interdisciplinaridade. Assim, nas reuniões semanais em que são apresentados os produtos, as rotinas e as demandas, ambas as equipes opinam sobre os trabalhos, trocando experiências e perspectivas diferentes a partir de distintas formações profissionais. Além disso, são realizadas, periodicamente, reuniões de estudo sobre a temática, a fim de aprofundar categorias teóricas e temas afins.

Consideramos que o território da Fazendinha se organiza fazendo uma importante resistência na cidade de Niterói, já que lutam pela permanência em seu território centenário. O território não se restringe apenas ao local de moradia daquela população, pelo contrário, tem todo um modo de vida atrelado a ele, principalmente pelas características rurais do assentamento que se encontra dentro de uma cidade urbanizada. Portanto, o direito à posse e à urbanização nesse território, representa mais do que garantia de um direito, mas uma necessidade de preservação do território, das pessoas, de seus costumes e de sua cultura.

Contudo, com a pandemia do Covid-19, houve o impedimento das atividades presenciais onde o isolamento social se impôs. Com isso, foi necessário pensar em outras formas de comunicação para continuação da assessoria técnica via extensão. De forma temporária, as atividades e reuniões com moradores foram realizadas de modo remoto e, assim, foi dada continuidade às ações intencionistas atentando, inclusive, aos grandes despejos ocorridos nesse período.

Considerações Finais

A experiência da extensão universitária via programas e projetos vem propiciando uma aproximação entre comunidades e alunos que, porventura, nunca conheceram os movimentos sociais e que, via extensão universitária, têm experienteido outra relação com o público-alvo de suas profissões.

Na perspectiva do processo formativo do Serviço Social, consideramos que tais ações fortalecem os valores éticos da profissão, que pautam o compromisso dos profissionais com a classe trabalhadora rumo a uma construção de um novo projeto societário, em que o lucro não esteja acima da vida. Acreditamos, ainda, que a extensão universitária indissociada do ensino e da pesquisa, como deve ser, contribui na formação de futuros profissionais atentos às expressões da questão social e ao direito à cidade.

Em síntese, as ações realizadas pelo programa de extensão fortalecem a formação profissional dos discentes e subsidia, tecnicamente e politicamente, as lideranças populares e os movimentos sociais urbanos que se encontram na luta pelo direito à cidade. Sabe-se que a atual conjuntura é extremamente adversa : marcada pelo recrudescimento de direitos, pelo autoritarismo, com grande apelo ao negacionismo, pela democracia de baixa intensidade, e que, espaços coletivos com estes foram de grande relevância.

No que tange à questão da moradia, o cenário de 2022 foi de desidratação orçamentária, como apontam os dados¹⁰. Os programas habitacionais ficaram relegados aos

¹⁰Para mais detalhamentos sobre o orçamento das políticas habitacionais, ver Santos (2022).

governos municipais e estaduais, enquanto o Governo Federal realizou um corte de mais de 1,5 bilhão no orçamento. Já em 2023, temos uma centelha de esperança para que as políticas habitacionais tomem novo rumo.

Nesse sentido, partimos da premissa de que a universidade, além de precisar intervir na realidade, possui a função de problematizar as contradições que se colocam e apontar caminhos através dos estudos teóricos sobre a realidade. Se a teoria é compreendida como a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa, que possamos fazer pesquisas sobre as questões que afligem quem constrói a riqueza desse país.

E, para isso, é imprescindível fortalecer a concepção de extensão universitária vinculada à transformação social, que tenha como horizonte a equidade, a justiça social e a expansão dos direitos sociais. Contrariando os interesses hegemônicos de privatização das universidades, mercantilização do ensino e elitização do ensino superior, dialogamos como uma concepção de universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, que deve reafirmar sua função social, articulando-se através do diálogo permanente com os interesses da classe trabalhadora na construção de uma cidade de direitos.

Junto a essa perspectiva, é preciso que essa compreensão se estenda à cidade, pois esta não é uma simples infraestrutura; ela cumpre uma função social, que, como foi tratado aqui, expressa as desigualdades sociais em certo tempo histórico. É preciso que existam outras formas de sociabilidade, junto a movimentos sociais e à universidade, para elaborar estratégicas que busquem barrar esse projeto de cidade que negligencia as expressões da questão social e tira a pluralidade que habita nesse espaço.

Portanto, essa modalidade de cidade-mercadoria, como nos vem ensinando Maricato (2015), estende-se à cidade de Niterói, que retira toda a diversidade do tecido social urbano em prol da atração de negócios e turismo para a cidade: um projeto de cidade que coloca o lucro acima da vida e, gradativamente, expulsa a população mais empobrecida para as periferias, e aprofunda o processo de gentrificação¹¹. A cidade deve ser um espaço diverso e democrático, já que grupos e indivíduos podem e devem ter a oportunidade de viver, conviver, construir seus projetos e, sobretudo, construir uma cidade diferente da que está posta.

Referências

ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social:** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

HARVEY, D. **A liberdade da cidade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 2.735.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Editora Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

¹¹Gentrificação aqui é compreendido como um fenômeno onde pessoas, famílias e às vezes comunidades inteiras são “obrigadas” a buscar as áreas periféricas para viver diante do alto custo devida.

HARVEY, D. Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, dezembro 2012.
Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497> Acesso em 07 jun. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LAURINDO, G., et al. **Conflitos pelo direito à Moradia em Niterói (RJ):** Um panorama da luta entre 2018 e 2020. IV Encontro Internacional de Experiências de Planejamento em Contexto de Conflito Social, 2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 2 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular. 2015.

OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, F. H. C; BIENENSTEIN, R. Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e Serviço Social: a experiência interdisciplinar da assessoria técnica. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 38, p. 52-69, jul./dez. 2019.

SANTOS, E. C. **Ensaios e Discussões sobre o Déficit Habitacional no Brasil.** uma relação necessária. Cortez: Editora, São Paulo, 2014.

SILVA, J. S., et al. (Orgs.). **O que é Favela, Afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação.** São Paulo: Global Editora, 2000.

EIXO 4 - QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E
SERVIÇO SOCIAL

O PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE BELÉM E CASTANHAL: A EXECUÇÃO DO PROJETO PARA VIABILIZAÇÃO DA TITULAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.

Welson de Sousa Cardoso¹

Roselene de Souza Portela²

Lidiane Maria Siqueira David³

Luã Gustavo das Neves Oliveira⁴

Thalita Monteiro Amaral⁵

Resumo: Relato de experiência da execução do *Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social* para as famílias de baixa renda dos municípios de Belém e Castanhal. Nesse viés, apresentam-se os processos, em detalhe, que envolveram a execução da Meta 1 do projeto ainda em andamento. À vista dessa discussão, ressalta-se a práxis da assessoria do Serviço Social em consonância à equipe multidisciplinar e à comunidade envolvida, mesmo diante dos desafios advindos da pandemia do novo coronavírus, covid-19.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Reurb-S; Belém; Castanhal.

Abstract: Experience report of the execution of the “Program for the Implementation of Urban Land Regularization of Social Interest” for low-income families in the municipalities of Belém and Castanhal. In this bias, the processes that involved the execution of Goal 1 of the project, which are still in progress, are presented in detail. In view of this discussion, the praxis of the Social Work assistance is highlighted, in line with the multidisciplinary team and the community involved, even in the face of the challenges arising from the Pandemic of the new coronavirus, COVID-19.

Keyword: Land regularization; Reurb-S; Belém; Castanhal.

Introdução

O relato de experiência tem como propósito apresentar o “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social” que está em execução. Esse tem parceria do Programa de Apoio à Reforma Urbana (Paru) e do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade

¹ Estatístico. Doutor em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, e-mail: cardoso@ufpa.br.

² Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, e-mail: roselene@ufpa.br.

³ Assistente Social. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, e-mail: lididvd@gmail.com.

⁴ Acadêmico de Estatística, Universidade Federal do Pará, e-mail: lu.dasneves@gmail.com.

⁵ Acadêmica de Estatística, Universidade Federal do Pará, e-mail: thalita.amaral@icen.ufpa.br.

Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), entre outros.

Dessa relação, têm-se desenvolvido ações de extensão e de pesquisa que possibilitam o processo de formação sociopolítica e profissional, oportunizando a inserção de docentes, técnicos, bolsistas e a realização de estágios supervisionados, vinculados ao Paru.

O Paru comprehende a extensão como indissociável do ensino e da pesquisa. Esta indissociabilidade se realiza pela democratização do saber acadêmico, pela visão integrada do social, pela relação transformadora universidade-sociedade e por meio da produção de novos saberes, por meio da relação dialética teoria-prática e da consolidação da práxis. Com a assessoria, a capacitação e a formação sociopolítica junto aos movimentos sociais, a universidade, objetivamente, coloca-se à serviço da construção, da conquista de direitos e da gestão democrática da cidade.

Vale destacar que o Paru teve início, enquanto prática extensionista atuante na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1981 como campo de estágio do curso de Serviço Social, porém, só se efetivou como programa de extensão em 1992, e está voltado à assessoria dos movimentos sociais urbanos na luta pela moradia digna, visando assessorar as organizações populares localizadas nas áreas do projeto de Recuperação das Baixadas da Bacia do Una (SILVA, 2016) entre outras áreas de intervenções urbanísticas.

Com a experiência na extensão, o Paru pode desenvolver uma dimensão intervenciva, participando das discussões das políticas urbanas de habitação, de saneamento, de mobilidade e de regularização fundiária, que estão relacionadas entre si e que são extremamente importantes para compreender o desenvolvimento da cidade e de como elas incidem diretamente na vida dos sujeitos.

Dessa forma, destaca-se que o “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social” tem como objetivo assegurar o direito constitucional de acesso à terra regularizada, atendendo ao princípio da função social da propriedade urbana e à segurança jurídica, quanto à questão de posse e propriedade em áreas da Região Metropolitana de Belém, mais especificamente nos municípios de Belém e Castanhal.

Reitera-se que os programas de regularização fundiária, por meio da titulação de imóveis urbanos, públicos ou privados, são estratégicos para efetivar o direito à moradia, pois garante a segurança da posse para famílias de baixa renda em contextos de intensa disputa pela terra urbana nas cidades brasileiras.

O “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social” tem por fundamento o direito humano à moradia, que é garantido constitucionalmente como um direito social essencial e que precisa ser implementado por meio de políticas públicas urbanas integradas e consolidadas, como modo de enfrentar a histórica informalidade urbana, que é um dos fatores determinantes do alarmante quadro de exclusão social e de negação do direito à cidade a uma grande parcela das famílias brasileiras.

Sobre a regularização fundiária, Alfonsin (1997, p. 24) nos ensina a compreender esse fato como o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando em melhorias no

ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiada.

Essa situação se dá por meio da implementação de políticas públicas urbanas que viabilizem a titulação de imóveis urbanos públicos ou privados para famílias de baixa renda, que preencham os requisitos constitucionais e legais. Isto porque reputamos como importante para a estruturação deste programa de regularização fundiária, a integração e participação da universidade, do poder público e da sociedade civil organizada e, principalmente, das famílias destinatárias do processo de titulação.

Dessa forma, o modelo de projeto desenvolvido compreende a modalidade de Reurb. de Interesse Social (Reurb-S) que, de acordo com o Artigo 13, II, Lei nº 13.465/17, consiste na “regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal”. A classificação nesse modelo não é meramente didática, ela produz implicações jurídicas e administrativas diferenciadas no processo de regularização fundiária.

O programa de regularização se fundamenta no reconhecimento de que o direito à moradia é um direito humano fundamental, assim como o direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras (Art. 2º do Estatuto da Cidade), também é, portanto, o acesso à terra urbana e a aplicação do princípio da função social da propriedade e da cidade.

Assim, o presente relato de experiência visa apresentar as ações desenvolvidas na Meta 1 do projeto intitulado “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social”, que está em execução, ressaltando a práxis da assessoria do Serviço Social em consonância com a equipe multidisciplinar e as comunidades envolvidas, uma vez que, comprehende-se que o trabalho profissional de assessoria do Serviço Social tem como objeto a formação política dos sujeitos, dentro de uma relação pedagógica que se desenvolve na perspectiva do processo de organização e de fortalecimento dos sujeitos, sendo essa a dimensão ideopolítica própria da direção social da profissão, como ressalta Duriguetto (2014), a materialização do trabalho interventivo da assessoria do Serviço Social apresenta-se nas múltiplas dimensões do seu fazer profissional técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político.

Atividades preparatórias ao programa de implementação de regularização fundiária urbana de interesse social

Este relato descreve as atividades e apresenta os principais resultados alcançados no desenvolvimento da Meta 1, correspondente às atividades preparatórias do projeto intitulado “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social”, objeto do Termo de Execução Descentralizada, assinado em 28 de dezembro de 2018 entre o Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em razão da reforma administrativa implementada na estrutura do Governo Federal em janeiro de 2019, o termo em tela passou para a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Assim, o projeto apresenta como um dos seus objetivos específicos “implementar a regularização fundiária para aproximadamente 400 e

150 famílias moradoras em núcleos urbanos informais dos municípios de Belém e de Castanhal, respectivamente, ambos no estado do Pará”.

A viabilidade do projeto advém de recursos financeiros mobilizados a partir de emenda parlamentar do ex-deputado federal Edmilson Rodrigues, atual prefeito de Belém-PA. Sua execução está sob a responsabilidade do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, por meio do Programa de Apoio à Reforma Urbana, do Instituto de Ciências Jurídicas e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, unidades da UFPA.

Cabe destacar que o cumprimento do cronograma planejado para execução do projeto foi prejudicado por dois motivos: 1. o início das atividades, previsto para janeiro de 2019, somente foi possível em novembro do mesmo ano, devido ao atraso no repasse dos recursos financeiros; 2. a partir de março de 2020, em razão das medidas necessárias ao controle da pandemia de covid-19, várias atividades foram suspensas, outras passaram a ser desenvolvidas em regime remoto e, ainda, outras tiveram desenvolvimento intermitente. É de referir, no entanto, que as dificuldades que se apresentaram não comprometeram a qualidade do trabalho executado no período de novembro/2019 a maio/2021 que corresponde à Meta 1 do projeto representado abaixo:

Quadro 1: Meta 1 referente às atividades preparatórias do projeto que foram previstas nas seguintes etapas e atividades para execução em seis meses.

Meta 1: Atividades Preparatórias /Atividades desenvolvidas	
1.1 – Preparatória	Organização da equipe; seleção de estagiários; nivelamento da equipe - capacitação da equipe do projeto com a participação das instituições envolvidas e da comunidade sobre temáticas do projeto; elaboração de uma cartilha sobre a regularização fundiária.
1.2 - Mobilização comunitária	Instauração do processo administrativo: requerimento da comunidade.
1.3 - Trabalho social	Ações de sensibilização, mobilização, informação, capacitação e envolvimento da população moradora para participação no processo de regularização fundiária.
I.4 - Estudos e diagnóstico fundiário e urbanístico	Elaboração de levantamento topográfico georreferenciado; planta do perímetro; memorial descritivo; parecer jurídico sobre o instrumento Reurb jurídico das alternativas (se houver) de acordo com a realidade da comunidade beneficiada; elaboração de relatório parcial.

Fonte: PARU, 2021.

A primeira ação do projeto consistiu na socialização entre os docentes e os membros da equipe executiva, de informações gerais acerca do plano de trabalho estabelecido e da dinâmica a ser adotada no projeto. Na ocasião, foram também analisadas as alternativas para alocação das bolsas de pesquisa disponíveis aos discentes e definidos os encaminhamentos imediatos, com vistas à mobilização da equipe completa prevista no projeto.

Simultaneamente à seleção e à mobilização dos discentes, os desdobramentos práticos do plano de trabalho foram discutidos e definidos pelos docentes envolvidos no

projeto. O projeto é executado por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das seguintes áreas de atuação: Arquitetura e Urbanismo, Topografia, Serviço Social, Estatística e Direito. A equipe é formada por docentes, profissional liberal, discente de pós-graduação *stricto sensu* e discentes da graduação da Universidade Federal do Pará.

Essa equipe multidisciplinar representa o que Matos (2006) destaca sobre assessoria, como uma perspectiva ampla, em que cada profissional que desenvolve essa prática, seja ela em qualquer área do conhecimento (estatístico, antropólogo, engenheiro, entre outros), possibilita uma gama de finalidades a serem alcançadas ou não por um determinado grupo e ou sujeito.

No início das atividades do projeto, tomou-se conhecimento de que a Prefeitura Municipal de Castanhal estava executando a regularização fundiária da poligonal definida para intervenção pelo projeto, na área da Pedreirinha. Após tratativas com a prefeitura, decidiu-se que a área de intervenção do mesmo passaria a ser poligonal contígua à primeiramente estabelecida, também integrante da área da Pedreirinha.

Resolvida essa questão e constituída a equipe de trabalho, foi realizada uma palestra pelo professor Maurício Leal, do ICJ/UFPA, a todos os integrantes da equipe, acerca dos antecedentes históricos da política de regularização fundiária e das disposições relativas à regularização fundiária urbana da Lei Federal nº 13.465/2017, com indicação do instrumento adequado para utilização nas áreas selecionadas para intervenção, o qual, segundo a visão do palestrante, seria legitimação fundiária.

Ainda como parte do nivelamento da equipe, foram organizadas e realizadas visitas técnicas às áreas onde as intervenções estavam sendo implementadas. A visita à área do bairro Bengui, em Belém, teve duração de aproximadamente uma hora, devido a algumas paradas que se fizeram necessárias para prestar esclarecimentos aos moradores.

Antes da visita ao bairro Pedreirinha, em Castanhal, foi realizada uma breve reunião na Secretaria de Habitação de Castanhal (Sehab). Na visita ao bairro castanhense, a equipe utilizou a tecnologia de um drone para realizar o mapeamento da poligonal.

Em ambas as áreas visitadas, foi possível observar *in loco* alguns indicativos acerca dos elementos a serem considerados nos projetos de regularização dos núcleos urbanos, tais como: acidentes geográficos, tipologia do desenho urbano, evidências de individualização de lotes, uso e ocupação do solo, ocupação de passeio público, indicativos de requerimento de estudos técnicos ambiental e relativo a situações de riscos geotécnicos.

As visitas técnicas foram acompanhadas pelas lideranças comunitárias das áreas a serem regularizadas e por representantes da Sehab Castanhal. Essa ação conjunta foi planejada em reunião prévia realizada pela equipe do projeto com as lideranças e o assessor da Sehab.

Na reunião, que ocorreu em Belém, houve apresentação do projeto aos representantes dos movimentos sociais dos bairros Benguí, Pratinha II e Tapanã e da Secretaria Municipal de Habitação de Castanhal. Participaram também do evento dois assessores do, até então, deputado federal Edmilson Rodrigues, naquele período.

Na ocasião, foi definido o início das atividades conforme o cronograma físico. Foi previsto que as atividades de levantamento e cadastro social seriam realizadas no período de fevereiro a abril de 2020. A reunião finalizou com os seguintes encaminhamentos: visita para reconhecimento da área de intervenção do bairro do Benguí; assembleia geral com moradores do Benguí; reunião com Secretário de Habitação de Castanhal.

Em paralelo a essas atividades, foi discutida e elaborada a cartilha para esclarecimento, divulgação do projeto e mobilização social. Para isso, várias reuniões foram realizadas com toda a equipe do projeto e o profissional contratado para confecção da cartilha. Este apresentou algumas propostas preliminares, que foram analisadas pela equipe.

Após os ajustes sugeridos, o projeto da cartilha foi concluído e enviado para impressão, entretanto em função da suspensão das atividades acadêmicas em 19/3/2020 por desencadeamento da pandemia do novo coronavírus covid-19, optou-se por não imprimir, naquele momento, a cartilha, dadas as incertezas que permeavam não só no âmbito da comunidade universitária, mas em todas as cidades e o país inteiro pela velocidade em que se propagava o vírus.

Nesse sentido, optou-se por elaborar uma segunda versão da cartilha no formato digital para utilização nas mobilizações futuras a partir da retomada das atividades do projeto, conforme as condições sanitárias assim o permitissem.

Em virtude da pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2, a instauração do processo administrativo, referente à etapa 1.2 da mobilização, foi diferente da tradicional reunião geral, que se daria com toda comunidade para apresentação do projeto e preenchimento do requerimento em salão/auditório fechado. Assim, optou-se por visitas domiciliares, levando-se em consideração todos os protocolos de segurança e o bandeiramento estabelecido pelo Governo Estadual.

Nessa direção, a equipe esteve nos imóveis realizando a entrega de folder informativo do projeto e sensibilizando quanto à adesão ao mesmo, repassando informações sobre as etapas do projeto e sobre os documentos necessários para o requerimento, para posterior coleta de assinaturas. Sendo assim, o preenchimento do requerimento ficou para ser executado na etapa de coleta dos documentos.

Portanto, as ações de sensibilização, mobilização, informação, capacitação e envolvimento da população moradora para participação no processo de regularização fundiária, previstas na etapa 1.3 do projeto, sofreram alteração em relação ao definido inicialmente, tendo sido realizada com metodologia diferenciada devido à situação de pandemia de covid-19.

A última atividade prevista na Meta 1 foi concluída, incluindo a elaboração do relatório referente a ela. Assim sendo, as atividades previstas para realização em etapas subsequentes do projeto foram iniciadas, destacando-se a construção do formulário socioeconômico que foi aplicado aos moradores do Benguí, em Belém, e Pedreirinha, em Castanhal, sendo essas atividades relativas ao cadastro social que já foram iniciadas.

Ressalta-se que, por conseguinte, o cadastro social só foi possível devido à baixa nos indicadores epidemiológicos nos municípios de Castanhal e Belém, no que concerne à situação sanitária vivenciada no país em razão da pandemia. Desse modo, o cadastro social foi realizado por intermédio da promoção de plantão social, o qual foi organizado num lugar acessível, em cada área, que pôde abranger as recomendações de acordo com o protocolo de segurança contra a covid-19, assim, a equipe multidisciplinar pôde realizar, nas áreas tanto do Benguí quanto da Pedreirinha, a atividade cadastral das famílias.

Nesse viés, além da realização de plantões de cadastros das famílias do município de Castanhal (Figura 1) e de Belém (Figura 2), com o recebimento de cópias dos documentos necessários para a viabilização da titulação de seus imóveis, fez-se também, orientações nos trâmites legais por intermédio de técnico da área do Direito.

Portanto, o trabalho cadastral foi organizado e materializado por meio da equipe técnica multidisciplinar composta por docentes e discentes da graduação e da pós-graduação, da área do Serviço Social, da Estatística e do Direito. Desse modo, explicita-se o processo de assessoria, que consiste, segundo Matos (2006), na ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimento específico na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alterá-la.

Considerações finais

O projeto intitulado “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social” em sua Meta 1, sinalizado neste relato de experiência, teve, em sua essência de execução, o trabalho de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Topografia, Serviço Social, Estatística e Direito.

Diante da sua complexidade de execução, o projeto contou com a colaboração de docentes, profissionais liberais, discentes da pós-graduação *stricto sensu* e discentes da graduação para a realização das atividades, construindo parceria com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (Paru), Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Urbanas Movimentos Sociais da Amazônia (GPPUMA), Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (NPJ/UFPA) e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Considera-se, portanto, que a execução da Meta 1 do projeto foi satisfatória, mesmo com os percalços decorrentes dos meandros advindos da pandemia do novo coronavírus, covid-19. Desse modo, as etapas referentes a essa meta possibilitaram o andamento das fases de preparação, mobilização comunitária, trabalho social, estudo e diagnóstico fundiário e urbanístico.

Assim sendo, em ambas as áreas visitadas, foi possível desenvolver os trabalhos previstos e, também, iniciar os da meta seguinte, contribuindo para implementar o projeto em consonância com as lideranças, a equipe técnica e os representantes dos órgãos institucionais, como a Sehab Castanhal.

Desse modo, materializa-se a práxis da assessoria do Serviço Social em suas múltiplas dimensões, técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, articulada com o trabalho dos sujeitos envolvidos na execução do “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social”, com finalidade de garantir o direito constitucional de acesso à terra regularizada, por intermédio da titulação de imóveis urbanos, públicos ou privados, em áreas dos municípios de Belém e Castanhal, sendo estratégias para efetivar o direito à moradia diante da segurança da posse de famílias de baixa renda no contexto de intensa disputa pela terra urbana brasileira.

A práxis da assessoria do Serviço Social, portanto, tem como objetivo a formação política dos sujeitos, dentro de uma relação pedagógica que se desenvolve no processo de organização e de fortalecimento dos sujeitos, sendo essa a dimensão ideopolítica própria da direção social da profissão e, aliada à equipe multidisciplinar, pôde-se desenvolver a execução inicial do “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social” para as famílias de baixa renda nos bairros do Benguí e da Pedreinha, dos

municípios de Belém e Castanhal, que compreendem a modalidade de Reurb de Interesse Social (Reurb-S).

Referências

- ALFOSIN, B. de M. **Direito à moradia**: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro RJ: IPPUR/Fase, 1997.
- DURIGUETTO, M.L. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In:* ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.
- MATOS, M. C. de. Assessoria e Consultoria: Reflexões para o Serviço Social. *In:* BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Sette Letras e FAPERJ, 2006, p. 29-60.
- PARU, Programa de Apoio à Reforma Urbana, **RELATÓRIO META 1**. Atividades realizadas no Projeto Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social. UFPA, Belém, 2021.
- SILVA, M. **Assessoria e Extensão Universitária**: uma reflexão sobre a prática desenvolvida pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana no período de 2014 a 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2016.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES DOS CAPÍTULOS

Edmilson Brito Rodrigues

Arquiteto e Urbanista (UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutor em Geografia Humana (USP), Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), autor dos livros Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém (Belém: NAEA/UFPA, 1996), Território e Soberania na Globalização: Amazônia, jardim de águas, sedento (Fórum, Belo Horizonte, 2012), entre outros. Prefeito de Belém (Pará), no período de 1997 a 2004. Atualmente é o Prefeito de Belém, com início do mandato em 2021. E-mail: edmilsonbritorodrigues@gmail.com.

Isabel Cristina da Costa Cardoso

Assistente Social; Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); Pós-Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica-SP e coordenadora do UrbanoSS (Grupo de estudos sobre espaço urbano, vida cotidiana e Serviço Social) da FSS/UERJ. E-mail: icostac2010@gmail.com.

Jane Andréia Cabral e Silva

Assistente Social, intelectual-militante do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: siamcabral@yahoo.com.br.

Joana Valente Santana

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: joanavalentesantana@gmail.com.

Joicy Helena da Costa Pantoja

Assistente Social. Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: joycehelenac17@gmail.com.

Leonardo Costa Miranda

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com.

Maria Elvira Rocha de Sá

Docente aposentada da UFPA. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA/PPGSS/UFPA).

E-mail: marel.rdsa@gmail.com.

Nádia Socorro Fialho Nascimento

Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA/PPGSS/UFPA). E-mail: nadiasfialho@gmail.com.

Nuria Pardillos Vieira

Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (Nemos/PUC-SP) e no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Profissão (Netrab/PUC-SP). Membro da coordenação executiva do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo. E-mail: nuriapardillos@gmail.com

Raquel Paiva Gomes

Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Doutora e Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: raquelcpaiva@gmail.com>

Raquel Santos Sant'Ana

Doutora e Livre Docente em Serviço Social, professora adjunta da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, campus da UNESP. E-mail: raquel.santana@unesp.br.

Rosangela Dias Oliveira da Paz

Assistente social. Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Vice coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos/PUC-SP. Membro da coordenação executiva do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo. E-mail: rosangpaz@gmail.com

Suenya Santos

Assistente social, professora adjunta do curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras, coordena o Núcleo de Estudos em Agroecologia Coletivo Humanista Autogestionário Interdisciplinar de Agroecologia (CHAIA) e o Programa de extensão Semeando Agroecologia, participa da coordenação ampliada do GTP Questões Agrária, urbana, ambiental e Serviço Social, vinculado à ABEPSS. E-mail: suenyasantos@id.uff.br.

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

Assistente Social, docente do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. Vice conselheira Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) da cidade de Santos/SP. Membro da coordenação ampliada do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (ABEPSS). E-mail: tania.diniz@unifesp.br.

Thaís Helena Modesto Villar de Carvalho

Discente do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP, estagiária de Serviço Social na Secretaria Municipal de Habitação- SEHAB de Osasco/SP e Conselheira Municipal de Desenvolvimento Urbano- CMDU da cidade de Santos/SP. E-mail: helena.thais30@unifesp.br.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NO SEMINÁRIO

Adriana Belo da Cruz Silva

Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFES. Prefeitura de Vitória/ ES.
E-mail: a.belo@uol.com.br.

Adriana Silva Feliciano

Assistente Social. Prefeitura Municipal de Macaé /RJ- Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Habitação. E-mail: adrianasfeliciano@yahoo.com.br.

Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão

Arquiteta e urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Estudos (CNPq) Espaço Vernacular Amazônico: arquitetura, projeto e lugar (EVA). Coordenadora do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano (LEDH). E-mail: klaudiaufpa@gmail.com.

Anailza Perini de Carvalho

Assistente Social. Mestre em Política Social pela UFES. Prefeitura de Vitória/ ES. E-mail: anailzapc@hotmail.com

Clenivalda França dos Santos

Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social - PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais - Nemos – PUC-SP. E-mail: clenivaldasantoss@gmail.com.

Eduardo Cidade Carnielo. Arquiteto e Urbanista e Mestre em Serviço Social formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Residente em Gestão Pública na Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife. E-mail: cittadecarnielo@gmail.com.

Francine Helfreich

Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: francinesantos@yahoo.com.br

Isabella Santos Corrêa

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social (UFPA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: isabellacorrea51@gmail.com.

Ivaloo Giurge Gusmão

Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano (FAPSS-SC). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Movimentos Sociais da PUC-SP (NEMOS). E-mail: ivaloo.gusmao@yahoo.com.br.

Lidiane Maria Siqueira David

Assistente Social. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: lididvd@gmail.com.

Juanita Natasha Garcia de Oliveira

Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva pela UFRGS. Graduada em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora Nacional do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Teto. E-mail: juanitapucrs@gmail.com.

Julia Silva Peres dos Santos Carvalho

Graduanda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: Juliacarvalho8070@gmail.com

Juliana Soares e Soares Fernandes

Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFES. Prefeitura de Vitória/ES. Email: juliana.semohab@gmail.com.

Leonardo Costa Miranda

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA).

E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com.

Luã Gustavo das Neves Oliveira

Acadêmico de Estatística, Universidade Federal do Pará. Email: lu.dasneves@gmail.com.

Marcos Pereira Diligenti

Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidad Católica de Chile/Santiago em Viviendas Sociales . Pós-Doutorado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa em Arquitetura e Urbanismo na área da Habitação Social . Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986). É professor titular e pesquisador em tempo integral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: mdilig@pucrs.br.

Mônica de Melo Medeiros

Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB-PPGSS/UFPA). E-mail: m3monicamel0@gmail.com.

Raquel de Lima Silva

Assistente Social. Prefeitura municipal de Macaé/RJ - Secretaria de Saúde- Secretaria de Habitação. Prefeitura municipal de Campos dos Goytacases/RJ - Fundação Municipal de Saúde. E-mail: rlsraquel.delima@gmail.com.

Ricardo Souza Araújo

Doutorando e Mestre (2019) em Serviço Social pela PUCRS, Bacharel(2017) em Serviço Social pela UFRGS. Assistente Social na UFCSPA. E-mail ricardo.toxza@gmail.com.

Ronilda Maria Rodrigues da Costa

Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFPA. Prefeitura de Macaé /RJ - Secretaria Municipal Adjunta de Habitação. E-mail: ronilda.rodrigues@gmail.com.

Roselene de Souza Portela

Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: roselene@ufpa.br.

Rovaine Ribeiro

Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante da Coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: rovaine@ufpa.br

Sara Barroso de Castro

Assistente Social Prefeitura Municipal de Macaé /RJ- Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Habitação. Email: E-mail: sara_castro2007@hotmail.com.

Thalita Monteiro Amaral

Acadêmica de Estatística, Universidade Federal do Pará. E-mail: thalita.amaral@icen.ufpa.br.

Thamiris Catão Raybolt

Graduanda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: thamiriscatao@gmail.com.

Tiago de Campos

Arquiteto e Urbanista e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenador do Projeto Construindo a Cidade em Camaquã, RS. E-mail: tiagodecampos@gmail.com.

Welson de Sousa Cardoso

Estatístico. Doutor em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: cardoso@ufpa.br.

A Coletânea “Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais” pretende, a partir de uma perspectiva de totalidade, dar visibilidade à discussão dos fundamentos sócio-históricos da (complexa) questão da habitação na ordem burguesa e a particularidade que assume em diferentes regiões do país, o que exige a interpretação mediada da questão social às questões agrária, urbana, ambiental, racial, étnica e de gênero.

É composta por 09 capítulos resultantes das reflexões das conferências e palestras e por 09 trabalhos apresentados no “II SEMINÁRIO HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA e SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO” organizado pelo GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA, em parceria com o NEMOS/PUC/SP e CRESS-PA. A obra pretende abordar os fundamentos do trabalho profissional na área habitacional, o que exige a apreensão das respostas (contraditórias) do Estado capitalista à questão urbana e habitacional, através das políticas habitacionais e neste particular, a apreensão do Trabalho Social, que é um componente da política habitacional, onde os profissionais, dentre eles os/as assistentes sociais, desenvolvem seu trabalho profissional. É objetivo desta Coletânea dar também visibilidade aos movimentos sociais, que nos diferentes territórios no Brasil, produzem resistências (trabalhadores/as urbanos e rurais, mulheres, pretos/as, jovens, ribeirinhos/as, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+) pelo direito à terra e ao trabalho, à vida, resistências pelo direito à cidade.